

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

PILAR RODRIGUEZ BELMONTE

HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE: CIÊNCIA E CONTRA-CIÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO
(1970-2000)

Rio de Janeiro
2009

PILAR RODRIGUEZ BELMONTE

**HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE: CIÊNCIA E CONTRA-CIÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO
(1970-2000)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dra. Ana Teresa A. Venancio

Rio de Janeiro
Junho 2009

B451h Belmonte, Pilar
História da Homossexualidade: ciência e contra-ciência
no Rio de Janeiro (1970-2000) / Pilar Belmonte .– Rio de
Janeiro : s.n., 2009.
224 p.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

1. Homossexualidade. 2. Ciência. 3. História . 4. Rio de
Janeiro.

CDD:306.766

PILAR RODRIGUEZ BELMONTE

**HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE: CIÊNCIA E CONTRA-CIÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO
(1970-2000)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em de 2009. .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Teresa A. Venâncio
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Prof. Dra. Jane Russo
Instituto de Medicina Social - Uerj

Prof. Dr. Sergio Carrara
Instituto de Medicina Social - Uerj

Prof. Dra. Cristiana Facchinetti
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Suplentes:

Prof. Dra. Anna Paula Uziel
Departamento de Psicologia - Uerj

Prof. Dr. Robert Wegner
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

**Rio de Janeiro
2009**

Esta tese é dedicada aos meus pais que sempre me incentivaram e apoiaram em todas as decisões de minha vida, ao meu companheiro Luis por sua solidariedade, carinho e apoio que me ajudaram a superar obstáculos, e aos meus filhos, Rodrigo e Gustavo, por sua imprescindível presença em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, na figura de seu diretor, André Malhão, que sempre incentivou e apoiou a qualificação dos quadros da Escola.

Aos novos colegas da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, em especial a Mario Barreira, por terem compreendido a necessidade de alguns momentos de maior afastamento.

A Casa de Oswaldo Cruz, local que “descobri” ao longo desses quatro anos e que foi extremamente acolhedor.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde com quem dialoguei no percurso dessa formação e a Maria Claudia e Paulo, que sempre com tranquilidade e eficiência atendiam nossas demandas.

Um agradecimento especial ao professor Robert Wegner que me apresentou a Giddens e, em sua disciplina, possibilitou o primeiro debate das hipóteses que viriam a permear este trabalho. As professoras Cristiana Facchinetti e Jane Russo pelas discussões profícuas e sugestões de referência durante a disciplina *Psiquiatria e Saúde Mental: perspectivas históricas e culturais* em parceria do PPGHCS/COC com o IMS/Uerj. Ao professor Luis Otávio Ferreira e novamente a Jane Russo pelos destaques de pontos importantes para a realização desta tese e pelos comentários precisos na banca de qualificação que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos queridos amigos do Laborat em especial os do Grupo de Trabalho em Saúde Mental da Escola Politécnica, que de um jeito ou outro, acompanharam esse percurso de agonia e prazer.

Aos estagiários Alessandra e Leonardo Cabral que colaboraram no início da busca das fontes primárias, da mesma forma agradeço aos estagiários-amigos André e Natacha que fizeram parte do GTSM nos últimos dois anos, nos auxiliando de forma competente, de diversas formas.

A Cecília Carvalho, nova amiga de longa data, pelo apoio, pelos papos, pelo carinho e pela ajuda prática em diversos momentos.

A Daniel Groisman, colega de mestrado, de trabalho e amigo, pelo apoio, confiança, ajuda e por ter que “segurar os velhinhos” a partir de agora, sem mim.

A Marco Aurélio, amigo de “bodas de prata”, da Colônia, da construção do GTSM, de diversas parcerias, que nunca me levou a sério quando lhe dizia que não iria conseguir.

A Sergio Alarcon, querido amigo, agora em outros mares, pela ajuda no tenro início do trabalho.

A Marcelo Paixão, amigo sempre presente em meu caminho profissional, com sua inestimável expertise e enorme disponibilidade e coração.

A Felipe Machado pelo apoio logístico com a tabela de dupla personalidade e a Luciana, me poupando do stress da formatação.

Finalmente, a querida amiga e orientadora Ana Teresa A.Venâncio pelo carinho, atenção e competência que se mantiveram durante todo o doutorado. Ana aceitou uma orientanda ainda confusa com o objeto, depois com as fontes, depois com o depois, mas com orientação atenciosa, observações precisas e revisão cuidadosa, foi dando forma às idéias e com seu rigor intelectual “pero sin perder la ternura jamás”, conseguiu me fazer chegar ao final. A ela meu carinho e eterna gratidão.

RESUMO

Esta tese analisa as representações em torno da homossexualidade presentes no discurso científico e contra-científico entre os anos de 1970 a 2000, no Rio de Janeiro, em torno das áreas da psiquiatria e da psicologia. As fontes primárias científicas referem-se às teses e dissertações produzidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica, bem como artigos do *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. A produção contra-científica refere-se a textos publicados nas revistas *Rádice*, *Luta&Prazer* e *Orgón*. Para esta análise apresenta-se tanto a discussão científica internacional e nacional sobre a homossexualidade elaborada, principalmente, em fins do século XIX e ao longo do século XX, quanto a influência da contracultura e dos movimentos sociais em nosso país, no período dos anos de 1960 a 1980. O que se pode observar é que a homossexualidade foi representada de forma ambígua tanto na produção científica quanto na produção contra-científica, ora associando, ora desvinculando, a homossexualidade à idéia de patologia. Além disso, há uma maior ênfase em explicações psicológicas, calcadas na teoria psicanalítica, em detrimento de justificativas biológicas. Na produção contra-científica foi predominante o discurso em torno do livre arbítrio quanto à opção sexual.

ABSTRACT

This thesis analyses the representations about homosexuality that appear in the scientific and counter-scientific discourse between 1970 and 2000 in Rio de Janeiro, concerning the psychiatry and psychology fields. The primary sources refer to the scientific theses and dissertations elaborated at the Universidade Federal do Rio de Janeiro and the Pontifícia Universidade Católica, and articles of the *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. The counter-scientific production refers to texts published in magazines as *Rádice*, *Luta & Prazer* and *Orgón*. For this analysis it was introduced both the national and international scientific debate about homosexuality, especially the one at the end of the nineteenth and during the twentieth century, as well as the influence of the counterculture and social movements in our country, between 1960 and 1980. What can be observed is that homosexuality was represented in an ambiguous way both in scientific as well as in counter-scientific production, involving or releasing the idea of homosexuality as pathology. Moreover, there is a greater emphasis on psychological explanations, based on psychoanalytic theory, rather than on biological reasons. In counter-scientific production the dominant discourse was based on the free will regarding sexual choice.

Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é...

(Dom de Iludir, Caetano Veloso)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	12
APRESENTAÇÃO	13
Capítulo 1 - A HOMOSSEXUALIDADE COMO OBJETO DE CONHECIMENTOS ERUDITOS E CIENTÍFICOS NOS SÉCULOS XIX E XX	28
1.1 A produção de conhecimento sobre a homossexualidade no contexto internacional	28
1.2 A produção de conhecimento sobre a homossexualidade no contexto brasileiro	59
Capítulo 2 - HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: CONTRACULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS (1960-1980)	78
2.1 O surgimento da contracultura	79
2.2 Contracultura no Brasil a partir dos anos 60	91
2.3 A homossexualidade nas Artes no período da contracultura brasileira	104
2.4 Homossexualidade e Movimentos Sociais no Brasil	114
Capítulo 3 – CIÊNCIA E CONTRA-CIÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL (1970-2000)	125
3.1 Os veículos científicos e as revistas alternativas	126
3.2 Analisando as fontes primárias...	146
3.2.1 <i>A produção científica</i>	146
3.2.2 <i>A produção contra-científica</i>	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	209
Referências Bibliográficas	209
Fontes científicas	218
Fontes contra-científicas	219

LISTA DE ILUSTRAÇÕES*

Figura 1 - Capa da Revista Rádice

Figura 2 – Capa da Revista Luta&Prazer

Figura 3 - Capa da Revista Orgón

Figura 4 – Capa da Revista Rádice

Figura 5 – Foto ilustrativa de matéria da Revista Luta& Prazer

* As figuras 2, 3 e 5 foram gentilmente cedidas do acervo pessoal de Alessandra Daflon dos Santos e as figuras 1 e 4 foram gentilmente cedidas por Leonardo Leal

APRESENTAÇÃO

Este trabalho visa a análise histórica das representações em torno da homossexualidade produzidas durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, no Rio de Janeiro, considerando-se o contexto sócio-cultural da sociedade brasileira em que estavam sendo produzidos conhecimentos científicos – psiquiátricos e psicológicos – e contra-científicos sobre o assunto. Neste sentido, estarei considerando como objeto de estudo tanto o pensamento acadêmico psiquiátrico e psicológico, representado por dissertações, teses e artigos científicos, quanto o que passei a denominar de “contra-ciência”, isto é, a produção encontrada em revistas de psicologia escrita por psicólogos, direcionadas a este público, mas também a uma certa vanguarda intelectual e ao público leigo, mas douto. Além disto, estas revistas não possuíam o rigor formal, argumentativo e analítico da produção científica da época, nem tão pouco obedeciam à padronização editorial e aos modos específicos de distribuição de publicações especializadas.

O que me motivou a realizar esta investigação foi o fato que ocorreu na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, em 19 de agosto de 2004, no Fórum de Debates sobre Preconceito e Discriminação. A psicóloga Rosangela Justino realizou uma apresentação sobre o tema: *A Aliança do Conselho Federal de Psicologia (CRP) com o movimento Pró-Homossexualidade para perseguição dos psicólogos*. Nessa apresentação, que chegou ao meu conhecimento através da internet, a autora evocava, entre outros argumentos, “a violência contra o macho hetero”, “a resolução científica para o extermínio dos heterossexuais”, “a percepção de violência social contra a pessoa que está homossexual”, ao mesmo tempo em que apontava a “homossexualização da sociedade”. Seu depoimento articulava-se em torno de três questões. A primeira era a crítica à resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº. 001/99, de 22 de março de 1999, no qual ficavam estabelecidas normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, determinando no parágrafo único do seu artigo 3º, que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. Esta resolução considerava, dentre outros fatores,

“...que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida em sua totalidade; que a homossexualidade não constitui nem doença, nem distúrbio, nem perversão e que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre

as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”.

Cabe destacar que, na mesma época, no contexto internacional, a Associação Americana de Psicologia (AAP) também se preocupava com tais terapias voltadas para a homossexualidade e para o dano potencial que poderiam causar aos pacientes. Assim, dois anos antes do Conselho Federal de Psicologia brasileiro baixar a resolução anteriormente citada, em 1997, o Conselho de Representantes da AAP aprovou uma decisão que reafirmava a oposição da psicologia à homofobia e à “cura” da homossexualidade. Declarava o direito do cliente a um tratamento não preconceituoso bem como a sua autodeterminação, garantindo que qualquer pessoa que iniciasse uma terapia buscando lidar com questões da orientação sexual tivesse o direito de esperar que a mesma ocorresse em um ambiente profissionalmente neutro e desprovido de qualquer preconceito social.

A segunda questão discutida pela psicóloga era o argumento de que o campo médico-psiquiátrico define como nosologia o *transtorno de orientação sexual egodistônica* (F.66.1), divulgado na décima edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), manual elaborado e publicado pela Organização Mundial de Saúde, periodicamente atualizado, que inclui um capítulo específico para os transtornos mentais. Neste manual a referida categoria aparece assim definida como:

“Não existe dúvida quanto à identidade ou à preferência sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou pré-púbere), mas o sujeito desejaria que isto ocorresse de outra forma devido a transtornos psicológicos ou de comportamento associados a essa identidade ou a esta preferência e pode buscar tratamento para alterá-la”¹.

A terceira questão referida era a pertinência dos atuais estudos do psiquiatra americano Robert Spitzer, o qual liderara o grupo de psiquiatras que viria a excluir a homossexualidade enquanto patologia de outro importante manual de categorias nosológicas psiquiátricas – elaborado e editado pela *American Psychiatric Association* – a saber, a terceira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM III), publicada em 1980. Surpreendentemente, vinte e oito anos depois, Robert Spitzer, apresentou em um simpósio da reunião anual da *American Psychiatric Association*, um estudo demonstrando que, com desejo e grande esforço pessoal é possível o retorno à heterossexualidade.

¹ Organização Mundial de Saúde. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. Vol.1, edição revisada, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994, p.369.

Não me alongando demasiadamente aqui sobre as críticas dirigidas a este estudo, este fato, juntamente com a classificação diagnóstica da CID-10 e o questionamento à resolução do Conselho Federal de Psicologia fizeram com que a psicóloga Rosangela Justino considerasse que a homossexualidade estaria relacionada à orientação sexual, sendo assim, passível de tratamento, o qual tendo sucesso, redundaria no retorno à heterossexualidade. E, portanto, o Conselho de Psicologia não poderia impedir que se oferecesse o tratamento.

Duas destas questões, de âmbito científico, sobre o caráter patológico da homossexualidade, estavam não apenas sendo acionadas num contexto político-social mais amplo – o dos debates que ocorrem na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) – como se apresentavam enquanto estratégia discursiva em prol de um evento específico. No campo político-social, desde 27 de agosto de 2003, tramitava na Alerj o projeto de lei 717/03, apresentado pelo deputado Edino Fonseca do PRONA-PSC², membro da bancada evangélica e também pastor da Assembléia de Deus. O projeto previa um “programa de auxílio às pessoas que voluntariamente optarem pela mudança da homossexualidade ou de sua orientação sexual da homossexualidade para heterossexualidade (...)”. O projeto foi amplamente debatido na imprensa escrita durante 2004³, mobilizando movimentos sociais de grupos identitários, organizações leigas e religiosas, tornando-se objeto de pauta de diferentes comissões da Alerj, e sendo votado e derrotado em 12 de dezembro daquele ano.

Ainda em 2004, um jornal de grande circulação no Estado, publicava a divulgação de um estudo italiano, realizado na Universidade de Pádua, que estabelecia uma relação entre genes e homossexualidade. Tal estudo, apesar de sustentar a influência de fatores culturais na constituição da homossexualidade, afirmava que os componentes genéticos estariam ligados ao cromossomo “X” herdado somente da mãe.⁴

Vive-se, portanto, um momento no qual se retoma a questão de repensar a homossexualidade como um desvio patológico, como determinismo, com forte componente genético, circunscrevendo-a como patologia pelo conhecimento psiquiátrico e psicológico, o qual traz à tona representações sociais tanto sobre a homossexualidade como parte de uma natureza inata, quanto sobre a dimensão de escolha e livre arbítrio individual que a cultura

² PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional e PSC –Partido Social Cristão

³ Ao todo foram 38 matérias divulgadas na imprensa escrita do Rio de Janeiro. Uma análise das representações veiculadas por essas matérias em torno da questão da cura da homossexualidade encontra-se em Venancio, A.T.A. & Belmonte, P. *A repatologização da homossexualidade no debate contemporâneo brasileiro (Rio de Janeiro)*. Trabalho apresentado na VI Reunião de Antropología del Mercosur . Montevideo, 2005.

⁴ O Globo. Novo estudo liga genes à *homossexualidade*. Caderno economia, seção Ciência e Vida, publicado em 13/10/2004.

moderna permite aos indivíduos. Temos assim, um modo de conceber o indivíduo que o circunscreve privilegiadamente a sua dimensão biológica, impondo limites ao ideário que defende, ao mesmo tempo, a igualdade entre os sujeitos e a liberdade de escolha dos mesmos em relação a seus estilos de vida.

Essa ênfase nos aspectos biológicos, não é, entretanto, exclusiva para se pensar a homossexualidade. De acordo com Russo⁵, a partir dos anos 80, principalmente na década de 90, ocorreu um movimento que a autora denominou de ‘re-biologização’⁶ de alguns assuntos que anteriormente, eram exclusivos do campo político-social, e que nesse momento, a medicina, aqui no caso a psiquiatria, assumiria para si como objeto de estudo. Como exemplo, podemos citar estudos que buscam através de exames de neuroimagens resolver questões como mau-humor, desatenção, preguiça, compreendendo que a resolução de tais problemas poderia ser resumida à aplicação de um diagnóstico e de uma terapêutica medicamentosa.

Considerando os eventos citados relativos à discussão do caráter patológico ou não da homossexualidade no contexto brasileiro e no contexto internacional é que se justifica a importância da análise histórica das representações em torno da homossexualidade produzidas durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX. Como veremos foi neste período que ocorreu a despatologização da homossexualidade. Inicialmente destaca-se o processo de discussão no campo psiquiátrico norte americano que culminou no deslocamento e posterior retirada da homossexualidade como categoria diagnóstica a partir da terceira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM III, 1980). Mais tarde, desde meados dos anos 90, observou-se a defesa da repatologização da mesma, a saber, o movimento que se deu, tanto nos EUA, como no Brasil, de proposta de tratamento da homossexualidade, conforme mencionado anteriormente.

Assim sendo, o contexto histórico do período será considerado como parte integrante deste processo de produção de representações em torno da homossexualidade, tendo-se em vista a importância das transformações sócio-culturais da ocasião em relação aos costumes e convenções sociais, donde destacam-se aquelas relativas à sexualidade. Neste sentido, busco observar como o conceito de homossexualidade tem sido apropriado pelos movimentos e grupos sociais e pelos sistemas peritos (a psiquiatria e a psicologia), num modelo de reflexividade, (re)formando as representações sociais sobre a identidade sexual.

⁵ Russo, Jane. Os três sujeitos da Psiquiatria. In: *Cadernos do Ipub*, Nº. 8, Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ 1997, p. 11-21

⁶ *Op.cit.*, p. 19.

Para tanto, a análise das representações sobre a homossexualidade deve contemplar a apropriação social que é feita desses dois campos da ciência e, na ordem inversa, o modo como tais saberes especializados são constrangidos socialmente na produção do que é ou não considerado como um desvio patológico em cada época e contexto nacional. Deste modo, estou considerando, de um lado, que a ciência não está isolada ou blindada em relação à sociedade, produzindo então, visões neutras sobre a realidade; e, de outro lado, que ela não se resume às questões e opiniões que são veiculadas na sociedade. A ciência é uma construção social a qual também possui especificidades em relação a outros modos de observar e atuar no mundo. Por sua vez, a sociedade também se utiliza das informações que lhe chegam sobre a produção científica, divulgadas em revistas e jornais fora do mundo acadêmico para criar suas representações sociais, no caso, sobre a homossexualidade.

Parto, portanto, da premissa de que doença mental e sexualidade, não são fenômenos pré-existentes, mas antes construções sócio-históricas⁷. A primeira tem servido como rótulo para comportamentos considerados como desviantes e estigmatizados. Os saberes da sexualidade, por sua vez, vêm definindo comportamentos e regras, prescrevendo o que é lícito ou não, e o que é visto como manifestação da diferença passível de ser classificada como patologia. Esses saberes são gerados à medida que se produzem textos, manuais, investigações, que vão definindo a sexualidade “normal”.⁸ É na interface desses dois eixos temáticos que é criada a noção de homossexualidade, ao mesmo tempo signo da diferença e da patologia⁹.

Além disso, ainda segundo Foucault¹⁰, esses saberes sobre a sexualidade serviriam para que se exercesse certo tipo de poder na sociedade moderna – o poder disciplinar – o qual produziria essa própria sociedade específica. Os saberes ofereceriam, também, conteúdo e sentido ao modo como a sexualidade seria compreendida na sociedade.

Ao analisar os comportamentos sexuais nos séculos XVII, XVIII e XIX, este autor identificou sinais e fatos que, segundo sua concepção, demonstrariam a inadequação da afirmação a respeito da existência de uma sexualidade reprimida neste período, entendendo que essa “hipótese repressiva”, de fato, vinha acompanhada de um discurso destinado a dizer

⁷ Foucault, Michael. *História da Loucura na Idade Clássica*. SP: Ed. Perspectiva, 1999; e Foucault, Michael. *História da Sexualidade, v.1, - A vontade de saber*. RJ: Ed. Graal, 1988.

⁸ Giddens, Anthony. *A Transformação da Intimidade*, São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993, p.30.

⁹ Duarte, Luiz Fernando Dias. “A *psychopathia sexualis* de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciência das *perversões*” *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 38(2): 83-86 e (3): 119-123, 1989.

¹⁰ *Op. cit.*, 1988.

a verdade sobre o sexo. Foucault acreditava que o discurso incisivo e constante no qual o conceito de sexualidade está envolvido seria uma elaboração social feita no campo do poder. Esse mecanismo do poder seria estimulado quando se incentivasse o discurso acerca da sexualidade, pela prática da confissão católica, por exemplo. Dessa forma, essa incitação, mesmo que pareça contraditório, produziria a disciplina, a socialização da sexualidade e a disciplinarização dos corpos.

Deste modo, não é que Foucault negasse absolutamente que o sexo vinha sendo reprimido; afirmaria, sim, que essa interdição não seria o elemento fundamental a partir do qual se poderia escrever a história do sexo na modernidade. Ele colocaria a hipótese repressiva numa economia geral dos discursos sobre sexo a partir do século XVII, demonstrando que todos os elementos negativos ligados ao sexo – como a proibição, a repressão – teriam um lugar tático numa colocação discursiva, em uma técnica de poder, em uma vontade de saber. Para Foucault, o que ocorre, a partir do século XVIII, é uma difusão de discursos sobre sexo, incitada pelo próprio poder através de instituições como a Igreja, a escola, a família, o consultório médico, visando o controle do indivíduo e da população. Além disso, esse discurso sobre sexo de que trata Foucault veio, segundo este autor, escoltado por uma demarcação de onde e de quando se podia falar a respeito dele, assim como de uma depuração do vocabulário sobre sexo autorizado. Regiões de silêncio foram constituídas entre pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais, entre outros; e frente a este silêncio foram produzidos e difundidos, incessantemente, discursos disciplinares eruditos, especializados, da pedagogia, da medicina e da psiquiatria .

Giddens¹¹, por sua vez, apresenta uma perspectiva analítica diferenciada, ao buscar compreender a área da vida pessoal, na qual se incluem a sexualidade e as relações amorosas, e observar neste âmbito o acirramento do processo de destradicionalização. O amor, o casamento, a sexualidade, antes vivenciados segundo moldes preestabelecidos, passam a ser compatibilizados com os projetos individuais, criando novas demandas e novas ansiedades. Giddens¹² faz referências a algumas transformações culturais, que alteram os padrões da intimidade, relacionando-as ao próprio processo de expansão da modernidade e à influência do pensamento iluminista. Segundo esse autor, a partir da "reinvenção das tradições", áreas da vida social como o gênero, a sexualidade e as relações familiares foram remodeladas durante o final do século XVIII e início do século XIX. Esse processo teve um papel fundamental na

¹¹ *Op. cit.*, p.41, 198 e 199

¹² Giddens, Anthony. *Para além da Esquerda e da Direita*, São Paulo: ed. UNESP, 1996, p.13,98 e 99.

consolidação da nova ordem social e no desenvolvimento das instituições modernas, culminando com a liberdade de se estabelecer e definir a forma de condução da própria opção sexual e a base dos relacionamentos. Assim, em todas as áreas da vida pessoal é possível visualizar o caráter constitutivo das experiências cotidianas, característica do próprio processo de destradicionalização e reflexividade da sociedade.

O conceito de reflexividade social é assim empregado para fazer referência aos processos de escolha, de tomada de decisão, de filtragem de relevâncias que se fazem presentes quando da reformulação dos códigos universalizados, intimamente relacionada ao esvaziamento da ordem tradicional. Nesse sentido, o ponto de vista de Giddens¹³ se calca na perspectiva da existência de uma reflexividade social que contempla, ao mesmo tempo, as condições nas quais o homem vive cada vez mais o resultado de suas próprias ações; e, inversamente, as condições nas quais essas ações devem ser cada vez mais administradas pelos sujeitos com o objetivo de, ou enfrentar os riscos, ou usufruir as oportunidades criadas por estas mesmas condições.

Deste modo, segundo Giddens, também a contínua incorporação reflexiva do conhecimento tem acarretado mudanças tanto nos contextos pessoais quanto globais da ação. No campo da sexualidade, a literatura de autoria de peritos (psicólogos, sexólogos, médicos) influencia e tem efeito sobre a sociedade como um todo, e mais especificamente sobre os grupos identitários mais diretamente por ela afetados, como por exemplo, os homossexuais. A divulgação de pesquisas científicas promove debates, reinvestigações e novos debates, que por sua vez, se tornam parte de um domínio público e modificam opiniões leigas, neutralizando aspectos morais das práticas sexuais peculiares. Para Giddens¹⁴, o declínio da idéia de perversão e sua substituição pelo pluralismo são vistos como uma pré-condição para a expansão da modernidade, uma vez que, nesta expansão, o valor central concedido à heterossexualidade, considerada “natural”, perderia força. Para esse autor, no momento em que a sexualidade puder se tornar um componente das relações sociais, a heterossexualidade poderá deixar de ser a referência e será capaz de ser entendida como uma das opções possíveis do sujeito, entre outras. Uma sociedade de alta reflexividade permite assim, que os homossexuais contestem os estereótipos heterossexuais dominantes. Permite, ainda, a construção de uma auto-identidade, de uma identidade sexual, uma construção do eu como um projeto reflexivo.

¹³ Giddens, 1996, *op. cit.*, p.15, 16, 97 e 101.

¹⁴ *Op. cit.*, 1996, p.23-24

Embora possamos retomar a análise de Foucault sobre a sexualidade e observar que ele afirma que onde há poder há resistência¹⁵ – tal resistência podendo ser entendida como mecanismos de contra poder que a sociedade utiliza para transformar valores culturais e estruturas de poder – observa-se que esse autor efetivamente acaba por não abordar o modo como essas resistências ou mesmo seus sentidos mais concretos são produzidos em relação ao dispositivo da sexualidade. Sua questão principal é a discussão sobre o poder, não em termos de repressão ou de lei, mas, um poder silencioso, subjetivo, introjetado, mas nem por isso menos disciplinador.

Destarte, esta tese não estará trabalhando em uma perspectiva foucaultiana, mas utilizará a perspectiva de Giddens, que é, no meu ponto de vista, a que melhor se adéqua as discussões em torno das representações sobre a homossexualidade nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, em que os efeitos da contracultura, dos movimentos sociais e dos discursos contra-científicos parecem dialogar numa via de mão dupla com os discursos do mundo científico-acadêmico. Deste modo, num primeiro momento analítico, mais geral, interessa-nos a análise dos movimentos sociais produzidos a partir da década de 60 em sua interação com os sistemas peritos expressos pela ciência psiquiátrica e pela psicologia. Num segundo momento, nos interessa observar quais as representações sobre a homossexualidade são geradas nessa interação entre movimentos sociais e ciência.

Dentre estes discursos científico-acadêmicos irei analisar a produção da área da psiquiatria já que esta, historicamente, esteve na base da formulação da idéia de homossexualidade, desde ao menos meados do século XIX, com a publicação do trabalho do médico alemão Krafft-Ebing intitulado *Psychopathia Sexualis* (1886). Por intermédio de seu livro o termo ganha ampla divulgação e publicização no meio científico, embora o termo homossexualidade não tenha sido criado por ele e o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo biológico tenha sido expresso por outras categorias como sodomia, uranismo, inversão sexual, perversão sexual, e intersexualidade.¹⁶

A análise histórica da constituição da psiquiatria demonstra que esta tem oscilado em correlacionar seu objeto – o mental – ora a questões relativas à subjetividade individual articuladas ou não, mais diretamente a temas e argumentos considerados “sociais”, ora aos preceitos das ciências biomédicas senso restrito, em que as referências ao orgânico são

¹⁵ Foucault, 1988, *op. cit.*, p.91

¹⁶ “Segundo diferentes autores, a palavra homossexualidade foi usada pela primeira vez em 1869, por um médico húngaro, Benkert”. (Pereira, Carlos Alberto M. *O Direito de Curar: Homossexualidade e Medicina Legal no Brasil dos anos 30*. In: Pereira, Carlos Alberto M. e Herschmann, Micael M. (org) *A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 p.101).

parâmetros de aferição de cientificidade. Assim, observa-se que o surgimento da psiquiatria, na passagem do século XVIII para o XIX, já se desenhou em torno de outro modelo que se afastava da medicina anátomo-patológica então vigente. A ênfase principal foi dada na procura das causas eminentemente morais da chamada alienação mental, entendendo-se o alienado como alguém vítima de paixões excessivas que se sobrepunham à vontade. Além disso, a sociedade também poderia trazer malefícios ao indivíduo. Com essa teoria desenvolveu-se toda uma terapêutica – o tratamento moral – a qual, por sua ineficácia corroborou o favorecimento, a partir da metade do século XIX, da difusão de explicações mais fisiológicas acerca dos distúrbios mentais. O predomínio destas novas explicações, entretanto, não invalidou a permanência de explicações de ordem moral, entendida posteriormente como psicológica, mantendo-se desde então, e durante toda a primeira metade do século XX, a tensão entre a atenção às dimensões física e moral que vem constituindo o conhecimento psiquiátrico.¹⁷

Esta tensão físico-moral também se reflete na apreensão psiquiátrica do tema da homossexualidade. No contexto científico na década de 60 do século XX, nos Estados Unidos, predomina uma interpretação da homossexualidade a partir do ponto de vista da psicanálise. A principal instituição norte-americana – Associação Psiquiátrica Americana (APA) – apresenta o *status quo* de seu conhecimento sustentado pelos conceitos psicanalíticos, fato que se comprova na leitura do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* primeira edição (DSM I, 1952) e segunda edição (DSM II, 1968)¹⁸ publicados pela referida instituição. Nesses manuais observa-se que a classificação das desordens mentais obedece a uma concepção psicológica amparada na teoria psicanalítica, assim como em uma concepção orgânica, biológica. As chamadas perversões sexuais – categoria hegemônica desde o final do século XIX – são, na verdade, apenas listadas no primeiro DSM, na denominação “Desvio Sexual” que se localiza na categorização mais geral de ‘Transtornos de Personalidade’. No DSM II por sua vez, são listadas, com suas respectivas definições, nove categorias de “desvios sexuais” as mesmas mantendo-se classificadas no grupo relativo às patologias da personalidade, a saber: “Distúrbios da Personalidade e outros Distúrbios Mentais não Psicóticos”. Desse modo tanto no DSM I quanto no II, os desvios sexuais não se localizam nem ao lado das neuroses, entendidas como decorrentes de uma

¹⁷ Venancio, Ana Teresa A. A Construção Social da Pessoa e a Psiquiatria: Do Alienismo à “Nova Psiquiatria” . In: *PHYSIS*, vol. 3, no.2, 1993 (117 – 135), p.122, 123 e126

¹⁸ Os DSMs utilizam-se, até os dias atuais, da listagem das perversões delineadas por Krafft-Ebing no final do século XIX.

etiologia psíquica, nem ao lado das causas orgânicas, onde se localizam os demais distúrbios mentais. Entretanto, apesar de ambas as concepções – biológica e psicológica – se apresentarem juntas nas classificações desses dois primeiros manuais, e os desvios sexuais não estarem privilegiadamente sob a égide de um ou outro campo, é importante ressaltar que

“ A grande difusão da psicanálise no meio psiquiátrico teve implicações importantes para a classificação das desordens mentais. Significou antes de mais nada, uma guinada em direção a uma concepção psicológica das mesmas, em detrimento da visão fisicalista até então predominante. No que tange a sexualidade (...) a interpretação mudou radicalmente. (...) Portanto, embora as perturbações da sexualidade ocupem um lugar secundário no processo classificatório, a sexualidade está, de fato, em todo lugar”¹⁹

É neste mesmo período de fins da década de 1960, que também se verifica um processo de liberalização dos costumes, contra cultural, debatendo-se diversos temas e questões sociais, não ficando a homossexualidade fora dessa discussão. Ainda que tais debates não tenham gerado um efeito imediato na recusa à concepção científica da homossexualidade como patologia, essa passou a ser observada, debatida e discutida também sob o prisma dos aspectos e causas sociais e culturais, sendo entendida, principalmente no meio dos ativistas, menos como algo determinado pela natureza individual e mais como um comportamento advindo da escolha dos sujeitos.

A partir da década de 1970, impulsionado pelo movimento ativista homossexual norte-americano, o campo científico psiquiátrico, capitaneado pela psiquiatria norte-americana, recoloca em discussão a categoria nosológica de homossexualidade. Nesta discussão muitos dos psiquiatras americanos passam a defender a exclusão do conceito de homossexualidade da terceira edição, que começou a ser então elaborada entre 1974 e 1979²⁰. Conforme já mencionado os trabalhos e resultados foram liderados pelo psiquiatra Robert Spitzer²¹, presidente da força tarefa de formulação da terceira edição do *Diagnostic and Statistical*

¹⁹ Russo, Jane. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: Piscitelli, A; Gregori, M.A.; Carrara, S. *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p.98-99.

²⁰ Russo, Jane e Venâncio, Ana Teresa. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano IX, n. 3, set. 2006, pp.460-483, p.464.

²¹ Atual chefe de Pesquisa Biométrica e Professor de Psiquiatria na Universidade de Columbia na cidade de Nova York. Ele foi extremamente influente na histórica decisão da APA (Associação de Psiquiatria Americana), em 1973, quanto a remover a homossexualidade do Manual de Estatística e Diagnose (Diagnostic & Statistical Manual /DSM), a lista oficial de disfunções da APA. Esta decisão exerceu forte impacto sobre as atitudes sociais para com a homossexualidade.

Manual of Mental Disorders – DSM III. Esta terceira edição do manual psiquiátrico norte-americano foi concluída e publicada pela *American Psychiatric Association* (APA) em 1980, obtendo ampla divulgação e utilização não apenas nos Estados Unidos como em vários países. Tal hegemonia da psiquiatria norte-americana em relação ao campo médico-psiquiátrico internacional se fazia notar também pelo fato do DSM III ter sido referência para a reformulação do capítulo de doenças mentais da Classificação Internacional das Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O processo de despatologização da homossexualidade no campo psiquiátrico norte-americano, que se inicia com a elaboração do DSM III, seria então concluído com a exclusão definitiva desta categoria do texto do DSM III-R (3ª edição revisada) publicado em 1987, e da décima edição da CID (Classificação Internacional das Doenças - Transtornos Mentais), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1992.

Apesar da elaboração do DSM III ter identificado e produzido grande discussão quanto à identificação, ou não, do homossexualismo enquanto um transtorno, observou-se, paradoxalmente, um aumento numérico e especificação de transtornos ligados à sexualidade constituindo um grupamento em separado de vinte e dois transtornos, o que não ocorria no DSM I (1952) e DSM II (1968). Na verdade, após amplos debates, como veremos no primeiro capítulo desta tese, o DSM III utilizou a terminologia *homossexualidade egodistônica*, proposta por Robert Spitzer, em uma tentativa de composição entre as diferentes correntes à época, que se dividiam entre a exclusão total do termo ou a manutenção do mesmo como constava na segunda edição do DSM. Com a adoção dessa nova categoria, o DSM III deixa de classificar a homossexualidade como um distúrbio mental no sentido amplo, reservando-a apenas àqueles homossexuais para quem a alteração da sua orientação sexual constituiria, para si mesmo, uma preocupação permanente. Na edição revista de 1987 (DSM III-R), mesmo a categoria de *homossexualidade egodistônica* desapareceria.

Ainda que encontremos certa bibliografia que discuta essas transformações de orientação da ciência psiquiátrica norte-americana, – Bayer, Wilson²², entre outros – observa-se a quase inexistência de trabalhos que analisem a importância e influência dessas concepções da psiquiatria norte-americana no Brasil. Grosso modo podemos dizer que tal influência tem sido bastante significativa se considerarmos que a partir do DSM III tanto este manual classificatório quanto a CID 10 têm sido tomados como referência na área psiquiátrica

²² Bayer, Ronald. *Homosexuality and American Psychiatry - The Politics of Diagnosis*. New Jersey: Princeton University Press, 1987. Wilson, M. DSM III and the transformation of American psychiatry: a history. *American Journal of Psychiatry*, v.150, n.3, p.339-410, 1993.

da maioria dos países. No Brasil, sabemos que o DSM IV e a CID 10 são, na prática clínica, os documentos básicos consultados para a prescrição diagnóstica. Entretanto, quase nenhuma pesquisa tem sido realizada no sentido de investigar como as categorias diagnósticas presentes nestes manuais são veiculadas ou não, na produção médico-psiquiátrica brasileira.

Assim, a análise histórica das representações em torno da homossexualidade produzidas durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, no Rio de Janeiro, por conhecimentos científicos – psiquiátricos e psicológicos – e contra-científicos, pretende observar se, e quando, a homossexualidade é considerada como um fenômeno patológico e quais as correlações que têm sido elaboradas entre os termos patologização – não patologização da homossexualidade e as dimensões biológica, psicológica ou sócio-cultural do humano. Neste sentido busquei observar nas fontes consultadas de que modo a conotação patológica concedida à homossexualidade esteve, ou não, associada exclusivamente a explicações e etiologias biológicas. Na mesma direção, procurei investigar a produção de outras representações sobre a homossexualidade que não tenham sido calcadas apenas na referência biológica, perguntando-me se a homossexualidade tem sido articulada a outros possíveis fatores – como trauma psíquico, meio-ambiente, educação familiar, escolha inconsciente – e em que medida tais articulações trazem à tona a marca da patologia ou não.

Desta forma, procurei me afastar de uma perspectiva analítica que estabeleça uma vinculação estreita e dual entre visão biológica da homossexualidade e patologização. Ao contrário, propus uma análise pluralista, questionando se e quando na presença de representações biológicas sobre homossexualidade as mesmas a circunscrevem como uma possível patologia da ordem da natureza humana, ou como algo determinado genética ou hereditariamente, sem que se configure, necessariamente, um quadro patológico. Do mesmo modo me interroguei sobre a possibilidade dos discursos científicos e contra-científicos analisados compreenderem a homossexualidade como um comportamento relacionado a uma opção individual, não necessariamente patológico ou, se o entendimento desta orientação sexual como escolha individual a tem associado a uma patologia.

Assim minha abordagem analítica busca se diferenciar dos dualismos interpretativos que parecem informar o debate psiquiátrico contemporâneo sobre a homossexualidade – tal como construído por certa perspectiva médica como a de Robert Spitzer – o qual se centra em repensar a homossexualidade como um desvio patológico, seja como fruto de um determinismo biológico, com forte componente genético, seja como resultado de traumas ou abusos na infância. Essa forma de compreender a homossexualidade resultaria em apenas

duas alternativas: tratamento para retornar à heterossexualidade, entendendo-se que essa pode ser curada, ou aceitação desta “condição” sexual, pois sendo inata, não há coisa alguma que se possa fazer. Esta perspectiva opera assim uma separação estanque entre os aspectos biológicos e psicológicos do indivíduo, desconsiderando ainda a dimensão do livre arbítrio do sujeito. Além disso, nesses discursos excluiriam-se os processos históricos e sociais que tem produzido essa identidade sexual vista como específica: a homossexualidade.

Minha hipótese, entretanto, é que o conceito de homossexualidade tem sido historicamente construído, não estando exclusivamente nas antigas ou novas interpretações científicas a razão da fundamentação dos pontos de vista que o articulam a uma patologia. Neste sentido, esta tese busca investir na análise sobre o modo como o tema da homossexualidade estava sendo debatido no Rio de Janeiro, a partir de meados da década de 1970, incluindo-se aí a produção dos campos científico e profissional da psicologia e da psiquiatria e das revistas contra-científicas, observando-se a inter-relação dessas produções com o mundo social mais abrangente, representado, na época em estudo pela contracultura e pelos movimentos sociais urbanos.

Retomei destarte, neste trabalho, meu interesse pelo tema da sexualidade, já presente em minha dissertação de mestrado²³. Investindo agora na análise histórica das representações produzidas pela psiquiatria e pela psicologia em torno da homossexualidade nas três últimas décadas do século XX, pretendo assim, contribuir para a compreensão da construção histórica e do debate contemporâneo sobre o modo como o tema da homossexualidade atualiza as discussões sobre a relação entre normal e patológico e entre natureza e cultura.

Tendo em vista esta perspectiva, o primeiro capítulo desta tese trata da apropriação da homossexualidade pelas ciências, apresentando os principais autores e teorias por estes produzidas, no contexto internacional e brasileiro, os quais consolidaram a homossexualidade enquanto diagnóstico médico ao longo do século XX. Nesta análise, sobre as teorias médico-psiquiátricas acerca da homossexualidade, busco também apresentar a discussão travada em torno dos manuais psiquiátricos (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders/DSM* e Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da Organização Mundial da Saúde/CID) quanto à mudança de categoria da homossexualidade até sua posterior exclusão e como isso se refletiu na forma de abordar a homossexualidade.

²³ Belmonte, Pilar. *As Representações sobre sexualidade e gênero entre trabalhadoras de nível médio em saúde mental*. Dissertação de Mestrado. IMS/UERJ, 1999.

A apresentação do conteúdo deste capítulo está informada pela observação de duas perspectivas analíticas existentes sobre a história dos conhecimentos científicos que formaram a sexualidade como objeto de estudo e, por conseguinte, a homossexualidade: a perspectiva foucaultiana e a perspectiva de Lanteri-Laura. Busco então mapear como estas perspectivas observam e dão sentido ao modo como os saberes qualificados trataram o tema da homossexualidade em cada momento histórico e o que cada um deles falava a respeito dessa nova categoria. Apresento também os diferentes termos usados ao longo dos últimos séculos que significavam a questão da homossexualidade envolvendo pessoas do mesmo sexo e, finalmente, procuro demonstrar como estes abarcavam, ou não, questões relativas ao livre-arbítrio, às dimensões moral e orgânica dos indivíduos e, neste sentido, estabeleciam possíveis correlações entre as mesmas.

O segundo capítulo da tese – *Homossexualidade no Brasil: Contracultura e Movimentos Sociais (1960-1980)* – busca mapear como, historicamente, a constituição do movimento da contracultura e dos movimentos sociais fomentaram e direcionaram o debate em torno da homossexualidade no Brasil, a partir da década de 1960 até o presente. Para tanto utilizo fontes secundárias, em especial textos analíticos e depoimentos sobre aquela época, muitos dos quais escritos por atores sociais que participaram ativamente dos movimentos contra culturais e sociais em questão. Com isso pretendo demonstrar como o contexto sócio-cultural, no qual a produção científica e “contra-científica” sobre o tema da homossexualidade foi gerada, abordava o assunto, considerando-se como representativos deste contexto tanto os movimentos artísticos das décadas de 1960 e 1970 quanto os movimentos sociais políticos que emergiram a partir dos anos de 1980.

Utilizando-me de autores como Marcuse²⁴ e Rosak²⁵, entre outros, procuro identificar, ainda nesse capítulo, a influência dos sistemas peritos – principalmente a psicanálise – nesse contexto de mudanças, assim como as discussões entre os temas indivíduo e sociedade, racional e subjetivo, que são construídas com base em uma interpretação libertária proposta pela psicanálise, já que “a idéia de que uma mudança interna ao próprio indivíduo deve preceder qualquer pretensão de mudança social mais profunda tornou-se a base de todo o movimento da contracultura.”²⁶

²⁴ Marcuse, Herbert. *Eros e civilização. Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. e A noção de progresso à luz da psicanálise. In: *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

²⁵ Rosak, Theodore. *Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

²⁶ Russo, *op.cit.*, 1997, p.18

O terceiro e último capítulo da tese – *Ciência e Contra-Ciência na representação sobre a homossexualidade no Brasil* – apresenta e discute as fontes primárias analisadas relativas à produção científica e contra-científica sobre homossexualidade, durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX no Brasil. As fontes relativas à produção científica compreendem teses e dissertações produzidas na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Instituto de Psicologia e no Instituto de Psiquiatria, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bem como os artigos publicados no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Quanto à produção contra-científica, elegi as Revistas de Psicologia *Rádice*, *Luta&Prazer* e *Orgón*.

Autores como Ferreira²⁷ já apontaram a importância dos primeiros periódicos médicos do século XIX, como “instrumento utilizado pelas sociedades de medicina na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde do país”²⁸, além de tornar visível as opiniões e ações desse corpo médico. A característica dos primeiros periódicos médicos brasileiros de incluir frequentemente matérias versando sobre temas que pudessem interessar diretamente ao leitor leigo ficou para trás.²⁹ Se o outro objetivo, de publicizar as opiniões de um corpo de especialistas, ainda é mantido nos dias de hoje, neste trabalho pude perceber, contudo, que a finalidade de influir na construção de uma opinião pública sobre questões de saúde, foi transportada da produção científica – que hoje, se dirige praticamente aos seus pares – para a produção contra-científica. Esta sim buscou assuntos, muitas vezes polêmicos, como o tema da homossexualidade, para ‘falar à sociedade’, propondo reflexões e buscando interferir em opiniões e condutas.³⁰

Minha proposta, portanto, neste capítulo, foi identificar e analisar os argumentos dos campos científicos psiquiátrico e psicológico e contra-científico, através das fontes primárias selecionadas, na produção de representações sociais sobre a homossexualidade, observando-se tanto como estes campos relacionam a homossexualidade a aspectos biológicos e psicológicos e às noções de normal e patológico, quanto as referências que fazem ao âmbito da natureza e da cultura e do determinismo e do livre arbítrio.

²⁷ Ferreira, Luiz Otávio: *Medicina Impopular*. In: Chalhoub, Sidney et al (org). *Artes e Ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

²⁸ *Op.cit.*, p.103

²⁹ Ferreira, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). In: *Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos* v.6 n.2 Rio de Janeiro jul./out. 1999 (331-51), p.332.

³⁰ Outros trabalhos demonstram a importância de revistas na divulgação de questões de saúde e comportamento, como o de Freire, Ma. Marta de Luna. *Mulheres, mães e médicos. Discurso maternalista em revistas feminina (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado. COC/Fiocruz, 2006.

CAPÍTULO 1

A HOMOSSEXUALIDADE COMO OBJETO DE CONHECIMENTOS ERUDITOS E CIENTÍFICOS NOS SÉCULOS XIX E XX

*“Quando se questiona a origem de algo diferente,
fica sugerida a idéia de um desvio da normalidade”*

Trevisan
Devassos no Paraíso, 2004.

1.1 A produção de conhecimento sobre a homossexualidade no contexto internacional

O objetivo central deste capítulo é demonstrar como, historicamente, a questão da homossexualidade é cunhada pelo campo médico-psiquiátrico, sendo então entendida como patologia. Tal questão se insere no tema maior da história da sexualidade. Assim, destaco, inicialmente, dois principais autores – Michael Foucault e Lantéri-Laura – entre os demais citados neste capítulo, os quais têm trabalhado, sob prismas diferentes, com o tema da história da sexualidade e se dedicado também ao tema das perversões sexuais, aí se incluindo, a homossexualidade. De acordo com Giami, Foucault teria se preocupado mais com a relação entre sexualidade e verdade, conhecimento e poder, enquanto que Lantéri-Laura teria se dedicado mais especificamente às perversões sexuais e como elas saem do campo da religião e da lei e são apreendidas pela psiquiatria. Além disso, Lantéri-Laura teria conferido à homossexualidade um caráter essencial na construção, na evolução das idéias psiquiátricas sobre a sexualidade e na gênese da sexologia ³¹.

Os séculos XVII e XVIII mantiveram a visão dominante da compreensão da heterossexualidade como o estado natural, tendo a fertilidade e a reprodução como normas. Considerava-se a existência de dois sexos estáveis e opostos, e determinantes na vida política,

³¹ Giami, Alain. A Medicalização da Sexualidade. Foucault e Lantéri-Laura: História da Medicina ou História da Sexualidade? In: *PHYSIS-Revista Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 15(2):259-284,2005, p. 259 e 273. Os comentários de Giami se referem a duas obras principais desses autores sobre o tema da sexualidade: *História da Sexualidade I – A vontade de saber* de Foucault e *Leitura das Perversões: história de sua apropriação médica*, de Lantéri-Laura.

econômica e cultural dos homens e das mulheres, já que os papéis de gênero seriam baseados nessas proposições³².

Em fins do século XVIII, segundo Foucault³³, existiam três códigos explícitos que regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eram esses códigos que determinavam a fronteira entre o lícito e o ilícito e embasavam as relações matrimoniais. Ainda segundo o autor, no início do século XIX ocorreu um deslocamento do olhar sobre a sexualidade conjugal e reprodutiva para as sexualidades periféricas a ela³⁴. A medicina assim como a Igreja passaram a considerar que a sexualidade reprodutiva era a sexualidade saudável e que todas as formas de sexualidade não reprodutiva seriam doença e, às vezes, também crime. Os desvios passaram a ser o centro da produção discursiva, sendo considerados crimes contra a natureza. Nesse quadro encaixa-se a homossexualidade, que é transformada de um ato interdito, de um comportamento pecaminoso – a sodomia – para uma característica do sujeito. Desloca-se o foco do comportamento para o atributo, representando-se o homossexual como uma espécie (diferenciada) de pessoa. Deste modo, o homossexual do século XIX passou a ser visto como um personagem em que sua sexualidade desviante estaria presente todo o tempo, como princípio e fim de suas ações. Destarte, com a passagem da atenção à prática, enquanto pecado ou crime, para um atributo da alma, enquanto natureza do sujeito, a homossexualidade apareceu então, como uma figura da sexualidade, assim como as demais “perversões” descritas pelos psiquiatras do século XIX.

O discurso sobre os desvios se associou à medicina, produzindo verdades sobre o sexo ligados à moral, à lei e à assepsia para o bem de todos. A sexualidade, deste modo, seria um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando intervenções terapêuticas ou de normalização. Para Foucault, assim sendo, a história da sexualidade deveria ser feita do ponto de vista de uma história dos discursos já que, para esse autor, as sexualidades periféricas foram enquadradas nos discursos e passaram a ser o centro da produção discursiva, principalmente ao serem nomeadas e classificadas pela medicina.

Foucault destacou quatro grandes formas sob as quais se instaurou a idéia do sexo
– *“da histeria, do onanismo, do fetichismo e do coito interrompido – como sendo submetido ao jogo do todo e da parte, do princípio e da falta, da ausência e da presença, do excesso e da deficiência, da função e do instinto, da finalidade e*

³² Laqueur, Thomas. *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p.194

³³ *Op. cit.*, 1988, p.38

³⁴ *Op. cit.*, 1998, p.46

*do sentido, do real e do prazer. Assim, formou-se pouco a pouco a armação de uma teoria geral do sexo”.*³⁵

Curiosamente, Foucault não incluiu a homossexualidade ente as figuras maiores que comporiam o dispositivo da sexualidade, apesar de que o estudo e a categorização da homossexualidade terem exercido um importante papel na gênese da sexologia no final do século XIX.

Em outra perspectiva analítica Hansen³⁶ demonstra, entretanto, como historicamente a construção social da homossexualidade pela medicina não foi um evento construído exclusivamente por esta. Em seu ponto de vista, o diagnóstico da homossexualidade foi passível de ser produzido, ao final do século XIX, porque os próprios homossexuais teriam assumido esse diagnóstico como forma de redução de culpa e também de resignação em face desse novo enquadramento pela medicina, tendo assim, tanto médicos como pacientes colaborado na categorização e patologização da homossexualidade. Constituíam-se assim, um processo interativo entre médicos e pacientes, e nele, um novo tipo de pessoa ganhou visibilidade pública. Assim sendo, a criação dessa nova categoria – a homossexualidade – teria servido como catalisadora para a produção de uma nova identidade coletiva. Para Hansen³⁷ o paciente era na verdade, o sujeito da ação e um sujeito que ocupava uma determinada posição no contexto sócio-cultural, qual seja o espaço urbano que surgia como um facilitador da visibilidade da sexualidade fosse ela hetero ou homossexual. Esse processo segundo o autor ocorreu a partir de uma popularização do discurso médico que, em sua opinião, foi lenta e irregular, embora tenha tido um papel importante para reforçar a consciência de ser diferente e como ser diferente. Essa nova situação – a inversão sexual ou homossexualidade – se transformaria num fenômeno social, que assumiria formas variadas segundo o país, a região, a classe social, o nível de urbanização e o sexo.

Ainda segundo esse autor³⁸, na concepção tradicional, a sodomia era um pecado que qualquer um poderia cometer. O pecado estava no ato, e quem o cometia era socialmente visto com sodomita. Isso não o fazia ser um tipo de pessoa diferente das outras. Na concepção moderna, entretanto, não seria necessário ocorrer o ato. A definição recaía sobre a essência, sobre o ser, que possuiria um instinto sexual contrário, mesmo sem que o indivíduo tivesse

³⁵ *Op. cit.*, p.144

³⁶ Hansen, Bert. American Physicians' Discovery of homosexuals 1890-1900: a new diagnoses in a changing society. In: Rosenberg, Janet & Rosenberg, Charles E. (eds.) *Framing Disease*. New York: Rutgers University Press, 1992. (104 -131)

³⁷ *Op. cit.*, p.109

³⁸ *Op. cit.*, p.107-108

tido uma experiência sexual com outro indivíduo do mesmo sexo. Deste modo, a sexualidade teria sido transformada em algo mais do que o comportamento sexual em si. Tanto o paciente quanto o médico teriam enquadrado a homossexualidade como uma condição, mais do que como um comportamento.

Nessa perspectiva analítica de Hansen³⁹, a transição entre o modelo tradicional e o modelo moderno, estaria relacionada à evolução de quatro estruturas que interagem entre si: o papel social; a autoconsciência da identidade, ou seja, a internalização de ser um determinado tipo de pessoa; as instituições sociais, que se refeririam ao reconhecimento de locais para determinadas atividades e a comunidade, entendida como o senso de pertencimento a um determinado grupo, uma identificação coletiva.

A perspectiva de Lantéri-Laura⁴⁰, por sua vez, se preocupa menos em estudar a história da sexualidade *per si*, e mais em que condições a medicina teria se tornado a referência maior, quase única, no estudo das perversões, aí se incluindo a homossexualidade. Segundo o autor

*“(...) nem sempre foi assim [a medicina como praticamente única referência no estudo das perversões] e não existe nenhuma necessidade a priori de que o seja. A inexistência de herdeiros das funções da religião, a eficácia medíocre do direito positivista, que peca por excesso ou por falta, e o prestígio das ciências no século XIX e da medicina entre as ciências explicam aquilo a que chamamos a apropriação médica das perversões”.*⁴¹

Dessa forma, Lantéri-Laura sugere um fio condutor que propõe um acompanhamento das perversões a partir do momento em que deixam de ser vistas como algo proibido, como pecado, se deslocando do campo da religião para o da ciência, sendo normatizadas por esta. Há que se considerar, contudo, o desenvolvimento das perícias judiciárias durante o século XIX, que em muito contribuiu para que os comportamentos compreendidos como perversos passassem a ocupar um lugar na patologia geral, em um primeiro momento, e depois, de forma definitiva, na patologia psiquiátrica, já que os médicos eram solicitados pela legislação a formular uma opinião sobre o tema.

³⁹ *Op.cit.*, p. 109

⁴⁰ Lanteri-Laura, Georges. *Leitura das Perversões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁴¹ *Op. cit.*, p.9

Assim, apoiando-me na perspectiva de Lanteri-Laura, a qual compreendo como a que mais se articula ao objetivo desta tese, introduzo a discussão sobre a apropriação do saber médico sobre as perversões.

Temos assim três fios analíticos importantes que vão orientar a análise da história da homossexualidade, sobre os quais me deterei ao longo deste capítulo: o tema do livre-arbítrio, o tema da patologia e a atenção às determinações físico-morais no que se refere à orientação sexual.

De acordo com o autor, a palavra “perversão” teve um aparecimento tardio na linguagem médica se comparado a sua introdução e uso pelo campo jurídico.⁴² Entretanto, em francês a palavra já aparecia desde 1444, originária do latim *perversio*, a partir de *perversun*, cujo sentido original era “revirar”, “inverter”. Desde o início de sua utilização adquiriu um significado pejorativo na linguagem corrente e apenas em meados do século XIX foi incorporado pela medicina, no sentido de um distúrbio, um desarranjo, como no caso da “perversão do apetite”, que indicava uma mudança negativa de uma função fisiológica, que resultaria do excesso, ou da falta, ou ainda da inadequação⁴³.

Ainda segundo Lanteri-Laura, o interesse médico sobre esse tipo de fenômenos teria sido não apenas tardio em relação ao campo jurídico, mas também apenas indireto, já que a medicina apenas emitia uma apreciação sobre o assunto quando solicitada pelos magistrados. Nessa época, no decorrer do século XIX, os comportamentos perversos não eram condenados *per se*,⁴⁴ mas por suas conseqüências, já que a medicina realizava perícias mais para apontar os danos causados à vítima do que para analisar o acusado. Lanteri-Laura ilustra com o exemplo comparativo entre as práticas penais do Antigo Regime em relação ao Código Penal francês, o quanto este último seria liberal. O Código Penal francês, na parte ‘dos crimes, dos delitos e de sua punição’ deixaria claro que a punição se resumia, em se tratando de comportamentos sexuais, ao “escândalo público do ultraje aos bons costumes e o atentado ao pudor” e neste último caso, levava-se em conta a idade e o consentimento. Assim, sendo um dos envolvidos menor, mesmo com sua concordância, existiria crime, mas, sendo maior, só haveria crime na ausência do consentimento, independente da presença ou não de violência.

⁴² *Op. cit.*, p.15

⁴³ *Op. cit.*, p. 23

⁴⁴ Países como a Itália, Espanha, Holanda e ainda alguns estados soberanos da Alemanha Ocidental, que conservaram o código penal de 1810, não consideravam práticas homossexuais entre maiores como delito, desde que os implicados consentissem o ato. Entretanto, na Prússia punia-se a sodomia entre homens e após a proclamação do Império alemão essa medida foi estendida aos demais estados que compunham o Império, incluindo, inclusive, os que já não mais puniam a homossexualidade. (Lanteri-Laura, *op. cit.*, p.29)

Desta forma, punia-se o escândalo, protegiam-se os menores e no máximo, condenava-se apenas a violência contra um maior que não tivesse autorizado o ato em si. Estava claro na lei a intenção de não-intromissão nos assuntos de fórum privado dos cidadãos maiores, ou seja, a defesa do livre-arbítrio. Deste modo, a sexualidade, ao menos a dos adultos, não era uma preocupação legítima do legislador burguês. Entendia-se, portanto, que os maiores podiam chegar ao orgasmo pelas formas que melhor lhes aprouvessem, desde que com a aquiescência de seus parceiros.⁴⁵

A psiquiatria foi aumentando sua intervenção no campo jurídico e dessa forma, divulgando conceitos psiquiátricos, que colaboraram em uma renovação da disciplina no início do século XX. Assim como a psiquiatria, que partiu de uma base da medicina legal da metade do século XIX – influenciada pelas teorias de degeneração de Morel e outros – também a criminologia foi um dos principais veículos pelos quais as teorias sobre a sexualidade foram divulgadas no início do século XX⁴⁶.

Deste modo, não apenas a medicina demonstrava seu interesse sobre as perversões sexuais no século XIX, mas um novo campo de conhecimento científico veio também tematizar a questão da homossexualidade: o campo da criminologia, tendo na escola naturalista italiana de César Lombroso (1835-1909) seu maior expoente. Partindo do conjunto de comportamentos criminosos, propôs uma explicação das determinações individuais em detrimento da marginalidade social, retirando qualquer referência ao sagrado que os códigos de direito penal da Europa do século XIX ainda pudessem ter. Assim, a escola italiana, através de seus principais representantes – Beccaria, Garofalo e Lombroso – apontaram a necessidade de eliminar a religiosidade que cercava delitos e crimes, permitindo assim, o surgimento do que se viria se chamar criminologia.⁴⁷

Nesta direção, Lombroso realizou pesquisas craniométricas de criminosos, abrangendo fatores anatômicos, fisiológicos e mentais, baseando-se, primeiramente no atavismo: o retrocesso atávico ao homem primitivo. Depois, observou a ausência de desenvolvimento psíquico, considerando o comportamento do delinqüente semelhante ao da criança, e por fim, analisou a agressividade explosiva do epilético⁴⁸.

⁴⁵ *Op. cit.*, p.15

⁴⁶ Cleminson, Richard M. The Significance of the ‘Fairy’ for the Cultural Archaeology of Same-Sex Male Desire in Spain, 1850-1930. In: *Sexualities*, Vol.7(4) 412-429, 2004, p.416

⁴⁷ Lanteri-Laura. *Op.cit.*, p. 32-33

⁴⁸ Albergaria, Jason. *Noções de Criminologia*. Mandamentos: Belo Horizonte, 1999, p.131.

“Lombroso expôs em detalhes suas observações e teorias na obra *O Homem Delinqüente* e em 1885, realizou-se em Roma um Primeiro Congresso de Antropologia Criminal, onde as teses e propostas de Lombroso obtiveram

Lombroso criou assim, a figura do criminoso nato, a qual dominou os estudos de criminologia durante grande parte do século XIX. Para ele o criminoso trazia em seu próprio corpo as marcas de sua potencial periculosidade. Assim, o estudo clínico do criminoso deveria se centrar mais no próprio indivíduo e no caráter endógeno da determinação de seu comportamento, ao invés de se ater à descrição detalhada dos sinais externos de seu comportamento. Neste sentido, Lombroso relacionava certas características físicas, tais como o tamanho da mandíbula, à psicopatologia criminal, ou à tendência inata de indivíduos sociopatas e o comportamento criminal dos mesmos. Chamava assim a atenção para a importância de estudos científicos da mente criminosa, um campo que se tornou conhecido como antropologia criminal. Essa teoria teve bastante influência na Europa e especialmente na América Latina, onde até os anos 30 encontram-se seguidores da então chamada escola antropológica italiana, inclusive no Brasil, como veremos mais adiante.

Quanto à homossexualidade, a antropologia criminal compreendia que esta representava um estágio de desenvolvimento mais baixo do que o da heterossexualidade, mas também que não havia justificativa em puni-la. Contudo, defendia a proposta de que os homossexuais deveriam ser restringidos a asilos, devido ao perigo que representavam para a sociedade⁴⁹.

Na mesma época, o jurista alemão Karl H. Ulrichs (1825-1895) homossexual, ativista, também se baseando em anomalias hereditárias para justificar o desvio do padrão normal da sexualidade como Lombroso, utiliza-se, entretanto, dessa justificativa para iniciar o desafio de se mudar a concepção dominante. Em 1860 cunhou o termo uranista, – outro modo de se nomear o homossexualismo – numa referência à Afrodite Urânia (mito utilizado por Platão que simbolizava o amor entre pessoas do mesmo sexo)⁵⁰.

Formado em direito e também em teologia, Ulrichs foi um dos primeiros a escrever um trabalho científico sobre a homossexualidade, baseando-se na teoria do hermafroditismo, semelhante à teoria do sexo único da Antiguidade, na tentativa de demonstrar que o uranismo estaria tanto fora do campo da medicina, enquanto um problema que necessitasse de atenção médica, de um tratamento; quanto do campo jurídico, no sentido de se tomarem ações legais repressivas ao ato em si.

grande sucesso e reconhecimento científico. (Elbert, Carlos Alberto. *Manual Básico de Criminologia*. Ricardo Lenz:Porto Alegre, 2003, p.56).

⁴⁹ Bayer, Ronald. *Homosexuality and American Psychiatry, the Politics of Diagnosis*. Princeton: Princeton University Press, 1987, p.20.

⁵⁰ Hekma, Gert. Uma história da sexologia: aspectos sociais e históricos da sexualidade. In: Bremmer, Jan (org) *De Safo a Sade. Momentos na historia da sexualidade*. São Paulo: Papyrus, 1995. (237-263)

A teoria do sexo único do século II, segundo Laqueur,⁵¹ demonstrou, através de um modelo da identidade estrutural dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, que as genitálias femininas e masculinas eram iguais – e nisso acreditou-se durante milhares de anos até o final do século XVIII. Assim, existiria apenas um sexo único, sendo a mulher considerada um ser imperfeito em relação ao homem, já que devido à ausência de calor vital, as estruturas externas do homem estariam retidas internamente na mulher. Nesta idéia de um único corpo para dois gêneros, a fronteira entre o masculino e feminino seria de grau e não de espécie, já que existiria uma única espécie, variando de uma maior para uma menor perfeição, representadas, respectivamente, pelo homem e pela mulher imperfeita. Os marcos orgânicos importavam menos que as hierarquias metafísicas que eles representavam. Existia apenas um sexo e esse era adaptável, mas havia vários gêneros. Assim, o corpo de sexo único apresentava nuances que faziam com que fosse entendido como relativamente natural homens maduros terem atração sexual por meninos; existirem mulheres hirsutas, viris e homens fracos, frios demais, efeminados.

De modo semelhante, a teoria de Ulrichs defendia a suposição de que o embrião tinha formação bissexual e apenas com o tempo as características monossexuais seriam desenvolvidas. Destarte, essa noção serviria para explicar a inversão entendendo-se o uranismo como um hermafroditismo psíquico que surgiria nas primeiras treze semanas de vida embrionária, sendo, portanto, uma característica inata que tinha um lugar no corpo, em um primeiro momento no cérebro e, mais tarde, nos testículos. Ulrichs, que se autodenominava um uranista, explicava essa condição, não como uma enfermidade, mas como expressão de um ser híbrido, que possuía uma alma de mulher em um corpo de homem. Não sendo doença, não se deveria almejar a cura, devendo a sociedade aceitar a convivência com essas pessoas, assim compreendidas. Desta forma, do seu ponto de vista, o uranismo estaria fora do campo da medicina – por não ser cunhado como patologia – e do direito, já que aqui também não era indicada uma repressão penal, apesar de Ulrich viver em uma Alemanha que à época, condenava as práticas homossexuais.

Os médicos da primeira metade do século XIX, entretanto, em vários casos, produziam discursos que apontavam a alienação mental como causa do comportamento perverso, construindo, neste sentido, uma visão diferenciada daquela esperada e propagada pelo campo jurídico da época. Eles buscaram demonstrar que as singularidades do comportamento sexual, poderiam corresponder a variedades parciais de alienação mental.

⁵¹ Op. cit.

Essa mudança, do aspecto moral de sodomia para outro que apontava para uma desordem mental foi realmente uma inovação⁵². Entretanto, como aponta Cleminson, não houve uma progressiva e linear substituição da terminologia para se referir a relação entre duas pessoas do mesmo sexo. O que houve, foram termos e idéias que proliferaram nas últimas quatro décadas do século XIX e durante as três primeiras do século XX que buscavam explicar a homossexualidade por diferentes pontos de vista, através de diferentes denominações.⁵³

Nesse contexto, a alienação mental, que poderia explicar o comportamento perverso, era compreendida como “um avesso da ordem, um excesso que é uma falta: agitação, exagero, imoderação, desregramento, periculosidade(...)”⁵⁴. Deste modo, se estabelece a relação entre loucura e civilização em sua face negativa, de degradação dos costumes, onde preponderariam as causas morais, que agiriam sobre as paixões, as emoções. Assim, o tratamento principal proposto seria o tratamento moral, sem, entretanto, excluïrem-se as terapias físicas.

Nessa visão médica, portanto, esse comportamento deveria ser tratado, ao invés de punido, devendo-se também relegar as relações entre atos perversos e a moral cristã, pois se entendia que a ciência só se realizaria desprezando os preconceitos e abandonando os pressupostos morais religiosos para assim poder encontrar o significado patológico e médico-legal do comportamento perverso.

Nota-se aqui, uma proposta de mudança no que anteriormente poderia ser compreendido como relativo ao campo do livre-arbítrio ou da moral, agora então relacionado ao campo do patológico, com o interesse científico da medicina pelo estudo das perversões sexuais, surgido no século XIX, conforme também indicam dicionários e tratados médicos. A essas perversões, que significariam um distúrbio qualitativo, foi dada inicialmente a designação de ‘perversão moral dos instintos’,⁵⁵ destacando-se os aspectos sexuais que foram qualificados como objetos médico-psiquiátricos.

Outros autores que trouxeram contribuições importantes à constituição da idéia de homossexualidade foram os médicos-psiquiatras alemães Karl Westphal (1833-1890) e Albert

⁵² Cleminson, *op.cit.*, p.417.

⁵³ *Op. cit.*, p. 417.

⁵⁴ Castel, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de outro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.111

⁵⁵ No dicionário de Littré, de 1873, apareceria o termo “perversão moral dos instintos” como uma loucura hereditária. Magnan, em 1885, teria empregado os termos “anomalias, aberrações e perversões sexuais” em seu texto apresentado nos *Annales médico-psychologiques*, impondo assim o uso habitual do termo. A partir dos primórdios do século XX, apenas a palavra “perversões”, indicava singularidades da sexualidade.

Moll (1862-1939).⁵⁶ Westphal criou a locução ‘sensibilidade sexual inversa’, como forma de significar um modo de sentir o sexual oposto ao habitual. Assim como Ulrichs, também defendia o caráter congênito dos invertidos, sem insistir em uma eventual hereditariedade, desvinculando a homossexualidade da loucura e das monomanias, mas acreditando que o sujeito seria invertido desde o nascimento e, portanto, que se deveria considerar sua inversão sexual como sua própria natureza. Por ser médico-psiquiatra, Westphal estava autorizado moral e legalmente para estudar casos de pessoas com sentimentos sexuais contrários e, assim, apresentá-los, defendendo a possibilidade de afirmação de uma forma sexual singular, separada da noção de devassidão e da alienação mental. Entretanto, encontrou nos invertidos traços comuns com o que então era compreendido como parte do grupo dos “neuróticos”⁵⁷ que “abarcava, além das síndromes coréicas e da epilepsia, a histeria e a neurastenia”⁵⁸ e o estabelecimento dessa relação entre invertidos e neuróticos possibilitou que se vinculasse a idéia de inversão ao campo conceitual da medicina.

Essa idéia de uma inversão congênita também era defendida pelo médico-psiquiatra Albert Moll, que apresentou um estudo sobre homossexualidade, baseando-se em uma investigação clínica muito extensa, a partir de pessoas tratadas por ele próprio e ainda de depoimento indiretos. Além da inversão congênita, entretanto, ele afirmava rara a possibilidade de uma homossexualidade adquirida, devido a determinadas situações que o sujeito vivenciasse na infância, ou pela opção por uma vida reclusa sem mulheres e, ainda, em face de oportunidades propícias. Pode-se dizer que Moll direciona a psiquiatrização da homossexualidade no sentido de uma psicologização global da sexualidade, e da homossexualidade em particular, apresentando uma proposta que englobaria aspectos físico-morais e relativos ao livre-arbítrio na determinação da homossexualidade. Ao contrário de Ulrich, Moll descartou qualquer relação entre o hemafroditismo e a inversão sexual. Além disso, no caso da homossexualidade congênita, percebia a ocorrência de traços degenerativos e de antecedentes hereditários. Defendia que o objetivo primário da sexualidade seria o

⁵⁶ Cabe lembrar que nessa época a homossexualidade era considerada crime na Alemanha, Assim, esses primeiros estudos sobre inversão sexual, feitos por médicos alemães, tinham entre outras finalidades, corrigir a legislação penal.

⁵⁷ “O conceito de neurose foi criado em 1777 pelo escocês William Cullen para designar as afecções do sistema nervoso que não eram acompanhadas de febre nem imputáveis a lesões localizadas. Esse conceito teria sido introduzido em 1845 no Manual de Psicologia Médica (...) da “escola psiquista” alemã dominante no além-Reno na primeira metade do século XIX. Ele fazia parte do então corrente e abrangente campo semântico do nervoso, também presente no pensamento de Pinel, e constituía inicialmente uma classe particular das neuroses: tratava-se de uma patologia causada por uma irritação nervosa, cuja característica estava na manifestação psíquica dos problemas. (Venancio, Ana Teresa A. *O eu dividido moderno: uma análise antropológica da categoria esquizofrenia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1998, p. 101).

⁵⁸ Lantéri-Laura, *op. cit.*, p.32

orgasmo e que este poderia ser atingido de diversas maneiras, de modo que algumas pessoas só conseguiriam alcançá-lo com parceiros do mesmo sexo. Para ele o médico não deveria intervir, a não ser que fosse solicitado, em caso de sofrimento e menos ainda, deveria o invertido sofrer algum tipo de pena. Moll tratava assim do objeto da sexualidade moderna – o orgasmo – e elaborava a produção de um discurso médico-psiquiátrico que, além de defender que a homossexualidade não implicava, necessariamente, em uma intervenção médica, propunha a possibilidade de interferência apenas nos casos em que o sujeito estivesse em sofrimento e solicitasse ajuda, defendendo, portanto, a perspectiva do livre-arbítrio.

Foi em meados do século XIX, portanto, que a psiquiatria passou a elaborar um discurso voltado exclusivamente para as aberrações do comportamento sexual, estudadas em suas particularidades. O interessante é que esse discurso não estava inicialmente correlacionado ao que se chamava à época como distúrbios fundamentais, em que se destacavam as monomanias. O diagnóstico de monomania, cunhado pelo médico-psiquiatra francês E. Esquirol (1772-1840) designava uma perturbação não relacionada aos delírios nem aos julgamentos perturbados, mas sim aos movimentos inesperados e incontroláveis das paixões e afetos, o que causaria uma desordem na forma de agir e tomar decisões; uma questão do campo moral para a qual se destinava o “tratamento moral”. Rompendo com a relação delírio-loucura a noção de monomania sofisticava o diagnóstico psiquiátrico das alienações mentais, já que a loucura deixava de ser vista apenas como uma questão de observação para ser passível de uma ação de decifração a ser realizada por peritos. Modificava ainda o olhar sobre o louco que deixava de ser simplesmente alguém desordenado e passava a ser considerado como perigoso devido à imprevisibilidade de suas condutas, passíveis de o levarem ao crime.

Em meados do século XIX, entretanto, observam-se críticas quanto à proposta de Esquirol por esta apresentar os sintomas e não as causas da doença mental. Essa teoria e, conseqüentemente, a proposta do tratamento moral, passariam então a concorrer com uma forte preocupação científica de se localizar no corpo a origem da loucura e de todas as anomalias, incluindo-se os desvios do campo da sexualidade, conseqüentemente a homossexualidade.

Críticas já haviam surgido anteriormente, ao trabalho de Pinel, de quem Esquirol foi discípulo, e que representava a escola alienista. Essas críticas vieram da parte da medicina científica representada por Broussset, “o profeta do fisiologismo” e seus seguidores. Entre estes, Georget, o primeiro a subordinar a doença mental à constituição de um saber sobre o

organismo.⁵⁹ A partir de 1860, entretanto, as críticas à proposta asilar do alienismo e seu fundamento teórico baseado na sintomatologia tomaram maiores proporções, com o surgimento de uma orientação organo-genética inspirada nos trabalhos, de Benedict August Morel (1809-1873), sobre a degenerescência relacionada à loucura.

Com a publicação, em 1857 do *Traité des dégénérescences* de Benedict August Morel a medicina mental começou a se direcionar para uma visão mais organicista, utilizando o conceito de degenerescência e atentando para suas causas morais, intelectuais e físicas que seriam transmitidas hereditariamente.⁶⁰ A teoria da degenerescência defendia a transmissão de caracteres mórbidos dos ascendentes aos descendentes no nível biológico e moral, através da hereditariedade. Em 1857 B.A. Morel construiria a teoria de que o ser humano teria sido criado segundo um tipo primitivo perfeito e, todo desvio desse tipo perfeito, seria uma degeneração. A essência do tipo primitivo e, portanto, da natureza humana, seria a contínua supremacia ou dominação do moral sobre o físico. Para Morel, o corpo não seria mais que "o instrumento da inteligência". A doença mental, portanto, inverteria esta hierarquia mente-corpo e converteria o humano "em besta" já que ela não seria mais que a expressão sintomática das relações anormais que se estabelecem entre a inteligência e seu instrumento doente, o corpo. Desse ponto de vista a degeneração de um indivíduo se transmitiria e se agravaria ao longo das gerações, até chegar à decadência completa.

Alguns autores posteriores, como é o caso de Valentín Magnan (1835-1916), suprimiram o elemento religioso das idéias de Morel e acentuaram os aspectos neurobiológicos. Estes conceitos reforçaram o papel central da hereditariedade e da predisposição em varias teorias sobre as doenças mentais, mantendo a fidelidade ao ensinamento de Morel no que tange à investigação das causas em patologia mental e à idéia de degeneração. A novidade ficaria por conta da inclusão da classe dos hereditários-degenerados, para lembrar que se a degenerescência era hereditária na maior parte das vezes, podia também ser adquirida.⁶¹ Aqui, mais uma vez, privilegia-se o fisicalismo o qual por sua vez, englobaria aspectos morais.

Foi nesse contexto de idéias que a noção de comportamentos sexuais desviantes logo se difundiu através do trabalho do psiquiatra alemão Krafft-Ebing (1840-1902) que

⁵⁹ Castel, *op. cit.*, p.108.

⁶⁰ Castel, *op. cit.*, p.249.

⁶¹ Lanteri-Laura, *op.cit.*, p.46-47 e Bercherie, Paul. *Os Fundamentos da Clínica. História e estrutura do saber psiquiátrico* Jorge Zahar Editores, RJ, 1989, p.154-155

publicou em 1886, na Alemanha, um tratado, considerado um manual clínico sobre a psicopatia sexual – *Psychopathia Sexualis*.

Segundo Foucault⁶², uma obra com o mesmo nome, de Henrich Kaan, já havia sido publicada em 1846, entretanto, foi a de Krafft-Ebing que difundiu a idéia de perversões sexuais. A descrição de comportamentos e sentimentos sexuais desviantes, contida na categoria de perversões sexuais analisada por Krafft-Ebing utilizava-se da teoria da degeneração de Morel, calcada num determinismo biológico exclusivo, e a de neurastenia de Beard (1839-1883), amparada em temas da psicologia⁶³.

Com seu tratado Krafft-Ebing estabelecia uma ligação entre o anátomo-fiscalismo da psiquiatria alemã de sua época e uma concepção mais psicológica a respeito das patologias mentais que, mais tarde, seria discutida, defendida e consolidada pela psicanálise. Em Krafft-Ebing não haveria uma distinção entre sexualidade e sexo e a sexualidade desempenhava um papel central, visto que seria o meio através do qual seriam transmitidas as taras degenerativas. As perversões sexuais abrangeriam, portanto, duas dimensões do humano – a dimensão física e a dimensão moral – numa perspectiva não dualista stricto sensu. Segundo Duarte⁶⁴, a partir da referência mais ampla do panorama fiscalista predominante à época, observa-se também a presença de teorias mais preocupadas com a dimensão ‘moral’ dos sujeitos. As teorias de Krafft-Ebing sobre as perversões sexuais, assim, referiam-se tanto à dimensão física quanto a moral, mas de modo que esta última encontrava-se englobada pelo fiscalismo, estando subordinada, desta forma, a uma leitura fiscalista.

De acordo com Duarte, portanto, em Krafft-Ebing a degeneração incluiria fatores físicos-morais, só existindo através da hereditariedade que, por sua vez, propiciaria distúrbios morais. Compreenderia ainda, como possíveis elementos para a presença de perversões, sintomas de perturbação nervosa, comportamento criminoso e até o excesso de bebida e a presença de doenças como sífilis e tuberculose. A degeneração dependeria também de outras

⁶² Giami, *op.cit.*, p.265

⁶³ O conceito de neurastenia introduzido por Beard em 1869 se referia a duas variedades clínicas. Numa o traço principal seria uma queixa de fadiga crescente depois de um esforço mental, geralmente associada a certa diminuição do desempenho ocupacional e a dificuldades no enfrentamento das tarefas diárias. Na outra variedade é dada ênfase aos chamados sentimentos de fraqueza e exaustão corporal ou física que acometeriam o indivíduo depois de um mínimo esforço, acompanhada por dores musculares e em outras partes do corpo, incluindo-se a incapacidade de relaxar. Nos dois tipos, haveria várias outras sensações físicas desagradáveis que normalmente incluiriam tonturas, cefaléias tensionais e sentimentos de instabilidade geral. Eram comuns ainda preocupações com a diminuição do bem-estar mental e corporal, irritabilidade, anedonia e graus variáveis tanto de estados de depressão como de ansiedade. O sono estaria geralmente perturbado nas suas fases iniciais e intermediárias, mas poderia haver também hipersonia.

⁶⁴ Duarte, Luis Fernando D. A “*psychopathia sexualis*” de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciência das perversões. In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 38(2):83-86 e (3):119-123, 1989, p.119

características atribuídas ao ‘sistema nervoso’ em torno da *irritabilidade*, que era entendida como um efeito moral decorrente da alteração das condições normais dos nervos.

Sendo assim, a terapêutica proposta por Krafft-Ebing residia na expectativa de que a vontade e o caráter se sobressaíssem à hereditariedade e restaurassem a responsabilidade. Destarte, o desvio poderia ser causado devido a uma irritação e exaustão dos nervos (aspecto físico), que por sua vez, provocaria um esgotamento do próprio sujeito: um quadro patológico que afetaria o moral, que por sua vez, afetaria mais os nervos. Nota-se assim, que, mesmo dentro do contexto do fisicalismo há uma dimensão moral do sujeito que se apresentava englobada pelo aporte desse mesmo fisicalismo. Por conseguinte, para Krafft-Ebing o início da ‘morbidade’ da homossexualidade não tinha um único modelo de estigmatização e controle social, e ambos os aspectos físicos e mentais eram considerados na busca da definição médica da homossexualidade. Assim, mesmo ganhando a perversão um caráter inato, a definição das categorias classificatórias era relacionada a uma abordagem de cunho psicológico, que considerava o caráter individual, a história pessoal, os sonhos, as fantasias e as desordens funcionais.

A divergência entre a visão físico-moral de Krafft-Ebing – ainda que englobada por uma linguagem e um olhar fisicalista – e uma abordagem especificamente fisicalista sobre a homossexualidade parece tomar forma com a publicação em 1890 do estudo de Magnan (1835-1916) a respeito do “exibicionismo”. Para Magnan, as perversões sexuais seriam uma variedade particular de distúrbios causados por um desequilíbrio que poderia determinar outras formas patológicas. Propôs uma teoria das localizações cerebrais das estimulações das diferentes anomalias e perversões sexuais e do funcionamento normal da sexualidade, sugerindo uma explicação neurofisiológica global para tais estados. “Os fenômenos perversos seriam, portanto, casos particulares de um distúrbio do funcionamento hierarquizado do sistema nervoso central”.⁶⁵ Assim, introduzia-se a observação clínica da medicina sobre as perversões sexuais, através da análise do funcionamento das estruturas cerebrais, e se deslocava o interesse da medicina das condutas perversas para a estrutura patológica do paciente.

Magnan utilizou o termo ‘desequilibrado’ em substituição ao ‘degenerado’ de Morel, assim denominando os que tinham uma permanente falta de equilíbrio entre as diversas partes funcionais do encéfalo, fosse por causas congênicas ou adquiridas. Apesar de não operar com a oposição sexualidade normal/sexualidade patológica, destacou a diferenciação entre as

⁶⁵ Lanteri-Laura, *op.cit.*, p.46

condutas sexuais que poderiam, ou não, levar ao orgasmo, segundo um modelo anátomo-fisiológico. Nesse sentido, as perversões foram entendidas como condutas que permitiam chegar ao orgasmo com um funcionamento incomum e desarmônico, mas que o modelo anátomo-fisiológico permitia entender cientificamente, e no qual os comportamentos correspondiam a uma desestruturação da ordem do sistema nervoso central. Entretanto, além dessa desestruturação, Magnan afirmava que pessoas que apresentavam tais condutas sexuais também teriam sinais de desequilíbrio psíquico. Essas características eram, muitas vezes, acompanhadas por malformações congênitas e passíveis de estarem presentes em sujeitos com antecedentes hereditários. Assim, as condutas perversas eram mais uma manifestação, dentre outras, do estado visto como de desequilíbrio mental.⁶⁶

Deste modo, pode-se dizer que durante o século XIX o saber psiquiátrico sobre as perversões sexuais oscilou entre o somático, o psíquico e a anátomo-fisiologia do sistema nervoso, ou seja, “*a história da psiquiatria não se situa exclusivamente ao lado do estilo de raciocínio psiquiátrico e permanece marcada pelas oscilações entre os modelos que atribuem uma autonomia à vida psíquica e aqueles que são fundados sobre a ancoragem do psiquismo na neurologia.*”⁶⁷ Nesse contexto, a homossexualidade assumiu uma posição central na constituição e no desenvolvimento das idéias psiquiátricas sobre a sexualidade. A psiquiatria, a criminologia e a medicina legal foram, portanto, os principais campos de conhecimento científicos por intermédio dos quais se difundiram teorias sobre a homossexualidade no início do século XX, ao mesmo tempo em que tais campos se fortaleciam enquanto especialidades através da eleição do tema da homossexualidade como objeto de estudo.

Outro campo de conhecimento que vai abordar do tema da homossexualidade é a sexologia, que desponta na passagem do século XIX para o XX como uma ciência anglo-germânica, prosperando em décadas seguintes nos Estados Unidos⁶⁸. Carrara identifica que a sexologia emergiu de diversos pontos: da psiquiatria, elegendo Krafft Ebing como o nome exemplar, da sifilografia, da medicina-legal e da ginecologia. Além disso, Carrara analisou trajetórias distintas que transformaram em sexólogos alguns médicos e notou uma similitude entre essas trajetórias e o que atualmente chamaríamos de ‘alternativo’, ligado ao ideário romântico “que, em finais do séc. XIX propunha uma volta à natureza, ao “primitivo”, à

⁶⁶ Lanteri-Laura, *op.cit.*, p. 55-56

⁶⁷ Giami, *op.cit.*, p.273.

⁶⁸ Carrara, Sergio. Utopias Sexuais Modernas: Uma Experiência Religiosa Americana. In: *Revista Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 355-368, p.361

espontaneidade na expressão dos afetos e sentimentos”⁶⁹. Esse retorno à natureza, como veremos no próximo capítulo, voltará a estar presente no ideário da contracultura, que também tomou, em outros níveis, a sexualidade como uma bandeira contra as regras sociais então vigentes.

Béjin,⁷⁰ entretanto, propõe que se considerem dois nascimentos para a sexologia: o primeiro seria na segunda metade do século XIX, mais precisamente entre 1844 e 1886, momento das publicações dos livros, ambos com o mesmo título, *Psychopantias Sexualis*, de diferentes autores, como já citado: o primeiro de H. Kaan e o outro de Krafft-Ebing. A esse primeiro nascimento, Béjin denominou de ‘proto-sexologia’, já que estaria centralizada principalmente na psicopatologia da sexualidade. Quanto à segunda sexologia, que seria a sexologia atual, o autor a situa nas três décadas após a Primeira Grande Guerra, entre 1922 e 1948 e que circunscreveu seus estudos ao orgasmo, deixando de lado “os prazeres “perversos”, para se concentrar nas carências do desejo e nos “fracassados do prazer”.⁷¹

Sem dúvida neste trabalho, nos interessam os estudos da metade do século XIX ao início do século XX, já que focaram seu olhar nas perversões sexuais, destacando-se entre elas a homossexualidade. Assim, nesse período, no campo científico da sexologia optei por destacar os trabalhos e teorias de Havellock Ellis (1850 -1939) e Magnus Hirschfeld (1868-1935).

H. Ellis foi médico, sexólogo e literato britânico, um dos fundantes da sexologia, que publicou uma extensa obra de seis volumes, no período de 1897 a 1927 denominada *Estudos da Psicologia do Sexo*, primeiro estudo sobre a categoria “inversão sexual”. H. Ellis se contrapunha a Krafft-Ebing no sentido de não aceitar a existência de uma inversão adquirida, postulando a natureza congênita da homossexualidade. Realizou estudos sobre comportamento animal e também sobre a sexualidade em outras culturas. Ellis defendia que o homossexualismo deveria ser entendido como natural; e mesmo como um estado permanente, observando ainda que a grande maioria dos homossexuais não almejava a cura. Evitava assim a ligação da homossexualidade com a doença, se destacando por uma orientação moderna de

⁶⁹ *Op.cit.*, p.361.

⁷⁰ Béjin, André. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: Áries, Ph. & Béjin, A. *Sexualidades Ocidentais*, São Paulo: Brasiliense, 1985a: 210-211.

⁷¹ *Op. cit.*, 1985a, p. 232.

Destaque-se, contudo, que se o imperativo do orgasmo em um primeiro momento se preocupava principalmente com o orgasmo dos homens adultos heterossexuais casados, visto que a inquietação recaía na procriação. Após a liberalização sexual do século XX, o dever do orgasmo se estendeu a todos, aí se incluindo os orgasmos com parceiros do mesmo sexo. (Béjin. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: Ariés, Ph.& Béjin, A. *Sexualidades Ocidentais*, São Paulo: Brasiliense, 1985b, p.239 – 240)

pensamento sobre temas sexuais, que iria influenciar tanto estudos americanos sobre o sexo no início do século XX, quanto a outros autores, como Sigmund Freud (1856-1939).⁷²

M. Hirschfeld, também médico e sexólogo, igualmente se propunha a proteger os direitos dos homossexuais e a revogar o parágrafo 175 da lei alemã, que penalizava as relações homossexuais. Partia da crença de que o conhecimento científico sobre a sexualidade eliminaria a hostilidade face aos homossexuais

Desenvolveu assim, a teoria do *terceiro sexo*, defendendo a postura de que os homossexuais estariam numa orientação intermédia entre o homem heterossexual e a mulher heterossexual e também a idéia de que os seres humanos não podem ser meramente divididos nas categorias homem ou mulher. Ao invés disso, Hirschfeld alegou que os seres humanos possuiriam elementos masculinos e femininos em proporções variáveis. Em seu tratado denominado *Geschlechtsübergänge* (Transições Sexuais) defendeu a teoria de que a sexualidade era uma construção gradativa, que resultaria da combinação de quatro elementos: os órgãos sexuais, outras características sexuais do corpo, desejo sexual e características psicológicas. Desse modo, a sexualidade de cada pessoa seria fruto da combinação em diferentes graus desses elementos.

Teve por base os trabalhos de Ulrichs e Krafft-Ebing e por sua vez, suas pesquisas influenciaram os trabalhos de Havelock Ellis e também de Freud a quem conheceu em 1908⁷³.

Freud, como a maioria dos que estavam sobre a influência dos estudos sobre sexualidade nos últimos anos do século XIX e no início do século XX, não tinha dúvidas que a heterossexualidade representava o fim do desenvolvimento psicosssexual normal, compreendendo que uma das tarefas implícitas na escolha do objeto é que este devesse ir na direção do sexo oposto⁷⁴. Até esse momento, o da primeira publicação sobre o tema em 1905, Freud não via conflito entre a demanda da convenção social e o curso da natureza. Entretanto, discordava terminantemente com os cientistas que defendiam que a homossexualidade seria uma forma de degeneração, como Magman. Para ele, isso só poderia se justificar se os homossexuais apresentassem um número de desvios superiores ao comportamento normal e se a capacidade de sobrevivência e um funcionamento eficiente estivessem seriamente

⁷² Robinson, Paul. *A modernização do sexo. Estudos sobre Ellis, Kinsey, Masters e Johnson*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁷³ Humboldt. Universität zu Berlin. Magnus Hirschfeld Archive for Sexology. In: www2.hu-berlin.de/sexology/index.htm. Acessado em 18 de março de 2009.

⁷⁴ Freud, Sigmund. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (parte III). Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.357.

comprometidos.⁷⁵ Para ele, entretanto, a homossexualidade estaria em um estágio abaixo da heterossexualidade normal. Entre as primeiras formulações sobre a etiologia da homossexualidade estava a fixação da criança em seus próprios genitais, como uma forma de prazer e a dificuldade de ultrapassar o limite entre o autoerotismo (no prazer do próprio pênis) para um estágio mais maduro onde se elegeria um objeto de afeição do sexo oposto.

Freud apontava que a anormalidade sexual em um indivíduo não necessariamente significaria anormalidade em toda a psique, traçando também uma fronteira tênue entre o normal e o patológico. Introduziu, ainda, uma distinção para organizar a variedade da clínica, estabelecendo uma separação entre os que teriam o objeto sexual modificado – como no caso dos homossexuais e outros – e aqueles em que a finalidade sexual é que teria sido modificada. Essa variação entre o objeto e o objetivo demarcava a distinção fundamental entre instinto e pulsão sexual cunhada por Freud. Com isso postulava que o critério para avaliar o desvio ou anormalidade seria mais variável no caso da pulsão do que no caso do instinto. Nessa abordagem a linha divisória entre o que era visto como normal e o que era considerado patológico seria muito leve, compreendendo-se que, diferentemente da biologia, do ponto de vista psicanalítico, o objetivo fundamental seria o prazer e não a reprodução. Assim, certas condutas consideradas perversas do ponto de vista da reprodução biológica, deixavam de sê-las se o referencial fosse o prazer.

No caso dos homossexuais ou invertidos, Freud os classificou em três tipos: o absoluto, que teria seu objeto sexual direcionado exclusivamente a pessoas do mesmo sexo; o invertido anfígeno, que seria o hermafrodita sexual, já que o objeto sexual poderia ser do mesmo sexo ou do sexo oposto e o invertido ocasional, que teria o comportamento determinado a partir de uma condição material externa, como a inacessibilidade ao objeto sexual oposto. Em todos os casos Freud não entendia os invertidos como degenerados, já que a inversão estava presente em pessoas que não apresentavam nenhum desvio grave em respeito às normas e ainda, por que a inversão também estaria presente em povos antigos, selvagens e primitivos⁷⁶.

Assim, se até esse momento as desordens mentais tinham uma classificação mais fisicalista, ainda que envolvesse elementos morais, com o surgimento da psicanálise é dada a estas uma concepção mais psicológica. Se de um lado podemos dizer que Freud ofereceu uma psicopatologia e psicogênese das perversões, que se transformaram em uma etiologia, por

⁷⁵ Freud, Sigmund. "Três Ensaios sobre a Sexualidade." In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud Vol VII*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.138-139.

⁷⁶ *Op. cit.*, Vol.VII, p.136-137

outro lado, haveria um contínuo entre as obras pré-psicanalíticas e a teoria da sexualidade de Freud no que concerne às perversões. Cabe aqui lembrar, nessa perspectiva, que foi o conhecimento psiquiátrico do final do século XIX que forneceu a Freud seu objeto de estudo⁷⁷ e a psicanálise se apropriando deste, modificou a interpretação sobre as perversões, já que rompeu com o pensamento e discurso científico *stricto sensu* – cujo objeto era o real – introduzido o conceito de inconsciente. Há ainda, uma tensão entre o físico e o moral, mas já ocorre claramente uma inversão do englobamento que ocorria na segunda metade do século XIX, do moral pelo físico. Assim, em Freud a dimensão moral é vetor explicativo preponderante e engloba a atenção dada à dimensão física, esta em segundo plano.⁷⁸

Mais tarde, em 1915, Freud vincularia a homossexualidade a uma saída inadequada da problemática edípica.

*“Em todos os casos que examinamos, expusemos o fato de que os futuros invertidos nos primeiros anos de sua infância atravessaram uma fase de fixação muito intensa, mas muito curta, em uma mulher (geralmente sua mãe) e que, depois de ultrapassada esta fase, identificam-se com uma mulher e se consideram, eles próprios, seu objeto sexual. Isto é, partem de uma base narcísica e procuram um rapaz que se pareça com eles próprios e a quem eles possam amar como eram amados por sua mãe.”*⁷⁹

A partir, portanto, da idéia de sexualidade infantil Freud se concentraria no desenvolvimento sexual para definir sexualidade normal e perversões. Para ele as condutas perversas seriam consequência de uma falha do desenvolvimento da sexualidade infantil para a heterossexualidade adulta. Desse modo, a psicanálise ampliou a idéia de sexualidade e sua importância em todas as realizações humanas. As explicações para as neuroses adultas foram vinculadas, em última instância, à sexualidade infantil. Neste sentido, a sexualidade servia para ao entendimento das estruturas mentais e, mais que isso, estaria presente nas primeiras fases da vida até então não relacionadas a possíveis manifestações de cunho sexual.

Nesse mesmo período Freud deixou claro sua oposição a que se destacassem os homossexuais como um grupo a parte do resto da sociedade e que para a psicanálise a escolha

⁷⁷ “A informação contida neste primeiro ensaio baseia-se nos conhecidos trabalhos de Krafft-Ebing, Moll, Moebius, Havelock Ellis, (...)”: (Freud, S. *op. cit.*, Vol VII, 1976, p.135, nota 1).

⁷⁸ Nesse período Freud acreditava na existência de um certo hermafroditismo anatômico, o que significava que em todo o indivíduo normal, quer masculino, quer feminino, encontravam-se vestígios do aparelho genital do outro sexo, que ou ficariam sem função ou se modificariam e exerceriam outras funções. Isso presumiria uma disposição física originalmente bissexual, que ao longo da evolução teria se transformado em unissexual, deixando apenas alguns vestígios do sexo que ficou atrofiado. (Freud, S. *op. cit.*, Vol VII, 1976, p.142).

⁷⁹ *Op. cit.* Vol. VII, 1976, p.145-146 (nota acrescida em 1915)

de um objeto, independentemente de seu sexo seria a “base original da qual, como consequência da restrição num ou noutro sentido, se desenvolvem tanto os tipos normais como os invertidos.”⁸⁰

Após as primeiras contribuições de Freud, as teorias sobre as perversões continuaram no campo da psicanálise, ao mesmo tempo em que outros conhecimentos relacionados à fisiologia – como a endocrinologia e a genética – passaram a ser apresentados como explicação dos fenômenos perversos no campo da medicina.

Na endocrinologia, as idéias que se destacaram vieram da Espanha, através de Gregório Marañón (1887-1960), médico, especialista em endocrinologia, que contribuiu para estabelecer uma relação entre a psicologia e a endocrinologia⁸¹. Em 1930 Marañón publicou *La evolución de la sexualidade y los estados intersexuales*⁸² no qual defendia a tese de que os dois sexos não seriam pólos opostos e antagônicos. Assim, propunha uma explicação biológica para a homossexualidade que se aproximava da teoria do hemafroditismo de Ulrich, já que também compreendia que a configuração sexual seria fruto de uma mistura de caracteres masculinos e femininos. Entretanto, para Marañón a predominância de um sexo em detrimento de outro se daria de acordo com a ‘dosagem hormonal’, ou seja, em cada indivíduo o sexo prevalente, o visível, seria resultado do equilíbrio hormonal, de tal modo que a patologia só teria lugar quando não fosse possível identificar com segurança o tipo de sexo predominante, ou ainda, quando o ‘sexo’ latente se transformasse em realidade. A esses indivíduos – homens com percentagens maiores de feminilidade do que de masculinidade e mulheres com mais masculinidade do que feminilidade – Marañón os denominou de intersexuais.⁸³

Dito de outra forma, todos os indivíduos possuiriam o sexo aparente, visto como o predominante e, outro, oculto, denominado de sub-sexo, a saber: o sexo secundário que cada pessoa possuiria dentro de si mesma e que deveria ser subjugado pelo sexo predominante, já que, o contrário implicaria na produção de patologias de natureza sexual. O desenvolvimento compreendido como normal implicaria, portanto, no controle dessa parte minoritária, que existiria em todos. Assim, o limite entre o normal e o patológico estaria numa dimensão

⁸⁰ *Op. cit.*, Vol VII, 1976, p.146 (nota)

⁸¹ Como se verá mais adiante, as idéias de Marañón tiveram enorme influência na medicina legal desenvolvida no Brasil na década de 1930, proporcionando fundamentos para que se construísse, em nosso contexto, uma perspectiva científica da homossexualidade.

⁸² Ferla, Luis. Gregorio Marañón y la apropiación de la homosexualidad por la medicina legal brasileña. In: *FRENIA*, Vol. IV-1-2004 (53-76)

⁸³ Ferla, *op. cit.*, p. 60-61

quantitativa, que implicaria no excesso ou deficiência do organismo, sem alteração na natureza dos processos fisiológicos.

Sua teoria também se aproxima da teoria do sexo único da antiguidade que entendia a mulher anatomicamente igual ao homem, só que imperfeita em relação a este, visto que Marañón, do mesmo modo, identificava uma gradação no processo biológico que iria do feminino ao masculino, este último representante de um patamar evolutivo mais alto. Assim como na teoria do sexo único na qual a mulher é considerada um ser imperfeito em relação ao homem, devido à ausência de calor vital que mantém suas estruturas retidas internamente, a virilidade para Marañón seria a etapa última da evolução sexual e a feminilidade uma etapa intermediária. De tal modo, a masculinidade representaria uma fase evolutiva terminal e quase perfeita. A normalidade para ele estaria, portanto, na inferioridade biológica da mulher e na superioridade biológica do homem e esta normalidade seria ameaçada pelo sub-sexo escondido dentro dos próprios corpos.⁸⁴

A idéia da presença dos dois sexos, entretanto, se fazia presente na teoria de Marañón por intermédio da teoria de um desequilíbrio hormonal, o qual expressaria indefinição de um sexo em relação a outro. Configurava-se, por conseguinte uma patologia, já que esses indivíduos possuiriam características femininas e masculinas decorrentes de um chamado desequilíbrio endócrino. O comportamento, portanto, seria resultado da hereditariedade, de componentes secundários, de algo mais intrínseco a fisicalidade do sujeito, que dizia respeito a seus hormônios.

Na proposta por Marañón, portanto, era preciso determinar os caracteres sexuais anatômicos e os funcionais. Os anatômicos poderiam ser primários – os órgãos genitais – ou secundários, como quantidade de gordura, distribuição dos pêlos, largura da bacia, entre outros. Os caracteres funcionais por sua vez, se refeririam às atribuições dos papéis sociais dos sexos, vinculados a várias questões morais ligadas ao comportamento. Assim sendo, Marañón, mesmo ancorando sua teoria no determinismo biológico, acreditava que as influências do meio ambiente poderiam inibir ou facilitar determinadas tendências⁸⁵.

A teoria da intersexualidade proposta por Marañón adequava-se ao modelo médico de sua época, o qual entendia que a diferença entre o normal e o patológico residia num critério de quantidade, já que se poderia passar do normal ao patológico por um excesso ou falta, sem alteração dos processos fisiológicos no qual o comportamento desviante é causado pelo

⁸⁴ *Op.cit.*, p. 56-57 e 59

⁸⁵ *Op.cit.*, p. 59

desequilíbrio dos hormônios e facilitado pelo meio ambiente. Essa teoria permitia, no campo da sexualidade, “o aprofundamento da apropriação médica dos casos de “confusão sexual”, ou mesmo o alargamento desse conceito”.⁸⁶

Na produção de sua teoria sobre a sexualidade Marañón também estabeleceu uma classificação de tipos homossexuais masculinos, dividindo-os em quatro: a homossexualidade completa, permanente e declarada; a latente; a dos prostituídos e a homossexualidade falsa. A chamada homossexualidade completa era caracterizada pela existência de uma libido invertida desde o início da vida sexual. Essa primeira categoria foi subdividida no homossexual cínico e nos envergonhados. Os primeiros considerariam sua condição normal, ou até mesmo superior a de homens heterossexuais e os segundos seriam aqueles que não declaravam sua condição perante a sociedade. Já na homossexualidade latente, encontrar-se-iam os indivíduos casados ou mesmo solteiros, que em determinada época da vida teriam tido relações homossexuais, usualmente por efeito do alcoolismo e outras drogas. No terceiro tipo – a da homossexualidade dos prostituídos – Marañón localizava os que teriam tendência à feminização, à pederastia passiva e aos escândalos. Finalmente, a homossexualidade falsa era caracterizada como uma “neurose” sexual com complexo de homossexualidade, o que significa que eram definidos como homens que, apesar de pensarem serem homossexuais, eram, do ponto de vista de Marañón, neuróticos.⁸⁷

As proposições de Marañón são uma das últimas contribuições teóricas sobre a homossexualidade, publicizadas até a década de 1930, momento a partir do qual, a produção psiquiátrica sobre o tema ficou “congelada”, segundo Lanteri-Laura. Pouca coisa foi acrescentada às obras do fim do século XIX, com a clínica das perversões permanecendo ancorada na taxonomia já existente. As definições psiquiátricas sobre as perversões apresentavam o mesmo conjunto de nomenclaturas definido por Krafft-Ebing e embasado pelo discurso psicanalítico. Sem uma renovação da clínica operou-se uma redução conceitual das perversões e uma separação entre a clínica e a etiologia. Mesmo as disciplinas somáticas como a anatomia, a endocrinologia e a genética, que poderiam fundamentar teorias a respeito da homossexualidade, não teriam conseguido explicar o que determinaria o fato de uma pessoa ser homossexual e a outra não e, menos ainda, teriam produzido conhecimento sobre outras formas de perversão.

⁸⁶ *Op. cit.*, p.2004, p.62

⁸⁷ Marañón, Gregório. Prefácio. In: Ribeiro, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938, p. 12 a 20

Foi no início da segunda metade do século XX que se observou um novo esforço de categorização da homossexualidade como patologia, no contexto da organização/ordenação das patologias mentais pelo campo psiquiátrico norte-americano. Ainda que tal iniciativa não tivesse expressão e importância internacional, em 1952 foi lançada a primeira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM I – Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais, da *American Psychiatric Association* (APA) - Associação Americana de Psiquiatria.⁸⁸ O DSM I viria como alternativa à Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID, manual classificatório das doenças em geral, editado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, e que se encontrava já em sua sexta versão. O DSM I foi lançado com o intuito de homogeneizar a classificação psiquiátrica, que apresentava baixa confiabilidade.⁸⁹ Esse manual continha um glossário de descrições de categorias diagnósticas e utilizava-se do termo *reação* do início ao fim. Isso refletia a influência do psicobiologista Adolf Meyer que acreditava que os distúrbios mentais “representavam reações da personalidade aos fatores psicológicos, sociais e biológicos”⁹⁰.

De acordo com Russo, a versão do DSM I estaria orientada por uma vertente da psiquiatria inspirada na teoria psicanalítica.⁹¹ Russo e Venâncio alegam que “a influência exercida pela psicanálise evidencia-se pelo uso frequente de noções como “mecanismo de defesa”, “neurose” e conflito neurótico”⁹². Esse manual tinha 130 páginas e 106 categorias de desordens mentais.

Na segunda versão do DSM (DSM II), editada em 1968, foi decidido que esta fundamentaria a 8ª. edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, - CID - no capítulo específico para os distúrbios mentais.⁹³

O DSM II não se utilizou mais do termo *reação*, mantendo, entretanto, a terminologia *neurose*, mas principalmente, utilizou-se de termos diagnósticos que, do ponto de vista de

⁸⁸ A partir deste momento estarei traduzindo para o português o nome da referida associação.

⁸⁹ Russo, Jane & Venancio, Ana Teresa Acatauassú. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano IX, n. 3, set. 2006, (460-483), p. 463-464.

⁹⁰ Spitzer, Robert L., Williams, Janet, B.W. Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-III-R E. Manole. São Paulo: 1989. Introdução, p.XVIII

⁹¹ Russo, Jane. Do Desvio ao Transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: Piscitelli, Adriana.; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sergio (org) *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, p. 99, (nota).

⁹² Russo & Venâncio, *op. cit.*, 2006, p.464.

⁹³ Na verdade, tanto o DSM II quanto o CID 8 entraram em vigor no mesmo ano, ou seja, em 1968.

Robert Spitzer e Janet Williams, de modo geral, não implicavam em uma estrutura teórica específica para entender os distúrbios não orgânicos.⁹⁴

Russo e Venancio, contudo, discordam desse ponto de vista. Para as autoras, no DSM II o modo psicanalítico de compreender os distúrbios mentais teria se tornado ainda mais evidente, já que nele

*“foram abandonados tanto o uso da noção de “reação” quanto a concepção “biopsicossocial” dos transtornos mentais, surgindo em seu lugar um modo específico de conceber a doença mental, que corresponderia a níveis de desorganização psicológica do indivíduo. A perturbação mental passa a ser vista como a expressão visível de uma realidade psicológica oculta a ser interpretada no curso do diagnóstico ou do tratamento”.*⁹⁵

Assim, segundo as autoras, o DSM II não implicou em uma ruptura em termos da concepção dominante da psicanálise no que tange à compreensão das doenças mentais. Entretanto, esse manual já apresentava um aumento dos anteriores 106 distúrbios presentes no DSM I para as 180 categorias de desordens mentais presentes no DSM II.

Em 1974 a APA formou uma comissão para iniciar os trabalhos que culminariam com a publicação do DSM-III em 1980, o que, nas últimas décadas do século XX, significaria uma “revolução terminológica” na organização e significação das categorias nosológicas psiquiátricas. Essa transformação nosológica produzida pela APA rompeu com a classificação até então utilizada nos manuais anteriores. Segundo Russo e Venâncio, essa ruptura teria ocorrido em três níveis articulados: a proposta de uma lógica única classificatória, ao invés do ecletismo das classificações precedentes; uma ruptura com a abordagem psicanalítica dominante, com a criação de concepções novas sobre normal e patológico e ainda, a participação na produção de grupos identitários.⁹⁶

Deste modo, a terceira versão do DSM III assumiu uma lógica classificatória bastante diversa dos manuais anteriores: fundamentava-se em testes e verificações, deixando de lado o uso explícito de qualquer explicação etiológica e, portanto, se auto-definindo como a-teórico, com caráter objetivo e descritivo. Distanciava-se assim da psicanálise, estabelecendo limites claros entre o normal e o patológico, necessitando para isso especificar detalhadamente os diferentes transtornos, a partir de critérios como o número e periodicidade dos sintomas, o que levou a um aumento do número de categorias diagnósticas.

⁹⁴ Spitzer e Williams, *op.cit.* Introdução, p. XVIII

⁹⁵ *Op. cit.*, 2006, p.464.

⁹⁶ Russo & Venâncio, 2006, p.464-465

Apesar de todos esses recursos afeitos à adoção de uma postura de “neutralidade” científica, é visível que o DSM III e as versões subseqüentes deste manual acabaram por assumir uma visão fisicalista das doenças mentais. A adoção dessa perspectiva psiquiátrica mais biologizante é expressa no próprio texto de apresentação do DSM III se comparado aos textos das edições anteriores. Enquanto o DSM I esclarecia a divisão entre “distúrbios mentais orgânicos” e outros que não apresentavam um “distúrbio primário de disfunção cerebral”, o DSM III, apesar de ainda manter essa diferenciação, esclarecia que todos os processos psicológicos normais ou anormais dependeriam de uma função cerebral.

Segundo Spitzer e Williams, a terceira edição revisada do DSM (DSM III-R, 1987) apresenta cada um dos distúrbios mentais clinicamente significativo, conceituado como uma síndrome ou um padrão que ocorreria com uma pessoa. Para a maioria dos distúrbios, a etiologia é desconhecida. Assim, a abordagem no DSM III-R foi apresentada como a-teórica. Isso, entre outras coisas, segundo os autores, facilitaria o uso do manual por parte dos clínicos das mais variadas orientações teóricas, já que seria impossível a apresentação de todas as doutrinas etiológicas razoáveis de cada distúrbio. O DSM-III-R seria ainda compreendido como descritivo, já que as definições dos distúrbios seriam limitadas às descrições das características clínicas: sinais e sintomas comportamentais identificáveis.⁹⁷ Excluía-se definitivamente o termo neurose – que ainda havia permanecido entre parênteses ao lado das novas categorias no DSM III. Assim, essa transformação que se iniciou no DSM III é reafirmada no DSM III-R, afastando-se cada vez mais da psicanálise para em troca, oferecer não apenas uma medicalização das antigas neuroses, mas uma ‘re-medicalização’ extrema da psiquiatria.⁹⁸

Já a quarta versão do DSM (DSM IV, 1994) e o DSM-IV-Texto Revisado (DSM IV-TR, 2000) excluíram a categoria de “transtornos mentais orgânicos”, compreendendo que todos os transtornos mentais teriam uma base orgânica e sepultaram de vez a terminologia “neurose”⁹⁹. Com o fim dessa diferenciação entre o orgânico e o não-orgânico todos os transtornos mentais passam a ser vistos como de cunho biológico, incluindo-se os que antes eram compreendidos como psicológicos.

Deste modo, acompanhando-se desde o DSM I (1952) até a atual quarta edição revisada do DSM (DSM IV-TR, 2000), percebe-se que as interpretações mais subjetivas, apoiadas na psicanálise, vão cedendo espaço para uma compreensão prioritariamente

⁹⁷ *Op cit.*, Introdução, p. XXIII-XXIV.

⁹⁸ Russo & Venâncio, *op. cit.*, 2006, p.468

⁹⁹ Russo, *op.cit.*, 2004, p.100-103.

biológica. Podemos perceber que esse processo de rebiologização das questões sobre o humano é um fenômeno mais amplo, não sendo exclusivo das questões mentais, e que encontra eco também nas discussões em torno das diferenças entre gêneros e raças.¹⁰⁰

Tabela Comparativa da Organização das diferentes versões do DSM

DSM I (1952)	DSM II (1968)	DSM III (1980)	DSM III R (1987)	DSM IV 1994	DSM IV TR (2000)
130 páginas	132 páginas	494 páginas	567 páginas	886 páginas	900 páginas
106 categorias diagnósticas	180 categorias diagnósticas	265 categorias diagnósticas	292 categorias diagnósticas	297 categorias diagnósticas	297 categorias diagnósticas
5 categorias relativas à sexualidade	9 categorias relativas à sexualidade	22 categorias relativas à sexualidade	24 categorias relativas à sexualidade	27 categorias relativas à sexualidade	27 categorias relativas à sexualidade
Inclui homossexualidade	Inclui homossexualidade	Inclui homossexualidade egodistônica	Excluída a categoria homossexualidade	Excluída a categoria homossexualidade	Excluída a categoria Homossexualidade

No campo da sexualidade, a escolha de um modelo biológico em detrimento de uma concepção mais psicológica acarretou mudanças significativas no modo de se entender a sexualidade. As duas primeiras edições do DSM compreendiam as perversões ou desvios de natureza sexual como doença mental, sendo a homossexualidade uma das perversões englobadas nesse diagnóstico. Para o DSM I, o desvio sexual seria um tipo de comportamento patológico, classificado em “transtorno de personalidade sociopática” do grupo dos “transtornos de personalidade”. O comportamento patológico – a homossexualidade, o travestismo, a pedofilia, o fetichismo e o sadismo sexual – é que definiria o desvio.

O DSM II, por sua vez, ampliaria a classificação de cinco para nove categorias. Além das já citadas, foram incluídas as seguintes categorias: exibicionismo, voyeurismo, masoquismo e “outros desvios sexuais”. Essas categorias diagnósticas apareciam contidas no grupo dos “distúrbios da personalidade e outros distúrbios mentais não psicóticos”¹⁰¹, mantendo-se, assim como no DSM I, relacionadas ao grupo das patologias relativas à personalidade.

¹⁰⁰ Russo, *op. cit.*, 2004, p.95.

¹⁰¹ Russo, 2004, *op.cit.*, p.105.

Já o DSM III apresentou uma mudança na lógica classificatória. Também com relação aos transtornos ligados à sexualidade, os antigos ‘desvios sexuais’ foram substituídos por “transtornos psicosexuais”, subdivididos em “transtornos da identidade de gênero”, “parafilias”, “disfunções psicosexuais” e “outros transtornos psicosexuais”. Foi introduzido pela primeira vez o termo “parafilias”, onde se localizavam os tradicionais desvios sexuais – fetichismo, travestismo, zoofilia, pedofilia, exibicionismo, voyeurismo, masoquismo e sadismo sexual – e a categoria mais inespecífica de “parafilia atípica”. Apresentou-se ainda, o termo “homossexualidade egodistônica”, que se referia ao homossexual em sofrimento por causa de sua sexualidade. A “entrada” dessa categoria no DSM III não correu de modo consensual. Em 1973, devido a uma grande pressão política do movimento homossexual norte-americano, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) teria anunciado a exclusão da homossexualidade enquanto diagnóstico psiquiátrico e afirmado que os psiquiatras a consideravam um comportamento normal e não mais uma doença mental. Assim, a posição oficial manteve ainda no DSM III a categoria homossexualidade, relativizada, entretanto, pelo adjetivo egodistônico. Com isso há uma recusa à essência da homossexualidade, direcionando-se sua possível identificação como doença para o âmbito do sofrimento individual. Esse diagnóstico referente à homossexualidade desapareceu completamente em 1987, na publicação da edição revisada do DSM III (DSM III-R).

O que se observa é que o modo de classificação da sexualidade no DSM-III e nas versões seguintes ampliou a noção de patologia sexual, já que incluiu além dos desvios, a idéia de disfunção, trazendo assim uma nova representação das concepções sobre o normal e o patológico, alargando o caminho para uma compreensão biomédica das perturbações da vida cotidiana.¹⁰²

¹⁰² Russo & Venancio, *op. cit.*, p.465-466.

**Tabela Comparativa das Categorias relativas aos Transtornos da Sexualidade
nos DSM**

DSM I (1952)	DSM II (1968)	DSM III (1980)
<p>TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE SOCIOPÁTICA</p> <p>DESVIOS SEXUAIS <u>Homossexualidade</u> Travestismo Pedofilia Fetichismo Sadismo sexual</p>	<p>DISTURBIOS DA PERSONALIDADE E OUTROS DISTÚRBIOS MENTAIS NÃO-PSICÓTICOS</p> <p>DESVIOS SEXUAIS <u>Homossexualidade</u> Fetichismo Pedofilia Travestismo Exibicionismo Voyeurismo Sadismo Masoquismo Outros desvios sexuais</p>	<p>DISTÚRBIOS PSICOSSEXUAIS</p> <p>DISTURBIOS DA IDENTIDADE DE GÊNERO Transexualismo Distúrbio da identidade de gênero na criança Outras formas de distúrbios de identidade de gênero</p> <p>PARAFILIAS Fetichismo Pedofilia Travestismo Exibicionismo Voyeurismo Sadismo Masoquismo Zoofilia Parafilia atípica</p> <p>DISFUNÇÕES PSICOSSEXUAIS 302.71 Inibição do desejo sexual 302.72 Inibição da excitação sexual 302.73 Inibição do orgasmo feminino 302.74 Inibição do orgasmo masculino 302.75 Ejaculação precoce 302.76 Dispareunia funcional 306.51 Vaginismo funcional 302.70 Disfunção psicossocial atípica</p> <p>OUTRAS DESORDENS PSICOSSEXUAIS 302.00 <u>Homossexualidade ego-distônica</u> 302.89 Desordem psicossocial não classificada</p>

Já no que se refere à Classificação Internacional das Doenças (CID) editada pela OMS, observa-se que o homossexualismo passou a existir a partir da 6ª Revisão, de 1948, contido na categoria “personalidade patológica”, como um dos termos da subcategoria “desvio sexual”, mantendo-se assim na 7ª Revisão de 1955. Na 8ª Revisão de 1965, o homossexualismo saiu da categoria "personalidade patológica" e foi para a categoria "desvio e transtornos sexuais”, com a nomenclatura de homossexualidade. A 9ª Revisão, de 1975, manteve a homossexualidade na mesma categoria, porém, levou em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas – dos biologicistas, ligados à pesquisa experimental e a observação empírica, e a dos progressistas, que enfatizavam questões de ordem social – somando-se a isso o fato de já não haver consenso sobre a homossexualidade ser uma patologia. Deste modo, o CID 9 acabou especificando no código a seguinte orientação “Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental”. Assim, ao menos, possibilitava compreender a homossexualidade fora dos transtornos mentais.

Finalmente a décima revisão, elaborada em 1992 e publicada em 1993, sob influência das mudanças ocorridas no DSM III-R, adotou, dentro da categoria “transtornos da personalidade e comportamento adulto,” apenas o termo “orientação sexual egodistônica”, deixando claro que só caberia uma intervenção psiquiátrica ou psicológica caso a identidade ou preferência sexual causasse algum grau de sofrimento ao sujeito.

Embora a homossexualidade não mais conste nos manuais de classificação de doenças mentais – seja o DSM ou CID – observa-se a presença do tema no atual compêndio de psiquiatria de reputação internacional¹⁰³, leitura obrigatória para psiquiatras e demais profissionais de saúde mental no Brasil. Escrito pela primeira vez por três psiquiatras norte americanos – Kaplan, Sadock e Grebb – e tendo sua primeira edição publicada em 1972, o atual compêndio tem sido regularmente atualizado, adequando-se às classificações contidas nos dois manuais já analisados – DSM e CID e, portanto, já inclui as revisões do DSM-IV-TR (*Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* 4ª.edição - Texto Revisado).

A principal diferença entre o *Compêndio* e os manuais diagnósticos é que estes últimos não pretendem ser um livro didático, mas apenas um manual nosológico, enquanto o segundo tem o intuito de apresentar todo o campo da psiquiatria, em suas diferentes correntes e abordagens clínicas, ainda que, contudo, as controvérsias entre as mesmas, sejam

¹⁰³ Kaplan, Harold I.; Sadock, Benjamin J.; Grebb, Jack A. e Sadock, Virginia A. *Compêndio de Psiquiatria, Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. 9ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

apresentadas apenas como uma “evolução” do conhecimento científico. O *Compêndio* apresenta pontos de vista diferentes, mantendo em suas explicações termos que não mais fazem parte da nosologia oficial, como *neurose* e *psicogênico*, mas que são utilizados com o intuito de fornecer elementos para uma melhor compreensão e abrangência de posições nem sempre hegemônicas no conhecimento médico-psiquiátrico.

O *Compêndio* reserva assim, um bom espaço para apresentar a homossexualidade. Explica que ela deixou de ser categoria diagnóstica em 1973, pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) e, definitivamente eliminada do DSM III-R (edição revisada do DSM-III) e que, a partir de então, o termo “homossexual” vem sendo utilizado apenas para se descrever o comportamento manifesto, a orientação sexual e ainda, a identidade pessoal ou social de uma pessoa. Segundo o *Compêndio*, a questão da psicopatologia seria igual para heterossexuais e para homossexuais. Ela ficaria restrita apenas à ordem do sofrimento resultante do conflito entre a estrutura de valores, o qual não deve ser indicativo da existência de um transtorno, ainda que o texto aponte, entretanto, para a existência de uma maior taxa de suicídio entre homossexuais.

Na seção 21, da nona e última edição brasileira, que trata sobre sexualidade humana, o *Compêndio* define a sexualidade normal como “*a sexualidade que envolve sentimentos de desejo, comportamentos que trazem prazer para o próprio indivíduo e seu parceiro (...) destituída de sentimentos inapropriados de culpa ou ansiedade e não é compulsiva (,,)*”.¹⁰⁴ Interessante notar que na edição anterior (7ª edição, de 1997)¹⁰⁵ não havia menção à idéia de “sexualidade normal”, alegando-se dificuldade em estabelecer uma definição para a “sexualidade normal”, ao mesmo tempo em que se definia a sexualidade anormal, que aparecia como conseqüência de um comportamento sexual considerado destrutivo para o próprio indivíduo e para os outros. A identidade sexual é entendida no atual *Compêndio*, como referida às características sexuais biológicas: genitais internos e externos, cromossomos e as chamadas características sexuais secundárias.

O *Compêndio* explica ainda, que modernos estudos embriológicos demonstram que todos os embriões de mamíferos seriam anatomicamente femininos durante os primeiros estágios de vida fetal. Apenas com a ação do andrógeno fetal é que então, ocorreria a diferenciação do masculino em relação ao feminino. Já, em relação à identidade de gênero, esta conotaria aspectos psicológicos do comportamento relacionados à masculinidade e à

¹⁰⁴ Kaplan, et.alli, *op. cit.* 2007, p. 744 -755.

¹⁰⁵ No Brasil a última edição é a nona, publicada aqui em 2007, sendo o original de 2003. Nos EUA já se encontra a décima edição. No Brasil, a oitava edição não foi publicada, indo-se direto da sétima para a nona.

feminilidade. Sexo biológico e gênero social tenderiam a ser congruentes, mas poderiam desenvolver-se de modos conflitantes ou mesmo opostos, apresentando diferentes variações entre o papel de gênero e a identidade de gênero, ou identidade de gênero e identidade sexual.

Ainda em relação ao tema da homossexualidade, o *Compêndio* apresenta possíveis fatores psicológicos a ela relacionados. Tendo por base a psicanálise, esclarece que Freud não considerava a homossexualidade uma doença, nem vício, mas apenas uma variante das funções sexuais. Coloca também os prováveis fatores biológicos, nos quais estariam incluídos componentes genéticos e biológicos como níveis mais baixos de andrógenos circulantes, padrões de *feedback* de estrogênio atípicos, marcadores genéticos, células menores no hipotálamo, entre outros, em estudos ainda não replicados, o que significa dizer, não conclusivos.

A forma de classificação psiquiátrica do *Compêndio*, assim como o atual DSM IV-TR considera como periféricas as parafilias equivalentes às perversões que antes representavam a totalidade dos transtornos sexuais. Além disso, segundo o *Compêndio*, alguns dos fenômenos vistos anteriormente como perversões ou distúrbios do comportamento sexual, como a homossexualidade, passaram a ser considerados como um estilo de vida. Além dessa explicação contida no *Compêndio*, cabe lembrar que a luta do movimento *gay* contra a compreensão da homossexualidade como uma patologia foi fator central para sua retirada enquanto patologia do DSM. Creio que devo aqui mencionar o mito de origem do movimento *gay* norte-americano, que foi o evento *Stonewall*, nome de um bar freqüentado por *gays* e travestis em Nova York no final da década de 60. No dia 28 de junho de 1969 o bar *Stonewall* foi local de mais uma batida policial – mais uma vez sob a alegação de falta de licença para a venda de bebidas – e todos os travestis que se encontravam no bar foram recolhidos. Mas, ao contrário das outras vezes, todas as pessoas resolveram resistir e ocorreu um enfrentamento entre populares e policiais que se estendeu por outros dias. *Gays*, lésbicas e travestis rebelaram-se contra a repressão policial, tomaram as ruas, tomaram e incendiaram carros, levantaram barricadas e transformaram o Bar *Stonewall* (onde a revolta teve início) em “marco zero” da luta contra a homofobia.

A partir de então, o movimento *gay* norte-americano continuou se fortalecendo, conseguindo mobilizar um grupo expressivo de psiquiatras da Associação Psiquiátrica Americana para que, em 1973, se conseguisse abandonar a homossexualidade enquanto diagnóstico psiquiátrico pela APA, com a afirmação, por parte de alguns psiquiatras, de que a mesma seria um comportamento normal e não mais um distúrbio mental.

1.2 A produção de conhecimento sobre a homossexualidade no contexto brasileiro

No Brasil, os trabalhos médicos relativos ao período que vai de fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, demonstram que a medicina começava a se preocupar com a homossexualidade masculina e paralelamente com todas as relações sexuais fora do casamento. A medicina invadia o campo da moral restringindo a sexualidade à heterossexualidade no casamento como meio de evitar a decadência e a doença.¹⁰⁶ Essa afirmação histórica da heterossexualidade como valor pode ser compreendida como tendo seu início, no século XVIII, como conseqüência da forte campanha moralizante por parte da Igreja para evitar os desrespeitos às normas cristãs de casamento. A Igreja, a partir do século XVIII, ampliava o direito de casamento aos escravos; oferecia gratuidade aos pobres e perseguia os amancebados. A ênfase no casamento se dava por identificá-lo como a instituição capaz de controlar e normatizar a sexualidade e conseqüentemente, de reduzir o prazer. Mesmo no casamento havia a proibição ao casal de práticas “contra a natureza”, sendo permitido apenas o ato que envolvesse a procriação. Nesse contexto, a sexualidade foi sendo cerceada pelas regras morais. Listaram-se os pecados da luxúria levando-se em conta as imposições biológicas do sexo, quais sejam, o sexo entre homens e mulheres e com vistas a reprodução, deste modo, ficando restrito aos leigos casados. Também articularam-se esses pecados a uma compreensão ‘psicológica’ da sexualidade, já que se ampliava a definição de pecado para além dos atos, considerando-se também a identidade dos sujeitos, caracterizada por seus desejos e pensamentos eróticos. Assim, o pecado não estaria apenas no ato em si, mas abarcaria também um nível subjetivo, nos quais os desejos, as vontades, as fantasias, os pensamentos passaram a ser interpretados como pecados¹⁰⁷

Em finais do século XIX e início do século XX, com a introdução no país das teorias deterministas biológicas importadas da Europa – como a teoria da degeneração de Morel; das determinações individuais de Lombroso; as de Krafft-Ebing, sobre a noção de comportamentos sexuais desviantes em uma dimensão física e moral; da endocrinologia de

¹⁰⁶ Fry, Peter. Da hierarquia à igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para Inglês Ver – Identidade e Política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

¹⁰⁷ Lima, Lana Lage D. Aprisionando o desejo – Confissão e sexualidade. In: Vainfas, Ronaldo (org). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986. (67-88), p. 68, 83 e 84.

Marañon, dentre outras teorias já apresentadas anteriormente – a medicina assumiu para si a questão da homossexualidade enquanto patologia.

A discussão sobre o determinismo biológico da patologia e propostas de tratamento e cura apoiada nas teses européias encontravam então, terreno fértil no Brasil, num momento em que em nosso meio político e científico nacional debatiam-se questões relativas ao “progresso” e “civilização”, com vistas à modernização da nação. O ideário republicano buscava, nas primeiras décadas do século XX, nessas noções de progresso e civilização o instrumental para constituir uma nação brasileira, frente às imagens negativas de nosso povo, entendido como racialmente inferior – já que miscigenado – e dotado de uma sexualidade exacerbada.

No que se refere ao tema da miscigenação, observa-se a proposição de soluções bastante díspares para o enfrentamento da degeneração a que o povo brasileiro estaria fadado, como por exemplo, o incentivo à imigração, como forma de branqueamento de nossa população. Muitas destas propostas eram debatidas e difundidas pelo movimento eugênico brasileiro, bastante heterogêneo, e cujo discurso ao longo das primeiras décadas do século XX, sofreria mudanças. A partir das décadas de 1910 e 1920 este discurso transfere de forma gradual o foco da degeneração pela raça para as doenças. Nesta perspectiva o “atraso” da nação e do povo brasileiro seria causado pelo isolamento geográfico, pelas doenças parasitárias e pela precária situação sanitária das populações, principalmente as do interior do país.¹⁰⁸

Deste modo, tivemos médicos eugenistas renomados, como Renato Kehl¹⁰⁹, que defenderam a tese de que o entrave para a modernização do Estado brasileiro estaria na miscigenação, ou seja, no povo, já que de um ponto de vista determinista, a união das raças implicaria em degeneração. Propunham, neste sentido, medidas eugênicas, como a

¹⁰⁸ Sobre esse assunto ver Stepan, Nancy. *A hora da Eugenia Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005 e Hochman, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

¹⁰⁹ Entre 1910 e 1920, a trajetória de Kehl esteve estreitamente associada ao movimento sanitário. Ao longo destes anos, apesar de esporadicamente assumir posições ambíguas quanto às questões eugênicas, defendeu, de maneira geral, um modelo de eugenia que em muito se confundia com os pressupostos da medicina social. Por um lado, suas concepções ligavam-se a uma proposta entendida como preventiva, responsável pela higiene e pela profilaxia das doenças, estimulando a educação sanitária, sexual e moral dirigida à população. Entretanto, a partir do final dos anos 1920 se distanciou desse modelo, transferindo sua simpatia para os conceitos mais extremados da “eugenia negativa”. Seu diálogo intelectual deslocava-se do paradigma eugênico latino-americano para o anglo-saxão, atraído pelo progresso das idéias eugênicas na Alemanha e nos Estados Unidos, que objetivavam impedir a aquisição de caracteres degenerativos e transmissíveis hereditariamente (Sousa, Vanderlei S. *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: 2006).

esterilização compulsória de alguns alienados e criminosos, acreditando que não haveria solução para os males sociais fora das leis da biologia. Outros médicos higienistas, entretanto, como Belisário Pena (1868-1939), acreditavam que o problema estaria nas condições precárias de higiene em que vivia boa parte da população brasileira.

Na psiquiatria, Juliano Moreira (1873-1933) questionava a argumentação de uma relação entre as doenças típicas dos trópicos com o clima e a raça. Influenciado pela psiquiatria alemã de Kraepelin (1856-1926), de base organicista, que também se utilizava da noção de degenerescência, Juliano Moreira compreendia a doença mental como uma exceção biológica, tomando o determinismo físico-orgânico como englobante de uma provável etiologia moral. Desta forma, os sintomas das doenças mentais, remetidos a afecções da vontade e da consciência, eram abordados do ponto de vista organicista, sem que se considerassem questões morais do livre arbítrio.¹¹⁰

Moreira, entretanto, defendia a visão de uma homogeneidade dos povos passíveis de serem acometidos por enfermidades mentais, independentemente do clima e das formações raciais diversificadas. Sem colocar a questão da degenerescência sob mérito, mas em uma posição minoritária em relação aos médicos nas primeiras décadas do século XX, Juliano Moreira se recusava a aceitar a suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação.

Um representante da corrente oposta, com quem Moreira polemizou foi Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Médico renomado da medicina legal e expoente da nascente psiquiatria brasileira, Nina Rodrigues defendia uma correlação entre raça e doença mental. Para ele¹¹¹, não haveria dúvidas quanto à superioridade do branco em relação a indígenas e negros e, deste modo, a miscigenação das raças só poderia resultar em indivíduos desequilibrados, degenerados, no ponto de vista físico, intelectual e comportamental. Argumentava ainda, que a correta diferenciação das raças seria muito importante para a prática médica, tanto nas doenças físicas como nas doenças mentais. Utilizando-se da antropologia criminal de Lombroso, que relacionava crime e degeneração, pretendeu verificar também, no Brasil, a existência dessa relação.

Vemos assim, posições antagônicas no início do século XX, no campo da psiquiatria que iriam determinar posturas diferenciadas quanto à forma de compreensão das doenças

¹¹⁰ Venancio, Ana Teresa A. Doença Mental, Raça e Sexualidade nas Teorias Psiquiátricas de Juliano Moreira. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(2): 283-305, 2004, p.297

¹¹¹ Oda, Ana Maria G. R. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. In: *Psychiatry On-line Brazil* - part of The International Journal of Psychiatry. v.6, n.12, Dec. 2001. Disponível em <<http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm>>. Acesso em 25/03/2009.

mentais e da homossexualidade. Por um lado, uma posição que defendia um projeto de sociedade moralmente igualitária e profilática em relação às diferenças físico-orgânicas individuais e outra que propunha medidas de separação, esterilização, dentre outras. É neste sentido que foram implantadas práticas para controle da população, em especial sobre categorias sociais estigmatizadas, como no caso da homossexualidade; práticas essas que chegaram à internação de homossexuais nas primeiras décadas do século XX, em hospitais psiquiátricos.

A questão da sexualidade exacerbada, por sua vez, também ecoava junto ao tema da miscigenação, pois considerava-se que era exatamente a nossa mistura racial que teria trazido para o povo brasileiro características como o apetite sexual exagerado. Rago¹¹² demonstra que esta dimensão sexual teria sido mesmo uma referência primordial para a constituição do imaginário sobre as características do povo brasileiro. A realidade brasileira, tal como interpretada por autores como Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (1928) e Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933), era identificada pela construção de uma identidade nacional que enfatizava a índole pacífica, acomodada do brasileiro e expressava a sexualidade tropical – na qual o erótico permeava o cotidiano – como aquela onde não haveria limites. Produziria-se assim, em torno da dimensão sexual, a referência para as explicações da índole e vocação do povo brasileiro. Identificavam, portanto, a luxúria como catalisadora da união das raças, favorecendo a miscigenação.

Nesse contexto fertilizava também a preocupação médica com a homossexualidade. Em verdade, a preocupação se estendia a qualquer relação sexual fora do casamento, aí se incluindo a prostituição. Havia a idéia de que a saúde da nação dependia diretamente da saúde da família, que por sua vez, deveria ter sua sexualidade controlada¹¹³.

Vainfas¹¹⁴, por sua vez, questiona em sua análise a imagem lasciva da Colônia que encontramos nos textos de G. Freire e P. Prado. Do seu ponto de vista, o discurso médico científico sobre o corpo e a sexualidade serviu de base para a construção de um inconsciente coletivo, que identificava na “perversão” e no “instinto” obstáculos à construção de um cidadão racional. O autor aponta, nesse sentido, para a existência de valores familiares tradicionais na cultura popular colonial opostos à difusão e incentivo do exercício de uma

¹¹² Rago, Margareth. “Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira” In Loyola, Maria Andréa (org.). *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Ed.Uerj, 1998. (175-199), p.177 .

¹¹³ Fry, Peter e MacRae, Edward. *O que é homossexualidade?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.61.

¹¹⁴ Vainfas, Ronaldo. A teia da Intriga. Delação e Moralidade na sociedade colonial. In: Vainfas, Ronaldo (org) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986 (41-66), p. 43.

sexualidade exacerbada; atribuindo à influência das *verdades* médicas da época e os preconceitos advindos da Europa – constituídos a partir de uma leitura masculina sobre o assunto – as interpretações então vigentes sobre a existência de uma sexualidade tropical excessiva. Tais verdades médicas, adotadas pelos historiadores teriam levado à generalização da idéia da existência de uma forte dose de sensualidade para todos os brasileiros. É com base nessa visão que, segundo Vainfas, as práticas sexuais dos indígenas passaram a ser vistas como perversões, já que tais práticas concediam à sexualidade um sentido visivelmente diferenciado tanto dos preceitos do cristianismo, quanto das teorias médicas européias difundidas à época, como as desenvolvidas por Krafft-Ebing, anteriormente mencionadas.

No contexto desse imaginário sobre o Brasil – de uma nação civilizada a ser construída frente à miscigenação e lascividade de seu povo – é que surge, em 1906 o primeiro livro científico sobre a homossexualidade. Escrito pelo Dr. José Ricardo Pires de Almeida, (1843–1913) médico, que atuava no campo da medicina legal, também influenciado pelas idéias de Krafft-Ebing e de Lombroso, a obra intitulava-se *Homossexualismo: A Libertinagem no Rio de Janeiro*. Nela Pires de Almeida desenvolvia um estudo sobre as “perversões do instinto genital” onde afirmava que a degradação do homem dava-se pela “alimentação excitante ou picante”, pelo “apetite venéreo”, pela “imaginação ardente” incentivada e exercitada através dos bailes populares, dos cafés-dançantes e da organização das sociedades carnavalescas¹¹⁵. Nesta perspectiva são apresentados diversos tipos sociais relacionados à variadas formas de “libertinagens”, localizando sua predominância na cidade do Rio de Janeiro, mas expandindo os exemplos às sociedades indígenas brasileiras.

A referida obra centrava-se no estudo de casos de cinco pseudo-hermafroditas estudados por médicos brasileiros, apresentando fotos dos mesmos e outras gravuras retiradas de estudos clássicos, defendendo-se aí a idéia – amparada pela Escola de Antropologia Criminal – que se poderiam encontrar no corpo marcas que identificassem a homossexualidade. A elaboração do tema da homossexualidade como objeto científico a partir de então, pode mesmo ser observada nas diversas revistas científicas¹¹⁶ que publicaram

¹¹⁵ Almeida, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo* (a libertinagem no Rio de Janeiro) - Estudos sobre as perversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1906, p. VI.

¹¹⁶ As revistas científicas que publicaram matérias sobre o trabalho de Pires de Almeida foram: *Arquivo da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo*, *São Paulo Médico*, *Boletim do Instituto Oscar Freire*, *Revista Brasileira de Cirurgia*, *Arquivo Riograndense de Medicina*, *Publicações Médicas*, *Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*, *Revista de Obstetrícia e Ginecologia*, *Revista de Urologia*, *Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada*, *Revista Penal e Penitenciária*, *Bahia Médica*, *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*, e *Brasil Médico*.
(<http://www.libertos.com.br/libertos/sexualidade/010.htm>, por Luiz Mott, acessado em 10 de maio de 2007).

artigos sobre o trabalho de Pires de Almeida, revelando o interesse sobre o tema da homossexualidade por diferentes áreas do conhecimento científico, como a psicologia, a psiquiatria, a medicina legal e a criminologia.

A tese central de Pires de Almeida era a de que apenas a sexualidade restrita a relações heterossexuais no casamento evitaria a decadência e a doença. Para a defesa dessa tese utilizou-se das teorias de Krafft-Ebing enfatizando que o indivíduo que praticasse a homossexualidade deveria ser considerado um pederasta, um degenerado, passível de ser classificado na seguinte tipologia: os pederastas ativos, identificados como indivíduos que desejavam chegar ao ato sexual por contato com outro homem – mas sem perder as características do seu próprio sexo, apenas desviando-as para atos contrários às leis da natureza – e os pederastas passivos, que apresentariam gestos e tendências do sexo feminino, tendo, portanto, perdido as qualidades de seu próprio sexo. Assim, a taxionomia proposta por Pires de Almeida, em um primeiro momento separava os heterossexuais dos homossexuais para, num segundo momento, propor uma subdivisão dos homossexuais com base no papel de gênero e no comportamento sexual.

De um modo geral, os estudos das primeiras décadas do século XX no Brasil, teriam estabelecido, com base em uma explicação biológica, apoiada na endocrinologia e nos caracteres hereditários, a diferenciação entre o invertido e o pervertido.¹¹⁷ Desse ponto de vista o invertido, aquele que já teria nascido com a “necessidade de homossexualidade”, teria em sua natureza essa anomalia, vista como uma doença, o que, conseqüentemente, o isentava de qualquer responsabilidade sobre possíveis atos infracionais que cometesse. Já o pervertido, aquele que seria sexualmente normal, mas cometeria o “crime”/desvio da homossexualidade, tenderia a um comportamento transgressor em relação aos direitos de outros indivíduos. Considerado como imoral, caberia aos médicos, com a ajuda da polícia, encaminhar o pervertido para instituições a fim de dar seqüência às pesquisas que buscavam relacionar a homossexualidade a causas biológicas e sociais. De qualquer forma, segundo o olhar da medicina da época, tanto o doente necessitado de tratamento médico (o invertido), como o imoral (o pervertido), passavam a ser representados pela figura do “anormal”.

Entre o começo do século XX e o final dos anos 20, entretanto, a produção sobre homossexualidade no Brasil foi escassa. A partir de então, e principalmente durante os anos 30, apareceu uma bibliografia mais rica, provavelmente como fruto da maior difusão de idéias

¹¹⁷ Green, *op.cit.*, 2000, p.199

da psiquiatria européia da virada do século XIX para o XX.¹¹⁸ De tal modo, observam-se, portanto, vários estudos sobre o tema da homossexualidade, a maior parte deles elaborada com base na visão da medicina-legal.

ANO	AUTOR	OBRA
1906	José Ricardo Pires de Almeida	<i>Homossexualismo/A libertinagem no Rio e Janeiro</i>
1931	Afranio Peixoto	<i>Los missexuales</i> ¹¹⁹
1932	Leonídio Ribeiro	<i>Direito de Curar</i>
1932	Afrânio Peixoto	<i>Novos Rumos da Medicina Legal</i>
1934	Afranio Peixoto	<i>Criminologia e Sexologia Forense</i>
1935	Estácio de Lima	<i>A Inversão dos Sexos</i>
1937	Antonio Belo da Mota	<i>Homossexualismo em medicina legal</i>
1938	Leonídio Ribeiro	<i>Homossexualismo e Endocrinologia</i>
1938	Tavares de Almeida	<i>A questão penal dos homossexuais</i>
1939	Gualter Adolfo Lutz	<i>Homossexualismo e tranvestitismo: contribuição à prática da criminologia psicanalítica</i>
1942	Leonídio Ribeiro	<i>O novo código penal e a medicina legal: aborto, dor, inversão sexual, tratamento arbitrário, curanderismo, infanticídio, responsabilidade</i>

Em comum aos trabalhos desse período e seus principais autores – todos médicos, alguns com passagem pelas faculdades de direito – encontra-se a recorrência do debate em torno da ‘inversão sexual’ ou ‘missexualidade’, entendida como a mistura negativa, de características femininas e masculinas¹²⁰. Além disso, essa produção possibilitou a retirada do debate da questão da homossexualidade do campo da religião e do direito para colocá-lo no seu lugar de fato, ou seja, o da medicina, já que esta, nesse momento, reivindicava o direito de curar. Ainda, os médicos desse período promoveram uma discussão específica dentro do campo médico-legal, marcado pela psiquiatria, mas também, já pelas idéias da psicanálise. Tratava-se assim, de um discurso sobre a homossexualidade que a vinculava a modelos de caráter mais biológico-organicista e moral, já que se defendia a idéia de degenerescência. Por

¹¹⁸ Pereira, Carlos Alberto M. *O Direito de Curar: Homossexualidade e Medicina Legal no Brasil dos anos 30*. In: Pereira, Carlos Alberto M. e Herschmann, Micael M. (org) *A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro:Rocco, 1994. p.103.

¹¹⁹ Artigo publicado nos *Archivos de Medicina Legal*, ano 1, n.2, maio-junho, 1931, Buenos Aires.

¹²⁰ “As categorias ‘missexualidade’ ou ‘intersexualidade’ apontam basicamente para a ‘mistura’, a ‘confusão’ de caracteres (masculinos e femininos) que deveriam estar separados; mesmo a categoria ‘inversão sexual’ aponta também para algo que está ‘fora do lugar’ – *invertido*. Assim, quando esse universo de categorias é acionado pela medicina legal dos anos 30, o ponto problemático fundamental revela-se como aquele referente à necessidade de uma ‘correta ordenação’, de uma ‘correta arrumação’. (Pereira, *op.cit.* 1994, p.109).

outro lado, abria-se também, espaço para o psiquismo, visto que a identidade sexual não estaria apenas na estrutura anatômica, mas vinculada à comportamentos, impulsos, gostos, aptidões. O psiquismo, portanto, vai assumindo uma legitimidade explicativa num universo onde predominavam as justificativas organicistas de modo que os principais autores desse período acabavam colocando o debate da homossexualidade no campo do psicológico e do físico-moral, excluindo-se, desse campo explicativo a tese do livre arbítrio dos indivíduos em relação a esse comportamento sexual..

Para Pereira, a forma de se abordar o tema da homossexualidade ou inversão sexual pela medicina legal brasileira dos anos 30 “teve um caráter fundador da discussão moderna em torno da homossexualidade no Brasil”¹²¹. A medicina legal brasileira teria atualizado o debate em torno do tema, afirmando a noção de homossexualidade, enquanto as demais categorias discutidas à época teriam sido esquecidas ou deixadas em segundo plano, dali em diante.

Uma influência importante na construção do saber médico sobre a homossexualidade nesse momento, no Brasil foi Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), médico, representante do campo da medicina legal, que se dedicou em grande medida aos chamados comportamentos ‘anti-sociais’, acreditando que os mesmos poderiam ser minorados através de políticas preventivas no campo da higiene pública e da higiene pessoal, via pela qual manteve o tema da homossexualidade presente ao longo de seus trabalhos.¹²²

Peixoto chegou a sugerir o uso do termo *missexualidade*, num sentido muito semelhante ao conceito de intersexualidade proposta pelo médico espanhol Marañón, o qual teve significativa influencia na medicina legal em nosso país, colaborando na construção de uma perspectiva científica da homossexualidade. As teses de Marañón foram recebidas com entusiasmo por uma parte significativa e influente da medicina legal brasileira, aí se incluindo Peixoto. Isso pode ser comprovado tanto pela produção dos laudos periciais como nos discursos teóricos, já que a endocrinologia criminal apresentava promissoras possibilidades de tratamento dos que então, eram vistos como delinquentes.¹²³

Essa nova categoria cunhada por A. Peixoto – missexualidade – visava substituir a expressão “inversão sexual” já que, segundo o médico brasileiro, tal expressão poderia erroneamente apenas indicar a idéia de um sexo que aparenta ser seu oposto no exercício

¹²¹ *Op. cit.*, 1994, p.97.

¹²² Corrêa, Mariza. Antropologia e medicina legal: variações em torno de um mito. In: Eulálio, Alexandre, et alli. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹²³ Ferla, *op. cit.*, p.65

sexual. Ao contrário, o que era importante ressaltar, segundo Peixoto, é que haveria uma mistura entre os sexos, na medida em que o missexual misturava, em seu comportamento, características da ordem do masculino com características da ordem do feminino. Conforme Afrânio:

“(...) o que há é mistura, de mais ou menos: “estados missexuais”. O macho bem viril e a fêmea bem materna serão 99%, mas há relações bem menos avultadas das quotas respectivas, até as aparências grosseiras do hermafroditismo ou da chamada inversão sexual”¹²⁴.

O problema estaria, portanto, na questão do gradiente de masculinidade e feminilidade, em que o limite permitido pela natureza seria excedido, acarretando uma “natureza errada”, a qual era traduzida como uma doença, caracterizada pela desarmonia entre o sexo “natural” e aquele que era exercido pelos chamados missexuais. Nessa perspectiva, caberia à medicina desfazer essa desarmonia, corrigir essa natureza “errada”, deixando de observar a homossexualidade como um crime ou um vício passível de punição. Tratava-se de entendê-la como um desvio orgânico, uma malformação que deveria ser corrigida pela higiene, pela medicina ou até mesmo pela cirurgia.¹²⁵

Os médicos Estácio de Lima (1897-1984) e Leonídio Ribeiro (1893-1976) seguiram, do mesmo modo, as propostas contidas nas teses européias, fazendo uma leitura da homossexualidade que a distinguiria entre a *homossexualidade verdadeira*, que seria biologicamente determinada e a homossexualidade *per se*, ou seja, fazendo a distinção entre o invertido e o perverso e creditando a este último a influência de fatores sociais e, principalmente biológicos, como causa da perversão. Leonídio Ribeiro defendia uma postura marcadamente biologizante, mesmo que os aspectos biológicos pudessem ser agravados ou favorecidos pela influência do ambiente. Lima propunha articulações mais sutis entre o biológico e o psiquismo, sugerindo que se deveriam atingir as raízes profundas e inconscientes da sexualidade para que o homem se conhecesse verdadeiramente. Para Lima, a homossexualidade não poderia ser explicada exclusivamente pela psicologia assim como, também não, unicamente pelas desordens materiais do organismo. Defendeu uma estreita articulação entre o psicológico e biológico, ao mesmo tempo em que fazia uma crítica ao

¹²⁴ Peixoto, Afrânio. *Novos rumos da medicina legal*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1932, p.103.

¹²⁵ De acordo com Pereira, (1997, p.106) há que se considerar no Brasil dos anos 20 e 30 a presença da sífilis, o que levou as campanhas de prevenção pelos organismos de saúde pública à ênfase nas questões sexuais.

radicalismo das questões endócrinas como definidoras do homossexualismo, parecendo assim, se contrapor à Ribeiro.¹²⁶

Leonídio Ribeiro, por sua vez, discípulo de Afrânio Peixoto e o maior difusor de Maraion no Brasil,¹²⁷ publicou em 1938, o livro *Homossexualismo e Endocrinologia*¹²⁸, que teria grande impacto no meio científico e acadêmico. Este trabalho vinha divulgar a idéia de que a homossexualidade seria uma anomalia orgânica, de origem endócrina, propondo uma teoria sobre o tema que mesclava explicações calcadas num determinismo biológico e em influências do meio. Defendia assim como tratamento da homossexualidade tanto uma educação e criação apropriadas, quanto terapia cirúrgica, como o transplante de testículos. Para ele, a masculinidade e a feminilidade derivavam de uma mesma sexualidade, sendo que, em algum momento específico da vida do sujeito, uma se desenvolveria em detrimento da outra, despertada pela intensidade dos caracteres masculinos ou femininos. Acentuava, portanto, o caráter bissexual do ser humano, utilizando como exemplos o período da puberdade no homem – quando este passaria por uma fase de maior feminilidade – e a menopausa da mulher, quando esta adquiriria características masculinas.

Ribeiro apresentava ainda, um panorama sobre o que considerava serem os principais estudos sobre homossexualidade. Partindo dos alienistas franceses – Philippe Pinel e Etienne Esquirol – entendendo-os como os primeiros psiquiatras a perceber a homossexualidade como advinda com freqüência de casos de psicopatia, citava os nomes de Charcot e Magnan, pela associação que teriam estabelecido entre práticas homossexuais e estados degenerativos ou psicopáticos, e ainda Krafft-Ebing e Havellock Ellis por sua importância na construção de teorias sobre a sexualidade. Nesta perspectiva, Leonídio Ribeiro deslocava a discussão do âmbito estritamente moral para o campo científico, afirmando que o progresso na obtenção de dados científicos acerca da homossexualidade teria auxiliado na definição mais precisa desse distúrbio.

As pesquisas e interpretações freudianas sobre a “inversão sexual”, também aparecem no texto desse médico, definindo-as como aquelas em que a causa do distúrbio da homossexualidade adviria de traumas infantis. Mesmo não descartando esse argumento psicanalítico, Ribeiro defendeu em seu trabalho a idéia de que foi o avanço da endocrinologia que realmente permitiu o encontro da solução do problema dos desvios sexuais e patológicos, já que seria a falta de equilíbrio dos hormônios a principal mola propulsora da

¹²⁶ Pereira, *op.cit.*, 1997, p.125.

¹²⁷ Ferla, *op.cit.*, p.69.

¹²⁸ Ribeiro, Leonídio. *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

homossexualidade; não só os hormônios das glândulas genitais, mas também outros hormônios corporais. Em suas palavras:

“Não obstante ser aceitável, até certo ponto, uma parte dos argumentos apresentados pela psicanálise, ganha terreno, cada vez mais, a teoria que afirma existir, na maioria dos casos de inversão sexual, uma causa ou predisposição orgânica, para esses fenômenos que seriam provocados, favorecidos ou agravados pela influência do ambiente. Foi, sobretudo, depois das recentes conquistas da ciência da constituição, esclarecendo uma série de fenômenos até então desconhecidos, e por intermédio de novos conhecimentos, especialmente no campo da endocrinologia, que se caminhou para encontrar a verdadeira solução para problema tão complexo como esse dos desvios pathológicos da sexualidade humana.”¹²⁹

A teoria endocrinológica defendida por Ribeiro fundamentava-se na cientificidade atestada pela biologia, sem, entretanto, se ater ao determinismo biológico como causa exclusiva da homossexualidade. Utilizou-se de análises biotípicas na tentativa de elucidar biologicamente a homossexualidade, procurando um padrão comum a pessoas vistas como homossexuais. A biotipologia incluía a análise dos fenômenos morfológicos, funcionais, humorais, afetivos, volitivos e intelectuais, além de buscar conhecer a história hereditária, as doenças, as tendências funcionais e psicológicas e também as condições de ambiente em que cada pessoa teria se desenvolvido. O padrão homossexual observado por L. Ribeiro previa indivíduos de formas, modos e gestos efeminados, com características diversas, como distribuição feminina de pêlos, voz aguda e ginecomastia, ou seja, um padrão com excessos de feminilidade onde não deveria haver.

É nesse livro ainda que Ribeiro apresenta a história de Febrônio Índio do Brasil,¹³⁰ tomado como a personificação do homossexual degenerado. Febrônio seria assim representado como expressão do biótipo homossexual associado a um perfil psicológico que justificaria os crimes a ele impostos. Destacavam-se como sinais de sua degeneração o ambiente familiar no qual foi educado, a fixação materna, a adolescência conturbada com permanência por longos períodos em prisões e colônias correcionais, uma constituição física

¹²⁹ *Op. cit.*, p.37

¹³⁰ Febrônio Índio do Brasil confessou ter estrangulado em agosto de 1927, o menor Almiro José Ribeiro, jogando o corpo da vítima num matagal. O acusado tinha dezenas de passagens pela polícia por fraude, pederastia e tendências homossexuais, tentativa de atentado violento ao pudor, etc. A defesa de Febrônio Índio do Brasil afirmou em sua tese que Febrônio não era criminoso e sim, um louco, devendo ser internado num manicômio. Febrônio foi declarado inimputável, pois era incapaz de entender o caráter ilícito de seus atos. Ficou internado no manicômio judiciário por mais de cinquenta anos, até sua morte.

rica em displasias e um biotipo efeminado. A figura de Febrônio – mestiço escuro criado na desagregação familiar, homossexual, com tendência a delírios e alucinações místicas – exemplificava uma imagem diferenciada e específica da criminalidade brasileira e urbana que estava sendo produzida pela medicina-legal. Desse ponto de vista, necessitava ser divulgada como um perigo e como uma tendência que poderia ser contida pela biotipologia, já que essa abordagem científica permitiria um olhar preparado e especializado para decifrar as constituições e as fisionomias expressivas desse mal.

Segundo Ribeiro,

“... que Febrônio é bem o representante inconfundível do delinquente portador do mais alto grau de temibilidade. Para afirmar a periculosidade de um indivíduo, temos que nos socorrer de dados concretos, de elementos positivos, que decorrem do estudo do psiquismo do paciente, de sua atuação social, anterior ao delito e das circunstâncias da própria infração penal ou dos motivos da própria delinquência.”¹³¹

Peter Fry¹³² chama atenção de que a ampla divulgação desse caso trouxe ao cidadão comum o contato com as teorias eruditas de sua época, fortalecendo a psiquiatria como instituição, que se auto-apresentava como instrumento legítimo de controle social. A participação de psiquiatras e médicos legistas no episódio confirmava a presença e importância do conhecimento médico para deliberar sobre os criminosos alienados. A análise médico-legal do caso de Febrônio era exemplar da forte conexão entre homossexualidade e criminalidade que então se estabelecia. Apesar da medicina legal e da psiquiatria defenderem a tese de que os homossexuais poderiam não ser nem criminosos, nem pecadores, observa-se a proeminência de casos nos quais a homossexualidade enquanto doença aparecia associada a algum tipo de crime.

Não é de surpreender, portanto, que desde o início do século XX o método terapêutico utilizado para curar o desvio dessa perversão sexual tenha sido o confinamento, já adotado para os alienados em geral. Clementina da Cunha¹³³ retratou bem a relação que teria sido estabelecida entre os psiquiatras e as famílias de homossexuais, visto que estas consideravam vergonhosa a situação de se ter um homossexual na família. Além disso, tal ocorrência apontava a presença da degeneração, comprometendo-se todo o grupo consanguíneo. Nesse

¹³¹ *Op. cit.*, p.142

¹³² Fry, Peter. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: Eulalio, Alexandre et alli. *Caminhos cruzados. Linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹³³ Cunha, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

sentido a internação era um recurso freqüentemente utilizado, vendo-se no hospício o “meio eficaz e moralmente aceitável, para esconder e justificar a existência de seus membros ‘esquisitos’, que constituíam motivo de galhofa para a vizinhança e opróbrio para os parentes.”¹³⁴

Do mesmo modo Green¹³⁵ relata que o asilo psiquiátrico era o local para onde os homossexuais foram enviados por suas famílias para receberem tratamento que os fizessem retornar à heterossexualidade. Além do confinamento, como principal método de tratamento para controlar a homossexualidade e demais transtornos mentais, outras terapêuticas mais intervencionistas também foram indicadas. Esse foi o caso da convulsoterapia e da insulinoaterapia¹³⁶, utilizados primeiramente para tratamento do comportamento esquizofrênico e, posteriormente, para o tratamento da homossexualidade. Já nos anos de 1940 foi utilizada no Brasil a terapia de aversão com eletrochoques de baixa intensidade para curar a homossexualidade assim como a terapia por choque insulínico, mesmo quando não havia indícios de comportamento esquizofrênico.

Desta forma, para a família o hospício se transformou na saída para ocultamento do fato de terem um homossexual no meio familiar e assim, esconderem sua vergonha. Para os médicos, os internados se transformavam na possibilidade de serem casos de estudo, com grande expectativa de cura. Isso se refere especificamente aos casos de homossexualidade nas classes média e alta onde a abordagem se deu através da psiquiatria. Já entre os pobres, principalmente quando coincidiam a homossexualidade e o crime, os casos eram encaminhados não para o hospício, mas para os Institutos Médico-Legais, conforme demonstram os textos de Leonídio Ribeiro e a análise histórica de Maria Clementina Cunha.¹³⁷

Nestas mesmas primeiras décadas do século XX a tematização da sexualidade no Brasil também foi apreendida por outros conhecimentos, como a sexologia e a psicanálise que aqui estavam se constituindo e consolidando como parte do campo médico. Estes buscavam

¹³⁴ *Op. cit.*, p.156

¹³⁵ *Op. cit.*, p.191

¹³⁶ Convulsoterapia se refere à proposta terapêutica na época que consistia na aplicação de cardiazol em quantidades cada vez maiores para simular ataques epiléticos (convulsões). A insulinoaterapia faz referência à técnica através da qual, a aplicação de insulina causaria um choque hipoglicêmico que também causaria convulsões, podendo levar o paciente ao coma e à morte e, finalmente, o eletrochoque, utilizado até hoje com mesmo objetivo, só que atualmente com maior possibilidade de controle por parte dos médicos do que os dois anteriores.

¹³⁷ *Op. cit.*

ocupar um lugar antes exclusivo da medicina legal, da psiquiatria, da eugenia, da ginecologia e da higiene, tentando adquirir prestígio científico.

Segundo Russo e Carrara¹³⁸, a sexologia da primeira metade do século XX, ainda que parte do campo médico, era menos valorizada no interior deste campo. Utilizava como referentes a sociologia, a moral e o direito, além da anatomia e da fisiologia – já que estas eram as abordagens médicas que davam legitimidade científica. Compreendida como uma disciplina militante comprometida com reformas sociais, como a não-criminalização da homossexualidade em países da Europa e a luta pelo divórcio no Brasil, a sexologia associava-se a projetos de intervenção social, ao mesmo tempo em que visava à emancipação individual. Seus principais representantes da sexologia no Brasil foram os médicos Hernani de Irajá e José de Albuquerque.

Irajá, ancorado na psicologia sexual e na fisiologia patológica, buscava compreender os males sexuais. Entendia que a sexualidade normal seria a destinada a fins reprodutivos e que a determinação biológica teria mais influência sobre os comportamentos individuais do que fatores como o meio e a cultura. Já as anomalias do instinto sexual, como eram por ele denominadas, poderiam ser hereditárias, adquiridas ou mistas¹³⁹. Em relação especificamente à homossexualidade, Irajá a entendia como podendo ser adquirida, eventual ou congênita, contrapondo-se à idéia médica mais corrente de que o *homossexualismo* era hereditariamente transmitido, mesmo quando o considerava como relativo à ordem biológica, já que inato.

Irajá publicou diversas obras¹⁴⁰, versando parte delas sobre temas que se compreendiam da área da sexualidade à época, mas ainda se misturavam com o campo da medicina, de onde os primeiros sexólogos eram oriundos. Os temas que compreendo como sendo do campo da medicina, mais especificamente da psiquiatria, são os da psicopatologia da sexualidade, aí se destacando a inversão sexual ou homossexualidade, já que Irajá não diferenciava os termos.

José de Albuquerque se propôs, durante a década de 1930, a estabelecer uma nova ciência para tratar dos problemas sexuais do homem – a andrologia – assim como a

¹³⁸ Carrara, Sérgio; Russo, Jane. “A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras: entre a ciência e a auto-ajuda”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 9 (2): 273-290, maio-ago 2002, p. 285.

¹³⁹ Irajá, Hernani de. *Psicopatologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Freita Bastos, 1933.

¹⁴⁰ “Sexualidade e o amor”, em 1930; “Psychoses do amor, estudos sobre as alterações do instinto sexual” e “Morphologia da mulher, a plástica feminina no Brasil”, ambos de 1931; “Psicopatologia da sexualidade”, “Tratamento dos males sexuais” e “Sexualidade perfeita”, em 1933; “Impotência sexual”, de 1957, e “O sexo nu, formação e deformação, inversão sexual”, em 1966, dentre outros.

ginecologia já vinha fazendo no âmbito feminino. Publicou vários trabalhos¹⁴¹ e fundou ainda, dois jornais – *Boletim de Educação Sexual* e o *Jornal de Andrologia* – com o objetivo de promover a educação sexual e divulgar a produção na área da sexologia, que então se estabelecia¹⁴²

Enquanto especialidade médica a sexologia progrediu a partir de 1930. Segundo Carrara, a representação social sobre o excesso sexual, atributo considerado distintivo dos brasileiros já antes desse período, pode ter contribuído para tanto, e estabelece a obra de Pires de Almeida – *Homossexualidade (A Libertinagem do Rio de Janeiro)*, já citada neste trabalho, como o marco zero da sexologia brasileira¹⁴³.

A sexologia, entretanto, apesar de seu florescimento a partir dos anos 1930, não teve, em nosso país, o prestígio que seria alcançado pela psicanálise, fato que, de acordo com Carrara & Russo, pode ser comprovado pelas editoras que publicavam material sobre sexologia e psicanálise. O fato de, muitas vezes, trabalhos sobre o tema da sexualidade, da forma como eram abordados pela sexologia, poderem ser confundidos com obras de cunho pornográfico, fizeram com que as editoras mais sofisticadas se abstivessem de publicar material estritamente sexológico. Mesmo em relação à psicanálise, apenas os autores próximos de um meio médico-psiquiátrico mais tradicional conseguiam publicar nessas editoras¹⁴⁴.

Já nesses anos 20 e 30 o tema da homossexualidade também seria abordado, no Brasil, pela psicanálise, cuja “entrada” em nosso país era recente. O surgimento dessa nova teoria entusiasmou os psiquiatras ao proporcionar novos métodos de investigação e de terapia, permitindo uma nova abordagem sobre a psique humana. Entretanto, apesar do entusiasmo, essa nova teoria não interferiu no conhecimento psiquiátrico da época, sendo absorvida diferente e parcialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo¹⁴⁵. Enquanto no Rio a psicanálise prosperou dentro do Hospital Psiquiátrico, no meio médico, em São Paulo a entrada da psicanálise no *establishment* médico não foi bem aceita. Apesar disso, é em São Paulo que se funda a primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1927, reconhecida pela *International*

¹⁴¹ Obras de José de Albuquerque das quais tomei conhecimento da existência: “*Introdução ao estudo da patologia sexual*”, de 1928; “*Hygiene sexual*”, em 1929; “*Moral sexual*”, de 1930; “*Educação sexual*”, em 1934; “*Catecismo da educação sexual*”, de 1940; “*O perigo venéreo na paz, na guerra e no após guerra*”, de 1941 e “*Quatro letras, cinco lustros*”, em 1958.

¹⁴² Carrara & Russo, *op.cit.* 2002, p.276

¹⁴³ Carrara, Sergio. Sexualidade e Sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras. In: *Cadernos do Ipub*, no.8, 1997, p.118

¹⁴⁴ *Op. cit.*, p.284-285

¹⁴⁵ Facchinetti, Cristiana e Ponte, Carlos. De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. In: *Psychê*, Ano VIII, n.11, São Paulo:2003 (59-83), p. 63

Psychoanalytic Association- IPA, mesmo não tendo por objetivo oferecer uma formação de psicanalistas, mas apenas com o intuito de difundir as idéias de Freud no país. Essa sociedade viria a ser encerrada em 1930, pelo mesmo médico que havia tomado a iniciativa de fundá-la, Durval Marcondes (1899 – 1981). Seu intuito ao criá-la era estabelecer uma maior aproximação com a IPA, no sentido de promover a formação de psicanalistas, fato que os membros da primeira sociedade não demonstraram interesse¹⁴⁶.

Na década de 30 se deu uma divulgação leiga da psicanálise em face de um interesse pelo que então se denominava ‘questão sexual’, através da publicação de livros, artigos, de autoria do próprio Freud e de seus seguidores. Gastão Pereira da Silva foi um dos maiores divulgadores da psicanálise em nosso país, apesar de jamais ter sido membro de alguma sociedade de formação. Em 1931 publicou o livro *Como entender Freud* e a partir de então, diversas outras obras sob a égide a psicanálise. Manteve ainda um programa no rádio e em colunas de revista, o que, sem dúvida alguma, colaborou na penetração leiga da psicanálise.¹⁴⁷

Nos anos de 1940, havia no campo da psicanálise, uma relação de ambigüidade em relação à medicina, devido aos embates e discussões sobre a legitimidade de sua prática por não-médicos, também, ainda não sendo uma teoria de uso consensual entre os psiquiatras brasileiros. Apesar de ter chegado oficialmente no país nos anos 40 em São Paulo e na década de 1950 no Rio de Janeiro, quando são fundadas as primeiras escolas de formação psicanalítica vinculadas à Associação Internacional Psicanalítica, ela já estava presente no meio acadêmico desde o início do século XX, conforme apresentado.

Do ponto de vista do conhecimento psicanalítico a homossexualidade não era vista como uma doença, sendo antes definida como uma variável das funções sexuais. Na teoria psicanalítica pressupunham-se razões que pudessem predispor um indivíduo a ser homossexual, tais como uma forte “fixação” na mãe e a ausência da figura paterna, o que acarretaria uma falha no desenvolvimento da sexualidade infantil em direção à constituição da heterossexualidade adulta.

Embora no Brasil a psicanálise tenha sido contemporânea da teoria endocrinológica, dentre os médicos legistas e psiquiatras que se interessavam pela doutrina freudiana, poucos eram os que a utilizavam de fato em sua prática, ainda que a divulgassem em seus escritos. Como exceção pode-se mencionar o médico Júlio Porto-Carrero (1887-1937), um dos maiores divulgadores da psicanálise desde a década de 1920. Ao abordar o tema da homossexualidade

¹⁴⁶ *Op. cit.*, 2003, p.65-66

¹⁴⁷ Russo, Jane. *O mundo Psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p.23-24.

em seus escritos, responsabilizava a figura materna como a principal desencadeadora desse “desvio”, por sua excessiva atenção dedicada aos filhos. Entretanto, diferentemente das teorias psicanalíticas, que como já mencionamos faziam referência particular à relação materna com os filhos, Julio Porto Carrero foi um dos poucos a associar a homossexualidade ao relacionamento entre a prole e a figura paterna, afirmando que o carinho excessivo em filhos do mesmo sexo do progenitor, ou seja, entre pai e filhos homens, poderia gerar uma inclinação homossexual, podendo resultar em ‘perversões funestas’¹⁴⁸.

Deste modo, pode-se dizer que a história da homossexualidade no Brasil foi permeada pelas influências da teoria endocrinológica que Marañón popularizou, pela antropologia criminal de Lombroso, pelas concepções psicanalíticas – apesar dos médicos das primeiras décadas do século XX enfatizarem, especialmente, as marcas mais moralistas da teoria psicanalítica, numa perspectiva pedagógica – e ainda, pela sexologia.

No Brasil, portanto, os estudos médicos constituíram-se em uma tentativa de absolver a homossexualidade de preconceitos religiosos relacionadas ao pecado e de sua possível criminalização, apesar dela continuar a ser considerada como um comportamento desviante pelos próprios médicos e pela sociedade, ao verificar que o objetivo final de todas as propostas médicas do período voltava-se muito mais para a necessidade da cura do que para sua aceitação social. A maior parte das explicações sobre homossexualidade era de ordem biológica, mas recorrentemente, consideravam-se as influências do meio, da educação e da família numa perspectiva moral, sem, entretanto, discutirem ou defenderem, no período apresentado, a tese do livre-arbítrio em relação à escolha pela homossexualidade.

Apesar do discurso da homossexualidade no Brasil ter privilegiadamente sido divulgado como um discurso médico e a homossexualidade ter sido associada pela própria historiografia médica a uma patologia é possível ouvirmos outras vozes sobre o tema. A literatura com seus romances de estilo naturalista, que buscaram retratar a vida como ela era, é um bom exemplo de um outro olhar possível sobre a homossexualidade. Mesmo influenciados pelo discurso médico, os romances denominados naturalistas ofereciam uma visão realista, ou seja, apresentavam determinadas situações com as quais as pessoas poderiam se identificar. Com relação à homossexualidade, demonstravam que essa não era unanimemente compreendida como uma patologia, havendo inclusive, mesmo que nas classes menos favorecidas, posições, se não favoráveis, ao menos neutras sobre o assunto. Assim, esses romances se apresentavam como um testemunho de época. E é com essa sociedade e

¹⁴⁸ Porto-Carrero, Julio. *Sexo e cultura (ensaio de psicanálise)*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933.

com a presença dessas práticas e comportamentos na sociedade que a medicina vai dialogar e construir uma representação de patologia.

Um bom exemplo que ilustra essa representação social da homossexualidade é o romance naturalista *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, de 1895, que representou o testemunho de uma época e que apresentou relações homossexuais entre homens. Apropriando-me da análise de Fry¹⁴⁹, que usa o texto como “revelador do pensamento social de seu autor”¹⁵⁰ pode-se partir da suposição que as representações de Caminha encontram eco em outros setores da população brasileira da época. Segundo Fry, apesar do autor ter conhecimento das teorias médico-científicas da ocasião, o romance oferece espaço ora para essas teorias, as quais está de alguma forma preso, ora para representações distintas do meio científico, em uma tentativa de apresentar a perspectiva da experiência homossexual própria dos personagens.

Assim, o romance *Bom Crioulo* apresenta a relação entre Amaro, um marinheiro negro e seu companheiro branco de olhos azuis. Palavras como “delito contra a natureza”, “imoralidade”, “castigo” estão presentes no texto de Caminha para se referir à homossexualidade, assim como Amaro recebe os adjetivos de “uranista” e “pederasta”. Apesar do uso dessas categorias, o romance apresenta a boa convivência do casal, que se estabeleceu na vida em que levavam juntos em uma pensão, até o trágico desfecho final, fruto do ciúme entre os pares e não decorrente da homossexualidade. Essa afinidade entre Amaro e seu companheiro se expandia na relação do casal com os demais moradores e marinheiros e com a própria dona da pensão, sem que houvesse referência a algum tipo de estranheza e, menos ainda, que a homossexualidade tenha sido em algum momento, considerada uma anormalidade, uma patologia.

Quanto à produção científica a partir da segunda metade do século XX, Green¹⁵¹ afirma que desde a década de 1940 teria ocorrido um arrefecimento na produção médico-legal brasileira sobre a homossexualidade. Segundo esse autor, os fatores que poderiam ter levado a esse quadro seriam o fato de nenhuma proposta médica ter alcançado o objetivo da cura e a eclosão da segunda guerra mundial. Esta última poderia ter criado dificuldades à entrada e ao acesso, no Brasil, de novos escritos europeus os quais, por sua vez, poderiam ter inspirado uma produção intelectual nacional. De todo modo, percebemos que é somente na década de

¹⁴⁹ Fry, Peter. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: *Caminhos Cruzados*, São Paulo:Brasiliense, 1982b

¹⁵⁰ *Op. cit.*, 1982b, p.35.

¹⁵¹ *Op. cit.*, p.236

1980, como decorrência do advento da AIDS, que a discussão acerca da homossexualidade retornaria com força ao cenário acadêmico e científico nacional.

Ao mesmo tempo, também a partir da década de 1980 verifica-se a extensa difusão e utilização no Brasil dos manuais internacionais – o DSM e a CID. É possível observar que tais instrumentos passaram então, a ser amplamente utilizados para fins da formação de profissionais e para a prescrição diagnóstica oficial nos serviços psiquiátricos brasileiros. Apesar dessa comprovação empírica, faltam estudos que auxiliem na compreensão de como, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 a perspectiva sobre a homossexualidade, difundida por esses manuais, foi expressa no campo científico psiquiátrico brasileiro. Em que medida o conhecimento psiquiátrico produzido no Brasil nas referidas décadas tematizou a homossexualidade enquanto uma patologia? Qual o sentido atribuído a essa forma de comportamento sexual e quais as explicações etiológicas e indicações terapêuticas daí decorrentes? Quais as representações sociais geradas pelo conhecimento científico? Em que fóruns privilegiados se discutia e se produzia sobre o tema da homossexualidade? Essas são algumas das questões a serem tratadas no decorrer desta tese.

CAPÍTULO 2

**HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: CONTRACULTURA E
MOVIMENTOS SOCIAIS
(1960-1980)**

A LEI

*Todo homem tem direito
De pensar o que quiser
Todo homem tem direito
De amar a quem quiser
Todo homem tem direito
De viver como quiser
Todo homem tem direito
De morrer como quiser
Direito de viver
Viajar sem passaporte
Direito de pensar
De dizer e de escrever
Direito de viver
Pela sua própria Lei
Direito de pensar de dizer e de escrever
Direito de amar
Como e com quem ele quiser
Viva, viva, viva,
Viva a Sociedade Alternativa! (...)*

Raul Seixas (1986)

Neste capítulo pretendo apresentar os dois pilares em relação aos quais as concepções sobre a homossexualidade na sociedade brasileira, a partir dos anos 90, estiveram inspiradas: o movimento da contracultura e os movimentos sociais. No que se refere aos movimentos sociais, vários autores¹⁵² ressaltaram sua importância na construção de uma identidade homossexual¹⁵³, e, portanto, na própria transformação de representação sobre a homossexualidade.

¹⁵² Fry, Peter. *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Heilborn, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: Parker, R.; Barbosa, R. M. (Org.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 136–145.

McRae, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

Parker, R. *Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

Facchini, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

¹⁵³ Aproprio-me aqui do conceito de identidade utilizado por Heilborn: “um conjunto de marcas sociais que posicionam um sujeito em um determinado mundo social (...)a identidade social constitui-se na atualização de

Ao longo deste capítulo apresento os principais líderes e mentores da contracultura no contexto internacional e nacional, assim como suas idéias e experiências e as principais expressões desse movimento. A demonstração do ideário e eventos que marcaram o movimento da contracultura e os movimentos sociais em prol da diversidade sexual se faz necessária, portanto, para que possamos entender o contexto sócio-cultural em que a produção científica psiquiátrica-psicológica, bem como a produção contra-científica das três últimas décadas do século XX foram constituídas. Nessa revisão, observo que, se o ideário da contracultura esteve presente como inspiração mais geral – principalmente nos textos contra-científicos, objeto de análise no capítulo três desta tese – as produções artísticas contra culturais das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, abordaram muito pouco o tema da homossexualidade, elaborando muitas vezes um discurso ambíguo sobre o tema.

2.1. O surgimento da contracultura

Se consultarmos a bibliografia sobre o assunto, em sua grande maioria escrita por uma geração de intelectuais que foram nativos do movimento contra cultural nos anos 60 e 70 do século XX, é possível observar que o termo contracultura não tem um único sentido.

O sociólogo Carlos A. Pereira¹⁵⁴ propõe duas leituras para a noção de contracultura. A primeira se refere a uma série de movimentos de rebelião da juventude que desde os anos 50 já se anunciava nos Estados Unidos da América, e que também se iniciaria no Brasil, um pouco mais tardiamente, já no princípio da década de 60, como o movimento hippie; o rock; a organização estudantil nas universidades; as drogas; o orientalismo, tudo motivado por um espírito de contestação, propondo uma nova realidade, um fenômeno situado historicamente em nosso país nas décadas de 1960 e 1970. Maciel¹⁵⁵ corrobora este primeiro sentido apresentado por Pereira ao afirmar que:

“O termo ‘contracultura’ foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de

princípios de classificação social ordenados por valores que fabricam e situam os sujeitos”.(In: Heilborn, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: Parker, R.; Barbosa, R. M. (Org.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 136–145, p. 137)

¹⁵⁴ Pereira, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁵⁵ Maciel, Luis Carlos. In: *Revista Careta*. Ano LIII, n. 2736, de 20/07/1981.

*diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente”.*¹⁵⁶

O outro modo de se definir a contracultura se refere a um movimento de idéias mais geral, abstrato, relativo a todo e qualquer modo de enfrentamento da ordem vigente, de se opor a uma determinada situação, que assim entendida pressupõe a contracultura como um elemento revigorador da crítica social, presente em repetidos períodos históricos, podendo reaparecer de tempos em tempos. Esta segunda perspectiva é compartilhada por autores como os jornalistas K.Goffman & D.Joy¹⁵⁷ e o psicólogo Timothy Leary¹⁵⁸. Nesse ponto de vista o argumento central é o de que toda e qualquer cultura pode produzir movimentos de contestação à ordem social vigente de modo a estabelecer rupturas e novos padrões de costumes e de idéias que passam a orientar as ações sociais. Entretanto, considerando-se que para o uso deste significado para a noção de contracultura seriam necessárias análises comparativas entre diferentes sociedades, ou mesmo entre períodos históricos de uma mesma sociedade que comprovassem ao menos a potencialidade de toda e qualquer organização social produzir movimentos contra culturais, tomo aqui como premissa a pertinência de analisar um movimento contracultural específico, historicamente datado

Neste trabalho utilizo o entendimento de contracultura de acordo com a primeira abordagem proposta por Pereira, e reafirmada por Maciel, isto é, como um fenômeno histórico concreto e particular, de crítica radical à cultura convencional, aos valores estabelecidos e à estrutura de pensamento que prevalecia nas sociedades ocidentais, cuja origem pode ser localizada nos anos 1960, nos Estados Unidos da América. Um movimento ímpar, em um período histórico definido, e não no sentido de um adjetivo que pode ser empregado em diferentes momentos históricos.

Apesar de optar por adotar esta perspectiva, é notável a pertinência da definição de Timothy Leary que, ao se referir a segunda abordagem, isto é, à contracultura como um movimento passível de acontecer em qualquer momento e em qualquer sociedade, traz elementos preciosos para o entendimento do movimento contra cultural que se localizou nos EUA na década de 1960. Destaca-se nesta definição de T. Leary a importância que as

¹⁵⁶ Maciel, *op. cit.*, p.19

¹⁵⁷ Goffman, K. e Joy, D. *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007

¹⁵⁸ Timothy Leary (1920-1996), figura de destaque na década de 60, conhecido como o “guru” ou o “papa” do LSD, era psicólogo, catedrático em Harvard e realizou experiências com jovens e drogas psicodélicas, popularizando o uso do LSD, principalmente no período da contracultura.

expressões artísticas tiveram em relação ao campo político mais formal, tornando-se as próprias expressões artísticas uma expressão política no sentido mais amplo

*“Na contracultura, as estruturas sociais são espontâneas e efêmeras. (...) A contracultura não tem uma estrutura formal nem uma liderança formal. Em certo sentido, ela não tem liderança; em outro sentido, é abarrotada de líderes(...) Mas o que interessa à contracultura é o poder das idéias, imagens e da expressão artística, não a obtenção de poder pessoal e político”*¹⁵⁹.

Por sua vez, Roszak¹⁶⁰ (1907–1981), historiador americano, utiliza o termo contracultura para se referir especificamente ao movimento ocorrido nos anos 60 do século XX. Para este autor, a contracultura “congrega apenas uma pequena minoria dos jovens e um punhado de mentores adultos, basicamente dos Estados Unidos,(...) no período em que o misticismo oriental, as drogas psicodélicas e as experiências comunitárias estiveram em maior evidência.”¹⁶¹ Roszak define contracultura como “uma cultura tão radicalmente dissociada dos pressupostos básicos de nossa sociedade que muitas pessoas nem sequer a consideram uma cultura e sim uma invasão bárbara”.¹⁶² Do ponto de vista de Roszak, esse novo lugar que a juventude pretendia construir estava fundada em características opostas à sociedade dominante, ou seja: o holismo ao invés do individualismo; as comunidades ‘primitivas’ em substituição à sociedade capitalista; o poder de persuasão e a negação do poder do Estado; a magia pela razão; o ócio ao invés da produção, compreendendo que o trabalho seria um meio de se produzir apenas o essencialmente necessário para a sobrevivência diária; e a religiosidade oriental em detrimento da cosmovisão científica, da supremacia da cognição cerebral.

Se buscarmos a motivação para o florescimento da contracultura, podemos encontrar em Roszak explicações que, no seu ponto de vista, justificariam a revolta contra a forma moderna do que ele denominou de ‘tecnocracia’, por ele entendida como “forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional”¹⁶³. Segundo este autor, na tecnocracia todos os aspectos da vida cotidiana são mobilizados para o aumento da produtividade e tudo passa por sua esfera de domínio: a educação, o lazer e a vida sexual

¹⁵⁹ Leary, Timothy. “Introdução”. In: Goffman, K. e Joy, D. *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

¹⁶⁰ Roszak, Theodore. *Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis, Vozes, 1972.

¹⁶¹ *Op. cit.*, p.8

¹⁶² *Op. cit.*, p.54

¹⁶³ *Op.cit.*, p.19

dos cidadãos modernos. A tecnocracia teria transformado tudo em objeto de especialistas. Nesse processo, despojou o ser humano de competências, remetendo a solução dos problemas aos homens possuidores de treinamento especial. Fundada na objetividade científica, que dispensaria qualquer consideração pessoal, a tecnocracia seria capaz de transformar o homem e a natureza em objetos de manipulação de técnicos. Assim, para o cidadão comum, desprovido de treinamento especial, a realidade alcançaria uma complexidade que transcenderia a sua competência e ele se tornaria dependente de técnicos especialistas. Para o autor, com a vitória da tecnocracia perder-se-ia a autonomia da política, que se tornaria impossibilitada de alterar minimamente o funcionamento tecnocrático. A tecnocracia se apresentaria acima das ideologias, que, todavia, não deixariam de existir, mas se tornariam invisíveis, já que segundo o autor, as ideologias se fundem na ‘verdade’ da cosmovisão científica. Para Roszak, as ideologias mais eficazes são aquelas que “sempre coincidem com os limites da consciência, pois passam então a atuar subliminarmente”¹⁶⁴.

Ainda segundo esse mesmo autor, um dos mentores da ‘juventude rebelde’ dos Estados Unidos e da Europa Ocidental foi Herbert Marcuse (1898-1979), filósofo que se tornou extremamente popular entre os jovens na década de 60, levando a discussão da contracultura para a área acadêmica – tomando como referência noções da psicanálise e do marxismo – assim como articulando-a com outras formas de contestação social. Essa popularidade se deveu a sua crítica à sociedade unidimensional e aos seus instrumentos de repressão, advogando a possibilidade de uma sociedade não repressiva, fundada sobre o princípio do prazer – proposta que encontrou solo fértil no movimento que se formava ao final da década de 50.

Marcuse fez uma transposição de conceitos da teoria freudiana, como, por exemplo, o Princípio do Prazer e o Princípio da Realidade, para analisar a sociedade industrial através de novos elementos para a compreensão desse tipo de sociedade que foi o objeto, por excelência, do marxismo. Sua interpretação da teoria freudiana aparece claramente em seu livro *Eros e Civilização* de 1955,¹⁶⁵ na qual discute o conceito de civilização em Freud, o qual seria fruto do conflito entre o Princípio do Prazer e o Princípio de Realidade.

Para Marcuse, o Princípio da Realidade seria, na sociedade industrial contemporânea, o Princípio de Desempenho (ou progresso), entendendo-se que o trabalho passou a ter um fim em si mesmo, ao invés de objetivar preencher as necessidades básicas do ser humano. Deste

¹⁶⁴ *Op. cit.*, p. 91

¹⁶⁵ Marcuse, Herbert. *Eros e civilização. Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. [1955] O livro é reeditado em 1966, em segunda edição, com novo prefácio do autor.

modo, quanto mais progresso técnico, mais produtividade, maior divisão social do trabalho, menos espaço para o ócio e maior frustração. “Nós chamamos princípio de desempenho, porque insiste no fato que, sob sua lei, a sociedade é estratificada de acordo com o rendimento competitivo de seus membros”¹⁶⁶. É o princípio que exige o desempenho econômico de seus membros. ‘Produzir para consumir e consumir para produzir’. “O indivíduo paga com o sacrifício do seu tempo, de sua consciência e de seus sonhos; a civilização paga com o sacrifício de suas próprias promessas de liberdade, justiça e paz para todos.”¹⁶⁷

Nessa direção, Marcuse¹⁶⁸ desenvolveu uma crítica social radical a partir de princípios psicanalíticos. Criticou o princípio da realidade de Freud, já que este seria o princípio da renúncia produtiva, que implicaria em renunciar, substituir, sublimar prazeres para que esses se transformassem em instrumentos de trabalho socialmente aproveitáveis. Para Marcuse, portanto, o princípio de realidade cunhado por Freud seria idêntico ao princípio do progresso, pois só por meio do princípio de realidade, repressivo, seria liberada energia pulsional para o trabalho desprazeroso, para o trabalho que aprendeu a renunciar e a rejeitar os desejos das pulsões e que, apenas assim, poderia tornar-se e permanecer socialmente produtivo.

Para Marcuse, as capacidades técnicas deveriam ultrapassar os limites da luta pela existência. A reprodução da carência e miséria já não seria mais necessária. Para ele, as forças materiais, técnicas e intelectuais existentes seriam suficientes para criar uma sociedade não repressiva. A partir da visão freudiana de que a repressão e a renúncia da satisfação são condições para o progresso da civilização, Marcuse procura mostrar como as próprias realizações da civilização repressiva criam as condições para a abolição da repressão e transformação da sociedade. Defende que o corpo humano seja instrumento de prazer e não de árduo trabalho, que a sociedade seja expressão de que as pulsões de vida possam se realizar, com o trabalho não sendo oposto a essa satisfação. Acredita ser possível a união no homem entre razão e sensibilidade, sujeito e objeto, sonho e realização, entendendo que é na essência do homem que se encontraria seu potencial. Essa essência teria sua base na natureza, já que Eros é a pulsão de vida, propiciadora assim, da construção de um novo indivíduo, sem culpa nem constrangimentos, sem trabalho árduo e priorizando o prazer.

Articuladas às noções psicanalíticas citadas, Marcuse utiliza-se também do conceito marxista de alienação. Diferentemente da perspectiva marxista, entretanto, para Marcuse o

¹⁶⁶ *Op. cit.*, p.50.

¹⁶⁷ *Op. cit.*, p.90.

¹⁶⁸ Marcuse, Herbert. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: *Cultura e Psicanálise*. São Paulo:Paz e Terra, 2001, p.108.

conflito não mais estaria entre Capital e Trabalho, mas sim entre o Trabalho e Prazer, sendo necessário uma redução da importância concedida ao mundo do trabalho para que este possa ser harmonizado a uma visão estética do mundo. Suas idéias – da possibilidade de um mundo mais igual para todos, de uma sociedade menos consumista, menos repressiva, no qual Eros seria o protagonista principal – encontraram eco nos movimentos estudantis da década de 60 ao mesmo tempo em que eram um produto daquela época.

Marcuse militava em favor de um estilo de vida ecológico como resultado de suas idéias marxistas heterodoxas. Defendia a idéia da necessidade de uma transformação radical da sociedade capitalista, cujo sistema ele entendia como predador e injusto apesar de disfarçado em Estado de bem-estar social. Ele compreendia que a lógica da valorização do capital provocava necessariamente a obsolescência programada, o desperdício de recursos, a distribuição desigual da riqueza social, a destruição da natureza. A valorização do capital exigia que a Terra inteira com tudo que a habitava fosse transformado em coisas abstratas, quantificáveis, permutáveis. Para ele, a ciência e a tecnologia faziam parte desse sistema e teriam por papel validar a dominação no capitalismo avançado. A concepção marcuseana de socialismo requereria uma nova ciência e uma nova tecnologia, dirigidas por um “novo princípio de realidade”, na qual se pudesse ter uma sociedade qualitativamente diferente que por sua vez também exigiria tecnologias ‘amigas’ da natureza e necessidades verdadeiras para um progresso qualitativo e não determinado pela técnica calcada na produtividade.

Assim, se apropriando da psicanálise e do marxismo, Marcuse ofereceu uma nova leitura de ambos os temas que teve enorme repercussão entre os jovens que buscavam construir uma nova sociedade, com base em parâmetros mais igualitários, resgatando outros valores, que não o do consumo *per si*; o maior cuidado com os recursos naturais e a vida em comunidade, a qual propiciaria a justa distribuição dos bens produzidos nessa sociedade, sem a preocupação com o acúmulo de riqueza.

Podemos nos perguntar se não foi a própria inspiração contra cultural, um “espírito” daquela época, o que possibilitou que teorias pilares para e sobre a sociedade moderna ocidental do século XX – a psicanálise e o marxismo – pudessem ser subvertidas em uma releitura que não as abandonava, mas lhes concedia um sentido totalmente novo e impensado por seus mentores de origem.

Segundo Roszak, o forte apelo das interpretações de Marcuse é explicável pelo desinteresse dos jovens, à época, pela retórica clássica da tradição radical de Marx e Lênin e o interesse pelo misticismo, em especial o oriental. Isso caracterizaria as manifestações estéticas

surgidas desde os anos 50, dos *beatniks* à Contracultura e a utilização dos textos e idéias de Marcuse no movimento contracultural. Esta imersão no misticismo estaria associada a uma reinvestida no inconsciente, sendo que a “espiritualidade” oriental estaria ligada a um estilo de vida não-repressivo.

Outro autor considera também, como fator importante na mudança de visão de mundo produzida na contracultura, a solidariedade e admiração pelos camponeses do Vietnã, com conseqüente acercamento com a cultura que vinha do oriente. Os reflexos dessa aproximação teriam sido produzidos primeiro com George Harrison com a música e a cítara de Ravi Shankar e ainda as experimentações zen de John Lennon e a literatura de Herman Hesse, que influenciavam não apenas os Estados Unidos, mas também a Europa e o Brasil.¹⁶⁹

Nogueira e Camargo Jr. acreditam que a atração que o Oriente¹⁷⁰ exerce sobre nós pode ser conseqüência dele ser visto como um símbolo de espiritualidade, uma civilização de tradição cultural baseada em alguns mitos que reforçam a diferença entre Oriente e Ocidente e que motiva os que buscam uma alternativa a nossa sociedade que acumula riqueza e diferenças, a se inspirarem em propostas mais voltadas para a interiorização. Ainda segundo os autores, o Oriente poderia ser entendido como o inconsciente, em uma leitura psicológica, em um deslocamento também da idéia de inconsciente freudiano restrito senso para uma ênfase numa experiência do sujeito que o colocasse em contato com um cosmos mais abrangente através da espiritualidade oriental.

A contracultura, por intermédio de um grupo oriundo da classe média alta, a partir da década de 1960, deflagrou o misticismo e as idéias de entrelaçamento do ser humano com a natureza e de unidade metafísica da realidade como um todo, que se aprimoraria ao longo dos anos, chegando aos dias de hoje com uma forte adesão da maior parte da população.¹⁷¹ Como fruto dessa influência, pode-se citar as prática difundidas da yoga; a “medicina oriental” como a acupuntura, o *shiatsu* e o *do-in*.

O movimento da contracultura brotou e floresceu, portanto, em um período histórico mundial conturbado. Foram tempos marcados pela Guerra-fria, o conflito que repartiu o

¹⁶⁹ Silva, Francisco Carlos Teixeira da. 1968. Memórias, Esquinas e Canções. In: *Revista do Acervo Nacional*. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (7-24), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998, p.17

¹⁷⁰ Compreendo como colocam Nogueira e Camargo Jr., que o “Oriente que não é o da geografia, mas de uma região mais imaginária que real” mas, mesmo assim, termina por ser associado a uma ampla região que incluiria a Ásia, principalmente o Japão e a Índia, e o Oriente Médio, de alguma forma distanciando-se do modelo ocidental eurocêntrico. (In: Nogueira, Ma. Inês e Camargo Jr, Kenneth R.de. A orientalização do Ocidente como superfície de emergência de novos paradigmas em saúde. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.14, n.3, p.841-861, jul.-set. 2007).

¹⁷¹ Campbell, Colin. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.5-22, 1997, p.16-17

mundo em dois blocos – de um lado o EUA capitalista e de outro a URSS socialista – e que teve como colorários a corrida armamentista nuclear, a conquista espacial e a guerra do Vietnã.

O preponderante desse movimento *underground* foi o questionamento do *establishment*, ou seja, das instituições culturais dominantes, seus tabus culturais e morais, costumes e padrões comportamentais. A palavra de ordem do movimento foi *drop out*, que significava ‘cair fora’ da família, das instituições e de toda e qualquer forma considerada repressiva, buscando-se uma vida alternativa que resgatasse valores da natureza, por oposição à adesão a tecnocracia. Deste modo, o movimento de contracultura – impulsionado por um contingente de jovens dispostos a lutar contra a tecnocracia, o capitalismo, a burocracia e, conseqüentemente, contra as guerras e ditaduras que eclodiam por todo o mundo – assumia-se como um conjunto de idéias e práticas que se opunham à cultura dominante, ou seja, contra as bases do capitalismo e da sociedade de consumo. Nesse processo, portanto, os jovens assumiram uma proeminência anteriormente inexistente, reivindicando seu papel como agentes sociais. A rebeldia e os protestos contra o sistema cultural vigente ganharam força na mídia e se espalharam por todo o Ocidente capitalista, contribuindo para a formação da cultura popular jovem e iniciando um movimento exatamente contrário à sociedade da época – a contracultura.

Segundo Rosak, além de Marcuse, outros mentores do movimento contracultural podem ser reconhecidos em um grupo de jovens autores – William Burroughs (1914-1997), Jack Kerouac (1922-1969) e Allen Ginsberg (1926-1997) – que por intermédio de uma combinação entre misticismo e desregramento, atualizaram a rebelião romântica e integraram a ela a contribuição das vanguardas européias. Esse grupo que, no início dos anos 50, se apresentou como geração *Beat* – representantes de um anarquismo romântico de tradição boêmia –, no final da mesma década já havia extrapolado suas marcas iniciais, passando de movimento literário a fenômeno social, até transformar-se, a partir de 1965, em contracultura e geração *hippie*¹⁷².

William Burroughs, nascido nos Estados Unidos, foi escritor, pintor e crítico social. A sua obra mais conhecida é *Naked Lunch*, de atmosfera fantástica e grotesca, que tem, em grande medida, caráter autobiográfico. Fez parte da chamada geração *beat*, apesar de seus livros terem pouco em comum com o restante dos autores dessa geração, já que a linguagem

¹⁷² Os *beatniks* foram o grupo a encarnar a rebeldia marginalizada dos anos 50 dos EUA, influenciados pelas doutrinas orientais, seguindo uma vida sensorial e desprezando a estabilidade. Esse estilo de comportamento os fez ser um dos grupos pioneiros do espírito de contestação da contracultura dos anos 60. (In:Pereira, *op. cit.*, p.9)

utilizada provém de fluxos de consciência durante o uso de alucinógenos. Homossexual, foi um dos pioneiros da literatura experimental, tanto no universo léxico escatológico, urbano, comum e absurdo como no consumo de drogas para produção subjetiva de textos.

Jack Kerouac, por sua vez, foi autor do livro *On the Road*, considerado a bíblia dos jovens dos anos 60, que com a mochila nas costas botavam o pé na estrada. Lançado nos Estados Unidos da América, pela primeira vez em 1957, o livro era fruto de uma viagem de sete anos de Kerouac e Neal Cassady – que juntos percorreram a rota 66, que cruza os EUA na direção leste-oeste – e escancarava ao mundo o lado sombrio do sonho americano. Encontram-se no livro alguns escritores na forma de personagens, como Burroughs e Ginsberg, este sendo inclusive, agente literário de Kerouac. As representações sobre a grande difusão deste livro se fazem notar no modo como, ainda hoje, é referendado como de grande influência para a música, do rock ao pop, para os hippies e, mais tarde, até para o movimento punk.¹⁷³

Allen Ginsberg, poeta americano da geração *beat*, ficou conhecido pelo seu livro de poesia *Howl* (Uivo) de 1956. No início dos anos 60, ele se lançou na cena hippie, ajudou Thimoty Leary a divulgar o psicodélico LSD e participou de uma lista incrivelmente grande de eventos, reforçando sua popularidade entre os jovens da época. Foi também figura-chave nos protestos contra a guerra do Vietnã na Convenção do Partido Democrático de Chicago, em 1968. Abraçou o budismo enquanto filosofia e teve como companheiro por 30 anos, Peter Orlovsky. A influência de Allen Ginsberg foi significativa, pois foi ele, através de sua obra poética e de seu comportamento, o porta-voz da cultura e religiosidade orientais, tornando-se “o maior guru hindu da América”, conforme destaca Roszak:

*“Allen Ginsberg, que desempenhou papel importante na promoção do estilo, professa a busca de Deus em muitos de seus primeiros poemas, muito antes de seus colegas terem descoberto o Zen e as tradições místicas do Oriente(...)Há na obra de Ginsberg muito da improvisação de Charlie Parker, bem como do espírito dos action painters. Jackson Pollack trabalhava numa tela com o compromisso de nunca apagar, nunca refazer, nunca retocar, mas acrescentar, acrescentar, acrescentar ... e deixar que a obra se transformasse por si só em algo de singular apropriado a este homem, neste momento de sua vida. A poesia de Ginsberg revela o mesmo sentido de pressa e auto-aniquilamento, o mesmo anelo de projetar o impulso imaginativo original”.*¹⁷⁴

¹⁷³ *On the Road* In: Wikipédia. Acesso em 15/01/2008.

¹⁷⁴ *Op.cit*, 1972, p.132 a 134

Esses autores, também atores, já que nativos da contracultura, viveram situações as quais a partir do momento que foram relatadas por escrito, terminaram difundindo muito mais do que simplesmente uma experiência pessoal, mas um conjunto de novas idéias possíveis de serem realizadas, como as experiências místicas, homossexuais e a dos estados alterados da consciência.

A semente lançada pela *Beat Generation*, portanto, germinou na geração de jovens norte-americanos dos anos 1960, nascidos no pós-guerra, os quais viveram a abundância e a prosperidade da sociedade, mas que, em contrapartida, suportavam um intenso controle social, o que propiciou forte reação desses jovens. O movimento da contracultura aparecia-lhes assim como um catalizador de uma série de tendências sociais críticas ao *establishment*, produzindo e sendo produzida por hippies e defensores das minorias – *Black Power*, *Gay Power* e *Women's Lib*.

Como já explicitado, a contracultura se referia a um novo modelo cujo principal intérprete era a juventude de classe média urbana da época, que contestava o *status quo*, colocando em xeque valores centrais da cultura ocidental e propondo uma nova abordagem na música, na literatura, no vestir e no comportamento em geral, com ênfase na busca da liberdade e do prazer. É possível afirmar que está nos princípios da contracultura, lutar contra tudo que se oponha a uma postura individualista e ao direito de fazer com o próprio corpo e com a própria vida o que bem lhe convier, implantando uma nova idéia de família, de casamento e de relações sexuais. Essa oposição ou resistência se concretizou através da procura por saberes e práticas estranhos à cultura ocidental moderna, como os movimentos ambientalistas, o culto dos elementos naturais como o ar, o sol, a água, o verde; a procura por religiões orientais e cristãs; o resgate da cultura popular e indígena, a valorização de objetos artesanais; a prática da ioga; a vida em comunidade; a valorização da rusticidade do *habitat* e a busca de estados alterados de consciência através do êxtase religioso, da música e das drogas, principalmente o LSD. Assim, o uso de drogas, o corpo, um novo gênero musical – o rock – os jornais *underground*, os poetas *beats* norte-americanos foram alguns dos referenciais modernos de um novo estilo que se formava.

Além da literatura *beatnik*, a música teve um papel fundamental no movimento da contracultura, possivelmente, por conseguir romper a barreira das línguas com muito mais facilidade que qualquer outra forma de expressão. Não por outro motivo se tornaria a expressão artística que mais viabilizaria a universalidade de uma nova consciência, tendo em *Woodstock Music & Art Fair*, em agosto de 1969 e *Altmont Free Concert*, no final do mesmo

ano, seus principais marcos, ultrapassando o terreno musical e assinalando um momento ímpar na história do movimento de rebelião da juventude internacional.¹⁷⁵ A cantora Janis Joplin, que cultivava uma atitude rebelde e inspirava-se no modo de vestir dos poetas da geração *beat* – cabelos compridos, roupas coloridas – serviu à época como símbolo deste movimento na década de 1960. As letras de suas canções e seu estilo fugiam do convencional, criticando, muitas vezes, o padrão musical estabelecido pela cultura de massa. O uso abusivo de drogas – que viria inclusive causar sua morte – complementava o perfil que a tornou um ícone do movimento da contracultura na década de 60, principalmente nos Estados Unidos, com sua imagem *hipponga* sendo “exportada” para o mundo.

Além da música, o teatro também teve forte influência no movimento da contracultura. Julian Beck e Judith Malina fundaram o revolucionário grupo de teatro *Living Theatre* em 1947 na cidade de Nova York. O nome que significa ‘Teatro do Vivente’ busca tornar mais “vital” a comunicação através do teatro. A troca do texto pela improvisação, da representação pela interpretação, do palco pelas ruas, são suas principais características. Eles se opunham à orientação das produções da Broadway e inauguraram o movimento ‘off-Broadway theater’ em Nova York.

Durante as décadas de 1950 e início dos anos 60 *The Living Theatre* foi pioneiro em apresentar nos teatros peças dramáticas não convencionais, por intermédio da adaptação de livros de escritores americanos, como Gertrude Stein, William Carlos Williams, Paul Goodman, Kenneth Rexroth and John Ashbery, assim como escritores europeus que raramente eram produzidos nos Estados Unidos da América, como Cocteau, Lorca, Brecht e Pirandello. Por razões distintas, diversos teatros em Nova York que abrigavam apresentações do *The Living Theatre* foram fechados entre os anos 50 e início da década de 60. Assim, em meados dos anos 1960 a companhia iniciou uma nova vida como um grupo nômade de teatro. Na Europa se envolveram em um projeto coletivo para criar o que consideravam uma nova forma de representação não-ficcional, baseada no comprometimento político e físico do ator, usando o teatro como um meio de ampliação da mudança social.

¹⁷⁵ Reconhecendo a importância de ambos os festivais, cabe a ressalva de que enquanto o de *Woodstock* significou a realização da utopia da palavra de ordem da geração *hippie* “paz e amor”, transcorrendo em clima de calma, o de *Altamont* ficou registrado como o “fim da era de *aquarius*” devido aos eventos violentos que o marcaram e que culminaram com a morte de quatro pessoas. Para maiores informações, sugere-se *Woodstock Nation* de Abbie Hoffman, de 1969 e sobre *Altamont*, Luiz Carlos Maciel, no seu artigo “O Fracasso da Contracultura”, do livro *Nova Consciência - Jornalismo contracultural 70-72*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1973.

Na década de 70, *The Living Theatre* iniciou a criação do ‘The Legacy of Cain’, um ciclo de peças de valores não tradicionais. Das prisões do Brasil aos portões de aço de Pittsburgh, e das favelas de Palermo às escolas de Nova York, a companhia ofereceu essas peças, gratuitamente para todas as platéias possíveis. A companhia de teatro esteve no Brasil em 1971 permanecendo por um tempo em Ouro Preto, Minas Gerais.

Nos anos 80 o grupo retornou ao teatro onde desenvolveram novas técnicas de participação da platéia no primeiro ensaio para depois proporem que se juntassem a eles como colegas de performance.¹⁷⁶ Esse grupo seria uma influência na contracultura brasileira na década de 70 já que apresentavam temas diretamente relacionados à vida comunitária, à valorização do corpo, influenciando novas montagens em nosso país.

É possível, portanto, depreender que a contracultura foi uma luta no campo da ideologia e das relações de reprodução da vida social, despida de preconceitos, pautada menos no discurso formal e mais nas práticas informais. Destacou-se por ser um movimento de protestos sem violência. Marchas pacifistas contra a guerra, pelos direitos civis, a utopia do movimento *hippie*, que imaginava ser possível um mundo de paz e amor e que para tanto necessitava buscar um novo espaço onde fosse possível viver essa nova vida, são algumas das características da contracultura, que possibilitou o surgimento de novos atores, de novas idéias, de um novo discurso e de uma nova estética. Importante lembrar que nesse período, essa cultura promoveu a organização (e surgimento) de grupos identitários étnicos ou culturais que estivessem em uma posição à margem da sociedade, para que pudessem expressar seu desconforto e serem ouvidos. São heranças da contracultura, na maneira em que estão hoje organizados, os movimentos anti-racistas e pela legalização das drogas, assim como os movimentos de luta pela igualdade de direitos para as mulheres e em defesa dos homossexuais, ou seja, as questões dos hoje chamados movimentos de minorias, tomaram corpo e universalidade a partir da contracultura.

¹⁷⁶ www.livingtheatre.org/history.html . Acessado em 02 de abril de 2009.

2. 2. Contracultura no Brasil a partir dos anos 60

Vários autores que serão citados a partir de agora – Luis Carlos Maciel, Carlos Alberto Pereira, Heloísa Buarque de Holanda, José Silvério Trevisan¹⁷⁷ – escreveram sobre o movimento da contracultura no Brasil nos anos 60 e 70, abordando temas diferentes em torno desse objeto, enfatizando mais um ou outro aspecto, ao mesmo tempo em que foram personagens nativos daquela época ou daquele movimento. De qualquer modo, todos esses autores, ao escreverem sobre a contracultura, mencionam o momento político peculiar no qual ela foi produzida no Brasil.

Vários países ocidentais passaram pela experiência da contracultura, até certo ponto, semelhante. A cultura brasileira, entretanto, além de viver essa experiência um pouco mais tardiamente, a teria vivido de um modo peculiar, pois a penetração dessas idéias, vindas principalmente dos Estados Unidos, coincidiu com um “período de intenso fechamento político, durante o qual o discurso tradicional de esquerda sofre forte repressão, (...) juntamente com a falência de toda uma crença num certo ‘poder revolucionário’ da cultura”¹⁷⁸. Relacionada tanto às transformações político-sociais e econômicas ocorridas a partir de 1964, mais especialmente a partir de 1968, quanto ao conjunto de idéias dos diversos movimentos jovens dos países ocidentais, que em muito influenciaram a produção cultural brasileira, a passagem dos anos 60 para os anos 70 em nosso país trouxe uma reorientação cultural. A frustração intelectual, o fechamento de horizontes e perspectivas trouxe como consequência a busca de novas experiências, em meio a uma trajetória intelectualizada.

¹⁷⁷ **L.C.Maciel** foi provavelmente o autor mais profícuo sobre o tema da contracultura. Entre suas publicações, podemos citar *Geração em Transe - memórias do tempo do tropicalismo* (1996) *Anos 60* (1987), *Nova Consciência* (1973), a coluna Underground do *Pasquim* e a editoração da *Revista Rolling Stone*, dentre outros. Foi preso em 1970, ficando dois meses na Vila Militar. Depois disso, em 1971 se aprofunda nas idéias contraculturas e vai vivenciá-las, se assumindo hippie e indo viver em comunidades.

Carlos M Pereira é graduado em ciências sociais pelo IFCS da UFRJ e atual professor da Escola de Comunicação da UFRJ. Fez o mestrado no Museu Nacional da UFRJ e sua dissertação gerou o livro *Retratos de Época- poesia marginal, anos 70*. Realizou o doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre suas publicações posso destacar *A invenção do Brasil Moderno; O que é contracultura e Comunicação e Cultura Contemporâneas*.

Heloísa B de Holanda é professora titular de Teoria Crítica da Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, também considerada ensaísta, escritora, crítica literária e editora. Suas áreas de pesquisa são sobre questões atuais da crítica sobre a cultura. Entre seus principais livros, posso citar *Impressões de Viagem; Cultura em Trânsito: da Repressão à Abertura e Artelatina - Cultura, Globalização e Identidades Cosmopolita*.

J.S. Trevisan é jornalista, escritor, cineasta, dramaturgo e ativista GLBT brasileiro. Foi fundador do Grupo SOMOS na década de 1970. Participou também do jornal *Lampião de Esquina*. Assina uma coluna mensal na revista *G Magazine*. Entre seus livros, destacam-se *Devassos no Paraíso; O livro do Avesso e Seis Balas num Buraco Só: A Crise do Masculino*.

¹⁷⁸ Pereira, Carlos Alberto M. *Retrato de Época – a poesia marginal nos anos 70*. Rio de Janeiro: Ed.Funarte, 1981, p.33.

A cidadania no Brasil sofria um duro golpe em 1964. A ditadura militar que tomou conta do país a partir de 31 daquele ano promoveu uma restrição de direitos políticos e civis por meio de atos institucionais, revogando a eleição direta para presidente, governadores e prefeitos, o fechamento do Congresso Nacional e limitando o exercício do poder judiciário. Impôs ainda intervenções em sindicatos e organizações estudantis, acobertando a tortura, realizando prisões ilegais, com os direitos civis sofrendo restrições radicais. A liberdade de imprensa e de expressão, a inviolabilidade do lar e de correspondência, a integridade física, e outros componentes fundamentais dos direitos civis também deixaram de existir naquela época.

Deste modo, a subversão de valores e comportamentos significava uma forma de também demonstrar a insatisfação com o que, então, se apresentava no momento como realidade político-social. Se por um lado, o regime militar dificultava manifestações e organizações de grupos, por outro, era fomentador de um descontentamento que motivava as pessoas a buscarem formas criativas de responder ao regime, contrapondo-se a ele. Assim, entraram em cena os circuitos alternativos discutindo sobre as drogas, a psicanálise, o corpo, e uma postura de independência em relação à ideologia dominante e ao modo do poder operar.

A promulgação do Ato Inconstitucional de número 5 – (AI-5), em dezembro de 1968, impôs alterações radicais à trajetória dos indivíduos. O movimento estudantil, o qual foi mantido como uma forma de mobilização e atuação política após o golpe de 64 foi colocado na ilegalidade, abrindo caminho para uma ação política mais radical, respondendo a esse regime de exceção, com a clandestinidade e a luta armada, ao mesmo tempo em que boa parte da juventude reavaliava as expectativas de transformação social presentes na década de 60. Concomitantemente, a desarticulação da vida universitária e do movimento estudantil trouxe o sentimento de que “o sonho acabou”, que questionava inclusive, o pensamento de esquerda, entendendo que o mesmo não absorvia expectativas sociais de parcela da juventude e da intelectualidade. Assim, dois caminhos opostos se apresentaram: ‘pegar nas armas’ ou ‘desbundar’¹⁷⁹.

Passando-se à valorização de estilos de vida diferenciados das formas sérias, racionais, burocráticas e tradicionais tanto da vida quanto do pensamento, o ‘desbunde’, que teria seu auge no Rio de Janeiro em 1972, privilegiava uma sociedade alternativa e comunitária, com

¹⁷⁹ Originado do verbo *desbundar*, que, segundo os dicionários, significa "perder o autodomínio, enlouquecer, loucura, desvario, causar impacto", o desbunde era uma posição crítica que se afastava dos ideais de racionalidade e produtividade de uma sociedade capitalista industrial e aventava a possibilidade de sonhar com uma nova era, voltada a valores espirituais e pouco materialistas, um estilo de vida que vinha ao encontro do ideário da contracultura.

uma forte erotização das relações sociais, na qual o uso de drogas era encarado menos como um vício e mais como uma experiência, compreendendo-se que elas ampliariam as possibilidades cognitivas das pessoas. O desbunde foi, portanto, uma das formas de resposta ao período de repressão em que o país se encontrava: dar as costas, ir embora, viver à margem do processo que se desenvolvia no país, preocupando-se apenas com o aqui e agora.

Segundo Trevisan, em seu livro *Devassos no Paraíso*,

*“alguém desbundava justamente quando manda às favas – sob aparência freqüente de irresponsabilidade – os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não-partidária e muitas vezes associada ao consumo de drogas ou à homossexualidade”*¹⁸⁰.

Ainda nos anos 1970, há que se considerar a influência da psicanálise entre a classe média culta dos centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar de ter chegado ao país na década de 20 e oficialmente nos anos 40 em São Paulo e na década de 1950, no Rio de Janeiro, ela se difundia seu auge nesse momento, paralelamente ao florescimento da contracultura. A contracultura propunha uma mudança interna, uma ‘revolução interior’, a busca do verdadeiro eu, politizando questões até então consideradas menores como a sexualidade, as relações entre pais e filhos, a questão do gênero. Esses temas impunham uma reflexão que fazia com que o sujeito se voltasse para dentro de si mesmo, repensando suas escolhas, seus valores, questionando os modelos tradicionais de estado, família, masculinidade, feminilidade, etc. Desse modo a psicanálise era um caminho para se chegar a esse objetivo. Assim, “assistiu-se a uma verdadeira corrida ao divã”. Desde sessões individuais às análises em grupo, nas rodas intelectuais da zona sul o tema da psicanálise se fazia presente, gerando o *boom* da psicanálise na década de 1970.¹⁸¹

Ainda nesse período e também sob a inspiração da contracultura, os tóxicos, o rock e a música pop expressariam experiências em que houvesse “uma forte integração entre as pessoas em bases radicalmente diferentes das formas de comunicação em vigor nas famílias de origem”¹⁸², imprimindo um caráter bastante ritualizado aos novos modos de sociabilidade. A procura por meios de vida alternativos, por uma utopia que não passasse necessariamente por uma revolução violenta, assim como o fascínio pelas drogas e terapias estão presentes nas

¹⁸⁰ Trevisan, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.284.

¹⁸¹ Russo, Jane. *O mundo Psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p.39

¹⁸² Velho, Gilberto. *Nobres & Anjos – um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998, p.156.

expressões artísticas, principalmente na literatura e na música. O poeta surgia como o representante que investe contra a ordem do cotidiano, contra o vínculo familiar, a tradição religiosa, relativizando o saber.

A crescente mobilização social durante os anos 50 e início da década de 60, coloca o engajamento político da arte no centro do debate estético em geral, possibilitando a criação de uma poesia voltada para as tensões sociais, dentro do clima literário dos anos 60. Uma poesia que representava uma proposta de atuação política, mobilizada pelos acontecimentos da época, denominada de ‘poesia participante’.

Uma das áreas culturais bastante ‘reinventada’ nesse período foi, portanto, a da literatura. Nos fins dos anos 60 e já no início dos anos 70 surgiram em nosso país, diversas publicações que apresentavam diferenças bastante significativas quando comparadas as publicações da década anterior.¹⁸³ A revista *Planeta* passa a ser publicada no Brasil a partir de 1972, versão brasileira da revista francesa *Planète*, que teve seu primeiro número lançado em 1960 e foi um dos veículos de divulgação mais representativos do período no cenário mundial.¹⁸⁴ Combinava esoterismo com informação cultural, oferecendo uma visão otimista do futuro. Seus editores, Luis Pauwels e Jacques Bergier apresentavam artigos que apontavam a crise da modernidade, mas ao mesmo tempo propunham alternativas que iam ao encontro do ideário da contracultura.¹⁸⁵

A revista *Planeta*, juntamente com outras publicações, expressou uma mudança de estilo até então em vigor em nosso país. Fugia da forma tradicional da produção literária e buscava a reprodução de baixo custo e numericamente grande de seus exemplares. Algumas revistas, para alcançarem esse objetivo, utilizaram-se do mimeógrafo e contaram com amigos para divulgação; o que fez com que esse grupo de editores ficasse conhecido como ‘geração mimeógrafo’. A variedade de conteúdo desta publicação era grande, indo desde pequenos textos em prosa, até outros contendo uma poesia calcada sobre o verso, bem discursiva. Em comum, o tom coloquial, nada acadêmico, com temas relacionados ao cotidiano dos produtores. De forma geral, “estes novos produtos literários tinham um forte caráter artesanal e lúdico; especialmente naqueles textos mais discursivos percebia-se imediatamente um tom

¹⁸³ *Op. cit.*, Pereira, 1981, p. 37.

¹⁸⁴ Pode-se admitir o sucesso da *Planète* francesa, visto que tinha 80.000 assinantes e 100.000 compradores na primeira metade da década de 60.

¹⁸⁵ Albuquerque, Leila Marrach Basto de. Revista *Planeta*: imagens do corpo, imagens da alma. *Paper* apresentado nas *VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.

fundamentalmente irônico e coloquial”¹⁸⁶. As pessoas envolvidas se encontravam na faixa dos vinte anos, universitários, basicamente da zona sul do Rio de Janeiro, e tomavam para si desde a produção até a distribuição dos textos, muitas vezes, feita de mão em mão, podendo ser vendida ou simplesmente distribuída gratuitamente¹⁸⁷.

Nesse campo das letras desenvolveram-se novas idéias e estratégias as quais podem ser resumidas num debate literário concentrado em três grandes temas: a relação entre arte/tecnologia industrial; a relação entre arte/teorização e a relação entre arte/engajamento político. Nesse contexto, se insere o que se denominou de ‘poesia marginal’ – movimento de produção literária, que buscava alternativas na linguagem, e que foi representado como um fenômeno literário entre os anos de 1974, 1975. Seus autores criavam seu próprio espaço de produção e distribuição, inventando dessa forma, um novo universo editorial. O termo ‘marginal’ se aplicava em vários sentidos: no circuito de produção, comercialização e distribuição, já que sua distribuição se dá fora das editoras, sendo feita, na maioria das vezes, pelos próprios autores, que a reproduziam em mimeógrafo, em tiragens pequenas e, digamos, rústicas. Marginal ainda no que tange ao conteúdo, à ideologia, à temática, ao acabamento gráfico e à própria linguagem, num sentido mais geral, não apenas referindo-se aos elementos literários, mas também, comportamentais, uma marginalidade não só de conteúdo, mas principalmente, ideológica.

Novamente, o público que consumia essa produção se encontra nas camadas mais privilegiadas economicamente, como já apresentado em relação ao espectro mais ampliado do movimento da contracultura, pela facilidade do acesso às informações e pelo exercício de um “ethos” propício à vivência de novas experiências culturais. O fato de serem os grupos socioeconômicos mais privilegiados os que se aglutinavam em torno da ‘poesia marginal’ não diminui o caráter mais significativo desse fenômeno em termos de crítica social, que não se esgota no plano da literatura. A literatura, assim como outras formas de expressão refletem o descomprometimento com o que já estava institucionalizado, com a norma, com a burocracia, com a formalidade. Essa nova forma de expressão literária permitia o exercício da criatividade e o vínculo entre trabalho e prazer, lembrando ser esse um dos lemas do movimento de contracultura – a busca pelo prazer e o rompimento com quaisquer formas de repressão e enquadramento.

¹⁸⁶ *Op. cit.*, p. 39

¹⁸⁷ Revistas do período que se utilizaram da ‘técnica do mimeógrafo’, no amplo sentido de subverter os padrões tradicionais de produção, edição e distribuição: *Frenesi*, *Muda*, *Anima*, *Malasartes*, *Navilouca*, *Nuvem Cigana*, *Pólem*. Ainda os livros: *Muito Prazer* (1971) e *Preço da Passagem* (1971), de Chacal; *Canção de Búzios* (1972) e *Entrada franca* (1973), de Ronaldo Santos, entre outros.

A Imprensa Alternativa ou Nanica surge também nesse momento, no auge da repressão política, com destaque para os jornais *O Pasquim*, *Bondinho*, *Movimento e Opinião*, unindo as idéias da esquerda com o desejo de inovar no campo do jornalismo. Cerca de cento e cinquenta periódicos, que circulavam fora do circuito editorial, surgiram e desapareceram no período de 1964 a 1980¹⁸⁸. O contexto político favoreceu o surgimento desse tipo de imprensa, assim como o fim da ditadura por sua vez, representou a decadência da maioria das publicações.

*“A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa. É na dupla oposição ao regime representado pelos militares e às limitações à articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.”*¹⁸⁹

Observa-se assim, a proliferação de uma imprensa ‘alternativa’ ou ‘nanica’, fruto não só da contracultura, mas também da ação da censura no período, que impossibilitava o trabalho de grupos de jornalistas já que cerceava a informação, impondo silêncio sobre temas de interesse nacional. Esses jornais, ao contrário da prática jornalística da grande imprensa, levavam em conta a subjetividade e introduziram a moda de longas entrevistas, desprezando a objetividade e neutralidade jornalística e privilegiando a opinião e a subjetividade.¹⁹⁰ Influenciados pelo movimento da contracultura americano, traziam temas como misticismo, drogas, astrologia, vida alternativa, zen-budismo, entre outros.

Nesse grupo dois estilos predominavam: um que se baseava na valorização nacional e no marxismo, sendo mais dogmático e pedagógico e o outro que escapava do discurso ideológico-militar e se colocava como críticos aos costumes. Conforme explicita Kucinski, “tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre.”¹⁹¹ Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e no alegado moralismo da classe média, introduzindo no Brasil temáticas da contracultura.

¹⁸⁸ Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira*. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

¹⁸⁹ Barros, Patrícia Marcondes de. *Stultíferas Navis: A Imprensa Alternativa como antídoto ao Regime Militar. Anais Eletrônicos da XXII Semana de História – O Golpe de 1964 e os dilemas do Brasil Contemporâneo. UNESP/Assis, 19 a 22 de outubro de 2004.*

¹⁹⁰ Buarque de Hollanda, H. *Impressões de Viagem. cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.63-64.

¹⁹¹ *Op. cit.*, p.14 -15

O jornal que mais se destacou naquele momento foi *O Pasquim*¹⁹². Segundo seus próprios protagonistas, a idéia de sua criação surgiu no final de 1968 após uma reunião entre o cartunista Jaguar e os jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral, que buscavam uma alternativa para substituir o tablóide humorístico *A carapuça*, de Sérgio Porto, recém falecido. A primeira edição saiu em junho de 1969¹⁹³. A orientação inicial era para ser uma publicação comportamental, abordando temas como sexo, drogas, feminismo e divórcio, entre outros, mas o jornal foi se tornando mais politizado a medida que aumentava a repressão da ditadura.

O Pasquim atravessou situações de censura em fins da década de 60 e de prisão dos membros de sua redação, em novembro de 1970. Como isso não arrefeceu o interesse no jornal, bancas que disponibilizavam esse jornal e outros considerados alternativos, passaram a ser alvos de bomba, já nos anos 80, o que fez cair pela metade seus pontos de venda. A última edição, de número 1.072, saiu em 11 de novembro de 1991. Como símbolo do jornal foi criado o ratinho Sig, em alusão a Sigmund Freud, desenhado por Jaguar, baseado na anedota da época que dizia que se Deus havia criado o sexo, Freud criou a “sacanagem”.¹⁹⁴

Já no campo das Artes Plásticas, um marco histórico foi a coletiva *Opinião 65* inaugurada em 12 de agosto de 1965, que apresentava artistas estrangeiros e nacionais preocupados com a renovação da arte e das estruturas sociais. Essa mostra visava inaugurar um novo caminho que levaria os artistas para junto do povo, tirando-os do ‘esconderijo’ das galerias. Artistas como Lígia Clarck, Antônio Dias, Roberto Magalhães, Helio Oiticia, Ligia Pape, Cláudio Tozzi, Carlos Vergara e Carlos Zílio entre outros, são considerados representantes dessa nova proposta nas artes plásticas nesse período.

Essa primeira mostra teve outros desdobramentos, aí se incluindo a do Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro – MAM, em 1967, na qual Helio Oiticia apresentou seu ‘penetrável’ tropicália, que terminou por dar nome ao movimento musical que surgiria logo a seguir, no qual Caetano Veloso e Gilberto Gil são seus principais representantes.

Em fins de 1967 amplia-se o contato mais estreito com o público e na mesma medida, a repressão a essas manifestações artísticas. Flavio Mota e Nelson Leirner decidiram produzir uma série de bandeiras para expor na rua, em São Paulo. Contudo, foram proibidos por fiscais da prefeitura sob a alegação de serem camelos, sem licença e tiveram suas bandeiras confiscadas. Trouxeram então, a proposta para o Rio e junto com outros artistas de vanguarda,

¹⁹² Em 2001, Ziraldo, que havia participado desde o primeiro número de *O Pasquim*, lança uma nova edição, renomeada *O Pasquim21*. Esta versão não durou muito, apesar de contar com alguns de seus antigos colaboradores, e deixou de ser publicada em meados de 2004.

¹⁹³ Augusto, Sergio e Jaguar (org). *O melhor do Pasquim*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

¹⁹⁴ *O Pasquim*. Wikipédia, acessado em 07/03/2008.

como Oiticica, Tozzi, Vergara entre outros, apresentaram seus trabalhos em praça pública, em Ipanema, bairro da zona sul do Rio de Janeiro.

Depois disso houve ainda a *Arte no Aterro – um mês de arte pública*, também no MAM e *Apocalipopótese*, que reunia ao mesmo tempo e no mesmo espaço propostas que aparentemente não apresentavam conexão entre si e que contou com uma participação intensa do público que era introduzido a essa nova forma de se fazer arte. Lúcia Pape, que participou da exposição com *Ovos*, incluiu sambistas para vestir e dar vida a estes e, ainda em 1968, essa mesma artista faria com que crianças do morro participassem de forma interativa com sua obra *Divisor* que expunha, em forma de denúncia, os limites entre as classes sociais¹⁹⁵.

Os artistas plásticos desse período, conhecidos como artistas de vanguarda, não só estabeleciam um questionamento político da realidade através de suas obras, mas tentavam também, com elas, romper os limites da própria expressão artística. Através dela buscavam trazer para o debate temas importantes como a bomba atômica; o militarismo que tomava conta do país e o cotidiano sofrido das classes menos favorecidas.

Dentre todas essas expressões artísticas no período da contracultura em nosso país, a música, por sua vez, se torna “um item de consumo de boa parte da juventude das camadas médias das áreas urbanas”¹⁹⁶. Ela possibilitava tanto a informação musical, quanto a poética e a comportamental, de modo integrado. Havia uma forte ligação entre música ou letra da música e poesia. Foi uma época em que shows musicais eram momentos importantes e locais de encontro de jovens, se tornando verdadeiros acontecimentos. Esses shows de música possibilitavam ainda, a divulgação das publicações anteriormente mencionadas. Pereira compara o consumo de música nesse período como o da literatura no final dos anos 50 e o cinema, no período do cinema arte, representado pela ‘geração Paissandu.’

No Brasil, na década de 60, quatro estilos prevaleceram: o que herdou a experiência da Bossa Nova e compunha uma música que estabelecia relações com o samba e o jazz, tendo em Chico Buarque um de seus principais representantes; um segundo estilo que desejava fazer da música um instrumento de crítica social e política, um grupo de “canção de protesto”, destacando-se a figura de Geraldo Vandré; o terceiro grupo, sob forte influência do rock inglês e norte-americano, que produzia o tipo de música conhecido como “iê-iê-iê”, representado pela Jovem Guarda, tendo entre seus principais representantes, Roberto Carlos, Erasmo Carlos e

¹⁹⁵ Pedroso, Franklin Espath e Vasquez Pedro Karp. Questão de Ordem. Vanguarda e política na arte brasileira. In: *Revista do Arquivo Nacional*.. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (73-86), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998, p.76,78,79,81.

¹⁹⁶ *Op. cit.*, Pereira, 1981, p. 39.

Wanderléia e finalmente, o quarto estilo, o Tropicalismo, que se interessava em promover experimentações e inovações estéticas na música, formado pelos artistas denominados de tropicalistas¹⁹⁷, majoritariamente baianos.

Dentro desse estilo, o Tropicalismo foi o que mais se aproximou do ideário da contracultura: o estilo hippie de vestir dos cantores baianos, o descompromisso (desbunde), a proposta de liberdade (é proibido proibir¹⁹⁸) e o espírito lúdico e alegre expresso no grupo *Novos Baianos*, que surgiu final dos anos 60, influenciado pela emergente Tropicália. Tratava-se mais do que um estilo musical. Foi um movimento cultural que mesclou manifestações tradicionais da cultura brasileira e inovações estéticas radicais, juntando elementos contraditórios, formulando uma nova lógica de apreensão da realidade, sob a influência das correntes artísticas de vanguarda¹⁹⁹ e da cultura pop nacional e estrangeira como o pop-rock e o concretismo. Ele representou uma ruptura entre os anos 60 e 70 e ao invés de fins sociais e políticos, auto identificou-se como um movimento nitidamente estético e comportamental. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé e os Mutantes eram seus principais mentores.

O Tropicalismo influenciou as artes plásticas, o cinema e o teatro brasileiros. Entretanto, esse movimento estava longe de ser um consenso. Os que não simpatizavam com o tropicalismo alegavam que o mesmo era um movimento vago e sem comprometimento político, visão defendida pela intelectualidade da época e principalmente determinadas fatias da juventude universitária ligadas ao movimento estudantil que rejeitavam a proposta tropicalista, considerando seus representantes alienados. Por seu lado, os tropicalistas acreditavam que a experiência estética já era por si só um instrumento social revolucionário, não sendo por isso necessário promover através de suas músicas referências temáticas tradicionais à problemática político-ideológica.²⁰⁰

Nas Artes Cênicas, os primeiros sinais do movimento que viria a ser conhecido como Cinema Novo brasileiro podem ser encontrados no período de passagem dos anos 50/60. Em 1952 ocorre o I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro e o I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, que discutiram novas idéias para a produção de filmes nacionais. Uma temática inovadora já começava a ser abordada, sendo concluída mais adiante, por uma nova fase do cinema que se concretizaria ao longo da década de 50.

¹⁹⁷ Dolabela, Marcelo. *ABZ do rock brasileiro*. São Paulo, Estrela do Sul, 1987.

¹⁹⁸ Música de Caetano Veloso, apresentada no III Festival Internacional da Canção, em 1968.

¹⁹⁹ Hélio Oiticica (1937-1980) que fez o penetrável (instalação) Tropicália, em 1967, ajudou a consolidar uma estética do movimento tropicalista na música brasileira, nos anos 1960 e 1970.

²⁰⁰ Brito, Antonio Carlos. *Tropicalismo: sua estética, sua história*. São Paulo: Vozes, 1972.

Alguns autores apontam o filme *Rio 40 graus* de Nelson Pereira dos Santos, de 1955 como marco fundador do Cinema Novo. Trata-se de um semi-documentário sobre pessoas do Rio de Janeiro e acompanha um dia na vida de cinco garotos de uma favela que, num domingo tipicamente carioca e de sol escaldante, vendem amendoim em Copacabana, Pão de Açúcar e no Maracanã. A novidade é o deslocamento do cenário, incorporando o morro e moradores do Rio de Janeiro. Em 1963 essa nova fase do cinema é expandida e consolidada com Glauber Rocha e Ruy Guerra, que mostram um Brasil com muitos conflitos políticos e sociais. O lema dessa proposta era “uma câmera na mão e uma idéia na cabeça”, visando à produção de um cinema barato, voltado à realidade brasileira e com uma linguagem adequada à situação social da época. Os temas mais abordados estariam fortemente ligados ao subdesenvolvimento do país²⁰¹. Assim, foi no período entre 1960 e 1975 que Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Paulo César Sarraceni, Carlos Diegues e Leon Hirzman, entre outros, apresentaram filmes com uma revolução estética na produção artística do país.²⁰²

Com o AI-5, a censura à mídia e às diversões públicas, a perseguição às oposições e a prática de tortura criam um clima de medo que se reflete também no cinema que se volta para o passado ou para projeções alegóricas do país real, como *Macunaíma* (1969)²⁰³.

Outros cineastas, considerados de uma nova geração que veio a ser conhecida como ‘udigrudi’²⁰⁴, responderam à nova situação política do país com mais radicalidade: a ‘estética do lixo’, o cinema marginal. As principais produções desse momento são *O Bandido da luz vermelha* (1968) e *Matou a família e foi ao cinema* (1969)²⁰⁵. Ambos os filmes imprimiram um maior radicalismo ao cinema nacional e aperfeiçoaram a “estética do lixo”. A abordagem se propunha incorporar elementos anteriormente excluídos pelo chamado cinema “culto” e

²⁰¹ Souza, Carlos Roberto. *A Fascinante Aventura do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 1981.

²⁰² França, Andrea e Heynemann, Liliane. Cinema moderno no Brasil de 1960. In: *Revista do Arquivo Nacional*. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (87-100), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998, p. 93

²⁰³ Macunaíma é um herói preguiçoso, sem caráter. Ele nasceu na selva e de negro virou branco. Depois de adulto, deixa o sertão em companhia dos irmãos e vive várias aventuras na cidade. Depois da aventura urbana, ele volta à selva, onde desaparecerá como viveu - antropofagicamente. Trata-se de um compêndio de mitos, lendas, a partir do romance de Mário de Andrade, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, que demonstrava a preocupação com o caráter nacional em contraposição ao produto importado, que seriam traços marcantes do modernismo e do cinema novo.

²⁰⁴ Derivado de *underground*, expressão usada para designar um ambiente cultural que foge dos padrões comerciais, dos modismos e que está fora da mídia, termo que surge no movimento da contracultura norte-americana dos anos 60.

²⁰⁵ **O Bandido da Luz Vermelha** foi dirigido por Rogério Sganzerla e baseado na vida do criminoso João Acácio Pereira da Costa, é considerado o maior representante do Cinema Marginal. **Matou a família e foi ao cinema** traz cinco histórias intercaladas, extraídas das manchetes policiais dos jornais. O filme é construído através de uma rede de personagens e situações que, aparentemente desconexas, se articulam de forma a provocar o espectador, e acarretar uma reflexão mais profunda tanto no âmbito do cinema quanto política e socialmente.

utilizá-los de maneira radical e inovadora, colocando em questão as idéias de experimentação, transgressão e vanguarda. Esse *Cinema Marginal* foi influenciado pelas mais variadas esferas, desde os movimentos artísticos de contracultura da época (o Tropicalismo, por exemplo) até o universo popular, ou da “cultura de massa”²⁰⁶, tendo em Júlio Bressane e Rogério Sganzerla seus diretores mais relevantes.

Um outro gênero cinematográfico, comum na década de 70, foi a pornochanchada, que juntou o humor de caráter popular da chanchada com cenas eróticas, apresentando diretamente temáticas sexuais, incluindo-se aí a homossexualidade.

No que se refere especificamente ao mundo do teatro, o final da década de 50 apresenta montagens que abordam questões políticas em contexto nacional. São nomes importantes do período: Oduvaldo Vianna Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Paulo Pontes, Dias Gomes, Augusto Boal, entre outros.

Em 1960, o Centro Popular de Cultura – CPC – da União Nacional dos Estudantes (UNE), marca o começo de um teatro voltado para a revolução social que ambiciona ensinar ao povo um novo vocabulário, dando a ele uma visão política sobre sua vida. "O CPC se dispunha a desenvolver a consciência popular, considerada a base da libertação nacional"²⁰⁷, com suas atividades suspensas após o golpe de 64 e seus integrantes dramaturgos migram para o Grupo Opinião.

O período após 64, portanto, causou sérios danos, mas também grande inspiração. A perseguição a autores e atores e a censura militar fizeram com que companhias como Opinião, Arena e Oficina, ficassem desarticuladas, com dificuldade de montar suas peças. Entretanto, duas peças tiveram forte impacto no período: *O Rei da Vela* (1967) e *Roda Viva* (1968)²⁰⁸. Esses dois espetáculos possuíam forte apelo visual e apresentavam propostas ousadas para a época. Com isso, o prestígio frente ao público e a repressão da censura alcançaram a mesma

²⁰⁶ Ramos, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.

²⁰⁷ Napolitano, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 38.

²⁰⁸ **O Rei da Vela**, obra de Oswald de Andrade, escrita em 1933, publicada em 1937 e apenas encenada em 1967, em São Paulo, pelo Grupo Oficina com a direção de José Celso Martinez Correa. Inspirando-se na história de Abelardo e Heloísa, o par trágico mais famoso do século XII, Oswald criou a paródia de Abelardo I e Heloísa de Lesbos. Ele, um representante da burguesia ascendente da época que alia seu oportunismo à crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, de 1929 e que faz todo tipo de especulação, inclusive com velas, por isso o nome. Ela, como o próprio nome indica, tem tendências homossexuais, é filha da aristocracia decadente e sem limites, que se junta à burguesia para não perder suas privilegiadas regalias. A relação dos dois não passa de um acerto, de um negócio. **Roda Viva**, escrita em 1967, por Chico Buarque, enfoca a vida, paixão e morte de um ídolo da canção popular, bem como a necessidade da indústria fonográfica em substituí-lo, quando necessário, para não cansar a massa de consumidores. Também dirigida por José Celso Martinez Corrêa que, como convidado, realiza um trabalho fora de seu grupo Oficina. Considerada o auge do Tropicalismo no teatro, aprofunda diversos elementos estéticos já presentes em “O Rei da Vela”, obra anterior do mesmo diretor.

proporção. Suas estéticas radicais e seus roteiros que incluíam violência traziam afinidades diretas com uma “postura marginal” na cultura brasileira. No final dessa década tanto o Opinião quanto o Teatro de Arena seriam os principais responsáveis pelas mais importantes peças voltadas para os problemas sociais.

Nessa direção os anos 70 apresentam um teatro nacional-popular, com uma dramaturgia crítica, representada em peças como *Gota d'Água e o Último Carro*²⁰⁹. As montagens dessas peças de teatro tinham como preocupação temática básica comum

*“a discussão de problemas concretos do povo brasileiro. Essas duas peças ligam-se a uma tradição fortemente abalada em 1964 e, mais ainda, em 1968, porém jamais inteiramente soterrada: a tradição do 'teatro político', diretamente ligada aos Centros Populares de Cultura, CPCs, e que teve em Oduvaldo Vianna Filho a sua figura mais expressiva”*²¹⁰

É nesse período que se observa também a influência de grupos como o americano *Living Theatre* e a tematização de questões relacionadas à contracultura: a vida comunitária, o questionamento da palavra como centro da atividade teatral e a valorização do corpo e do êxtase como elementos cênicos passam a ser inseridos nos novos projetos e nas novas montagens.

José Celso Martinez Corrêa cria uma nova linguagem, fazendo uma transição de um teatro ainda vinculado ao texto autoral e à prática do grupo para um teatro de criação coletiva e de prática comunitária. Os autores do Oficina encenam em espaços alternativos por diversas cidades brasileiras. A postura contracultural do Oficina no início da década e os trabalhos, declarações e presença do *Living Theatre* no país durante um período dos anos 70 serviriam como matriz que e exemplo para o teatro experimental brasileiro naquele momento.

O ideário da contracultura se encontrava presente em peças como *Alzira Power* (1970), *Longe daqui, aqui mesmo* (1971) e o grande sucesso da época *Hoje é dia de Rock* (1971)²¹¹. Outra peça-musical que não poderia deixar de ser citada é *Hair*²¹², a qual foi

²⁰⁹ **Gota d'Água**, de Chico Buarque e Paulo Pontes, a partir de um projeto de Oduvaldo Viana Filho, transpõe a tragédia grega *Medéia*, de Eurípidés, para o Rio de Janeiro da década de 1970. Utiliza elementos presentes na cultura brasileira, como o samba e a macumba, além da focalização no contexto brasileiro, no sofrimento de um povo pobre e explorado.

O Último Carro, montagem do Grupo Opinião, com direção de João das Neves foi um dos espetáculos ícones do teatro de resistência. Representa uma viagem de trem nos subúrbios cariocas, onde mendigos e operários, diversos personagens comuns a esse cotidiano, enfocam seus dramas particulares ao longo do trajeto e em suas paradas.

²¹⁰ Coutinho, Carlos Nelson. No caminho de uma dramaturgia nacional-popular. In: Neves, João das. *O Último Carro: anti-tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicação do Grupo Opinião, 1976, p. 2-3.

²¹¹ **Alzira Power** é uma comédia de um ato escrita por Antônio Bivar, que questiona onde começa a loucura e onde termina a lucidez.

encenada em São Paulo, menos de um ano após a assinatura do Ato Institucional nº 5, por iniciativa de Ademar Guerra, responsável por várias realizações pioneiras do teatro brasileiro. Mais um exemplo de postura alternativa frente ao modelo tradicional de teatro são os grupos comunitários, com criação coletiva e poucos recursos como o grupo *Asdrúbal Trouxe o Trombone*.

Nesse contexto, cabe ainda mencionar o Teatro do Oprimido que surgiu no Brasil em 1971, criado por Augusto Boal, que já havia sido diretor do Teatro Arena, de São Paulo. Tinha por finalidade a democratização dos meios de produção teatrais, o acesso das camadas sociais menos favorecidas e a transformação da realidade através do diálogo, propondo jogos e técnicas teatrais. Um teatro que poderia ser usado em qualquer local e por quaisquer pessoas: nas escolas, ruas, nos campos, hospitais, sindicatos; por estudantes, pacientes, camponeses, terapeutas. É uma proposta que além da arte cênica propriamente dita, tem como finalidade principal a conscientização, usando o teatro para a organização social e debate dos problemas, possibilitando, deste modo, com suas técnicas, a formação de sujeitos sociais multiplicadores da defesa por direitos humanos.

Não posso deixar de mencionar o papel da censura nesse período. Filmes eram recebidos com extrema suspeita. Alguns proibidos de imediato enquanto outros recebiam tantos cortes que ficavam desfigurados. Os filmes e peças que tentavam servir de instrumentos para temas em pauta, entre os quais a renovação dos padrões da política internacional, sofreram a incompreensão e ferocidade do sistema, já que o censor só via afronta ao pensamento único que orientava o regime ditatorial.²¹³ Teatros invadidos, fechados, atores e diretores presos e exilados, a capacidade criadora e motivadora tolhida eram

Longe daqui, aqui mesmo, do mesmo autor, traz memórias do próprio tendo sido escrita em Nova York e estreada no Rio de Janeiro sob direção de Abujamra. Retrata a falta de rumos da geração hippie, a vida em comunidades, as drogas, a contracultura, os grandes festivais de música e, principalmente, o espírito aventureiro de conhecer o mundo com uma mochila nas costas.

Hoje é dia de Rock, escrita por José Vicente, e dirigida por Rubens Corrêa, também autor na peça, conta a história de uma família do interior de Minas Gerais vivendo o conflito entre a tradição e a modernidade. Em clima de lenda, propõe a utopia de um reino livre. Os intérpretes de **Rock** recebem os telespectadores com pão, flores e sorrisos, estabelecendo uma forte comunicação com o público. A peça simboliza esteticamente o ideário da contracultura.

²¹² O musical *Hair* “segue a trajetória d’ A Tribo, um grupo de hippies da Era de Aquário politicamente ativos, em sua luta contra o recrutamento militar no período da Guerra do Vietname. Entre os hippies estão Claude e Berger, que lutam contra a convocação do primeiro, e Sheila, apaixonada pelos dois, mas muito envolvida na luta política para cuidar de seus sentimentos amorosos. Eles e os outros membros do grupo sintetizam o pensamento e a prática dos hippies nos anos 60”.

²¹³ Simões, Inimá. Sessenta e Oito Começou Bem Antes, In: *Revista do Arquivo Nacional*.. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (39-56), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998, p. 44-45.

consequência do período de recessão que se vivia no país, principalmente após a promulgação do AI-5.

As expressões artísticas desenvolvidas nesse período, portanto, devem ser compreendidas entre dois pólos: o da contracultura e o da resistência. Como dito logo no início deste item, o Brasil viveu o movimento da contracultura de forma atípica, pois ela chega ao país praticamente junto com a ditadura. Esse evento, se por um lado possibilitou o exercício de outras formas criativas de expressão, para buscar alternativas à repressão que se estabelecia em nosso país, por outro, pode ter impossibilitado que ela se manifestasse em toda sua intensidade, o que poderia ter gerado outras influências, outros modos de lidar com os valores tradicionais, outra repercussão nas formas alternativas propostas pelo ideário da contracultura; hipótese, entretanto, que não poderemos jamais comprovar.

2.3. A homossexualidade nas Artes no período da contracultura brasileira

As novas formas artísticas que surgiram tanto na literatura, quanto na música, no cinema e no teatro podem ser compreendidas como formas mais libertárias, que romperam com a tradição anterior, ou ao menos, a modificaram, conforme demonstrado anteriormente. Apresentavam um corolário de idéias que defendia o amor livre e a manifestação da sexualidade sem repressão, o que possibilitaria a visibilidade de atitudes e comportamentos homossexuais que não eram tolerados em situações mais tradicionais. Entretanto, mesmo no interior dos movimentos artísticos da contracultura brasileira observavam-se resistências, conforme a própria representação dos atores sociais da época que almejavam posições mais libertárias em relação à homossexualidade no interior mesmo do movimento contracultural no Brasil.

De um lado observa-se a presença da intolerância à opção sexual entre iguais, ainda na década de 60, no Teatro de Arena, um importante núcleo de experimentação teatral ligado aos setores presumidamente mais progressistas do país que lutavam pela liberdade de expressão, o qual, entretanto, não aceitava atores assumidamente homossexuais em seu elenco.²¹⁴ Em algumas peças que começavam a ser encenadas, a temática da homossexualidade passava a ser abordada, seja de forma homofóbica, seja aguçando as contradições entre o prazer e o *desvio*. São exemplos dessa produção *O beijo no asfalto* (1960-61), *Toda a Nudez será castigada* (1965) e *O Anti-Nelson Rodrigues* (1973-79), todas do dramaturgo Nelson Rodrigues (1912-1980). De acordo com Trevisan,

²¹⁴ Trevisan, *op. cit.*, p.278.

*“No teatro machão de Nelson Rodrigues, parece-me que a homossexualidade enquanto vivência desviante funciona como açoite que fustiga uma sociedade podre, irrecuperável. Se para ele o desvio está sempre próximo da loucura, a única possibilidade de redimir a sociedade é mergulhando-a no desvio/delírio, que de punição passa a ser instrumento de transfiguração e de reencontro com um nível mais profundo de realidade”.*²¹⁵

De outro lado, é possível detectar expressões culturais simpatizantes em relação à possibilidade de existência social da diversidade de orientação sexual. Uma peça de teatro que trouxe para o palco a intimidade de homossexuais masculinos foi *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*. Encenada no final dos anos 60, de autoria de Fernando Mello, foi a primeira peça a mostrar familiaridade com o universo homossexual, relatando a evolução da relação de dois personagens. A peça conta a história de três personagens marginalizados pela sociedade: um homossexual cinquentão que sonhava ser Greta Garbo, mas é enfermeiro e mora em Irajá; um jovem do interior, que vem para a cidade, mas não consegue realizar seus sonhos e uma prostituta, mãe solteira, pobre e cleptomaníaca. Esses personagens se cruzam, formam um triângulo amoroso e a história da vida de cada um deles é escrita de outra maneira. Ficou em cartaz por três anos e foi encenada em diversos países.

Outro grupo teatral – Os Dzi Croquetes²¹⁶ – surge no início da década de 70 e borra as fronteiras entre os gêneros. São homens homossexuais, de barba e bigode que se apresentam nos palcos com vestes femininas, cílios postiços, sapatos de salto altos e sutiãs sobre peitos peludos. Dançavam e contavam piadas de humor ambíguo e formavam um núcleo de questionamento da moral sexual, promovendo o debate de política sexual no país ao colocar em questão os papéis sexuais instaurados, “importando” as questões mais contemporâneas do movimento homossexual internacional, principalmente, o movimento americano. Seu primeiro show – *Gente Computada Igual a Você*, em 1972, era uma comédia de costumes debochada e teve uma passagem brilhante por São Paulo. Com dublagem, dança, canto e testemunho pessoais dos integrantes, criticava com astúcia a realidade brasileira, a repressão sexual, a censura imposta pelo AI-5 e a ditadura militar.

Assim no teatro, a apresentação do personagem homossexual passa do “ser distante” das peças dos anos 50, para uma figura que apresenta sua vida às platéias, difundindo a

²¹⁵ *Op. cit.*, p. 281.

²¹⁶ “O Grupo inspirou-se no *The Cockettes* de São Francisco, Califórnia, também formado por homens-mulheres, cujo nome derivava da denominação popular para o membro masculino, em inglês. (...) no gueto guei brasileiro ‘croquete’ é um dos inúmeros termos para designar o pênis”. (In: Trevisan, *op.cit.*, p.288)

familiarização com esse universo, oscilando, entretanto, entre a produção de uma imagem “exótica” e a tentativa de compreensão de algo real, comum, possível. Além disso, o teatro propiciava, a partir da encenação envolvendo personagens homossexuais, uma forma de resistência política, contra o controle e a censura desse período, através da rebeldia e do desafio aos padrões comportamentais defendidos pelo *status quo*.

Na década de 1980, o teatro se utilizou também do tema da homossexualidade como forma de protesto e encenou diversas montagens que se preocupavam com a relação entre a opção sexual e a Aids, apresentando a homossexualidade de forma direta ou indireta.

Em relação ao cinema, observa-se o amplo estudo realizado por Moreno²¹⁷ sobre a presença de personagens homossexuais na produção nacional no período de 1923 a 1994, o qual identifica a existência de três períodos distintos. De 1920 a 1960 teria sido um período de poucas referências à homossexualidade, já que a mesma era considerada nessa ocasião, um tabu. As poucas referências eram expressões de trejeitos, vozes e comportamento efeminado dos personagens. Um segundo momento, durante os anos 60, apresentou um leve incremento da produção de filmes abordando a homossexualidade, que, se por um lado foi mais explicitada, por outro, se manteve atrelada na caracterização da homossexualidade da primeira fase. A terceira e última fase, a partir da década de 70, permitiu um grande aumento de filmes com essa temática, consolidando “um modelo de personagem homossexual que vai preponderar nas produções desta e das décadas seguintes, chegando a estender este modelo para diversos meios, como a televisão, através do gestual, e o rádio, através do modelo de voz”²¹⁸. Esta afirmação pode ser corroborada quando se percebe que um dos estilos cinematográficos bastante produzido e difundido nos anos 70 foi a pornochanchada, a qual misturava a chanchada dos anos 50 com o erotismo – sem necessariamente utilizar cenas de sexo explícito – e, neste contexto, apresentando de forma caricata e debochada personagens homossexuais masculinos.

Moreno concluiu que em filmes de diferentes períodos havia uma convergência de expressão da imagem do personagem homossexual, qual seja: indivíduos doentes e patogênicos em cujas biografias se encontram associações com o crime, com o vício e a prostituição, sendo apresentados de forma jocosa, através de uma gestualidade e vestuário exagerados. Além disso, o autor assinala que com grande frequência, as películas apresentam

²¹⁷ Moreno, Antônio. *A personagem homossexual no cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/ EDUFF, 2001. O livro foi fruto da pesquisa realizada durante o curso de mestrado na Unicamp de 1992 a 1995.

Moreno é atualmente professor e pesquisador da UFF, atuando nas áreas de cinema e jornalismo e ainda, cineasta de curtas.

²¹⁸ Moreno, *op. cit.*, p. 74

o homossexual na figura de um travesti, o qual possuía baixo nível de escolaridade, subempregado, vivendo em habitações degradadas com personalidade violenta, vingativa e traiçoeira. Usualmente, esses personagens não têm um *happy end*, terminando, ao contrário, vítimas de tragédias, como morte violenta ou suicídio, ou ainda, na miséria. Seriam exemplos desse perfil, os filmes *O anjo nasceu* e *Navalha na carne*, os dois de 1969; *A casa assassinada* (1971); *A Rainha Diaba* (1974); *O casamento* (1975); *A lira do delírio e Amor bandido*, ambos de 1978 e *O beijo da mulher aranha* (1985). Entretanto, apesar da tendência majoritária de representação da figura do homossexual como alguém desprezível e fadado a um final trágico, Moreno identificou uma representação minoritária sobre a homossexualidade, que apresentaria uma abordagem mais humanista da questão. Um dos filmes que exemplificaria essa orientação seria *O menino e o vento* de Carlos Hugo Christensen. (1966).

Ainda segundo Moreno, há pouca filmografia com a temática da homossexualidade em produções mais realistas e menos moralistas nas décadas de 60 e 70. Apenas a partir dos anos 80 houve um aumento desse tipo de produção, mas mesmo assim, a filmografia não refletia os debates que ocorreriam nas últimas décadas do século XX. A homossexualidade feminina, por sua vez, foi retratada no cinema de forma, pode-se dizer um pouco mais cuidadosa, em algumas situações, em filmes menos comerciais, fora do estilo da pornochanchada, como por exemplo, *Noite Vazia* de Hugo Khouri de 1964.²¹⁹

Como conclusão, Moreno compreende a filmografia homossexual tanto como produtora de imagens e verdades quanto como um elo entre a fantasia e as crenças vigentes em nossa sociedade. Em tais filmes, como ele afirma, pode-se encontrar "uma pintura em movimento do gay e da lésbica"²²⁰

Destaco ainda, o fato de que, O *Cinema Novo*, movimento artístico surgido na década de 60, também apresentava, em relação à homossexualidade, um discurso contraditório ao que poderia se esperar por ser qualificado como de vanguarda. Trevisan relata em seu livro²²¹ que Glauber Rocha fazia insistentes referências negativas à homossexualidade e conseqüentemente, aos homossexuais, chegando a afirmar que essa forma de sexualidade destruiria o ego e ainda, que a cultura grega antiga teria sucumbido devido à homossexualidade. Apesar disso, seu famoso filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de 1963, apresentaria em metáforas sua própria contradição em relação à homossexualidade, abordando

²¹⁹ Moreno, *op. cit.*, p.72

²²⁰ *Op. cit.*, p.25

²²¹ *Op. cit.*, p.300

a crise do masculino, conforme relato de Trevisan. Independente dessa observação poder ser questionada, deve-se perceber que a homossexualidade estava presente na área teatral e cinematográfica como tema de referência para aqueles que viveram, e ao mesmo tempo interpretaram, o período de contracultura no Brasil e seus ícones.

A música também reflete as influências do movimento da contracultura e nesse movimento, difunde-se o ‘sair do armário’²²², oferecendo seus intérpretes como modelos de apoio ao movimento *gay*. Se anteriormente à década de 70, predominavam canções que exaltavam os amores heterossexuais, ou no máximo, letras ambíguas que possibilitavam a interpretação de um amor proibido, por que entre iguais, no final da década de 60 e início dos anos 70, com a influência do rock americano, com o movimento do Tropicalismo que se instaurava, cantores com Caetano Veloso e Ney Matogrosso exprimiam sua ambigüidade tanto nas letras de suas músicas como no comportamento. Caetano chegou a subir no palco de bustiê e batom, requebrando e com declarações sobre seu desejo de ser ‘múltiplo’, em um de seus shows, na década de 70, após seu retorno de Londres²²³. Utilizava guitarra eletrônica com músicas de raízes baianas, misturando estilos e vestia-se com roupas de plástico. Beijava na boca seus músicos nas apresentações e já no final da década de 70 lançou a música *Menino do Rio*, na qual declara um deslumbramento erótico pela masculinidade. Mais tarde, já em 1984, em outra música, *Podres Poderes*, Caetano se alinha com as minorias – “índios e padres e bichas, negros e mulheres e adolescentes” – para se manifestar contra a ordem tradicional.

Ney Matogrosso, na ocasião vocalista do grupo *Secos & Molhados*, assumiu o que poderia ser entendido como uma postura andrógina. Em 1973 sobe ao palco com o rosto muito maquiado e trajando longas saias, às vezes, com penas, com chifres na cabeça, torso

²²² *Come out of the closet*, no original. O termo *closet* designa, desde o século XIV, “uma sala para isolamento ou recolhimento; uma sala privada; uma câmara íntima” (*Oxford English Dictionary*, - OED). A partir do século XVI, ele passa a ser usado para “um repositório particular de valores ou, mais tarde, de curiosidades; um escrínio”, de onde advêm, no século XVII, os significados de “uma pequena sala auxiliar ou um pequeno recesso para armazenamento de utensílios, mantimentos etc; um guarda-louça” No século XVIII ou XIX cunha-se a expressão *skeleton in the closet* (“esqueleto no armário”): “um problema privado ou oculto em casa ou circunstâncias, sempre presente e sempre sujeito a manifestar-se” (OED). Segundo o *Concise Dictionary of Slang and Unconventional English* - CDSUE, o termo *closet queen* (“bicha enrustida”) estava em uso na Inglaterra, particularmente em Londres, desde o final dos anos quarenta, ou mesmo antes. A partir de fins dos anos setenta, a forma adjetiva *closet* passa a ser geralmente empregada como gíria, revestida das conotações de sigilo associadas à homossexualidade, mas sem implicar necessariamente uma orientação sexual desviante A expressão “sair do armário” está lexicalizado no Novo Aurélio, como gíria, e no Houaiss, como “uso informal” e significa assumir-se homossexualmente.

²²³ Trevisan, *op. cit.*, p.286.

peludo nu, corpo musculoso, rebolando e cantando com voz de contratenor²²⁴, ou seja, uma voz feminina. O primeiro disco do grupo, com letras que se referiam de modo claro ou subentendido ao universo gay²²⁵, foi considerado “o primeiro LP brasileiro de saída do armário”²²⁶, um verdadeiro manifesto homossexual.

Para Trevisan²²⁷, a importância de Ney Matogrosso em relação à mudança de comportamento no Brasil, se compara ao poder da televisão de lançar modas. Em uma entrevista do cantor, o mesmo declarou que “para mim isso é uma missão, acabar com essa história de que homossexual é uma coisa triste, sofrida, que tem de ficar se escondendo”²²⁸. Através da música pode-se considerar que Ney teve grande importância na consolidação do Movimento Gay em construção nesse período no Brasil.

Nas letras, destaca-se a escritora Cassandra Rios pseudônimo de Odete Rios (1932-2002), que ficou conhecida por sua obra que misturava homossexualismo feminino, cultos umbandistas e política. Foi uma das autoras que mais vendeu livros nas décadas de 1960 e 1970, mas também uma das mais perseguidas pela censura. Cassandra Rios fornece em suas obras uma representação de uma cultura lésbica em formação, com seus primeiros escritos sobre o tema apresentando protagonistas lésbicas. O primeiro romance de temática lésbica de alcance nacional foi justamente seu livro de estréia *A volúpia do Pecado*, de 1948.

Ainda que escrevendo sobre essa temática desde final dos anos 40, foi em meados da década de 50 e nos anos 70 que suas histórias foram adaptadas para o teatro e cinema. Em 1956, o livro *Eudemônia* aparece como peça de teatro com o título de *A mulher proibida*. O livro foi censurado e a peça interdita com a casa lotada na sua estréia. Cassandra Rios participou como roteirista da adaptação de seu livro *Ariella, a paranóica* para o cinema em 1974. O filme foi dirigido por John Hebert e a narrativa, fiel ao romance, tinha como protagonista a personagem Ariella, vivida no cinema pela atriz Nicole Puzzi, que procura se vingar de seus tios e primos ao descobrir que haviam roubado seu dinheiro. A personagem

²²⁴ Contratenor é considerado o cantor que atinge o alcance vocal que corresponde à voz feminina de mezzo-soprano, ou seja, uma voz extremamente aguda.

²²⁵ Exemplos das músicas que se referiam, de modo direto ou indireto ao universo homossexual: *O Vira*, *Calúnias* (Thelma eu não sou gay), *Homem com H* e *Johnny pirou*.

²²⁶ *Op. cit.*, p.289

²²⁷ *Op. cit.*

²²⁸ Entrevista concedida a Vânia Toledo e Nelson Motta, em Interview n. 5.s/d (In: Trevisan, 2004, *op.cit.*, p.290).

termina a história com sua vingança concluída, rica e com a noiva de um dos primos, Mercedes, vivida pela atriz Cristiane Torloni.²²⁹

A seguir apresento alguns filmes e peças com temática homossexual, de forma resumida, que permitem melhor visualizar como o homossexual era retratado nas artes cênicas.

Ano	Nome da Obra	Tipo de Produção	Diretor/ Autor	Qualificação do Homossexual
1960 T 1980 C	O beijo no asfalto	T/C	Nelson Rodrigues/Gianni Ratto Bruno Barreto	O personagem gay sofre um tratamento depreciativo, já que amigos, esposa e opinião pública se voltam contra ele. Não apresenta gestualidade estereotipada. Tem trabalho, esposa (grávida) e termina de forma trágica, assassinado pelo sogro
1964	Noite Vazia	C	Walter Hugo Khouri	Homossexualidade como experiência sexual nova, como <i>sacanagem</i> . Apresenta lesbianismo. Os personagens não têm uma gestualidade estereotipada, nem um tratamento depreciativo. Na verdade, são duas mulheres contratadas para dar prazer a dois homens, que em determinado momento, pedem que elas se relacionem entre si. O foco não seria no homossexualismo, mas em <i>como excitar os machos da cena e da platéia heterossexual diante da mulher nua em duplo</i> .
1965 T 1972 C	Toda a nudez será castigada	T/C	Nelson Rodrigues/ Ziembinski Arnaldo Jabour	O personagem <i>gay</i> recebe um tratamento pejorativo, mesmo não apresentando gestual estereotipado, mas apresentando <i>tendências gays</i> . Filho de casal de classe média alta, preso por briga em bar, é estuprado na cadeia com o personagem com o qual acaba se envolvendo já em liberdade. É apresentado como alguém frágil e vingativo
1966	O Menino e o Vento	C	Carlos Hugo Christensen (conto de Aníbal Machado)	Uma <i>história fantástica</i> , envolvendo dois personagens principais, que supostamente se envolvem em relação homossexual. Um deles é engenheiro, bem sucedido financeiramente e o outro um menino pobre. O mais velho acusado do sumiço do mais jovem é apresentado como alguém ingênuo, puro, que tem que lutar contra a opinião pública da pequena cidade que o vê como um monstro assassino. A homossexualidade aparece na metáfora do vento

²²⁹ Piovezan, Adriane. *Amor Romântico X Deleite dos sentidos. Cassandra Rios e a Identidade Homoerótica Feminina na literatura (1948-1972)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.

Ano	Nome da Obra	Tipo de Produção	Diretor/ Autor	Qualificação do Homossexual
1967 T 1969 C	Navalha na Carne	T/C	Plínio Marcos/ Fauzi Arap Braz Chediak	O personagem <i>gay</i> tem um emprego de faxineiro no baixo meretrício, apanha de uma prostituta e de um cafetão. O personagem tem um gestual estereotipado e recebe um tratamento depreciativo. Morre ao final.
1969	O Anjo Nasceu	C	Julio Bressane	Dois criminosos, um negro e um branco, sádicos, assassinos, com gestual estereotipado, com morte trágica ao final.
1970	A Casa Assassinada	C	Paulo Cesar Saraceni (baseado romance Lucio Cardoso)	Personagem <i>gay</i> com excesso de trejeitos e extremamente enfeitado, que o faz parecer destaque de escola de samba. O gestual do personagem <i>gay</i> é estereotipado, mas a abordagem não é depreciativa. Filho de classe média alta, da década de 30, o personagem <i>gay</i> é escondido pela família por insistir em se vestir com roupas de sua avó. Morre de ataque cardíaco.
1972	Dzi Croquetes	T Musical	Lennie Dale	Homossexuais masculinos de classe média e alta, que se vestiam com roupas femininas, muita maquiagem. Também chamados de ‘transformistas’, se auto-denominavam ‘andróginos’. Questionavam a moral sexual através da dança, da representação e dos diálogos.
1973	Greta Garbo quem diria, terminou no Irajá	T	Fernando Mello/Wolf Maia	O personagem homossexual é auxiliar de enfermagem, mora em um subúrbio, dividindo apartamento com mais outras duas pessoas – um homem e sua namorada. O personagem <i>gay</i> gostaria de ser Greta Garbo, mas termina solitário.
1974	A Rainha Diaba	C	Antonio Carlos Fontoura (baseado história de Plínio Marcos e Antonio Carlos Fontoura)	O personagem <i>gay</i> se apresenta na figura de um chefe de perigosa quadrilha de traficantes da Baixada Fluminense no RJ, com sinais de psicose e violento. Muito enfeitado e maquiado, trejeitos estereotipados e tratamento depreciativo. Perfil traiçoeiro e perigoso. Morre assassinado.
1975	O Casamento	C	Arnaldo Jabour	O personagem <i>gay</i> é enfermeiro de classe média suburbana, a quem, em alguns momentos se referem como ‘bicha louca’. Recebe um tratamento depreciativo e tem trejeitos estereotipados, sendo bastante afetado e usa roupas espalhafatasas, algumas femininas e maquiagem. É apresentado como alguém frágil, mas traiçoeiro e vingativo, que trama contra a vida do próprio pai.

Ano	Nome da Obra	Tipo de Produção	Diretor/Autor	Qualificação do Homossexual
1976	Marília e Maria	C	Luis Fernando Goulart ²³⁰	Lesbianismo. Duas irmãs que se amam e por isso decidem se matar. As personagens não têm gestual estereotipado, não há um tom depreciativo no filme.
1978	A Lira do Delírio	C	Walter Lima Jr.	O personagem <i>gay</i> é um marginal da Lapa, que apanha e é incendiado, terminando no hospital. O gestual do personagem é estereotipado e o tratamento é depreciativo.
1978	Amor Bandido	C	Bruno Barreto Roteiro: José Louzeiro e Leopoldo Serran	O personagem <i>gay</i> é suburbano, se prostitui e faz show em boate de baixa categoria. Tem trejeitos e o tratamento é depreciativo. O personagem termina se suicidando, se jogando no pátio interno do edifício.
1985	O Beijo da Mulher Aranha	C	Hector Babenco/Manuel Puig	O personagem homossexual era bancário. Não apresenta gestual estereotipado e também não recebe tratamento depreciativo. Ele está preso por corrupção de menores e divide a cela com um preso político. Acaba se sensibilizando com a causa e ao sair da cadeia, tentando fazer um favor para o colega, termina assassinado.
1987	Vera	C	Sergio Toledo (baseado em fatos reais)	O personagem homossexual feminino de classe média tem o gestual estereotipado, vestindo-se com roupas masculinas, tentando conquistar uma colega de trabalho. Passou a infância na Febem e com ajuda de um deputado conseguiu trabalho e deu a volta por cima.

C- Cinema e T- Teatro

As expressões em itálico são as mesmas utilizadas pelas fontes secundárias consultadas.

Informações obtidas no livro de Moreno, 2002, *op.cit.* e de consultas a sites de alguns filmes e peças de teatro.

A imprensa escrita também teve grande participação na discussão sobre o tema da homossexualidade. No meio jornalístico, o primeiro jornal considerado um ‘jornal gay’ é o *Snob*, de Agildo Guimarães, que surge no Rio de Janeiro, em 1963, permanecendo até 1969, com tiragem mimeografada reduzida e distribuída gratuitamente. Era mais um colunismo social que um veículo de discussão de idéias.²³¹ As poucas fontes obtidas informam que *Snob* colocou 27 publicações em circulação e que Agildo Guimarães, juntamente com Anuar Farah, fundou a ABIG – Associação Brasileira de Imprensa Gay, aglutinando os jornais nanicos brasileiros.²³²

²³⁰ Baseado no poema de Vinícius de Moraes, que por sua vez, se baseou em fatos reais.

²³¹ Green, James, 2000, *op. cit.*, p.183

²³² Jornais que surgiram (e desapareceram) na década de 60: Le Femme, Subúrbio da Noite, Gente Gay, Aliança de Ativistas Homossexuais, Eros, La Saison, O Centauro, O Vic, O Grupo, Darling, Gay Press, Magazine, 28 de abril, O Centro, Os Felinos, Opinião, O Mito, Le Sophitiqué e O Galo. In: Mícolis, Leila e Daniel, Hebert.

Entretanto, o jornal que pode ser considerado a primeira publicação de massa no Brasil voltada diretamente para a discussão franca e aberta dos direitos das minorias – negros, índios, mulheres e, principalmente, os homossexuais – foi o *Lampião da Esquina*, lançado em abril de 1978 – posteriormente denominado somente *Lampião* (já a partir do segundo número)²³³ – que encerrou sua publicação em 1981. Com edição mensal e tiragem de 20 mil exemplares, surge em um período em que a discussão a respeito da sexualidade se torna mais presente no cenário cultural e político, com o início da redemocratização e o fim da censura prévia. Na época os jornalistas Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan e Clóvis Marques, e ainda, o desenhista e cenógrafo Darcy Penteado; o escritor e roteirista, Jean-Claude Bernadet e o antropólogo Peter Fry, todos militantes do movimento gay, eram alguns de seus editores, entre outros. Na primeira publicação, apresentava o seguinte editorial, justificando sua publicação: (...) “um jornal homossexual, para quê? (...) é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele (...), falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana.”²³⁴

Lampião era um jornal impresso em preto e branco em formato tablóide que trazia matérias com pessoas conhecidas, não necessariamente homossexuais. Possuía, contudo, uma seção de carta dos leitores que se tornou um espaço de visibilidade para a comunidade gay. Havia ainda, matérias contra atos preconceituosos em relação aos homossexuais e ataques diretos a homofóbicos. Nos números finais, começa a publicar fotos eróticas, o que fez Kucinski afirmar que “*Lampião começou elegante e terminou pornográfico*”.²³⁵

Há um consenso dentre as fontes pesquisadas que o início do movimento homossexual brasileiro aconteceu com a criação desse principal jornal nacional de temática homossexual – *O Lampião* – o qual serviu de veículo e apoio para a fundação, em 1979 em São Paulo, do grupo Somos, considerado por diversos autores,²³⁶ como o primeiro grupo brasileiro de militância gay.

Jacarés & Lobisomens. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achamé-Socii, 1983, p.112-113.

²³³ Kucinski, *op. cit.*

²³⁴ *Lampião*, 1978, p.2

²³⁵ *Op. cit.* p. 84

²³⁶ Mac Rae, 1990; Green, 2000; Trevisan, 2004; Facchini, 2005.

2. 4. Homossexualidade e Movimentos Sociais no Brasil

Passada a década de 1970, a contracultura deixou como saldo a possibilidade de questionamento de valores morais tradicionais e a associação entre pares, forjando formas de organização da sociedade civil. Com a abertura política, vários grupos puderam se organizar no sentido de reivindicar seus direitos de cidadania. Apesar de suas diferenças, os movimentos sociais tinham em comum a distância dos meios burocráticos de participação, o baixo número de participantes, o modo coletivo de tomada de decisão. Eles se articulavam em torno de reivindicações do grupo, além de terem posto em pauta temas em discussão que interessavam diretamente as minorias culturais, étnicas e sexuais, como sexualidade, contracepção, aborto, a presença da mulher no mercado de trabalho em igualdade com o homem, práticas racistas e também, os movimentos de afirmação do homossexualismo. Esses movimentos foram de fundamental importância para o debate da questão da sexualidade e a visibilidade dos preconceitos existentes em relação à temática homossexual no país.

A homossexualidade começou a ser discutida publicamente, no final dos anos 1970, quando grupos de militância homossexual passaram a debater o direito da homossexualidade poder ser vivida fora da clandestinidade. Não coincidentemente, o movimento é contemporâneo ao movimento de oposição à ditadura militar, momento que possibilitou a manifestação de propostas alternativas aos costumes e ao moralismo da classe média, como o amor livre e o amor entre iguais. Anteriormente, no final dos anos 60 já existiam associações que se preocupavam em facilitar meios de socialização entre os homossexuais, mas sem pretensão política. Como já citado, a Associação Brasileira de Imprensa Gay, por exemplo, que aglutinava os nanicos brasileiros e o jornal Snob são exemplos disso. O Snob tinha por objetivo um colunismo social. Apresentava fatos, fofocas, piadas, notícias de festas, e reuniões em que se juntavam pessoas que se sentiam marginalizadas pela opção sexual. Tratava em geral de amenidades.²³⁷

O movimento do final da década de 70 buscou se diferenciar dessas associações, apresentando um cunho político na discussão sobre o direito à livre escolha no campo sexual. No final dessa década, o movimento homossexual ganha mais força: aparecem jornais ligados aos grupos organizados, promovem-se reuniões de discussão e de ativismo, as quais, segundo João Silvério Trevisan, se faziam ao “estilo do *gay conscious raising group* americano”,

²³⁷ In: www.luizmott.cjb.net. Acessado em 20 de março de 2009.

buscando “tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade” e construir “uma identidade enquanto grupo social”.²³⁸

Como já mencionado, o jornal *O Lâmpião* serviu de estímulo para a criação do primeiro grupo de militância gay, o *Somos*. O nome *Somos*, se originou da pioneira revista homossexual publicada na América do Sul pela Frente de Libertação Homossexual da Argentina e seu nascimento é entendido como o surgimento do movimento homossexual no Brasil²³⁹. Esse grupo trouxe a politização da questão da homossexualidade, sendo o primeiro grupo a se instituir nesse formato, divulgando suas atividades e seu ideário voltado para os direitos de gays e lésbicas, como a parceria civil e denunciando a discriminação e violência social contra esse grupo.²⁴⁰

O ideário do *Somos*, no meu ponto de vista, se aproximava ao da contracultura, ao propor a análise das relações de gênero, defendendo a simetria entre homens e mulheres. Questionava a monogamia e a possessividade nos relacionamentos, condenando o autoritarismo em todas as suas manifestações e compreendendo o prazer como algo fundamental para a vida, recusando, ainda, o conteúdo pejorativo nos termos ‘bicha’ e ‘lésbica’.

Em um primeiro momento o *Somos* era formado apenas por homens, recebendo mulheres após um debate promovido pela Universidade de São Paulo, no início de 1979, sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados. Essa foi a primeira apresentação pública do *Somos*, dando maior visibilidade ao movimento. Contudo, observa-se também o surgimento de críticas e tensões internas ao grupo, já que para alguns de seus integrantes repetia-se a ênfase no gênero masculino, como acontecia com as relações de gênero heterossexuais, o que excluiria as mulheres homossexuais, além dos travestis e bissexuais, mantendo suas reivindicações e experiências secundárias face às dos homens gays. Além disso, questões de alianças políticas, de polarização entre a esquerda e a autonomia das lutas das minorias, de apoio a movimentos de grupos essencialmente políticos minavam a coesão interna.

O perfil do grupo, que anteriormente era apenas composto por homens, mudou e provocou o aparecimento de novos grupos: estes surgiam de forma espontânea, mas também,

²³⁸ *Op.cit.*, p. 339

²³⁹ Facchini, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.93.

²⁴⁰ Em verdade, o grupo surge em maio de 1978, com o nome provisório de *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*, composto entre 15 a 20 pessoas que se reunia semanalmente. Em dezembro do mesmo ano, adotou o nome *Somos – Grupo de Afirmação Sexual*. (Facchini, *op.cit.*, p. 95).

pela dissidência de grupos dentro da formação original. Conflitos internos quanto a questões de aliança, a concepção de atuação, entre outros, provocaram cisões que tiveram como consequência o surgimento de novos grupos para acolher a heterogeneidade do público homossexual. Entre os novos grupos que se formaram podemos citar: *Triângulo Rosa*, *Atobá* e *Somos/RJ* no Rio de Janeiro, *Grupo Gay da Somos/SP*, *Dialogay* de Sergipe, *Um Outro Olhar (ex-Galf)e o Outra Coisa*, ambos de São Paulo, *Grupo Dignidade* de Curitiba, *Grupo Gay* do Amazonas, *Nuances* de Porto Alegre, *Grupo Arco-Íris* do Rio de Janeiro, *Grupo Lésbico* da Bahia, *Grupo Gay da Bahia*, este último que seria talvez o primeiro a ser registrado como entidade da sociedade civil em 1983 e ainda em atividade desde então²⁴¹.

Cumprido destacar que o movimento homossexual brasileiro teve como exemplo, o modelo americano, que surgiu num clima de rebelião, cuja expressão, conforme já mencionado, foi o evento *Stonewall*, no bojo do movimento da contracultura da década de 60, em que se propunha o exercício da livre sexualidade; o questionamento da ordem patriarcal; a adoção de uma moda e estilo de vida. Essas atitudes e reivindicações corroíam as barreiras do masculino/feminino, não só nos cortes de cabelos, roupas e maquiagem, mas também no comportamento sexual, libertando o desejo, que na verdade era a grande força motivadora dos anos 60, que se refletia na possibilidade, para uma geração, de viver uma vida diferente. Inclusive o termo *gay*, que designa o homossexual masculino tem uma forte conotação política, e surgiu como uma palavra de ordem na ação pelo reconhecimento da homossexualidade nos Estados Unidos da América nos anos 60 do século XX, com base em uma analogia com os movimentos negro e feminista. O movimento negro cunhou a expressão *black is beautiful*, buscando uma auto-imagem positiva na cor, para subverter a opressão em que a maioria branca os submetia, e para reverter a ótica dominante desta. Do mesmo modo o feminismo questionava também a ordem predominante, no caso a dos papéis sexuais, reivindicando equiparação de direitos, lutando contra a identidade masculina e heterossexual dominante. Dessa mesma forma, os homossexuais passaram a publicizar uma identidade homossexual, assumindo também um orgulho *gay*, tirando a homossexualidade da marginalidade e convocando a todos a “saírem do armário”.

Assim, inspirado na experiência norte-americana, acontece em 16 de dezembro de 1979, no país, o I Encontro de Homossexuais Militantes, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Entre as resoluções desse encontro, uma merece destaque neste

²⁴¹ Facchini, *op.cit.*, p.101-102.

trabalho: a reivindicação para que a homossexualidade fosse retirada da lista de doenças mentais.

Logo depois, em 1981, o Grupo Gay da Bahia lidera uma campanha nacional para que o Ministério da Saúde abolisse o uso do código 302.0 "Homossexualismo" que estava incluído, juntamente com os demais desvios sexuais, no Capítulo V 'Transtornos Mentais', na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" do CID 9, em vigor desde 1975. Não é demais lembrar, como já vimos, que a essa época a categoria diagnóstica da homossexualidade já fora alvo de franco debate no contexto psiquiátrico norte-americano, tendo sido mantida no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-III, 1980), apenas para os casos em que esta condição sexual fosse considerada como razão de sofrimento pelo próprio indivíduo, sob o nome de 'homossexualidade egodistônica'. Não parece casual, portanto, que a campanha realizada pelo movimento homossexual tenha contado com o apoio de entidades científicas como a Associação Brasileira de Psiquiatria e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e ainda, de numerosas personalidades e parlamentares de todo o país, chegando à Assembléia Nacional Constituinte, em meados dos anos 80.²⁴²

Como conseqüência, em 1985, o Conselho Federal Medicina acolheu a solicitação do movimento e passou a desconsiderar o artigo 302.0 do CID, no qual designava-se o homossexualismo como doença, transferindo-o para o código 206.9, dentro de "outras circunstâncias psicossociais", emitindo resolução a respeito.²⁴³

O fato de o movimento homossexual brasileiro ter despontado apenas no final dos anos 70 é considerado um acontecimento tardio para o historiador norte-americano James Green²⁴⁴ e compreendido por esse autor, como decorrência da forte repressão militar ocorrida no final dos anos sessenta. Enquanto outros países latino-americanos como Argentina, México e Porto Rico haviam fundado seus movimentos entre o final da década de 60 e início da década de 70²⁴⁵, o Brasil, apesar de suas principais cidades apresentarem grau de urbanização e modernização condizentes para possibilitar a eclosão de movimentos dessa

²⁴² A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada ao final de 1985, pelo então presidente José Sarney e eleita em 1986. Nesse pleito é que foram escolhidos os parlamentares que somados a alguns senadores que já estavam no Congresso desde 1982 seriam os responsáveis pelo novo texto constitucional e sua aprovação.

²⁴³ In: <http://www.estoufelizassim.hpg.ig.com.br/cronologia.1.html>, acessado em 20 de abril de 2008.

²⁴⁴ *Op. cit.*, p.454.

²⁴⁵ Foi na Argentina onde se organizou o primeiro grupo de defesa dos direitos de gays e lésbicas da América Latina: em 1971 é fundada a *Frente de Liberación Homosexual* que passou a editar o primeiro boletim homossexual do Continente Sul, o *Somos*. Logo no ano seguinte são fundadas no México duas entidades congêneres: *Sex-Pol* e *Frente de Liberación Homosexual*. In Mott, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. Comunicação apresentada no "Seminário-Taller de História de la Mentalidades y Imaginarios". Bogotá-Colômbia, Pontificia Universidad Javeriana, Departamento de Historia y Geografía,, agosto 1994.(In: <http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos06.html>, acessado em 20 de abril de 2008).

espécie naquele momento, só teria podido desencadear tal processo após a implementação de um lento processo de liberalização política em meados dos anos 70.

Entretanto, esse ponto de vista não é consensual. Se por um lado, a ditadura militar pode ser compreendida, como alega Green, como empecilho para o surgimento de movimentos organizados, por outro lado, conforme acredita Facchini²⁴⁶, a ditadura teria sido o motor propulsor para a formação de resistências em diversos níveis, produzindo um *boom* de movimentos que se apresentaram no decorrer dos anos 70, com características anti-autoritárias, no sentido de buscar forte demarcação da diferença entre essa forma de fazer política e a que estava em vigor.

Independente da situação política do período ter limitado ou impulsionado a formação de resistência, através do surgimento de diversos grupos, o que se pode perceber é que os movimentos sociais pela causa homossexual praticada durante os anos 70 deram, apesar de divergências internas, um tom unificador a suas reivindicações, buscando a aceitação e a integração dos homossexuais no sistema social, que se pretendia transformar.

O início da década de 80, com o surgimento da Aids, acrescentaria novos elementos a este quadro. Se a homossexualidade já não mais afetava o *status quo*, como antes do aparecimento do movimento organizado, a síndrome, inicialmente compreendida como uma ‘doença gay’, teve como conseqüência o despertar da homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação que, na verdade, não havia sido totalmente excluída de alguns setores sociais. A Aids, portanto, surgia trazendo consigo velhos preconceitos e estigmas sociais. De um lado, para setores conservadores ela era a resposta ao *desbunde* dos anos de 1970 e o fim dos ideais libertários da contracultura, amplamente divulgados pela máxima “Sexo, Drogas e Rock ‘n Roll”²⁴⁷.

De outro lado, a morte de milhares de pessoas pela Aids trouxe a diferentes sociedades, inclusive à brasileira, o debate em torno do tema da sexualidade em suas diferentes expressões, incluindo-se neste debate a questão da homossexualidade. Assim, se a intolerância e a exclusão – que pareciam ter sido atenuadas pela ação da militância homossexual – mostravam-se novamente intensas e acentuadas, ao mesmo tempo, a doença acabou motivando a construção de redes de solidariedade. Criaram-se alianças que extrapolaram a questão da identidade, abrangendo um conjunto de sentimentos de afeto, apoio e reciprocidade, não apenas

²⁴⁶ *Op. cit.*, p.93.

²⁴⁷ Pereira, Carlos Alberto M. “O impacto da Aids, a afirmação da ‘cultura gay’ e a emergência do debate em torno do ‘masculino’ – fim da homossexualidade?” In: Rios, L. F., Almeida, V., Parker, R., Pimenta, C. e Tertó Jr., V. (orgs.), *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. p. 52-62, 2004.

entre os homossexuais, mas também com familiares e amigos, ou seja, fora da comunidade homossexual. Além disso, a AIDS provocou uma mudança de discurso, agora mais dirigida às práticas do que às identidades sexuais.

O avanço da epidemia causou mudanças na organização da militância homossexual. A emergência da doença estabeleceu nova fase do movimento. A assistência às vítimas da doença, a necessidade de dar uma resposta à epidemia, deixou em segundo plano outras discussões acerca da questão homossexual, como por exemplo, as propostas de liberação sexual, mais especificamente, da proposta de liberação homossexual, abandonando a publicização festiva da defesa da livre expressão sexual para que os esforços se voltassem a oferecer respostas à epidemia²⁴⁸

Enquanto Facchini, portanto, supõe que houve uma transferência do foco de atuação dos movimentos, Trevisan²⁴⁹, por sua vez, identifica uma ampliação na discussão sobre homossexualidade devido à relação primeira entre Aids e homossexualidade, o que incluiria a discussão da expressão sexual. Ao mesmo tempo em que as poucas informações sobre a doença, à época, motivaram forte associação, definindo a síndrome como uma doença de homossexuais, houve o que ele denominou de “efeito colateral da epidemia sexualizada”: a deflagração de uma “epidemia de informação”.²⁵⁰ Em suas palavras:

“Ela (a epidemia sexualizada – Aids) ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para a educação da sexualidade (...) Graças a ela, as escolas, famílias, a mídia, os políticos e, pasmem! até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar, com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: “decifra-me, ou te devorarei”. A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, (...)”²⁵¹

Sob esse ponto de vista, o autor delega ao vírus da Aids a proeza de ter conseguido o que, de outra forma seriam necessárias décadas para o movimento pelos direitos homossexuais

²⁴⁸ Facchini, *op. cit.* p.102

²⁴⁹ Trevisan, *op. cit.*

²⁵⁰ *Op. cit.*, p. 463

²⁵¹ *Op. cit.*, p. 463

conseguir, isto é, evidenciar à sociedade que o homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte.

Além disso, inaugurou-se um novo tipo de relacionamento entre os órgãos governamentais e homossexuais organizados, oportuno a ambos. Com os recursos repassados pelo governo, foram criados vários grupos no estilo de organização não-governamental (ONG), os quais passaram, por sua vez, a responder às diretrizes do Estado, trabalhando dentro das políticas governamentais, principalmente na área da saúde. Isso fez com que surgissem militantes homossexuais de perfil mais profissionalizado e também, com maior visibilidade na mídia. Entretanto, essa participação se restringia às lideranças, e os homossexuais nesse momento, estavam na verdade, alijados do movimento, sendo mais objeto que sujeitos, já que alvos das campanhas. Assim, na década de 80, a homossexualidade chega à população através das campanhas na mídia e também nas universidades, onde os temas debatidos pelo movimento de liberação homossexual brasileiro passam igualmente a ser objeto de discussão, sobretudo nas áreas da sociologia e antropologia.²⁵² De fato, como veremos no próximo capítulo, a produção acadêmica sobre o tema da homossexualidade na área das ciências sociais, ao menos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi bastante expressiva numericamente, se comparada à produção nas áreas da psicologia e psiquiatria.

A preocupação social e governamental em engajar-se na ação contra a Aids, fez com que a sexualidade, e conseqüentemente a homossexualidade, fosse debatida em diferentes instâncias e tipos de instituições, até mesmo nas escolas, impulsionadas pela proposta do Ministério de Educação e da Cultura apresentada à Presidência da República, em agosto de 1996. Esta proposta previa a inclusão do tópico “orientação sexual” como tema transversal nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais, o qual passou a vigorar no ano seguinte.²⁵³

Com toda essa visibilidade, a década de 1990, principalmente a partir da segunda metade, ampliou a inserção dos homossexuais na sociedade. O medo em relação à Aids foi se atenuando paralelamente ao avanço da eficácia dos medicamentos anti-retrovirais; e ainda, a idéia de "grupo de risco" foi sendo aos poucos substituída pela de "comportamento de risco". O que colocava-se em destaque não era a identidade dos sujeitos, mas o modo como, determinadas práticas, e apenas elas, poderiam ser diretamente articuladas à manifestação da Aids.

²⁵² Trevisan, *op.cit.*,p.370

²⁵³ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : Ciências Naturais /* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC /SEF, 1997.

Voltam a surgir vários jornais e revistas de teor erótico e cultural dirigidas ao público agora denominado de GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes)²⁵⁴. Observa-se mesmo a constituição de um mercado mais sólido, expandindo-se de uma base territorial mais ou menos definida para uma pluralidade de iniciativas, que não deixam de comportar um circuito de casas noturnas, festivais de filmes, agências de turismo, livrarias, canais de TV a cabo, inúmeros sites, lojas de roupas, entre outros, mas que também envolve o estabelecimento de uma mídia segmentada. Artistas conhecidos da música popular, como Renato Russo e Cazuza declararam-se homossexuais sem constrangimentos, disseminando uma imagem de que conviviam bem com a homossexualidade e de que não precisavam esconder sua orientação sexual. As novelas de televisão, por sua vez, apresentam cada vez mais personagens homossexuais, "seja revisitando caricaturas e estereótipos, seja ensaiando uma aproximação a imagens mais 'modernas' de gays e lésbicas, e mesmo de travestis ou transexuais"²⁵⁵.

Assim, se nos anos 60 e 70 do século XX, o país viveu entre a influência do movimento da contracultura e a ditadura militar, com grupos de minorias buscando se legitimar, conclamando sua igualdade e liberdade de expressão, transformando-se de pequenos grupos em movimentos na luta de suas causas específicas, no final do século XX e ainda no início do século XXI, os movimentos sociais estão mais consolidados e continuam atuantes, tornando-se atores importantes na sociedade civil, com mudanças significativas em relação aos anos 70, quando surgiram. Uma das principais transformações que aconteceu foi em torno de sua relação com o Estado: se nos anos 70 o Estado era visto como o inimigo – tanto para os que aderiram ao ideário da contracultura quanto para os que decidiram lutar contra ele, seja de forma direta, na luta armada, seja pela organização de grupos representantes de minorias estigmatizadas – tornou-se então um interlocutor fundamental aos movimentos em geral, e, muitas vezes, aliado na consecução das reivindicações. Certamente este processo de articulação entre sociedade civil e Estado não correu apenas no âmbito do movimento homossexual. A redemocratização pela qual o país passou e o projeto de

²⁵⁴ “O ‘S’ da sigla indica "simpatizante", tendo como ponto de partida espaços freqüentados majoritariamente por homossexuais e revelando uma intenção de expandir as fronteiras do "gueto", quando propõe abarcar também consumidores que não se identificam como homossexuais, mas que de alguma forma participam desse universo. (...) Expressão surgida no "Festival Mix Brasil" de 94, que abrevia Gays, Lésbicas e Simpatizantes. O objetivo é nomear um grupo de pessoas que se liga à cultura, moda e música, que sai à noite e, principalmente, sem nenhum tipo de preconceito, independente da preferência sexual”. (In: França, Isadora Lins. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007, p.227-255. Documento em Formato Eletrônico (ISO). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100011&script=sci_arttext&tlng=en#back9.)

²⁵⁵ Simões, Júlio Assis e França, Isadora Lins. Do Gueto ao mercado. In: Green, James e Trindade, Ronaldo. (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 312

participação da sociedade nos novos governos possibilitou que movimentos sociais de diferentes tipos e Estado atuassem de forma conjunta na proposição de políticas. No que se refere especificamente à homossexualidade vários são os temas atuais tratados nesta interrelação entre movimento e Estado: o direito de adoção, de herança, de pensão entre casais homossexuais, a luta para legalização do casamento entre iguais e ainda, e também o estabelecimento de legislação que puna a homofobia.

Importa para esta pesquisa ressaltar que a maior visibilidade social da temática homossexual terminou por fortalecer o alargamento de um modelo de homossexualidade diferente do popular 'bicha/bofe'²⁵⁶, isto é, distinto das respectivas figuras extremas de um *gay* homem efeminado e de um homossexual não efeminado, mas nem sempre parceiro ativo na relação. O modelo mais "alargado" de homossexualidade encontra-se próximo às classificações médicas do final do século XX que passaram a orientar grande parte do movimento GLBT²⁵⁷ reguladas portanto, mais pela orientação de desejo entre iguais e práticas homossexuais para parceiros do mesmo sexo do que pela idéia de "atividade/passividade" e determinados comportamentos relacionados a convenções de gênero, como ocorrera com o pensamento médico de final do século XIX e primeira metade do século XX.

Conforme modelo de análise proposto por Fry²⁵⁸ é possível observar que no modelo médico do século XIX, o papel de gênero e o comportamento sexual definiam o homossexual como passivo/invertido ou como um pseudo hetero/pervertido. Havia nesse caso uma correspondência entre o papel de gênero (masculino ou feminino) e o comportamento sexual (se ativo para masculino ou se passivo para feminino). Já o modelo de homossexualidade das classificações médico-psiquiátricas do final do século XX, no meu entender, descartou esse modo de designação da homossexualidade para defini-la com base, prioritariamente, na orientação sexual (homossexual, heterossexual ou bissexual), único critério para definir a homossexualidade, indo ao encontro do que os movimentos defendiam.

²⁵⁶ Bicha - homossexual masculino; gay; homem efeminado. Bofe - homossexual não efeminado, mas nem sempre ativo. (In: Gay Dicionário BR 03. <http://gayssimo.blogs.sapo.pt/1563.html>, acessado em 20 de abril de 2008).

²⁵⁷ GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros. Após muita discussão no interior do movimento, optou-se, na década de 1990, pelo uso desta sigla, a fim de contemplar os diversos segmentos pertencentes ao que denominamos genericamente movimento homossexual. Para mais detalhe, ver Facchini, *op. cit.*, p.21

²⁵⁸ Detalhes sobre modelos de construção da homossexualidade podem ser encontrados no livro de Fry, Peter : *Para inglês ver – Identidade e Política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Nessa obra o autor se propôs a investigar a construção de categorias sociais da sexualidade masculina no Brasil, verificando que o conceito de homossexualidade era diferente entre regiões do país e entre classes sociais, envolvendo conceitos de ativo/passivo e relação de gêneros.

Isso nos remete a um paralelo com a análise de Hansen²⁵⁹ sobre a constituição do termo homossexualidade na aurora do século XIX, ao observar que tal constituição foi um processo interativo entre médicos e pacientes, aceito por ambos os grupos sociais: de um lado os médicos se valiam de relatos e experiências de pacientes para falar desse comportamento sexual específico e, de outro lado, os relatórios produzidos pelos médicos provocaram mudanças na estruturação social da sexualidade, ao construírem uma nova possibilidade identitária, circunscrita apenas ao âmbito das patologias (e não dos desvios de caráter ou religiosos). Essa publicização, no século XIX, do conhecimento médico organizado sobre os homossexuais parece ocorrer novamente um século depois, na medida em que a partir da década de 1970 a discussão sobre o tema da homossexualidade é apresentada em jornais, revistas, cinema, teatro e na televisão, alargando fronteiras sobre sua compreensão, ainda que mantendo viva, muitas vezes, a busca de sua origem. Nesse contexto atual, contudo, o próprio movimento homossexual tem grande parcela de participação na definição da compreensão do que viria a ser a homossexualidade, conseqüentemente, colaborando na definição de quem é ou não homossexual. Observa-se dentro do movimento a presença de um discurso de naturalização da homossexualidade que defende que os homossexuais são assim porque deste modo nasceram; e com isso, legitimando-se a própria homossexualidade, pois se e já que não há nada que se possa (ou se deva) fazer para alterar tal comportamento, cabe à sociedade ser generosa e acolhedora na compreensão dessa diferença.

É perceptível, portanto, no meu ponto de vista, uma mudança em relação ao discurso dos anos 70, 80, onde se falava em ‘escolha’, ‘opção’, ‘sair do armário’. Os anos 90 e o século XXI apresentam um movimento mais ‘domesticado’. Se para grande parte do discurso erudito e intelectualizado não se aceita mais que a homossexualidade seja compreendida como pecado, desvio ou patologia, a atenção concentra-se na “orientação sexual”, isto é, a natureza inata da escolha sexual articulada à luta no campo dos direitos dos homossexuais, contra a homofobia e em direção ao exercício das mesmas condições heterossexuais, como a união civil e a parentalidade.

Deste modo, se no final dos anos 70, início dos anos 80 lutava-se contra a afirmativa da homossexualidade ser uma patologia, uma degenerescência físico-moral, ou mesmo um pecado e defendia-se o poder da escolha, da opção, do livre-arbítrio; as representações sobre homossexualidade ao final do século XX propõe uma compreensão novamente determinista,

²⁵⁹ *Op. cit.*

já que de uma condição inata, não patológica, cabendo ao livre arbítrio apenas a escolha e decisão de esconder ou apresentar publicamente o que não pode ser mudado.

Certamente este capítulo deixou de fora fatos relevantes. Seu objetivo, entretanto, não era o de investigar profundamente todos os acontecimentos das décadas de 1960 a 1980, provavelmente consideradas, do ponto de vista histórico e sociológico, as mais efervescentes do século XX. Utilizando fontes primárias e fontes secundárias – muitas destas produzidas por *nativos* de eventos da época – busquei observar como o tema da homossexualidade estava sendo debatido e veiculado na sociedade brasileira no período precedente ao da produção científica e contra-científica que é objeto desta tese. Neste sentido procurei destacar na apresentação deste breve panorama histórico do período quais as representações sócio-culturais sobre a homossexualidade, relativas ao universo urbanizado e letrado do Rio de Janeiro, que estavam circulando. Com isto torna-se mais clara a compreensão tanto do momento político-socio-cultural, que antecede e acompanha a produção científica e contra-científica sobre a homossexualidade, quanto das continuidades e discontinuidades entre as representações contraculturais e relativas aos movimentos sociais frente aquelas que foram veiculadas pela produção científica e contra-científica que passo a analisar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

CIÊNCIA E CONTRA-CIÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL (1970-2000)

Perverso, uranista, invertido, homossexual....

Bicha, bofe, maricas, gay, sapatão...

Com o objetivo de investigar as representações científicas e contra-científicas em torno da homossexualidade, no contexto brasileiro, durante o período de 1970 a 2000, ficaram definidas como fontes documentais as teses acadêmicas produzidas nas áreas da psiquiatria e da psicologia assim como as revistas alternativas no campo da psicologia que circularam no mesmo período no Brasil.

No que se refere às revistas alternativas, buscava relacionar se, e como, as representações sobre a homossexualidade, nelas presentes, dialogavam com o imaginário produzido pela perspectiva contracultural e pelos movimentos sociais. No caso das representações auto identificadas como científicas procurei observá-las a partir das mudanças ocorridas na década de 1970 nas classificações psiquiátricas amplamente divulgadas e utilizadas no meio psiquiátrico e psicológico internacional e brasileiro e do retorno, em 1999, das discussões sobre o caráter patológico, ou não, da homossexualidade no campo científico e político carioca. Nesta direção, o presente trabalho visava investigar o que foi produzido pelo campo científico sobre o tema da homossexualidade nas três últimas décadas do século XX: décadas em que há significativas mudanças diagnósticas e que precedem o atual debate sobre a reafirmação do caráter patológico da homossexualidade.

Do ponto de vista analítico me perguntava como a homossexualidade era descrita e apresentada enquanto tema nesses trabalhos acadêmicos. Num primeiro momento correlacionava as representações dos aspectos patológicos exclusivamente à adoção de um ponto de vista biológico, e na mesma linha, considerava as representações dos aspectos não-patológicos articuladas apenas às leituras mais psicológicas, psicanalíticas e sócio-culturais. Entretanto, ao longo da leitura das fontes pude perceber que as correlações biológico – patológico; e psicológico, sócio-cultural – não-patológico, no que se refere à homossexualidade, não eram verificáveis. Passei então a recolocar minhas questões dirigidas às fontes em dois níveis. O primeiro busca observar se e quando a homossexualidade era

considerada como um fenômeno biológico, psicológico ou sócio-cultural. Num segundo nível analítico busquei então verificar se e quando tais considerações sobre o caráter biológico, psicológico ou sócio-cultural estavam fundamentadas numa representação da homossexualidade como patologia ou não-patologia.

Nesse sentido, como explicitado na introdução desta tese, deixei de associar a perspectiva analítica que estabelece uma vinculação estreita e dual entre biológico-patológico e passei a interrogar se tais representações biológicas sobre homossexualidade a entendiam como uma possível patologia da ordem da natureza humana, ou como algo determinado, mas não necessariamente patológico; ou ainda, se a homossexualidade seria um comportamento relacionado a uma opção individual, não necessariamente patológico, ou a um comportamento visto como patológico.

3.1. Os veículos científicos e as revistas alternativas

As instituições escolhidas como representativas do meio acadêmico psiquiátrico e psicológico no Rio de Janeiro foram o Instituto de Psiquiatria (Ipub) e a Faculdade de Psicologia, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A opção por estas instituições acadêmica deveu-se ao fato de serem locais de excelência de produção e difusão do conhecimento psiquiátrico e psicológico científico.

O Ipub foi criado em 1938, mas sua origem remonta a 1893, quando da criação do Pavilhão de Observação do Hospício de Pedro II, primeiro hospício no Brasil. O Pavilhão de Observação era um local destinado à assistência dos pacientes e aos estudos de psicopatologia, que faziam parte das atividades acadêmicas, isto é, as aulas de psiquiatria para os alunos da faculdade de medicina. Em 1938, o então chamado Instituto de Psicopatologia e Assistência a Psicopatas foi transferido para a Universidade do Brasil, sendo hoje em dia denominado o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa transferência possibilitou que a clínica psiquiátrica se transformasse em uma disciplina médica moderna, enfatizando a dimensão acadêmica da ciência psiquiátrica, em detrimento do perfil de assistência que predominava quando era parte integrante do antigo hospício. Além disso, a criação do Ipub permitiu que a pesquisa científica fosse compreendida como um fato importante, reforçando a autonomia acadêmica em relação à esfera política assistencial “O

IPUB vem expressar no campo psiquiátrico uma nova correlação de forças entre a prestação de uma assistência pública e a produção de uma ciência psiquiátrica brasileira”.²⁶⁰

Conforme relato de um informante privilegiado, a gestão do Ipub entre os anos de 1970 a 2000 teria contado com três diretores. Os diretores tinham linhas teóricas diferentes, com ênfase, em determinado período na psicanálise e, em outros, na psiquiatria social. O alinhamento teórico do diretor com determinada abordagem, entretanto, não dificultava e menos ainda impedia que houvesse espaço para diferentes linhas de pesquisa ou perspectivas assistenciais dentro do Ipub. Havia um respeito pela hierarquia na carreira docente e pelos pares que se manifestava com essa “autorização” para que cada um exercesse o trabalho sem ter que se adequar à linha teórica do diretor em exercício. Assim, conviviam lado a lado propostas mais reformistas, como a criação de hospital-dia, a abertura de enfermarias mistas, com perspectivas mais biológicas como pesquisas na área dos psicofármacos e aplicação de eletro-choques. Na década de 90 houve o primeiro concurso para a seleção de professores de categorias fora da área médica, possibilitando a entrada de novas categorias de docentes como psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais na instituição. Essa entrada de profissionais não-médicos proporcionou em meados dos anos 90 a formação de equipes clínicas multiprofissionais.

Obviamente existiam divergências em torno das proposições teóricas e assistenciais que se tornavam mais visíveis no momento das eleições, com candidatos recebendo apoio de alunos e funcionários enquanto outros eram preferidos pelos professores. Os diretores podiam ser mais ou menos acadêmicos, mais ou menos doutos, mas de qualquer modo, é notória a liberdade que admitiam para que cada um seguisse trabalhando dentro da orientação teórica de sua escolha.

A imagem do Instituto de Psiquiatria também está associada a uma das mais importantes publicações brasileiras na área da psiquiatria: o *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* (JPB). Criado em 1942 é ainda uma publicação corrente sendo regularmente editado com uma tiragem mensal de 6000 exemplares. Atualmente, o IPUB é Centro Colaborador em Saúde Mental, da Organização Mundial da Saúde (OMS), para Ensino, Pesquisa e Treinamento em Serviços. Seu Programa de Pós Graduação abrange as áreas de psiquiatria, psicanálise e saúde mental. É o mais antigo Programa de Pós Graduação nessas áreas no Brasil, oferecendo

²⁶⁰ Venancio, Ana Teresa Acatauassú. “Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 10 (3):883-900, set-dez. 2003, p.883

cursos de mestrado, doutorado, especialização e residência médica e conta, atualmente, com onze linhas de pesquisa.²⁶¹

Já o Instituto de Psicologia da UFRJ (IP/UFRJ), cuja primeira turma de graduação iniciou em março de 1964, oferece dois programas de pós-graduação com cursos de extensão, mestrado e doutorado: um em Psicologia, com três linhas de pesquisa e o outro em Teoria Psicanalítica, também oferecendo três linhas de pesquisa. O programa de pós-graduação em teoria psicanalítica, iniciado no final dos anos 80 é responsável também, pela edição da revista *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, com edições semestrais, sendo sua primeira publicação referente ao semestre junho-dezembro de 1998. Essa pós-graduação em Teoria Psicanalítica mantém também uma publicação de coletânea de artigos de periodicidade anual, sendo a primeira de 1999.²⁶² Na pós-graduação em Psicologia, o IP/UFRJ possui uma área de concentração em subjetividade, cognição e práticas clínicas, havendo ainda o “projeto de valorização do envelhecer” e três núcleos temáticos sobre infância e adolescência; psicoterapia e reinserção social; e representação social e história da psicologia.

O levantamento da produção acadêmica dessas instituições foi direcionado inicialmente para as teses de doutorado e dissertações de mestrado, enquanto frutos de um trabalho sistematizado de pesquisa realizado por membros da academia que já teriam passado por um processo de socialização do conhecimento científico na graduação e que, portanto, teriam o intuito e o mérito de aprofundar, de discorrer mais extensamente ou de defender uma tese sobre um determinado tema. Meu levantamento foi feito por intermédio do *site* da Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, o qual apresenta as dissertações e teses de todos os programas de pós-graduação da UFRJ. Pude então destacar as relativas à psiquiatria e à psicologia produzidas, respectivamente, no IPUB e no IP/UFRJ, durante o período de 1970 a 2000. Delimitaram-se como palavras chaves para a realização deste primeiro levantamento as seguintes categorias: sexualidade, homossexualidade, transtornos sexuais, distúrbios sexuais, orientação sexual, identidade sexual, bissexualidade, perversões, perversão sexual, inversão sexual, desvio sexual, travestismo, exibicionismo, voyeurismo, fetichismo, sadismo, transexualismo, histeria, conversão histérica, educação sexual, saúde sexual e órgãos sexuais. Os resultados obtidos, apresentados a seguir no quadro 1, formam um conjunto de referências em que a classificação

²⁶¹ Cadernos do IPUB/Instituto de Psiquiatria da UFRJ. *Instituto de Psiquiatria – 60 anos- 1938-1998*. Número especial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

²⁶² Instituto de Psicologia da UFRJ. www.psicologia.ufrj.br Consultado em 27/10/2004 e atualizado em 19/12/2006.

de um trabalho acadêmico pode estar referida a várias palavras-chave, as quais não correspondem necessariamente ao título da tese.

O levantamento realizado na Bireme demonstrou que a grande parte dos trabalhos encontrados diz respeito ao tema mais amplo da sexualidade, produzida na sua maioria pelas áreas das ciências sociais, da comunicação social e da educação.

Quadro 1: Dissertações e Teses da UFRJ, do IPUB e do IP/UFRJ, por palavras-chave

Palavras- Chave	Nº de dissertações e teses na UFRJ	Nº de dissertações e teses no Instituto de Psiquiatria (IPUB)	Nº de dissertações e teses no Instituto de Psicologia (IP)
Sexualidade	42	5	7
Sexualidade, identidade sexual e bissexualidade	1	0	1
Sexualidade e histeria	2	0	2
Homossexualidade	6	0	0
Homossexualidade e perversões	1	1	0
Transtornos sexuais	0	0	0
Distúrbios sexuais	0	0	0
Orientação sexual	2	0	0
Identidade sexual	6	0	0
Perversões	1	0	1
Perversão e perversão sexual	1	0	1
Perversão sexual	2	0	2
Perversão, perversão sexual, Sadismo	1	0	1
Perversão sexual, sadismo, fetichismo	1	0	1
Inversão sexual	0	0	0
Travestismo	0	0	0
Excibicionismo	0	0	0
Voyerismo	0	0	0
Fetichismo	1	0	0
Transexualismo	1	1	0
Histeria	30	3	04
Ed. Sexual	16	0	0
Órgãos sexuais	0	0	0
Saúde sexual	11	0	0
Nº total de Dissertações e Teses	125	10	20

No quadro 1, acima, percebe-se que os temas mais recorrentes que indexam esta produção são: sexualidade, histeria e educação sexual. O número de teses sobre esses temas demonstrou ser mais expressivo nas áreas das ciências sociais, da comunicação social e da educação, o que nos leva a concluir que a discussão sobre sexualidade, no período

investigado, extrapolava o campo médico psiquiátrico assim como o psicológico, sendo de interesse de outras disciplinas não diretamente referidas a teorias psicológicas ou médicas. Contudo, alguns desses temas também são os que mais servem, quantitativamente, como indexadores dos trabalhos das áreas da psiquiatria e da psicologia, como os da sexualidade e da histeria. O número significativo de trabalhos sobre histeria, por sua vez, expressava a produção da pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, demonstrando o importante interesse da psicanálise sobre essa categoria clássica do campo psiquiátrico.

Quadro 2: Dissertações e teses produzidas no IPUB, por ano e palavras-chave

Ano	Palavra-chave	Título da dissertação/ teses
1977	Transexualismo	Transexualismo masculino
1981	Histeria	Criminalidade e distúrbio mental: estudo clínico psiquiátrico de uma população de jovens encarcerados.
1983	Sexualidade	Adolescência: as ideologias das teorias
1984	Perversão/Homossexualidade	Identidade: identificação, relação e escolha objetal
1992	Sexualidade	Um estudo sobre o discurso contemporâneo da AIDS um descobrir da epidemia com sua face feminina
1995	Sexualidade	Grafitos de dinheiro: um estudo psicanalítico.
1996	Histeria	A clínica e as classificações diagnósticas em psiquiatria: um estudo sobre a histeria
1997	Histeria	Histeria e epilepsia: relações descritivas e fisiopatológicas
1997	Sexualidade	Liberalismo e crueldade: um estudo sobre a noção de preferência sexual Liberalismo e crueldade: um estudo sobre a noção de preferência sexual
1998	Sexualidade	Loucos por sexo: um estudo sobre a vulnerabilidade dos usuários dos serviços de saúde mental para o vírus da imunodeficiência humana

Deste conjunto, conforme pode ser observado no quadro 2, encontramos dez dissertações e teses do Instituto de Psiquiatria também referidas majoritariamente às palavras-chaves mais recorrentes na indexação do conjunto de teses e dissertações da UFRJ, a saber: sexualidade e histeria. Além dessas palavras-chaves verifica-se a existência de um trabalho também indexado sob a rubrica de *transexualismo* e outro associado à categoria *perversão*. Essas duas categorias, cumpre destacar, não são utilizadas como indexadores pelos trabalhos relativos às áreas das ciências sociais e da educação, sendo, portanto, até o ano de 2000 expressivas apenas no âmbito dos saberes psicológico e psiquiátrico. Ainda que esses trabalhos do IPUB aqui levantados, estejam concentrados na década de 1990, cumpre

enfatizar que o único trabalho referido diretamente à categoria homossexualidade é relativo ao ano de 1984.

Quadro 3: Dissertações e Teses em Psicologia do IP/UFRJ, por ano e palavra chave.

Ano	Palavras-chave	Títulos das dissertações/teses
1987	Sexualidade	A teoria freudiana do ego
1993	Sexualidade	A constituição da subjetividade: o processo de intimização nas camadas médias urbanas
1995	Perversão, perversão sexual, fetichismo e sadismo	A ética perversa de álbum de família : leitura psicanalítica de uma peça de Nelson Rodrigues
1999	Sexualidade, bissexualidade, identidade sexual	Bissexualidade: identidade, identificações e comportamento sexual - um estudo de casos.
1999	Histeria	Da angústia ao recalque numa passagem pela fobia
2000	Histeria	A loucura histórica: uma afinidade especial entre a mulher e a loucura

No quadro 3 acima, que agrupa os trabalhos da IP/UFRJ, observa-se novamente, maior recurso ao indexador *sexualidade*, seguindo a tendência do conjunto geral das teses da Bireme de predominância desta palavra-chave frente ao conjunto das palavras selecionadas por este trabalho. Além disso, assim como em relação às categorias *perversão* e *transexualismo*, que aparecem como indexadores das teses e dissertações do IPUB, também nos trabalhos do IP observa-se que a presença da categoria *bissexualidade* é exclusiva das teses e dissertações em psicologia, não se fazendo presente como indexador nem nos trabalhos das ciências sociais e da educação e nem nos relativos à psiquiatria.

Cabe explicar que apesar do quadro 1 apresentar vinte trabalhos produzidos na faculdade de psicologia, excluí os 14 que eram produção da pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Desses trabalhos da Teoria Psicanalítica, 4 estavam referidos às categorias sexualidade, 5 a perversões / perversão sexual, 2 a sexualidade e histeria, 2 a histeria e 1 a perversão sexual e sadismo. Nota-se que não havia, portanto, nenhum trabalho relativo ao tema da homossexualidade, o que justificava a exclusão desse material como fonte primária de minha pesquisa. Mesmo o trabalho que estava referido à perversão sexual dizia respeito a outra das antigas parafilias, que não a homossexualidade.

Não é de se admirar a existência de um maior número de trabalhos relativos ao campo da teoria psicanalítica, se lembrarmos que a questão da sexualidade está na origem e fundamentação da psicanálise – enquanto teoria e método terapêutico – para a qual toda a

constituição e manifestação do sujeito seria atravessada por esta questão. Assim, me parece óbvio que a produção acadêmica que tomava por base, *a priori*, o referencial teórico da teoria psicanalítica estivesse necessariamente informada pelo tema da sexualidade. Neste sentido, também considerei, portanto, que a análise deste material imprimiria um *bias* à pesquisa. Buscando evitar esse *bias* à pesquisa, isto é, a constatação de uma forte presença do tema sexualidade no campo psiquiátrico e psicológico, quando em verdade isto se revelava apenas como parte do campo da psicologia, optei por não incluir essas teses e dissertações no escopo das fontes primárias analisadas. Neste sentido é claramente perceptível que, para além da existência dessas 14 teses/dissertações sobre o tema da sexualidade em geral, produzidas pela Teoria Psicanalítica, o discurso psicanalítico sobre sexualidade se fez presente, em teses e dissertações da Psicologia e da Psiquiatria analisadas, as quais revelavam a influência deste discurso para além do campo acadêmico da Teoria Psicanalítica, como poderá ser comprovado na análise do material apresentada neste capítulo.

Em se tratando do campo científico psiquiátrico em que as categorias nosológicas nos informam sobre o modo de se conceber a doença, considerei que a referência estrita e explícita à categoria homossexualidade – e não genericamente à perversão sexual – me traria mais subsídios para pensar exatamente a especificidade nosológica que a mesma visa expressar. Assim, parti em busca de outras fontes que pudessem falar mais das representações sobre a homossexualidade produzidas pelo conhecimento científico psiquiátrico e psicológico no Brasil nas últimas três décadas do século XX.

Desse modo, a fim de ampliar o conjunto das fontes significativas para a pesquisa, realizei o levantamento de outras produções acadêmicas do Ipub e busquei novos representantes do campo da psicologia cujos trabalhos pudessem lançar mais luz sobre o debate, nessa área a respeito do tema da homossexualidade. Com relação ao Ipub foi realizado um levantamento dos artigos publicados no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* (JBP) – órgão de divulgação oficial do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub). Com relação ao campo da psicologia pesquisaram-se as teses produzidas no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A escolha da PUC-RJ deve-se ao fato dessa ser a primeira universidade do Rio de Janeiro a inaugurar um curso de graduação em psicologia, servindo como centro de formação para já algumas gerações de profissionais da área.

Para a seleção dos artigos do JBP utilizei-me do material reunido e organizado pelo projeto de pesquisa “A construção do campo psiquiátrico contemporâneo: a psiquiatria

biológica”, realizado de 2001 a 2003, sob a coordenação da Prof^a. Jane Russo (IMS/UERJ). O material reunido por essa pesquisa continha fichas de classificação e quantificação dos artigos publicados nesse periódico nas décadas relativas ao meu período de estudo, compreendendo inúmeros temas. Esta classificação e quantificação havia sido realizada a partir da presença ou ausência dos temas, fosse no título, fosse no resumo dos artigos. Dentre esses temas, os diretamente relacionados a minha pesquisa estavam agrupados em apenas duas palavras chaves: sexualidade e homossexualidade. Considerando que estas duas palavras-chaves – uma mais geral e outra diretamente relacionada à especificidade do meu objeto – agrupavam o amplo espectro da noção e conceitos que historicamente estiveram articuladas à homossexualidade, pareceu-me pertinente valer-me deste levantamento. Assim, desta primeira seleção procedi a uma reclassificação dos artigos previamente selecionados.

Quadro 4: Artigos publicados no Jornal Brasileiro de Psiquiatria sobre homossexualidade (1970-1999)

ANO	VOL. E NÚMERO	TÍTULO DO ARTIGO
1979	vol. 28, n. de 1 a 4	Homossexualidade Masculina
1982	vol 31, n. 1	Diagnóstico Homossexualidade
1982	vol 31, n. 3	Homossexualidade Masculina
1989	vol 38, n. 2	Psychopatia sexualis...I e II
1989	vol 38, n. 6	A homossexualidade ao longo dos tempos
1990	vol 39, n. 5	Paciente homossexual, HIV positivo e a morte

Do conjunto de 28 artigos classificados nessas palavras chaves encontrei apenas 6 artigos que tratam do tema da homossexualidade, apresentados no quadro 4 acima. Os artigos referidos especificamente à homossexualidade distribuíam-se em um artigo nos anos de 1970, quatro artigos nos anos de 1980 e um na década de 1990, este último correlacionado ao tema HIV/AIDS. Dentre esses seis artigos, um deles – *Psychopatia Sexualis* (1989) – não era escrito por médico-psiquiatra ou profissional do campo psi. Tratava-se de um estudo na linha da antropologia histórica, que desenvolvia uma argumentação crítica quanto aos cânones do conhecimento psiquiátrico, não servindo como fonte primária do campo científico psiquiátrico em análise.

É interessante, entretanto, destacar a presença deste trabalho analítico antropológico em um periódico mais estritamente médico-psiquiátrico. Apesar de não ser certamente um discurso hegemônico, como vimos, a essa época, no final dos anos 80, o Ipub também aglutinava em torno de si, alguns profissionais e professores interessados no campo das

ciências sociais, o que justificaria a possível presença de artigos que sob o ponto de vista destas ciências se fizesse presente no período da instituição.²⁶³

Para o levantamento das teses do Departamento de Psicologia da PUC-RJ utilizei o mesmo procedimento de consulta pelo site da Bireme, que já havia sido realizado para as dissertações e teses acadêmicas das unidades da UFRJ, assim como as mesmas palavras-chaves. Foram encontradas vinte e quatro dissertações e teses, assim distribuídas: nove trabalhos sobre o campo mais amplo da sexualidade, sendo sete deles escritos na década de 90 e apenas dois na década de 80. Além dos trabalhos indexados pelo tema da sexualidade, encontrei as teses assim distribuídas por palavras-chaves: uma sobre identidade sexual; uma sobre perversões e outra sobre perversões sexuais; quatro sobre histeria e, finalmente, uma sobre educação sexual, todas da década de 1990. Incluíam-se também sete dissertações/teses referidas explicitamente à categoria homossexualidade: uma de 1971, três na década de 1980 e três na década de 1990. A seguir apresentamos a produção acadêmica sobre o tema da homossexualidade

²⁶³ Como é de se notar, este artigo publicado no *JBP* foi utilizado no capítulo 1 deste trabalho, como fonte secundária.

Quadro 5: Dissertações e Teses produzidas pelo Departamento de Psicologia da PUC-RJ por ano relativas à palavra-chave homossexualidade. (1970-1999)

Palavras-chave	Ano	Dissertações/teses produzidas
HOMOSSEXUALIDADE	1998	(Con)sumindo a diferença: a homossexualidade entre a visibilidade e a massificação A dimensão imaginária do risco de morte em práticas sexuais desprotegidas entre homens homoeroticamente orientados
	1996	Os homossexuais e a aids: imagens de uma epidemia
	1989	No escurinho do cinema..., socialidade orgiástica nas tardes cariocas.
	1988	O discurso da homossexualidade feminina
	1986	Homossexualismo e delinqüência; um estudo sobre menores numa instituição correccional.
	1971	Apresentação de um caso clínico.

Tínhamos então o seguinte conjunto documental relativo especificamente à categoria homossexualidade, produzido em instituições acadêmicas das áreas da psiquiatria e da psicologia no Rio de Janeiro: 1 dissertação defendida no IPUB/UFRJ, 6 artigos publicados no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* e 7 teses/dissertações do Departamento de Psicologia PUC-RJ.

Considerando esse conjunto de fontes, buscou-se ainda ampliar o espectro das publicações acadêmicas universitárias, incluindo-se aí duas publicações de instituições de renome de São Paulo, ligadas respectivamente às áreas da saúde pública e da clínica médica, onde se inclui a clínica psiquiátrica. A *Revista de Saúde Pública* da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo foi consultada através do *site* do Scielo, onde se encontram os números relativos apenas ao período de 1981 a 2005. A busca com as mesmas palavras chaves do levantamento já feito a partir do *site* da Bireme resultou num total de cinco artigos, apenas um referido à homossexualidade, associado ao tema da AIDS, de 2008. A *Revista do Hospital das Clínicas* de São Paulo, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-FM/USP, por sua vez, não publicou nenhum artigo sobre os temas da sexualidade e da homossexualidade, conforme nossa pesquisa, também no *site* Scielo, através da internet, relativa ao período de 1970 a 2000.

Esses novos levantamentos confirmavam a existência de pouca produção sobre o tema da homossexualidade nos campos acadêmicos da psiquiatria e da psicologia, no contexto

brasileiro (1970-2000). Perguntava-me então, se o tema da homossexualidade estava sendo debatido por outros atores sociais representantes do campo psiquiátrico e psicológico no contexto cultural do Rio de Janeiro²⁶⁴. Ao menos durante as décadas de 1970 e 1980 houve um *boom* do discurso psicológico *lato sensu* no Rio de Janeiro, com a proliferação de cursos de psicologia e de sociedades de formação de psicanálise²⁶⁵. A psicanálise participava cada vez mais do quadro de teorias ministradas nos cursos de psicologia, ao mesmo tempo em que o acesso à formação psicanalítica deixava de ser restrita aos profissionais formados em medicina. O tema da sexualidade não deveria ser nada desprezível considerando-se os próprios princípios da teoria freudiana que informavam esses saberes, dentre eles o “princípio do prazer” e a centralidade da questão da sexualidade. Ainda que não estivesse interessada na análise do discurso psicanalítico restrito sobre o tema da homossexualidade, sua forte presença nos meios acadêmicos das ciências humanas poderia ser um indício sobre sua possível expansão para outros círculos intelectuais.

Passei então, a buscar outros meios de divulgação do debate sobre a homossexualidade que não os restritos ao meio acadêmico, ainda que o interesse permanecesse voltado para o discurso psiquiátrico e psicológico sobre o tema. Essa busca resultou em um novo levantamento que nos permitiu formular então, a hipótese sobre a existência de uma “contra-ciência” produzida na época em questão por profissionais formados em psicologia, mas que tomavam como arena privilegiada de discussão e debate veículos de divulgação não vinculados aos espaços universitários e acadêmicos. O discurso científico sobre a homossexualidade parecia assim vagar entre o discurso acadêmico senso estrito e o campo cultural mais amplo em que a ciência se misturava a um caldo cultural que não obedecia aos cânones acadêmicos, nem em sua forma, nem em seu conteúdo, ou seja, não apresentava a formalidade da produção científica, nem tampouco acompanhava o modelo editorial e os modos específicos de distribuição de publicações especializadas, sendo em algum momento vendidas em bancas de jornal ou até mesmo distribuídas gratuitamente. Tais veículos de divulgação eram representantes da chamada geração da “contracultura”, que difundiam suas idéias em revistas, alternativas ao campo acadêmico, dirigidas a um público leigo afinado a certa vanguarda intelectual, mas que, paradoxalmente, se apresentavam como

²⁶⁴ Esses novos rumos para a busca de fontes que refinaram a construção de meu objeto foram frutos das discussões travadas na disciplina *Psiquiatria e Saúde Mental: perspectivas históricas e culturais*, oferecida conjuntamente pelo PPGHCS/COC e IMS/UERJ, ministrada pelas Prof^{as}. Jane Russo (IMS/UERJ), Cristiana Fachinetti e Ana Teresa A. Venancio no segundo semestre de 2005.

²⁶⁵ Figueiredo, Ana Cristina. O movimento psicanalítico no Rio de Janeiro na década de 70. In: Birman, Joel (coord.) *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988.

revistas de psicologia: *Rádice*, *Luta & Prazer* e *Orgón*. Eram essas as revistas alternativas ao campo acadêmico. Elas se sucederam no tempo, publicando 22 artigos sobre homossexualidade, entre 1973 e 1985.

A primeira a surgir foi a *Rádice*, em setembro de 1976, lançando o último exemplar em 1981. Logo a seguir, apresentou-se a Revista-jornal *rádice Luta&Prazer*, com seu primeiro número lançado em julho de 1981, ainda com o mesmo editor da *Rádice*, Carlos Ralph Lemos Viana, ou Cê Ralph, modo como assinava e se tornou conhecido. *Luta&Prazer* teve seu último número distribuído em janeiro de 1983, mas antes disso, Dau Bastos assumiu como editor em substituição a Ralph. Somente em 1985, sem especificação de mês, foi apresentado o número 1 da Revista *Orgón*, novamente tendo Cê Ralph como principal nome; contudo, apenas um único exemplar foi publicado.

Revista RÁDICE

O primeiro número da revista *Rádice* saiu no dia 24 de setembro de 1976 e o último, em abril de 1981. A revista tinha o formato de 0,30 X 0,21 cm, cujas capas alternavam a ilustração por fotografias – a maior parte em preto e branco – charges coloridas, ou ainda a mistura entre fotografia e charges, com temas impactantes, como “A loucura dos comunistas”; “Sexo”; “O combate sexual da juventude”, entre outros. A chamada da capa era sempre a matéria principal da revista. *Rádice* geralmente iniciava com a apresentação de um pequeno editorial por parte do mentor intelectual da revista – Cê Ralph – e uma apresentação dos demais colaboradores. Sucediam-se os artigos e ao final, informações como adquirir a revista através de assinatura e o incentivo para anunciantes, buscando torná-la auto-sustentável, o que não foi alcançado, mesmo contando com alguns anunciantes. Dentro da revista encontravam-se ainda outras charges ou fotografias ilustrando determinados assuntos. Por vezes oferecia espaço para opinião de leitores, em uma coluna chamada: “O leitor faz o que? Escreve, escreve, escreve....”

A *Rádice* teve 15 números editados, mais dois exemplares especiais em 1980: a edição de quatro anos que é um compacto das melhores matérias de seus três primeiros números, todos de 1976, e a *Rádice Teoria/Crítica* que foi uma tentativa de veicular o que, os próprios editores chamavam de “temas acadêmicos” – resumos de teses, análises teóricas – mas que ficou só no primeiro número. A proposta da revista era de ser bimestral, porém os seus primeiros números tiveram periodicidade aleatória. A revista n.º 8 (1979) tem como

reportagem de capa “Sexo”, restringindo a censura para 16 anos. Neste número apareceram 13 textos sobre o tema, no formato de artigos, entrevistas, cartas de leitores, entre outros.

A pesquisa foi feita com todos os 17 números existentes da revista. Conforme verificado por mim e também informado em artigo publicado sobre a *Rádice*²⁶⁶, na maioria dos exemplares não há a data de publicação e, portanto, as datas que se seguem são estimativas.

Quadro 6: Levantamento de exemplares da Revista Rádice (1976-1981)

Revista <i>Rádice</i> / Ano	Números encontrados
1976	Nºs 1; 2; 3;
1977	Nº 4;
1978	Nºs 5; 6.; 7;
1979	Nºs 8; 9; 10; 11;
1980	Nºs 12; 13; 14; Edição de 4 anos; Teoria e Crítica
1981	Nº 15 (abril),

A consulta aos exemplares possibilitou o levantamento dos títulos dos artigos relacionados às palavras chaves já utilizadas para o levantamento das teses e do periódico *JBP*. Dentre os 17 números consultados, cinco continham artigos sobre o tema mais geral da sexualidade e desses cinco, quatro tratavam mais especificamente sobre o tema homossexualidade: dois números do ano de 1979 e dois do ano de 1980. Esses quatro exemplares totalizavam 33 textos sobre o tema da sexualidade. Desse conjunto encontramos um texto referido ao bissexualismo e um único texto usando explicitamente a palavra *gay* em seu título. Os demais abordam diretamente o tema da homossexualidade, dentre os quais dois deles, especificamente, sobre a homossexualidade feminina, num total de nove pequenos textos.

Nota-se nesse primeiro levantamento da produção contra-científica a presença de temas que não eram tratados pela produção científica acadêmica, como sexo e prazer, orgasmo, sexo e política, erotismo, repressão sexual.

²⁶⁶ Santos, Alessandra Daflon & Jacó-Vilela, Ana Maria. *Rádice: Passado e Futuro*. In: *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-24, set-dez: 2005.

Quadro 7 :Artigos sobre homossexualidade publicados na revista Rádice (1976-1981)

ANO	NÚMERO	TÍTULO DO ARTIGO
1979	8	Um caso muito antigo
	8	Eu não sabia que era mulher
1979	9	Olívia e Luiza
	9	O lugar do homossexual
1980	12	Todo relacionamento humano é sexual
	12	Questões sobre o poder 3. O caso do homossexual
1980	14	Somos, e daí?
	14	Os gays e a transa terapêutica
	14	Estereótipo sobre homossexualidade

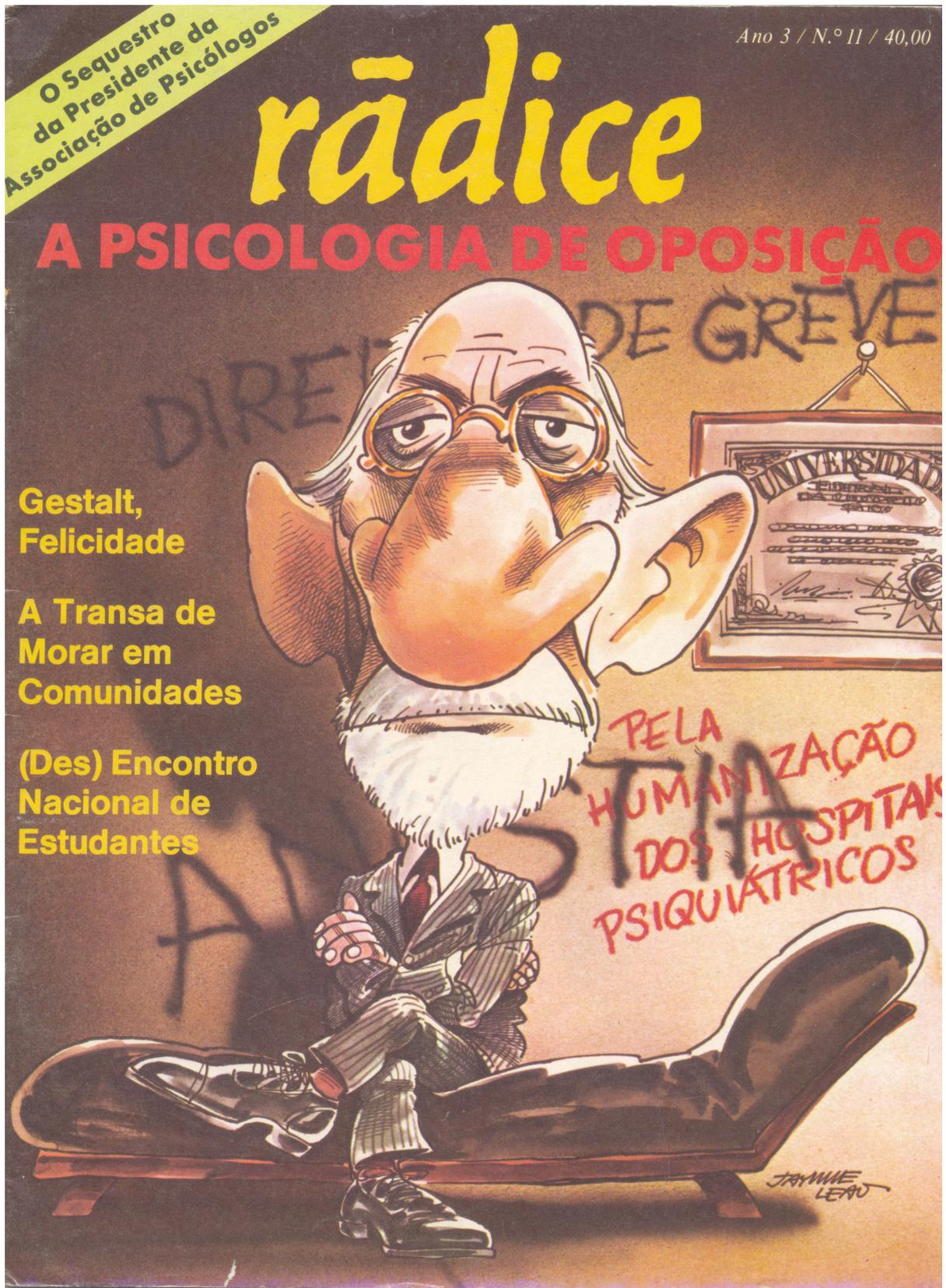


Figura 1

Capa da revista *Rãdice* Ano 3/nº 11

rádice LUTA & PRAZER

Essa revista teve seu primeiro exemplar lançado em julho de 1981 e o último em janeiro de 1983. A revista propunha-se a ser bimestral, conforme citado em seu editorial de estréia, mas a partir do terceiro número, de novembro de 1981, passou a ser editada mensalmente. Essa revista vem a ser, ao mesmo tempo, uma continuação/ substituição da *Rádice*, pois além de ter o nome *Rádice* em letras menores ao lado do nome *Luta & Prazer*, o seu primeiro número foi editado três meses após a publicação do último exemplar da *Rádice*. De acordo com Santos²⁶⁷, teria ocorrido uma “metamorfose [da Revista *Rádice*] no jornal *Luta & Prazer*”. O editor dos primeiros números também foi o mesmo da *Rádice*, depois substituído por Dau Bastos, que já havia sido editor adjunto da Revista *Rádice*. O formato também sofreu alterações. *Luta & Prazer* se assemelhava a um jornal, em papel de qualidade inferior ao da revista e no tamanho de 0,36 X 0,28 cm.²⁶⁸ As capas também traziam chamadas de impacto como “Bissexualismo, o que é isso, minha gente?” Ilustrada com a foto de um casal semi-nu, com a mulher tendo um bigode desenhado em seu rosto, como poderá ser visto mais adiante. Outra capa apresentava apenas a foto de uma criança com chupeta, segurando um revólver na mão e no canto inferior apenas duas palavras: “Pra pensar”. Mais um exemplo: o número 8 do *Luta & Prazer*, de abril de 1982, apresentava, atravessando o fundo vermelho da capa, um machado cravado no toco que restou de uma árvore. Logo abaixo do título do jornal, a frase: “Este número está de rachar”. Assim como sua antecedente, também oferecia espaço para propaganda, inclusive a venda da coleção completa da *Rádice*.

As oito primeiras edições, publicadas entre 1981 e 1982, eram de 24 páginas. A partir da 9.^a edição, a *Luta & Prazer* passou a ter a metade das páginas e distribuição gratuita, com tiragem variando entre 20 a 35 mil exemplares.

Consultados seus 16 exemplares, em grande parte publicados até julho de 1982, encontramos 27 pequenos artigos referidos à sexualidade e temas afins como, orientação sexual, identidade sexual e bissexualidade. Assim como a revista *Rádice*, nesse período, os

²⁶⁷ Santos, Alessandra Dalfon dos. *Rádice: muito prazer! Crônicas do passado e do futuro da Psicologia no Brasil*. In: *Mnemosine*, Vol. 4, No 1 (2008). In: <http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/view/308/503>. Acesso em 22 de abril de 2009.

²⁶⁸ Pelo formato era identificada como um jornal. Um de seus editores, Leonel Aguiar, definia *Luta & Prazer* como “jornal alternativo, (produzido pela editora *Rádice*) editado na cidade do Rio de Janeiro e que circulou entre 1981 e 1983. A linha editorial do tablóide estava voltada para a divulgação das propostas da política do cotidiano: os ideais do movimento da contracultura, as terapias psicológicas centradas no corpo, o ativismo ambientalista, a medicina alternativa e as práticas de origem oriental. In: Aguiar, Leonel. *Imprensa alternativa, contracultura e produção de subjetividade*. In: www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/alternativa/l_aguiar.doc. Acesso em 20 de março 2009.

títulos que tratavam sobre o tema mais geral da sexualidade eram bastante diversos de artigos acadêmicos, e muitos deles com uma clara referência jocosa a temas e práticas político-partidárias que eram, certamente, de cunho muito mais ortodoxo. Como por exemplo, pode-se citar: “Como a esquerda vai pra cama? Vai de frente, vai de lado... Nunca na sede do partido”; “Gozar com o poder é patológico”; “Manifesto do orgasmo”, entre outros. Dentre esses dezesseis exemplares, oito apresentaram artigos em que se encontrou a categoria homossexualidade, num total de 12 textos sobre o assunto. Os números de agosto de 1982 a janeiro de 1983 (último número da revista) não continham nenhum artigo ou matéria sobre os temas sexualidade ou homossexualidade.

Apresenta-se a seguir a relação dos números por data e a referência dos artigos que tratam sobre do tema homossexualidade.

*Quadro 8: Artigos sobre homossexualidade publicados na revista *rádice - Luta & Prazer* (1981-1983)*

ANO DE PUBLICAÇÃO	ANO, NÚMERO, MÊS	TÍTULO DO ARTIGO
1981	Ano I nº 1 (julho)	Como a esquerda vai prá cama: Vai de frente, vai de lado...Nunca na sede do partido. “A esquerda é tão careta!” “Só transo com quem me deixar molhadinho” “Gozar com o poder é patológico” “Só com o pessoal do partido” “Sexualidade, uma perversão?” “Não sou promíscuo...” Alternativas de Militância Amar é fazer revolução Só saio às ruas para sentir prazer
	Ano I, nº 3 (novembro)	Comida, Liberdade, Socialismo e Tesão Somos todos bissexuais, é claro...e Freud já falava isso
1982	Ano I, nº 5 (janeiro)	Bom menino
	Ano I, nº 6 (fevereiro)	Coloridamente GAIARSO
	Ano I, nº 8 (abril- maio)	Temas malditos – nos partidos eles dançam?



Figura 2
Capa da revista *rãdice Luta&Prazer*
Ano I, nº 4, X DEZ, 81

REVISTA ORGÓN

Essa Revista teve apenas um exemplar, não sendo possível precisar o mês exato. O ano era o de 1985, conforme informação dada pelo próprio editor, Carlos Ralph, em contato por e-mail que fiz com o mesmo. Quanto ao mês, sabe-se apenas que foi no outono, segundo explicitado na revista: “Edição de Outono”. Na capa desse exemplar encontramos a inscrição “*Orgón – a cultura da vida (Rádice)*”. Entendo assim, tratar-se de outra revista que vem ocupar o espaço deixado pelas duas anteriores e que estava remetida também à primeira delas (*Rádice*). Nesse exemplar encontrei cinco artigos sobre o tema da sexualidade, sendo um deles especificamente referido à homossexualidade.

Esta revista, mais se assemelhava a um livro, com as medidas de 0,23 X 0,16cm, com total de 130 páginas, e uma diagramação mais organizada que as anteriores, constando índice de assuntos por páginas, e a referência aos créditos, não apenas da direção e dos textos, mas também da diagramação, da ilustração, da composição e da arte-final – o que não havia nas revistas que a precederam. Semelhante as outras duas, também apresentava anúncios publicitários no corpo da revista.

Com o levantamento realizado nessas três revistas encontramos, portanto, o total de vinte e dois artigos sobre homossexualidade, publicados entre os anos de 1979 a 1985. Trata-se de um material expressivo sobre o tema, se comparado à produção acadêmica que buscamos dentre as dissertações e teses e artigos de periódicos de instituições universitárias em sua grande maioria concentrada no Rio de Janeiro, relativa às três últimas décadas do século XX.



Capa da Revista *Orgón*
Ano I, nº 1, 1985.

3.2. Analisando as fontes primárias....

3.2.1 A produção científica: artigos e teses acadêmicas

Foram lidos e analisados o total de treze trabalhos científicos, a saber: duas teses, cinco dissertações, cinco artigos e um relato de caso clínico²⁶⁹. Desse quantitativo, apenas uma tese era da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e todas as demais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Os trabalhos acadêmicos da PUC-RJ por parte tanto dos mestrados como do doutorado foram produzidos por alunos, todos eles oriundos da graduação em psicologia. No caso da tese de doutoramento do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, o aluno tinha formação médica.

Os orientadores dos trabalhos, assim como os membros da banca da PUC-RJ, também apresentaram uma procedência majoritária do campo da psicologia, tanto na graduação como na pós-graduação, com pequenas exceções que transitaram entre o campo da educação e o campo das ciências sociais. Novamente, a excepcionalidade ficou por conta da formação dos membros da banca de defesa da tese da UFRJ – incluindo-se também a do próprio orientado – que contou com um corpo docente exclusivamente formado por médicos psiquiatras, com mestrado e doutorado em psiquiatria, psicanálise e saúde mental.

Os artigos selecionados do *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* do Ipub/UFRJ foram todos escritos por profissionais de formação médica, com pequenas variações na pós-graduação, mas sempre na área da psiquiatria e/ou psicanálise ou ainda, psicologia médica.

Quanto ao relato de caso clínico, não foi possível identificar a formação profissional do aluno, nem do supervisor nem da banca, sabendo-se apenas que todos eram psicanalistas. Por ter sido apresentado em 1971 poderia se supor que fossem todos de formação médica, já que nesse momento a medicina, mais que a psicologia, dialogava com a psicanálise, da qual sofria forte influência.

Quanto à ordem de apresentação do material analisado, optei por iniciar com o quadro clínico, seguido pelos artigos e posteriormente as dissertações e teses. A apresentação, de modo geral, se deu ou pela ordem cronológica ou pela semelhança na abordagem ao tema central desta tese, como por exemplo, os textos que privilegiam a abordagem teórico-metodológica da teoria psicanalítica para discutir a homossexualidade.

²⁶⁹ O caso clínico apareceu na busca de teses e dissertações da PUC-RJ. O material se tratava na verdade, da apresentação de uma situação clínica para obtenção do título de psicanalista. Por ter sido catalogado na produção da PUC-RJ optei por mantê-lo como fonte.

Assim, apresento minha análise da produção científica, em dois blocos: o primeiro agrupa o caso clínico juntamente com os artigos do *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, dissertações e teses. O segundo bloco agrega as revistas alternativas. Quanto ao primeiro bloco, a exposição da análise e considerações se dará na seguinte ordem: “Apresentação de um caso clínico” (1971) e os artigos do *JBP* – “Homossexualidade Masculina” (1979); “Homossexualidade Masculina” (1982); “O Diagnóstico de Homossexualidade: Modificações Ocorridas no Novo Código” (1982); “A homossexualidade ao longo dos tempos” (1989) e “Paciente homossexual, HIV positivo e a morte” (1990).

As teses e dissertações são apresentadas na seguinte seqüência: a dissertação do Ipub, de 1984 – “Identidade: Identificação, Relação e Escolha Objetal”, seguida pela produção acadêmica da PUC/RJ: “Homossexualismo e delinqüência – um estudo sobre menores numa instituição correcional”(1986); “O discurso da homossexualidade feminina”(1988); “No escurinho do cinema..., socialidade orgiástica nas tardes cariocas” (1989); “Os homossexuais e a Aids: imagens de uma epidemia” (1996); “A dimensão imaginária do risco de morte em práticas sexuais desprotegidas entre homens homoeroticamente orientados” e “(Con)sumindo a diferença: a homossexualidade entre a visibilidade e a massificação”, ambas de 1998.

Uma das primeiras observações que decorre da análise do material é quanto à prevalência da teoria psicanalítica tanto nas teses e dissertações da PUC-RJ e da UFRJ, quanto nos artigos analisados e, sem dúvida alguma, no relato de caso clínico. É possível apresentar algumas explicações para tal fato: Primeiramente o contexto científico nas décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos, onde prevalecia uma interpretação da homossexualidade a partir do ponto de vista da psicanálise, que sustentava o *status quo* da Associação da Psiquiatria Americana influenciando a produção do conhecimento psicológico e psiquiátrico em nosso país na década de 70 e na seguinte. Em seguida, como vimos no capítulo 1, o fato da psicanálise já ter entrado no Brasil, via medicina, tornando-se presente no campo médico em nosso país. Assim, o que se observa na década de 1970, é que a psicanálise vai exercer forte ascendência sobre os médicos psiquiatras que buscaram formação psicanalítica para serem reconhecidos não apenas como psiquiatras, mas como psicanalistas. Outra explicação possível é o *boom* psicanalítico que ocorreu do mesmo modo, durante as décadas de 70 e 80, quando o acesso à formação psicanalítica foi ampliado para outros profissionais, além dos formados em medicina. É dessa mesma época a propagação de cursos de psicologia e de sociedades de formação de psicanálise. Dentro dessa conjuntura se situa a produção do relato do caso clínico, cuja apresentação data de 1971 e consta de uma descrição e análise de um

caso clínico real, acompanhado durante 38 meses. Em seguida à exposição do caso clínico, o autor divide seu texto em apresentações sobre os seguintes sub-temas: o terapeuta; considerações sobre a homossexualidade; o paciente e conclusões. Após apresentar o perfil do cliente e de sua família, o autor relata o primeiro encontro no qual o paciente teria questionado sua aceitação por parte do terapeuta, por ele (o paciente) ser homossexual. O paciente colocou: “Muitos analistas não gostam de tratar de homossexuais”.²⁷⁰ Neste momento, segundo o autor, o paciente não teria colocado que desejava tratar da homossexualidade, mas sim, que gostaria de se tratar, apesar de ser homossexual. Continuou alegando que “o Dr. X, analista e amigo, teria lhe dito que casos de homossexualismo são muito chatos e que a maior parte dos analistas não gostam de pegar este abacaxi”²⁷¹ Assim, segundo o autor, o paciente já indicava que a homossexualidade era um caso a ser tratado.

O relato segue afirmando que as sessões transcorreram com o paciente trazendo um material arrumado, preparado para a sessão, com relatos da infância, situações escolares, questões sobre relacionamento com os pais e o irmão, até conseguir sair dos relatos neutros, padronizados, *em tom de reportagem* e expressar seus sentimentos, relatando a questão que o afligia que foi a descoberta por parte do pai, dele ser homossexual. O terapeuta, por sua vez, segundo sua própria descrição, teria evitado dar valor os conteúdos homossexuais, ouvindo os mesmos sem comentários, para que o paciente pudesse ter uma maior liberdade de sentimentos.

Segundo o autor do texto e terapeuta, o paciente manteve relações eróticas com outro homem aos 4 anos de idade e relação carnal homossexual aos 12 anos. A partir de então, teria mantido relação afetiva com mulheres e sexuais com homens e mantivera uma relação afetivo-sexual com outro homem. Até os 25 anos não havia tido relação sexual com mulher. A conclusão do terapeuta, a partir das sessões realizadas, é que a homossexualidade seria uma *atitude sintomática* relacionada à dificuldade do paciente em lidar com a autoridade, estabelecendo-se assim uma associação entre instinto sexual e resolução de dificuldades. O paciente, por sua vez, questionava sua homossexualidade. “*Será que sou mesmo homossexual, ou não?*”²⁷²

Segundo o autor, ao final do tratamento o paciente conseguiu manter um emprego estável, casar-se com a mulher com quem mantinha um relacionamento afetivo não-sexual –

²⁷⁰ Faro, Samuel Menezes. Apresentação de um caso clínico. “Tese” apresentada para o Colégio Psicoanalítico do Instituto de Medicina Psicológica, 1971, p.2

²⁷¹ *Op. cit.*, p.2

²⁷² *Op. cit.*, p.19.

já que também a parceira esperava a concretização do casamento para iniciar a vida sexual – e, interromper, desde alguns anos, suas deambulações pela cidade em busca de encontros homossexuais rápidos e sem compromisso. Neste sentido para o autor, o tratamento foi considerado exitoso pela transformação de comportamento homossexual para heterossexual.

Na parte do texto relativa ao terapeuta, o autor alega que a *personalidade* de qualquer paciente pode se transformar, tendo em vista a referência a um modelo, o qual agiria como catalizador, possibilitando que o próprio paciente se desse conta de qualidades próprias latentes que o ajudariam a construir seu próprio eu. Este modelo seria o próprio autor-terapeuta. Aqui me parece que a transformação de homossexual para heterossexual é colocada pelo terapeuta autor como algo positivo, passível de ser alcançado desde que se “despertasse” as qualidades latentes, através da oferta desse modelo.

Ao final desse capítulo o terapeuta alega que “a diminuição dos sintomas, mormente a melhor integração no meio social e profissional e a desvalorização do homossexualismo e aparente resolução do mesmo, parecem ao terapeuta um indício de crescimento e caminho para a maturidade, que no caso apresentado não podem ser desprezados”²⁷³ Entendemos que com essa alegação o autor coloca a heterossexualidade em contraponto com a homossexualidade, onde a primeira significaria *maturidade, crescimento, integração social e profissional*, enquanto que a homossexualidade interpretada como reativo no lidar com a autoridade representaria *sintoma*, “imaturidade”, “baixa integração social e profissional”.

Na parte do texto específica sobre homossexualidade, o autor coloca a atividade homossexual como um *sintoma básico*. Entende que a homossexualidade não seria um diagnóstico clínico ou biológico, mas mais um sintoma, *forma de defesa* ante as dificuldades existenciais. Cita Clara Thompson ²⁷⁴ para dar suporte a sua argumentação: “A homossexualidade não constitui entidade clínica, mas um sintoma que aparece em diversas estruturas caracteriológicas (...) e tende a desaparecer quando a alteração caracteriológica mais geral é solucionada”.²⁷⁵ O terapeuta-autor chega então, a questionar “não será por muitas vezes a homossexualidade uma espécie de pré-esquizofrenia, um início de ruptura de um mundo real, para um refúgio nas fantasias infantis?”²⁷⁶

Para definir a homossexualidade como um sintoma, o autor faz uma pequena revisão bibliográfica sem profundidade, onde cita vários autores. Menciona Ellis, Kinsey, Moll,

²⁷³ *Op. cit.*, p.41.

²⁷⁴ Clara Thompson (1893-1958), psicanalista, trabalhou com a origem e desenvolvimento da psicanálise, mantendo um diálogo com diferentes escolas.

²⁷⁵ *Op. cit.*, p.42.

²⁷⁶ *Op. cit.*, p.42.

referindo-se a eles como aqueles que teriam desmistificado os *conteúdos éticos-morais das práticas para-genitais*. Apesar desta revisão bibliográfica o autor não se apóia em nenhuma dessas teorias revistas por ele. Apóia-se apenas em Iracy Doyle que compreende que a homossexualidade não deva ser vista como exclusiva dos seres humanos, mas biologicamente universal. A homossexualidade seria ainda, uma forma de satisfação sexual para a qual o indivíduo apelaria sempre que se visse impossibilitado por motivos exteriores, circunstanciais, ou por fatores inerentes à sua *personalidade*, de recorrer à satisfação heterossexual. Neste sentido, por um lado, a homossexualidade é vista como possível de acontecer entre os seres vivos, o que poderia justificar o fato de não ser entendida como doença. No entanto, a homossexualidade aparece também ou como *intrínseca à personalidade* do sujeito, ou como resultante de um determinado momento da vida. Em ambos os casos a possibilidade de satisfação das necessidades sexuais do indivíduo, frente às adversidades intrínsecas ou extrínsecas seria expressa na homossexualidade, a qual apareceria, portanto, como resultado de uma “falta de opção” num determinado momento de vida do indivíduo.

O autor alega ainda, que a resposta para a homossexualidade se encontraria “quase sempre em motivações psicológicas e as desindocrinopatias, apenas em parte, contribuem para esta distorção da sexualidade”²⁷⁷ [grifo meu]. Além de reforçar a idéia de que a homossexualidade seria causada por motivação psicológica que expressaria uma distorção não-voluntária da sexualidade normal, o texto inclui uma nova variável biológica – as desindocrinopatias – dentre as causas possíveis do caso clínico.

O autor segue utilizando conceitos da psicanálise clássica, segundo a qual o desenvolvimento homossexual patológico se iniciaria a partir de um complexo de Édipo invertido, isto é, em que a preferência libidinosa seria dirigida para o progenitor do mesmo sexo. O tema da disposição constitucional também é referido pelo autor como causa possível da homossexualidade. Para ele haveria a possibilidade de certa influência congênita da libido homossexual. A partir, portanto, da existência desta disposição constitucional, o indivíduo poderia mais facilmente adquirir uma estruturação homossexual. “A estruturação homossexual, dentro da linha freudiana, seria favorecida pela regressão ao narcisismo das primeiras etapas do desenvolvimento infantil”²⁷⁸. “A força super-egóica e o seu grau de maior ou menor severidade, decidiria se o indivíduo manteria a sua homossexualidade reprimida, ou se a tornaria explícita, orientando-o para ligações libidinosas com o mesmo sexo”.

²⁷⁷ *Op. cit.*, p.43.

²⁷⁸ *Op. cit.* p.43

“Acreditamos que os quadros homossexuais apresentem sempre uma estrutura bem complexa, não podendo ser explicados por nenhuma tese simplista ou reducionista a um esquema definido, e encaramos a homossexualidade, como um polimorfismo, só capaz de ser entendido e sentido dentro de um contexto próprio e particular (...) Não existem homossexuais e sim, o sintoma homossexualidade (...)”²⁷⁹ [grifo meu].

Além da ênfase à dimensão individual, o autor acredita que a homossexualidade não seria um defeito limitado da personalidade, mas sim, parte de um todo doentio. A homossexualidade seria assim uma doença do indivíduo e da cultura. O autor acredita que

“mudanças da cultura, que permitissem uma maior aproximação dos sexos não apenas no que tange ao aspecto erótico, mas no respeito humano e compreensão dos papéis destinados ao conceito universal, ao lado de uma valorização adequada da feminilidade e da masculinidade, seriam pedra de toque para o apagamento das defesas homossexuais”²⁸⁰.

Finalmente, o autor conclui apresentando estratégias para o tratamento da homossexualidade, por intermédio da explicitação ao paciente de

“como funcionava o seu auto-sistema e como evitar as suas tensões de ansiedade através dos mecanismos defensivos. Partindo do relacionamento transferencial, procuramos a reavaliação consensual de suas atividades pretéritas, utilizando o material genético, sempre dentro de um contexto atual”²⁸¹.

E ainda

“Usando ao máximo suas vivências atuais e o ganho com as mesmas, procuramos através de confrontos com as suas maneiras distorcidas de viver, aclarar os seus dinamismos e, partindo as áreas em que existiram diminuição de conflito, à expansão de seu EGO, e tornar mais flexível a reorganização do auto-sistema em bases produtivas”²⁸² [grifo meu]

Em resumo, na análise desse trabalho compreendemos que o autor entende a homossexualidade como algo passível de tratamento, sendo um problema de personalidade, ou de disposição constitucional congênita da libido, ou de desequilíbrio endócrino. Surpreendentemente, portanto, apesar de ser um trabalho de formação psicanalítica, explicações de cunho orgânico e constitucional, e ainda, a vinculação do “sintoma homossexualidade” à doença mental, quando questiona se a mesma não seria uma pré-

²⁷⁹ *Op. cit.* p.44.

²⁸⁰ *Op. cit.*, p.45.

²⁸¹ *Op. cit.*, p.52.

²⁸² *Op. cit.*, p.52

esquizofrenia, se fazem presentes. Além disso, a homossexualidade é vista como um sintoma possível de ser curado, dependente da cultura. Acredita que, se uma sociedade permitisse uma maior aproximação entre os sexos e compreensão dos papéis masculinos e femininos – valorizando tanto a feminilidade quanto a masculinidade – contribuiria para não haver necessidade das defesas homossexuais se manifestarem.

Assim, neste trabalho científico, a homossexualidade, segundo o autor terapeuta, seria um sintoma que se expressaria em problemas de diferentes ordens de fenômenos: de personalidade, de disposição constitucional congênita da libido, de desequilíbrio endócrino, da ordem da cultura e até mesmo de doença mental. Em sendo um sintoma, aparece como passível de tratamento, o qual se daria através de possíveis mudanças na cultura ou da produção de uma relação de transferência. Neste último caso, o paciente poderia ver como funciona seu auto-sistema, evitando situações defensivas que produzissem o sintoma em questão. Mesmo sendo um trabalho da área da psicanálise, verificou-se a presença de explicações calcadas no determinismo não apenas psicológico, mas também cultural e biológico.

Ainda sob a ótica da psicanálise, encontramos dois artigos publicados no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* que se utilizam do mesmo título: “Homossexualidade Masculina”, um de 1979 e outro de 1982.

O artigo de 1979 se propõe a “mostrar a evolução dos conceitos referentes à etiologia da homossexualidade”,²⁸³ pretendendo com isso justificar a existência de conflitos agressivos intensos que seriam responsáveis pelo impedimento de se estabelecer uma relação heterossexual; conflitos estes que envolveriam aspectos psicológicos. Apresenta explicações clássicas da psicanálise sobre a ocorrência da homossexualidade: a agressão ao objeto primário; a identificação com um pai agressivo, castrador; forte aproximação com a figura materna; a presença de fantasias destrutivas de alta intensidade relacionadas à atividade sexual que, dependendo da intensidade de tais fantasias, se determinaria a tendência a se ser passivo ou ativo homossexualmente.

O autor identifica a homossexualidade como um *sintoma*, defendendo a posição da APA, publicada em 1974, “que para evitar discriminações sociais e profissionais, desqualificou a homossexualidade como doença, rotulando-a como distúrbio de orientação sexual, não implicando isto na aceitação do homossexual como normal”²⁸⁴. O autor nos

²⁸³ Bastos, José Candido. Homossexualidade Masculina. In: *JBP*, 28 (1-4): 7-11, 1979.

²⁸⁴ *Op. cit.*, p.8.

oferece assim, uma opção interpretativa da homossexualidade que não a considera como uma patologia, mas também não a aceita como uma opção normal do indivíduo. Teríamos assim, uma visão da homossexualidade como categoria “não-patológica” e “não-normal”, em que se enfatiza a atenção à dimensão psicológica do sujeito.

A partir dessa categorização o autor classifica os homossexuais em dois grupos, considerando-se sua reação frente à *perturbação* homossexual: os que, utilizando-se de artifícios, se julgam normais e os que sofrem com a anormalidade da conduta. Para o autor, este último grupo seria o que forneceria a experiência terapêutica e a possível compreensão psicopatológica do fenômeno da homossexualidade. Acredita, portanto, que a homossexualidade é resultado de desvios psicológicos e mesmo os que se julgam normal assim o fazem por utilizarem-se de “artifícios” frente a esta *perturbação*. O autor defende que todos sofrem, sendo que os que admitem o sofrimento seriam portadores de uma neurose e os que não o admitem seriam portadores de um traço de caráter que os faz esconder o sofrimento. Neste sentido, o texto propõe uma nova classificação, centrada nos que sofrem e nos que negam o sofrimento, chamando a atenção para o fato de que a cura só seria possível se a homossexualidade causar sofrimento ao paciente e este estiver consciente desse sofrimento.

Essa colocação deixa claro o entendimento de que, em momento algum, a homossexualidade é vista como algo passível de normalização, pois mesmo os que “se julgam normais”, no sentido de não terem problema algum com sua orientação sexual, estariam equivocados quanto a seu estatuto de normalidade e a sua recusa ao sofrimento. É mais grave, devido a esse equívoco, encontrar-se-iam impossibilitados de usufruírem de um tratamento que os fizesse retornar à heterossexualidade e à normalidade. Ainda sobre tratamento e cura, o autor priorizando a análise de seu próprio material clínico, fruto de sua experiência em consultório no atendimento a indivíduos homossexuais, defende que tanto os passivos como os ativos apresentam componentes agressivos intensos, sendo esses menores nos ativos e que estes apresentariam melhor resposta ao tratamento. Com isso o autor acaba estabelecendo um gradiente de “cura” para a homossexualidade, dependente do grau de fantasias agressivas: do homossexual passivo, para o homossexual ativo, até chegar ao heterossexual. Nessa perspectiva, ainda que não seja explícito, o texto parece estar ancorado numa escala hierarquizada dos papéis de gênero, sendo mais difícil para os que desempenham o papel feminino (passivo) chegar à heterossexualidade do que aqueles que mais exercitam o

elemento masculino, pois esses últimos, mesmo tendo relações sexuais com outro homem, estariam assumindo o seu papel de gênero tradicionalmente esperado, ou seja, o de ser ativo.

Bastos apresenta ainda, a evolução dos conceitos referentes à etiologia da homossexualidade masculina, partindo dos gregos e citando a teoria de Krafft-Ebing. O texto apresenta as explicações de todas as teorias – cromossômicas, hormonais, genéticas, sociológicas – para discutir sobre os “estudos dos fatores psicológicos básicos desses conflitos (que poderiam levar a homossexualidade), aonde tão freqüentemente vêm os geneticistas, endocrinologistas e sociólogos buscar explicação para o fenômeno”²⁸⁵.

Nesse momento esses dois artigos, de 1979 e 1982, apresentam pontos bem semelhantes, já que Faerchtein em seu texto²⁸⁶, também apresenta teorias e autores de diferentes áreas do conhecimento que oferecem do mesmo modo distintas interpretações sobre o “fenômeno” homossexualidade. Vai da Grécia do século V – passando pela ambissexualidade nos animais; a pesquisa com hormônios; a busca de aspectos etiológicos da homossexualidade masculina; aspectos genéticos; biológicos – chegando à Freud, com a teoria psicogênica da homossexualidade masculina, que discorre sobre as etapas indispensáveis ao desenvolvimento normal do indivíduo, a saber: oral, anal, fálica, latência e genital. Nesta apresentação a autora não se posiciona claramente em favor de uma teoria em detrimento de outra. Contudo, em seguida, o texto afirma sobre a maior dificuldade que os homossexuais teriam na área afetiva, prevalecendo aqui também a adesão à psicanálise em relação a outras correntes. A autora segue ilustrando as etapas possíveis de desenvolvimento e organização psíquica do sujeito para que haja uma tendência natural em direção à heterossexualidade.

A autora se preocupa em discutir sobre a pertinência de se incluir ou não a homossexualidade nas categorias de doença mental, considerando-a sob o ponto de vista clínico e também estabelecendo sua definição, caracterização e tratamento. Ao longo desse texto a autora apresenta sua conclusão como em concordância com a posição do DSM III (1980) sobre o fato de não se referir à homossexualidade enquanto doença. Para a autora, a homossexualidade deve ser vista mais como um *sintoma* o qual deveria ser diferenciado de outros distúrbios sexuais. Como veremos, entretanto, o artigo é dúbio quanto ao caráter patológico ou não da homossexualidade, já que, em algum momento, a autora chega a

²⁸⁵ *Op. cit.*, p.8

²⁸⁶ Faerchtein, Lucila. Homossexualidade Masculina, Rio de Janeiro, *JBP* 31 (3): 151-165, 1982

comparar seus portadores-defensores como sujeitos identificados com tipos específicos de transtornos como a ansiedade e o obsessivo-compulsivo:

“...surge um problema sui generis na homossexualidade, qual seja, o de portadores-defensores da mesma, que se constituem às vezes em sociedades de âmbito internacional com a finalidade de defendê-la. Ninguém defende o direito de ser fóbico ou obsessivo, mas o fazem no caso em questão (...)”²⁸⁷

Ao estabelecer esta comparação a autora parece propor uma equivalência entre ser portador do sintoma da homossexualidade e ser portador de transtornos mentais específicos. Com isso, estaria apontando para a possibilidade de localização da homossexualidade em um espaço de classificação psiquiátrica, contraditoriamente ao que a própria autora afirmava anteriormente. Além disso, a comparação estabelecida parece indicar também, do ponto de vista da autora, a inadequação de que haja movimentos organizados de defesa da homossexualidade, já que um sintoma ou uma condição homossexual não seria fenômeno da ordem da vontade ou da opção do mesmo modo que ser fóbico ou ansioso. Como condições que ultrapassariam o próprio livre arbítrio do sujeito – ser homossexual, ser fóbico ou ser ansioso – não mereceriam ou pareceria ser impróprio a defesa das mesmas: ou se é ou não se é.

Também fica clara, a posição ambígua de Faerchtein quando esta alega não haver conclusões definitivas nem sobre as causas nem sobre o tratamento para esse *problema*, ao mesmo tempo em que, por diversas vezes no artigo, utiliza palavras como *diagnóstico*, *prognóstico*, *tratamento*. Assim, compreendo que mesmo que não assuma explicitamente o discurso de patologização da homossexualidade, esta já é entendida de antemão como um desvio, como algo não-normal, passível de ser tratado e conseqüentemente, curado, entendendo-se essa cura como retorno à heterossexualidade.

Sobre os outros artigos, publicados no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, dois deles em muito se assemelham, visto que versam sobre as modificações ocorridas ao longo dos tempos na concepção do que seria a homossexualidade. Ambos citam a religião e a Grécia Antiga, só que o de Figueiroa²⁸⁸, como já alertado no título, se detém na discussão que antecedeu a retirada da homossexualidade do DSM III (1980). Nessa discussão, entretanto, o trabalho de Figueiroa parece assumir posição ambígua. De um lado a autora apóia a posição do DSM III, já que compreende que mesmo no conceito ampliado de doença mental seria difícil o

²⁸⁷ *Op. cit.*, p. 154.

²⁸⁸ Figueiroa, Lúcia. O Diagnóstico de Homossexualidade: Modificações Ocorridas no Novo Código *JBP*, 31(1): 19-23, 1982.

enquadramento da homossexualidade, visto que não se observariam déficits no funcionamento psicológico e nem danos sociais. De outro lado, por sua experiência clínica, a autora diz observar uma tendência a depressão e ao suicídio entre os homossexuais, motivados supostamente pelo tipo de relacionamento superficial e de curta duração, mais característico desse grupo.

A posição dessa autora acerca da homossexualidade parece indicar, ao mesmo tempo, a ênfase na atenção à dimensão psicológica do sujeito e a afirmação de que se trataria de um fenômeno “não-normal”, um “desvio” da norma, que acarretaria os estados depressivos, podendo levar à morte. Além disto, assim como nos demais artigos publicados no *JBP* selecionados para esta tese, a autora alega que apenas a homossexualidade egodistônica deveria ser tratada, ou seja, aquela que se manifesta em desacordo com os desejos (ao menos conscientes) do indivíduo, em geral fruto também de um distúrbio do desenvolvimento psicosexual infantil de origem psicogênica.

Outro artigo²⁸⁹ que analisa a história da homossexualidade, como o título já indica, apresenta um panorama que vai das longínquas imagens bíblicas, como Somoda e Gomorra – para mostrar o quanto o tema da homossexualidade era antigo no sentido de ser uma preocupação da sociedade – passando pelo diagnóstico físico-moral do século XVIII, para chegar aos dias atuais, utilizando-se de autores como Freud, Foucault e apresentando a discussão sobre a homossexualidade ser ou não doença, na década de 70, através da concepção dos DSMs.

Ao final desse trajeto analítico o autor parece defender uma concepção diferenciada sobre a homossexualidade, no sentido que esta deva ser compreendida como uma manifestação de uma impossibilidade emocional-afetiva de se entregar, por receio de uma rejeição. Desse modo, a rejeição ou o receio desta é que deveria ser o foco principal do trabalho terapêutico, minimizando-se a expressão sexual da conduta do paciente.

Apesar de apresentar um discurso moderno de aceitação da homossexualidade ao longo do artigo, o autor conclui como nos outros artigos analisados: homossexualidade é traduzida como *sintoma* já que, conforme mencionado, tratar-se-ia de uma manifestação resultante de uma impossibilidade emocional-afetiva. Também como a maioria dos outros artigos, o que está em jogo para o autor seria uma perturbação da dimensão psicológica do sujeito em que não se formula nenhum questionamento a respeito da aceitação social da homossexualidade. Destarte, fica a sensação de que há, nas entrelinhas, a possibilidade de ter

²⁸⁹ Souza, Carlos Alberto Crespo. A homossexualidade ao longo dos tempos. *JBP*, 38 (6): 321-326, 1989.

como produto final de uma terapia de sucesso o retorno à heterossexualidade, já que se trabalharia o medo da rejeição ou a própria rejeição, e, resolvendo-se a dificuldade emocional-afetiva de se entregar, o sujeito poderia expressar sua heterossexualidade.

Finalmente, o último artigo publicado no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* a ser considerado²⁹⁰ discorre sobre a experiência do autor em um hospital acompanhando pacientes homossexuais HIV positivos. A despeito de ter sido escrito no início da década de 90, o artigo apresenta que a compreensão social predominante em relação à AIDS é a de que esta é “conseqüência de um colapso moral da liberação geral dos costumes”²⁹¹. Afirma a existência de estudos que concluíram que o sarcoma de Kaposi²⁹² teria alta incidência em homossexuais independente da Aids, e que por sua vez esses apresentariam *estrutura psicológica enferma*, sendo oriundos de famílias estruturalmente patológicas.

Neste ponto do artigo, o argumento do autor parece pouco claro: seriam os homossexuais mais propensos a uma doença orgânica, como o sarcoma de Kaposi? Os que tivessem esse tumor apresentariam por sua vez estrutura psicológica enferma, conseqüência de famílias desestruturadas ou os homossexuais em geral apresentariam esse perfil? Ou seria esse perfil que geraria doenças orgânicas? Como os demais, o autor se utiliza de noções da psicanálise para explicar a homossexualidade: fracasso de uma identificação sexual sólida e saudável com o genitor, forte ligação com a mãe, temor a castração, etc. O autor acredita que a “personalidade do homossexual “predisponha” a situações estressantes”.²⁹³ Neste sentido, segundo o texto, *estados psíquicos alterados* poderiam promover uma *desregulação imunológica*.

Parece-me que a tese do autor é de que os homossexuais possuiriam um tipo de personalidade que os deixaria propensos a vivenciar circunstâncias estressantes que, por sua vez, promoveriam estados psíquicos alterados os quais acarretariam a desregulação imunológica que poderia ter como conseqüência o surgimento de doenças orgânicas, entre

²⁹⁰ Neto, Manoel Xavier de Oliveira. O paciente homossexual HIV positivo (AIDS) e a morte. *JBP*, 39 (5): 244-249, 1990.

²⁹¹ *Op. cit.*, p. 244.

²⁹² Sarcoma de Kaposi é um tipo de câncer que atinge as paredes dos vasos linfáticos e pode simultaneamente se desenvolver em diferentes regiões do corpo. Costuma aparecer na pele, mas outros órgãos internos, como nódulos linfáticos, pulmões e sistema digestivo também apresentam o sarcoma de Kaposi. Sua causa ainda não é bem conhecida, porém estudos mostram que este sarcoma está associado a fatores genéticos, viróticos, imunológicos, entre outros. É o câncer mais relacionado à AIDS. No entanto, o fato de ser um paciente portador do vírus HIV não significa que irá desenvolver o Sarcoma de Kaposi e vice-versa.

In: <http://www.oncoguia.com.br/site/interna.php?cat=39&id=319&menu=2> Acessado em 05/11/2008.

²⁹³ *Op. cit.*, p. 245.

elas, o sarcoma. Desta feita, o autor parece defender a hipótese de que a homossexualidade é uma “patologia psicológica com fortes efeitos colaterais orgânicos”.

Quando introduz as etapas pelas quais passa o paciente quando comunicado ser portador do HIV, cita que em um primeiro momento há a negação e que a negação já seria um mecanismo básico de defesa presente na personalidade do homossexual. Entretanto, estudos sobre a consciência da morte, em casos de pacientes, por exemplo, com câncer terminal, ou com outras doenças, que recebem a notícia da perspectiva de sua finitude demonstraram que tais enfermos também passam por etapas como a negação, a raiva, entre outros²⁹⁴.

Provavelmente nesse trabalho o autor relata experiências por ele vivenciadas junto a homossexuais vítimas da AIDS, mas comete a imprudência de inferir características que são do âmbito do humano a este grupo de indivíduos, como se as mesmas lhes fossem exclusivas e devidas a uma determinada orientação sexual.

Nas teses de doutorado e dissertações de mestrado analisadas, a homossexualidade também é descrita como um fenômeno relativo ao campo do psicológico, do subjetivo e do social. Entretanto não há em nenhum desses trabalhos a defesa de que a questão da homossexualidade é algo pré-determinado ou originário da dimensão biológica do sujeito como encontramos em alguns artigos já analisados. Alguns trabalhos apresentam, de forma ilustrativa, teorias para explicar a manifestação da homossexualidade que apontam justificativas referentes ao organismo – como a teoria dos hormônios. Entretanto, mesmo havendo dentre estes trabalhos similaridades quanto à adesão à hipótese da origem subjetiva e psicológica da homossexualidade, observa-se a não existência de consenso entre considerá-la fenômeno da ordem da patologia ou decorrente da livre escolha desvinculada de um sintoma clínico.

Assim, a única dissertação da UFRJ oriunda do Instituto de Psiquiatria, defendida em 1984, apresenta como base conceitual a psicanálise, utilizando-se de autores como Freud, Winnicott, Bion, Lacan, entre outros. O trabalho argumenta que a homossexualidade, apesar de não ser uma perversão, pode ser considerada um *fenômeno patológico*, já que compreendida como resultado da “cristalização pré-edípica do caráter”²⁹⁵. Desse modo, há claramente a posição de considerar a homossexualidade como fruto de uma manifestação *psicológica patológica*, utilizando a psicanálise para justificar tal posição.

²⁹⁴ Os cinco estágios da morte segundo Kübler-Ross, são: negação e isolamento, raiva e cólera, barganha ou regateio, depressão e aceitação. (In: Kübler-Ross, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 2002)

²⁹⁵ Mendonça, Robson Cabral. *Identidade: Identificação, Relação e Escolha Objetiva*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Ipub/UFRJ, 1984.

Embora seja uma dissertação da área médica – que acompanha os ditames dos manuais e guias classificatórios de psiquiatria da ocasião, que já haviam excluído a homossexualidade da lista das perversões sexuais – o autor utiliza-se de teorias de base psicanalítica para dar suporte a sua argumentação, defendendo que

“os conflitos bissexuais com preponderância da homossexualidade latente ou manifesta, promovem confusões de identidade, estados fronteiros, psicoses, neuroses, psicopatias e perversões propriamente ditas”²⁹⁶.

Considera, portanto, não apenas que a homossexualidade seria resultado de um evento patológico, como mencionado no parágrafo anterior, mas que ela também pode tanto gerar quadros caracteristicamente próprios de um olhar psicanalítico atual – *neuroses* e *psicoses* – quanto produzir tipos específicos de perversões, apesar da própria homossexualidade não ser mais considerada pelo campo médico-psiquiátrico como parte desta categoria diagnóstica.

A tese e dissertações da PUC-RJ, por sua vez, todas da área da psicologia, trabalham com o tema da homossexualidade em um espectro de visões variado. O tema é discutido do ponto de vista das artes, especificamente o cinema; por intermédio da evidência de que a homossexualidade foi projetada quando do advento da AIDS, considerando-se o conceito de *grupo de riscos* no que tange à construção de identidade; como assunto decorrente do debate entre exercício de práticas sexuais protegidas *versus* práticas sexuais desprotegidas; como comportamento observável entre população de menores institucionalizados; e ainda como prática produzida e dependente da linguagem. Não obstante a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS, não ter sido tomada como objeto desta tese em relação ao tema da homossexualidade, uma parte dos trabalhos analisados acabaram por, de alguma forma, avaliar o impacto que a AIDS teve tanto nas próprias relações homossexuais quanto na sociedade, observando que, em um primeiro momento, representações sociais ancoradas no discurso médico associaram os homossexuais como os exclusivos portadores do vírus HIV e com isso, lhes imputaram todo o estigma relativa a essa associação.

Início apresentando a análise da dissertação que consiste em uma discussão sobre a construção de identidade em adolescentes ‘delinquentes’ homossexuais²⁹⁷. O grupo selecionado pela autora, se auto-declarava homossexual e era de rapazes menores internados

²⁹⁶ *Op. cit.*, p.72

²⁹⁷ Cabral, Elizabeth Ernny. *Homossexualismo e delinquência: um estudo sobre menores numa instituição correccional*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1986.

em uma instituição corretiva da Funabem. A autora compreende que o fato de se auto-declarar homossexual implicaria

“em introduzir e assumir, por parte destes “menores” um elemento extra de marginalização frente à situação de institucionalização, tornando-se um grupo que se quer desviante, numa escola para desviantes. Portanto, o fato de serem homossexuais declarados nos interessa apenas enquanto manifestação de uma conduta “anti-social”(..)”²⁹⁸

Percebe-se nessa argumentação, um posicionamento da autora identificando a homossexualidade como algo “marginal”, “desviante”, *anti-social*.

O que a autora nos informa é que a homossexualidade era a única conduta *marginalizada* que continuava explícita após o internamento dos menores, o que corresponderia a um *duplo desvio*, já que havia o motivo que levou esses menores ao internamento – fosse roubo, homicídio, prostituição. Em sua análise, a homossexualidade funcionava como uma afirmação de identidade dentro da Funabem, mesmo que desviante.

O grupo de homossexuais encontrado dentro da instituição, segundo a autora, se apresentava a margem dos valores socialmente aceitos pela instituição e fora dela. Por outro lado, a autora nos informa que a homossexualidade também seria para este grupo uma *estratégia de sobrevivência* não sendo totalmente discriminada no ambiente social dos membros do referido grupo, já que algumas famílias estavam cientes de que o dinheiro que recebiam de seus meninos era ganho através de relações sexuais. Ou seja, havia o consentimento implícito da família a esse ato *desviante*, não só homossexual, mas que envolvia prostituição, por ser muitas vezes, o único recurso financeiro de que dispunham e por ser um perigo menor que o furto e os tóxicos.

A autora, através de entrevistas com grupos mais ou menos numerosos, ou mesmo através de entrevistas individuais com os menores, percebe a ausência de menção a relações heterossexuais em qualquer momento da vida desses meninos. Posteriormente, ela é informada por um deles, que os menores infratores não admitiam terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo em momento algum de suas vidas e ainda demonstravam restrições ao fato de terem assumido, em alguma situação, o papel masculino durante o ato sexual, como se isso fosse um tabu. Segundo a explicação conseguida na entrevista, tal fato se

²⁹⁸ *Op. cit.*, p. 2

devia à compreensão por parte desses meninos de que, a partir do momento em que desempenhassem tanto o papel de passivos quanto de ativos nas relações sexuais, se tornariam então *giletes* e perderiam o direito de pertencer ao grupo.

Na avaliação da autora, tal postura seria necessária já que para reforçar a identidade homossexual desse grupo, os mesmos tinham que assumir uma postura homossexual real, o que para eles significava não apenas práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, mas também o desempenho do papel feminino, ou seja, do passivo da relação: é como se ao ser passivo em uma relação entre dois homens se fosse mais homossexual. Cabe lembrar que essa observação da autora, sobre definir quem seria mais homossexual de acordo com o papel desempenhado – se ativo ou passivo – já estava presente desde o sistema classificatório científico do final do século XIX e início do século XX.

Assim, como apresentado em relação ao primeiro artigo aqui analisado – “Homossexualidade Masculina” (1979) – no qual autor acredita haver uma gradação do estado homossexual, com o homossexual ativo se localizando mais perto da “cura” (se tornar heterossexual) do que o passivo, há uma correlação com a descoberta da autora desta dissertação quanto ao fato dos menores se sentirem mais homossexuais, se passivos. Curioso destacar que enquanto no artigo citado acima essa opinião sobre a maior proximidade entre cura e homossexualidade ativa é formulado pela especialista autora, nesta dissertação analisada é o discurso do senso comum, enunciado pelos menores internos da Funabem que estabelece a diferenciação entre homossexualidade passiva como mais “verdadeira” e a homossexualidade ativa como a “falsa”. A autora chama atenção, contudo, para o fato de que se o papel pleiteado pelos menores era o do homossexual passivo, isso não necessariamente significava a opção por uma aparência feminina. No seu ponto de vista, a autora acredita que na faixa etária desses menores, dificilmente os mesmos adotariam socialmente o padrão de comportamento feminino, já que isso exigiria um nível de entrosamento e de identificação com outros homossexuais que não seria típico desta idade.

Ainda segundo Ernany, as categorias *gay*, *bicha*, *boy*, *travesti* não fazem muito sentido no cotidiano deles, nem são seguidas à risca. Cada um assumiria o papel que melhor lhe assentasse em determinado momento. O mais importante era a união em torno do fato de serem declaradamente homossexuais, característica que os distinguiria dos demais alunos. Com isso os menores estabeleciam prerrogativas próprias para o grupo, pois, de acordo com a autora, “uma vez declarada a sua homossexualidade ao entrarem na escola, todos os alunos os

tratarão como ‘bichas’ e o grupo, embora seja objeto de discriminação por parte dos outros alunos, lhes ajuda a se protegerem e a conquistar seus direitos na escola”.²⁹⁹

Entre as conclusões apresentadas pela autora a homossexualidade permitiria aumentar a rede de relacionamentos e amizades através dos parceiros e ainda, obter dinheiro ao utilizar o comportamento homossexual de forma profissional. Para a autora, no espaço da instituição a “legitimação do homossexualismo através da perpetuação pública do mesmo implica um questionamento do caráter desviante atribuído a esse comportamento”.³⁰⁰ Na análise de Ernany, por conseguinte, a homossexualidade entre os menores delinquentes é um comportamento para o qual não há explicação nem psicológica nem orgânica, mas apenas sociológica, relativa à construção social da identidade daqueles que realizam determinadas práticas sexuais específicas e ao estatuto desviante, ou não, desta identidade.

A próxima dissertação analisada³⁰¹ aborda o tema da homossexualidade feminina do ponto de vista da linguagem, desviando-se nitidamente das abordagens do campo ‘psi’ específico, indo beber em fontes como a semiologia de Roland Barthes. Sob esse ponto de vista, a homossexualidade, ao contrário do que fazem a psicologia e a psiquiatria – que a tomam como um atributo do sujeito, seja natural ou adquirido – seria uma “forma de subjetividade elaborada, articulada e veiculada pela linguagem”.³⁰² Ela só poderia ser constituída a partir do momento em que pode ser dita, por isso, a “necessidade de se investigar como ela é dita, para poder compreendê-la”.

Com base nessa argumentação, a homossexualidade deveria existir antes como discurso, não importando discutir se seria um fenômeno social – ao contrário do ponto de vista da dissertação anterior – um comportamento individual ou até mesmo, uma característica do sujeito. O trabalho propõe assim, que se considere o homossexualismo³⁰³ enquanto dado da *linguagem* ao invés de considerá-lo como um dado *natural*. Por outro lado, apresenta como uma questão importante para interpretação lingüística a especificidade do *ser* ou do *estar* homossexual. Para a autora o *ser* homossexual representaria ou um fardo ou orgulho que seria conferido ao sujeito pelo destino, enquanto o *estou* homossexual seria uma condição opcional ou provisória, assumida por própria escolha. A chave interpretativa da autora, portanto fundamenta-se nas correlações entre “sou = determinação” e “estou = escolha”, indicando o

²⁹⁹ *Op. cit.*, p.186.

³⁰⁰ *Op. cit.*, p.323.

³⁰¹ Portinari, Denise B. *O Discurso da Homossexualidade Feminina*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1988.

³⁰² *Op. cit.*, s/pag.

³⁰³ Apesar do termo ‘homossexualismo’ não ser mais utilizado, usarei esse termo nesse trabalho sempre que o material analisado assim se referir.

estabelecimento de uma diferenciação relativa à dimensão temporal dos verbos ser/estar nesta interpretação: o determinismo da condição de "ser homossexual" como algo duradouro, parte da natureza do sujeito; e a escolha de "estar homossexual" como expressão do caráter provisório desta condição. A indicação do determinismo ou da liberdade de escolha em relação à identidade ou comportamento homossexual, portanto, só se daria em face da mobilidade do sujeito dentro da linguagem e sua capacidade de introduzir novos significantes em seu discurso, pois o sujeito que existe é o que o mundo e a linguagem apresentam. Deste modo, a dissertação também se desenvolve embasada na recusa de endereçar atribuições ao sujeito – no caso sobre sua sexualidade – ou de definir um sujeito hipotético (abstrato) que viria antes ou que estaria acima do discurso.

A leitura que a autora faz sobre a homossexualidade feminina não a coloca em oposição à heterossexualidade, como nos casos analisados de artigos que tratam da homossexualidade masculina³⁰⁴. Para a autora a homossexualidade aparece em oposição à própria sexualidade em geral, já que a sexualidade pertenceria ao universo falado que seria justamente o universo 'masculino', moldado nos signos da masculinidade, enquanto a homossexualidade faria parte do não dito e, portanto, segundo os pressupostos da autora, inexistente, pois indizível no universo da linguagem. Assim, a separação masculino-feminino seria fruto de uma classificação lingüística e, portanto, de uma idéia masculina.

Para a autora, o discurso da homossexualidade feminina estaria vagando entre o campo 'psi', o mundo feminista, a literatura, os meios de comunicação e as próprias homossexuais. Deste modo, o discurso da homossexualidade seria um jeito de se permitir ao sujeito falar sobre seu desejo, de fazê-lo existir. Assim, tanto a sexualidade quanto a homossexualidade não seriam dadas nem construídas, mas dependeriam da inserção do sujeito no discurso.

Curiosamente, apesar de se afastar das teorias 'psi' e propor uma nova ótica quanto a se abordar o discurso da homossexualidade feminina, se diferenciando das outras fontes analisadas, a dissertação termina por se utilizar, como as demais, da teoria psicanalítica. Valendo das teorias desta área de estudo, a autora aponta a existência do que seria uma contradição no que se refere à homossexualidade feminina: do ponto de vista da psicanálise o feminino seria sempre a alteridade, sendo a mulher o Outro sexo, mesmo para uma mulher. Neste sentido, a homossexualidade feminina seria expressão, paradoxalmente, da busca

³⁰⁴ Como exemplos destes trabalhos podemos citar a *Apresentação de um caso clínico* e os dois artigos *Homossexualidade Masculina*, já apresentados.

feminina por um "outro" sexo que é o próprio feminino. Nas palavras da autora, apoiada em Sibony:

*“A homossexualidade seria por definição, uma exclusão das alteridades. Assim, sob essa perspectiva a homossexualidade feminina não é homossexualidade, só pode ser considerada como alguma outra coisa, talvez até como uma forma extrema de heterossexualidade: a ‘outração’ levada às últimas conseqüências”*³⁰⁵

Outro trabalho, de 1989, apresenta uma pesquisa etnográfica sobre a multiplicidade de práticas sexuais que aconteciam em uma sala de cinema no Rio de Janeiro.³⁰⁶ Nele encontramos uma crítica quanto ao modo como a Psicologia, entre as décadas de 70 e 80, abordava a homossexualidade, já que a teria compreendido como resposta a uma crise ou distúrbio, ao invés de considerá-la uma das práticas sexuais relativas a uma sexualidade normal. As perversões sexuais, onde também era incluída a homossexualidade, teriam, assim, sido entendidas no quadro da psicopatologia, como um problema de identidade sexual ou de acidentes edípicos, entre outros, ficando a questão no campo dos mecanismos psíquicos individuais. Partindo deste olhar crítico sobre o modo patologizante pelo qual a homossexualidade teria sido abordada pela psicologia, o autor propõe desenvolver sua pesquisa a partir da oposição ‘ciência’ *versus* vida real, no sentido de pensar como as práticas consideradas perversas pelos saberes psico-médicos ocorrem, de fato, no momento de sua manifestação.

O autor faz também uma crítica ao fato da sexualidade ser tratada como uma *coisa*, em seu ponto de vista. Para o autor, isso seria fruto da atitude de tratar a sexualidade como algo que pode ser mensurado, codificado e transformado em dados e índices estatísticos, como os trabalhos de Kinsey e Máster & Johnsons. Assim, em sua dissertação, Terto Jr. se propõe a não trabalhar com os saberes clínicos-psicológicos para se pensar as práticas sexuais, mas buscar observar os diferentes modos através dos quais “o sexo, a alteridade, os fenômenos coletivos, os atos homossexuais e outros chamados de perversos são vivenciados no conjunto mais amplo do social”³⁰⁷.

O cinema é mote para a análise, embora o que importe neste trabalho não seja a representação do personagem homossexual na produção cinematográfica, mas os diferentes

³⁰⁵ *Op. cit.*, p.VI

³⁰⁶ Terto Jr. *No escurinho do cinema...: socialidade orgiástica nas tardes cariocas*. Dissertação de Mestrado, PUC - RJ, 1989.

³⁰⁷ *Op. cit.*, p.11.

papéis sexuais desempenhados pelos homens que estão na platéia. A homossexualidade é aqui analisada em termos das práticas concretas e do ambiente de projeção dos filmes, observando-se os modos de interação entre os sujeitos e os aspectos culturais e movimentos históricos em que estão envolvidas.

Segundo o autor, a homossexualidade, que se manifesta nesse local que estabelece relações impessoais entre os sujeitos, não é compreendida como atributo do indivíduo, seja condição genérica, sintoma psicopatológico, desvio ou opção, mas é pensada como uma experiência e prática, isto é, como um ato sexual. Assim, o autor coloca que antes de se pensar na homossexualidade como tendo uma natureza, ela teria uma história e geografia e seria uma experiência antes de ser uma essência.

O autor apresenta alguns tipos de homossexuais, segundo relato dos travestis freqüentadores do cinema: o *maricona enrustida*, que seria aquele que não se reconhece como homossexual, mas que gosta de ser penetrado em algumas ocasiões ou assumir um papel mais passivo na relação; o *bofe*, que também não se reconhece como homossexual e exerce o papel ativo e, ainda, o *bicha*, *veado* e *homossexual*, que é o efeminado e se deixa penetrar. Na experiência prática, mesmo os homens que mantinham relação com outros homens, fossem esses identificados como bichas, bofes, travestis, não eram necessariamente considerados homossexuais, necessitando para serem assim identificados que exercessem um papel de gênero e de comportamento sexual femininos

O trabalho em análise também aponta para a existência de uma propagação do *modo gay de ser* que incluiria, segundo o autor, não apenas os que se relacionam com pessoas do mesmo sexo biológico, mas outras que mesmo não tendo (ainda) relações homossexuais, se sentissem atraídas, tivessem desejos por pessoas do mesmo sexo, participassem da moda, ou seja, do estilo de vida *gay*. Nesta perspectiva, compreendo que a análise proposta por esta dissertação indica a possibilidade de se pensar a homossexualidade como um “estilo”, uma “escolha”, uma “opção de vida.”

O autor nos remete assim, a dois modelos de classificação da homossexualidade: o modelo médico do século XIX e o modelo do final dos anos 60.³⁰⁸ O primeiro modelo, já apresentado no capítulo 2 desta tese, se assemelha, na definição dos travestis, na figura do *bofe*, que mesmo estabelecendo uma relação homossexual, ao exercer o papel ativo, não se reconhece e não é reconhecido pelos “pares” como homossexual, assim como o *maricona enrustida*, que alterna o comportamento sexual. Já a interpretação do autor sobre a existência

³⁰⁸ Fry, 1982a, *op.cit.*, p.87-115.

de um *modo gay* de ser, parece semelhante ao modelo que começou a se estabelecer a partir do final dos anos 60, que baseava a diferenciação pela orientação sexual como independente dos papéis de gênero ou do comportamento sexual.

Compreendo que temos ainda, neste trabalho, a representação da homossexualidade como experiência real, destacando-se a discussão sobre se tal experiência poderia ser entendida como “opção” ou “sintoma” e que o autor propõe que a sexualidade deva ser pensada como uma atividade em si, como uma experiência sexual, já que o modo como ela se daria – se em uma relação entre iguais ou entre diferentes – não implicaria necessariamente na definição de uma identidade sexual.

Outro trabalho, defendido em 1996³⁰⁹ busca analisar a posição do Brasil no debate e proposição de ações no combate à Aids no Ocidente. Para tanto o autor considera dois pontos centrais interligados: o modo como as propostas das políticas públicas tem lidado com os chamados *grupos de risco* e o modo como tem sido produzidas ações de intervenção no combate a AIDS, em especial as campanhas de esclarecimento. Não me preocupei nesta análise em destacar as considerações do autor quanto às políticas públicas ou quanto às ações de intervenção investigadas pelo autor, focando apenas no que o trabalho apresentava especificamente sobre as representações a respeito da homossexualidade. Nesse sentido, no que se refere aos *grupos de risco*, o autor destaca que o único grupo assim considerado pelas políticas públicas brasileiras voltadas para a AIDS foram os homossexuais masculinos, fato que critica devido a inexatidão dessa concepção.

O autor deste trabalho discute o conceito de construção de cultura e de identidade, entendendo que na modernidade o homossexual apresentaria uma relação de sinonímia entre prática sexual e identidade. O homossexual moderno teria sido colocado no lugar de um sujeito psicológico da sexualidade. Segundo o autor

“reconhecer a diferença de algo é marcar seu lugar e ponto de transição à identidade. Reconhecer um rosto é um projeto moderno; projeto encontrado na fixação do homossexual no lugar de um sujeito psicológico da sexualidade. Interessante notar como essa fixação serviu de material para a própria construção de polifonias dentro do movimento homossexual, ou seja, a fixação do desejo no campo da identidade serviu de inspiração a diferentes lutas e contextos sociais.”

³⁰⁹ Ferreira, Marcelo Santana. *Os Homossexuais e a Aids: Imagens de uma Epidemia*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1996.

A epidemia, por sua vez, poderia produzir o “desvelamento de moralidades e funções éticas nos discursos, intervenções e demais agentes sociais”³¹⁰. Com o advento da AIDS, a homossexualidade produziria sujeitos, cujos corpos, que de individuais se tornaram sociais, terminaram fazendo parte de um regime ético hegemônico em torno da síndrome. Desse modo, a epidemiologia em torno da AIDS teria estabelecido territórios onde o prazer foi negociado de forma a permitir uma maior higienização do corpo social.

Segundo o autor, a AIDS poderia ser compreendida como um acontecimento histórico que teria provocado um refluxo no movimento chamado de revolução sexual mas, ao mesmo tempo, reapresentou a homossexualidade masculina ao domínio público, de tal modo que o corpo dos homossexuais passou a ser investigado, esmiuçado e codificado no que se poderia chamar de “uma hierarquia contemporânea dos prazeres e do desejo”³¹¹. Essa operação foi possível devido à emergência do *corpo com AIDS*, que, sob o ponto de vista do autor, significaria que o corpo social está sob o ataque de um vírus tanto quanto a unidade analítica da sociedade está sendo dotada de novo regulamento.

Ferreira coloca que a sexualidade humana é um espaço de articulação de uma cultura subjetiva. Por sua vez, essa cultura é o campo de integração entre os componentes básicos da modernidade biológica: a identidade, o desejo e a prática sexual. Nessa *arrumação*, o sujeito da sexualidade torna-se um *axioma*. A sexualidade não seria apenas o que se vive, mas produto imediato do que se é. Dito isso, o autor propõe a possibilidade de se pensar o homossexual como um “sujeito de sua sexualidade num campo de possibilidades que oferece condições para uma historicização do desejo erótico”.³¹² Além disso, apresenta uma dupla problemática em torno da homossexualidade. Em suas palavras:

*“O sujeito homossexual parece excluído da ordem moderna – onde prática corresponde ao desejo – sendo no entanto um efeito assimilado como condição. Essa exclusão-inclusão da homossexualidade na ordem médico-social da modernidade é o paradoxo da emergência da “tecnologização” do erotismo.”*³¹³

O autor explica que o paradoxo estaria no fato da homossexualidade ser *negativizada* como posição contrária à natureza, mas por outro lado, seria *positivada* como um espelho da *idade da identidade*.

³¹⁰ *Op. cit.*, p.17.

³¹¹ *Op. cit.*, p.33.

³¹² *Op. cit.*, p.36

³¹³ *Op. cit.*, p.37

Nessa direção, segundo o próprio autor, a homossexualidade não se encontra regulada apenas por agentes sociais, como a medicina ou a biologia, mas também pelos próprios homossexuais quando constroem sua identidade social. Destarte, a resposta desse *grupo de risco* a uma epidemia que relaciona sexo e morte, seria a resposta possível, produto da nova posição social assumida pelo homossexual masculino, que “encontra na sua história pessoal indícios de sua prática”³¹⁴. Desse modo, para Ferreira, o “homossexual contemporâneo é fruto de uma radical crise na política identitária ligada ao desejo sexual”³¹⁵

Creio que não é demais lembrar que o tema da identidade era o ponto de apoio para movimentos que buscavam uma maior aceitação do “ser” homossexual. Se na década de 70, como nos informa Fry,³¹⁶ houve uma importação do modelo norte-americano pelos movimentos brasileiros de fins dos anos 70, Parker³¹⁷ coloca que, no Brasil da “abertura” essa importação se dá em um contexto diverso do da década anterior. Para Parker, além de uma construção coletiva de identidade reivindicativa e diferente, outros modelos antagônicos de vivência erótica e subjetiva do desejo sexual foram construídos, como uma configuração do homem que se relaciona com homem, no sentido de casais “masculinos” até as *drag-queens*.

Em relação ao binômio AIDS e homossexualidade, o autor dessa dissertação acredita que hoje a epidemia não mais se confunda com uma prática sexual específica, apesar de ainda se perceber presente o *mito de origem* em análises qualitativas dos números epidemiológicos atuais. Compreende ainda, que a AIDS possibilitou a percepção de não mais existir “uma homossexualidade homogênea e trans-histórica que corresponda a diferentes práticas em diferentes contextos sócio-culturais”³¹⁸. A AIDS não revelou uma *confusa heterogeneidade de gêneros e papéis sociais*, mas suscitou um refluxo na contínua *caracterização personológica de experiência homossexual*. Assim, a AIDS enquanto doença de homossexuais os apresentaria duplamente patológicos: “a homossexualidade como decorrência de condições psicológicas e a homossexualidade como prática propensa a contaminação pelo HIV”.

Nessa perspectiva o autor destaca a questão de fundo moral que sempre acompanhou a AIDS – a vitimização do que se “rende” as paixões, e que é culpado por

³¹⁴ *Op.cit.*, p.42

³¹⁵ *Op.cit.*, p.59

³¹⁶ *Op. cit.*, 1982a.

³¹⁷ Parker, Richard (org). *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

³¹⁸ *Op. cit.*, p.51.

sua vida interior, demarcando uma relação entre personalidade (do homossexual) com propensão a doenças.

Analiso a seguir a tese³¹⁹ escrita em 1998, que se propõe a compreender o motivo de indivíduos adultos e homossexuais do sexo masculino se submeterem às práticas sexuais sem proteção adequada. O material utilizado são entrevistas com quatorze sujeitos com nível de escolaridade universitária, de classe média da chamada zona sul carioca, que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens, ao menos desde a década de 80, quando do surgimento da AIDS no Brasil. O objetivo foi investigar a participação do imaginário quando do exercício de práticas sexuais arriscadas nas interações que ocorrem entre homens homoeroticamente orientados.

O autor adotou a perspectiva de C. Castoriadis, no que se refere ao “papel do imaginário na construção da subjetividade, expressivo da tensão constituinte do indivíduo, que opõe de um lado a psique e de outro a sociedade”,³²⁰ já que para Castoriadis, tudo o que no indivíduo não é social, pertence à psique.

Segundo Barreto, Castoriadis teria desenvolvido um modo de pensar não linear e não evolutivo, apresentando categorias que mesmo diferentes e opostas, não se excluem, mas mantêm uma relação de complementaridade. Essa perspectiva embasaria o postulado de que o psiquismo estaria imbricado ao social-histórico, por intermédio do imaginário radical. Esse imaginário sendo imprescindível para se pensar as questões humanas, tanto no nível individual, quanto no coletivo.

O autor alega ainda, não haver relação de causa e efeito entre a atividade sexual homossexual³²¹ e uma suposta preferência ao perigo, ilustrando que essa preferência pode ser observada no comportamento de risco de fumantes crônicos ou ainda dos motoristas que dirigem embriagados. “A representação do perigo está associada à práticas extremamente diversificadas, não havendo nenhuma relação de causa e efeito entre a atividade sexual homoerótica e uma suposta preferência pelo perigo”³²². Entretanto, mais adiante, afirma ser evidente “a presença de variados graus e formas de risco nas relações homoeróticas

³¹⁹ Barreto, André Maurício Lima. *A Dimensão imaginária do risco de morte em práticas sexuais desprotegidas entre homens homoeroticamente orientados*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1998.

³²⁰ *Op. cit.*

³²¹ O autor, na verdade, utiliza o termo homoerótico. Segundo o próprio: “Prefere-se utilizar a expressão “homoeroticamente orientados” para designar os homens que buscam e realizam gratificação sexual e emocional com homens considerando que o termo “homossexual” está carregado de sentido preconceituoso apesar de sua aparente neutralidade descritiva” p.17

³²² *Op. cit.*, p.17

masculinas, já identificadas por pesquisadores, que, por exemplo, atuaram no campo da chamada prostituição viril. (Perlongher, S. Silva, Tetro Jr.)³²³

No meu ponto de vista, essas duas colocações indicam, senão certa contradição na colocação do autor sobre situações de risco e homossexualidade, ao menos uma hesitação em se posicionar a favor da correlação entre comportamento de risco e homossexualidade sem, entretanto, descartar uma maior promiscuidade no grupo dos homossexuais, o que por sua vez, levaria a um risco maior.

Conforme informações do autor, os indivíduos por ele entrevistados, ao tomarem conhecimento da AIDS reagiram de forma variada: do pânico à total indiferença, passando por angústia, medo, culpa, paranóia. Quanto à prática do homoerotismo, Barreto informa que os entrevistados alegaram perceber ser essa prática *desvalorizada* pela sociedade o que por sua vez, geraria elevado custo emocional. Esse custo emocional, segundo o autor, seria resultado da dinâmica tensa que se estabelece entre a psique e a instituição da sociedade, sendo a construção da inclinação sexual do sujeito, uma de suas formas.

Outra colocação do autor aponta para o binômio “prazer e morte”, já que ele havia percebido nas entrevistas que os informantes, em algum momento de suas histórias pessoais, tiveram a convicção de que “o mesmo caminho que poderia levá-los à realização de seus anseios afetivos e sexuais, seria o mesmo que os conduziria à destruição”.³²⁴

O autor informa que na análise do discurso dos sujeitos se depreende uma visão do masculino definida como uma natureza biológica, constituída por impulsos sexuais quase incontroláveis e assim, a exposição direta ao perigo implicado nas relações homoeróticas seria, na conclusão do autor, conseqüência da pressão exercida por essa natureza sexual biologicamente incontida, própria dos homens. Natureza essa que tornou os homens “caçadores, aventureiros, invasores, situados na fronteira entre o destemor e a inconstância”.³²⁵

Interessante perceber que também neste trabalho aparecem as categorias de gênero só que, desta vez, não na perspectiva de um gradiente. Não se observa na argumentação do autor uma discussão em torno do ser mais ou menos homossexual ou mais ou menos heterossexual. O que se verifica na interpretação que faz de seus entrevistados é que mesmo estes sendo homossexuais, os mesmos não se “descolam” das características compreendidas como relativas ao âmbito do masculino, como as citadas no parágrafo anterior.

³²³ *Op. cit.*, p.17

³²⁴ *Op. cit.*, p.134

³²⁵ *Op. cit.*, p.190

Finalmente, a última dissertação analisada, defendida em 1998, busca observar o modo como o cinema tem sido um meio de difundir a imagem do homossexual. Desse ponto de vista, para o autor, o cinema teria colaborado na construção da identidade do homossexual, já que participaria da produção da subjetividade contemporânea. Busca, portanto, por meio da análise dos filmes problematizar, refletir e dar visibilidade sobre a questão da construção da identidade homossexual. Segundo o próprio autor a homossexualidade não pode ser entendida como “um tipo de natureza humana, como uma essência, ou uma identidade específica e rígida”.³²⁶ Ao contrário, a homossexualidade é entendida nessa dissertação como uma das muitas formas de expressão da sexualidade, não sendo estabelecida uma contraposição em relação à heterossexualidade. Deste modo observo no referido trabalho a primeira menção – frente às outras fontes examinadas – da homossexualidade como uma forma ou expressão “normal” da sexualidade. Segundo o autor, se a homossexualidade fosse apresentada enquanto diferença da heterossexualidade, a mesma se tornaria um elemento inerente à natureza e à essência do sujeito. Para ele, entretanto, tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade devem ser apreendidas como *manifestação de singularidades individuais e não essências*.

Segundo o autor o cinema seria uma mídia poderosa para difundir uma visão unificada do homossexual. De fato, conforme expus no capítulo anterior, as primeiras representações da homossexualidade nas artes no Brasil foram relacionadas à loucura, ao crime, ao gueto, a figuras caricatas, exageradas, destoantes do padrão de “normalidade” ditado pela sociedade. Posteriormente, com a entrada do homossexual na mídia televisiva, em novelas, seriados de TV, com esse grupo assumindo uma fatia específica do consumo – bares, revistas especializadas para homossexuais, por exemplo – essa imagem do homossexual começou a se modificar, sendo apresentada de forma mais humanizada, com situações análogas ao mundo real, cada vez mais se afastando da caricatura inicial.

Segundo o autor, o advento da AIDS teria causado um retrocesso no modo pelo qual a sociedade passou a representar a homossexualidade, já que peças de teatros, películas tomaram para si essa temática e voltaram considerá-la como consequência de um estranho estilo de vida. Mais uma vez o homossexual aparece como figura marginal, em que sua sexualidade aparece vinculada a questões relativas à *moral*. Nesta perspectiva essas expressões artísticas estariam, do ponto de vista do autor, legitimando o discurso médico e

³²⁶ Barcelos, José Daniel Mendes. *(Con)sumindo a Diferença: A Homossexualidade entre a visibilidade e a massificação*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1998, pag.2.

abrindo a possibilidade de estigmatização por intermédio do surgimento e difusão da idéia dos *grupos de risco*.

Barcelos³²⁷ defende que a homossexualidade seja tomada não apenas como oposta à heterossexualidade, mas como uma *diferença* no interior da própria sexualidade, no sentido de uma possibilidade, entre tantas outras. Tal *diferença* deveria ser tomada como necessária à criação de novos modos de existência, sendo, portanto, compreendida pelo autor como uma *diferença positiva*.

3.2.2 A produção contra-científica

Como já citado anteriormente, a análise da produção contra-científica baseou-se nas Revistas de Psicologia *Rádice*, *Luta&Prazer* e *Orgón*, sucessivas cronologicamente, em um total de vinte e duas matérias, entre artigos, editoriais e entrevistas sobre homossexualidade publicadas entre os anos de 1979 a 1985. Por intermédio desses textos, como veremos, pude observar pontos de vista de universos distintos: dos próprios homossexuais, de leitores, de um padre, de representantes de movimentos pró-homossexualidade, de políticos e de peritos – psicólogos e psiquiatras, entre outros.³²⁸

Assim, da mesma forma que na análise da produção científica, também busquei identificar e analisar os argumentos apresentados a respeito das representações sobre a homossexualidade, observando como a discussão presente nos textos destas revistas relaciona a homossexualidade a aspectos biológicos e/ou psicológicos e às noções de normal e patológico, e como os referidos textos fazem articulações entre o tema da homossexualidade e os âmbitos da natureza e da cultura.

A apresentação da discussão sobre a homossexualidade que aparece nessas revistas seguiu preferencialmente a ordem cronológica das mesmas, compreendendo que o contexto histórico do período é igualmente considerado parte integrante deste processo de produção de representações em torno da homossexualidade, tendo-se em vista a importância das mudanças sócio-culturais do período em relação aos costumes e convenções sociais, donde destacam-se aquelas relativas à sexualidade. Juntamente com esse critério cronológico, em alguns casos também analisei os textos segundo determinados temas – casais homossexuais, grupo de ativistas de movimento homossexual e artigos de especialistas da área ‘psi’ – por revistas.

³²⁷ *Op. cit.*, 1998.

³²⁸ Nas fontes contra-científicas nem todos os artigos e matérias contém a identificação nominal ou profissional dos autores. Assim estarei nomeando ou caracterizando o autor do texto apenas nos casos em que foi possível obter essa informação.

A Revista *Rádice* apresenta nove artigos sobre o tema em análise, todos eles relatos de experiências, entrevistas com pessoas assumidamente homossexuais, homens e mulheres. No número 8 da *Rádice*, relativa ao ano de 1979, aparece o primeiro texto sobre o assunto. Trata-se de uma entrevista com um casal de homens que se conheceram havia 10 anos e viviam juntos há seis anos. Na apresentação que a revista faz da entrevista, o casal é descrito como pessoas que *vivem como escolheram*. Já os entrevistados falam em *construção de identidade*, o que compreendo remeta o “ser homossexual” à produção de uma opção construída. Nessa matéria a homossexualidade é identificada como uma escolha, distanciando-se de uma visão de enfermidade. Frases como: “Me sinto suficientemente forte e sadio”; “vivemos juntos porque nossa *preferência sexual* é por homem, mas vivemos fisicamente como homens”³²⁹ comprovam essa idéia.

Entretanto, na história de vida apresentada na entrevista, nem sempre parece ter sido essa a visão dominante. Um dos membros do casal relata ter tentado modificar seu comportamento através de doses de hormônios masculinos, quando descobriu suas *tendências homossexuais*. Tentava reverter os *sintomas* fazendo tratamento através de doses de hormônios masculinos, terapia muito utilizada desde a década de 1930 em nosso país.

A questão de gênero também é visível nesse relato, no que se refere ao tema da economia doméstica, o qual é descrito como exercendo influência na hierarquia de papéis entre o casal. Quando indagado pelo entrevistador como era a relação de papéis entre eles, se alguém assumia a função feminina, um dos parceiros responde que: “Não existe uma divisão distinta, mas o fato dele ganhar mais do que eu, me coloca numa situação em que sinto mais dependência e é claro que isso tem um reflexo ao nível da cuca”.³³⁰ Mesmo assumindo uma relação ainda considerada pouco ortodoxa à época, parece que alguns valores sociais mais tradicionais – que associam o papel de gênero masculino com o de provedor – permanecem informando essa relação e reproduzindo o *status quo* da sociedade mais ampla.

No número seguinte da *Rádice*, também de 1979, uma outra entrevista³³¹ foi concedida por uma mulher que convive junto com uma companheira há sete anos e também menciona a tentativa de tratamento, só que neste caso, psicanalítico. A entrevistada conta que suas experiências homossexuais começaram no tempo de colégio e que seus pais a forçaram a se submeter ao tratamento psicanalítico para *curar a doença*. Todavia, a mesma alega que

³²⁹ “Um caso muito antigo” In: *Rádice* – revista de psicologia. Ano 2 – nº.8, 1979, p.14.

³³⁰ *Op. cit.*, p.14

³³¹ “Olivia e Luiza” In: *Rádice* – revista de psicologia. 1979, nº. 9, p.26.

desde aquela ocasião, ao contrário do entrevistado anterior, ela não se sentia doente e assim, fez sua *opção sexual*, com o conseqüente afastamento de sua família.

Na continuidade da entrevista a informante narra que ela e sua companheira vivem em um ambiente heterossexual, pois acham os ambientes homossexuais muito fechados, autodestrutivos. No ponto de vista da entrevistada, a sociedade entenderia a homossexualidade como algo *nojento*, embora a homossexualidade masculina seja mais aceita pela sociedade do que a feminina, pois é mais difundida e desse modo, a sociedade se *choca menos*. Neste sentido, no contexto do preconceito social mais geral em relação à homossexualidade, haveria uma hierarquia entre a homossexualidade masculina e a feminina, onde a primeira seria alvo de menos estigma e preconceito do que a segunda.

Parece-me interessante destacar o fato de que, se por um lado a entrevistada identifica a sociedade como excludente, a mesma também percebe os “guetos” homossexuais que se formam os quais, por sua vez, não deixam de ser também, lugares de exclusão dos que não sejam iguais. Assim, o fato delas fugirem de ambientes excludentes, no caso, exclusivos para homossexuais, seria uma tentativa de, misturando-se nessa sociedade, torná-la plural.

Esses dois relatos de experiência – um de casal de homens e outro de casal de mulheres – têm em comum por parte da visão dos atores sociais envolvidos, a tentativa de *cura* da homossexualidade. No caso dos homens, por iniciativa própria, através de métodos bastante tradicionais. No caso da informante do casal de mulheres, a família procura auxílio através de um método mais moderno, a psicanálise. Assim, mesmo estando clara a impossibilidade de generalizar, creio que esses exemplos ilustram as diferentes representações sociais sobre a homossexualidade: ora defendendo-a (acreditando?) ser uma “escolha individual”, “opção” que definiria determinada identidade ao indivíduo, ora acreditando ser uma manifestação (“sintoma”) fruto de uma doença e, conseqüentemente, passível de tratamento.

Outro caso de homossexualidade feminina é apresentado na Revista também no ano de 1979. Trata-se de um artigo intitulado “Eu não sabia que era mulher”³³², em que a autora da matéria, de formação em psicologia, emite opiniões a respeito do tema, citando depoimentos sobre a experiência homossexual. O texto inicia com uma crítica irônica à psicanálise: “...*fixação na mãe, no pai, no filho ou no espírito santo (...) e outras cantilínarias no gênero não são nem foram suficientes para explicar esta realidade* [a homossexualidade

³³² In: *Rádice* – revista de psicologia. Ano 2, no. 8, 1979, p.26.

feminina]”³³³. A entrevistadora acredita que após um momento em que o homossexualismo masculino foi *condenado e amaldiçoado*, terminou por ser aceito, ao contrário do feminino, que até aquele momento, segundo ela, seria considerado *coisa do demônio*. Para demonstrar esta sua posição, a autora se propôs a ouvir uma mulher que após anos de casamento e com quatro filhos, rompeu com a vida que levava e foi viver uma paixão “com minha mulher e meus quatro filhos”.

Segundo a própria depoente, ela se descobriu mais mulher quando partiu para um relacionamento homossexual, já que, quando casada, vivendo em uma pequena e tradicional cidade do interior de Minas Gerais, ela assumia funções “masculinas”, como ser “durona com os empregados”, administrar o escritório, entre outras. Quanto à maternidade, percebe que teve apenas o papel de *mulher parideira*, pois logo os filhos eram entregues às babás que deles tomavam conta.

Assim, depois de anos de relacionamentos homossexuais, percebe que na ocasião em que era casada com um homem, já havia um lado seu masculino (interior) que se relacionava com o próprio marido e por outro modo, o lado feminino (interior) do marido que se relacionava com o lado feminino da depoente. Para ela, isso já poderia significar um tipo de relacionamento homossexual. Portanto, sem se incomodar com o escândalo que se formou na cidade, pegou seus quatro filhos e mudou-se junto com a nova companheira para um novo local, onde dia a dia percebia uma mudança, inclusive física, no qual seu lado mulher pode se manifestar mais do que em uma relação heterossexual.

Um pequeno texto do mesmo ano de 1979, na verdade a carta de uma leitora, discute sobre o que seria *normal*, optando pela definição de que normal seria o “indivíduo integrado e bem ajustado ao seu meio”³³⁴. Com essa definição, a autora alega que qualquer um seria anormal se vivesse em um país de cultura diferente, já que haveria problemas de integração e ajustamento. Partindo dessa premissa, discute a pressão do meio ambiente, que coagiria a criança para modelá-la dentro de padrões e regras pré-estabelecidas por determinada sociedade, chegando à discussão do homossexualismo. De maneira crítica, entende que o homossexualismo é um conceito pré-concebido e massacrante que, equivocadamente, suscita considerações sobre seus aspectos congênitos e sobre o fato de ser ou não ser um comportamento normal. Acredita que o *impulso vital*, que colocaria o indivíduo em relação ao mundo para que ele procurasse se gratificar, ficaria bloqueado no homossexual, assim como

³³³ *Op. cit.*

³³⁴ “O lugar do homossexual”. In: *Rádice* – revista de psicologia. Ano 2, nº.9, 1979. s/pag.

toda a sua personalidade devido ao preconceito de que é alvo que, na maioria das vezes, inibe sua livre expressão. Conclui, por fim, fazendo uma apologia do *viva e se deixe viver*, defendendo uma postura de aceitação em relação à homossexualidade. A autora defende assim, o não-conceito – nem homossexualidade nem heterossexualidade – pois para ela os conceitos em si seriam formas de aprisionamento do indivíduo em determinada posição o que o impediria de se relacionar melhor com o mundo.

O número 12 de 1980 apresenta um artigo intitulado “Todo relacionamento humano é sexual”, escrito por um padre católico no Araguaia, o qual fala sobre casamento, as relações de posse e propriedade e o papel da Igreja. Sua posição em relação à Igreja é bastante crítica, pois para o autor esta teria colocado os interesses culturais e econômicos a frente dos verdadeiros valores humanos e oficializado o que ele denominou de “prostituição caseira da mulher e de status do homem”³³⁵. As críticas estendem-se aos sacramentos religiosos, como o casamento, fazendo-me supor sua maior afinidade com doutrinas religiosas mais progressistas, como a teoria da libertação.

Apesar desse posicionamento visivelmente crítico, o autor mantém uma postura, digamos, mais tradicional em relação à questão da homossexualidade. Alega ter aprendido com a ciência alguma de suas causas e motivações, demonstrando considerar a homossexualidade como um “desvio”. O autor acredita ser possível, no plano psicológico, uma *evolução interior* do indivíduo que permitisse ir além do relacionamento com outro semelhante a si mesmo, para praticar o amor entre diferentes (do sexo oposto). Neste sentido observa-se que considera a homossexualidade como uma etapa “inferior”, a partir da qual, o indivíduo, progredindo no plano psicológico, espiritual, alcançaria a heterossexualidade. Ao mesmo tempo, o autor defende que duas pessoas com *sensibilidade homossexual* poderiam se amar e buscar a felicidade, mas que a plenitude do amor só se daria entre um homem e uma mulher.

Essa postura mais moderada em relação à homossexualidade, se comparada à posição certamente mais ortodoxa da Igreja, parece estar combinada, ao mesmo tempo, a uma visão tradicional em que a homossexualidade é vista, senão como uma doença, ao menos como um comportamento diferente, inferior. Tal perspectiva ancorada pela ciência indica ainda, que a homossexualidade seria passível de mudança em face de uma evolução. Segundo o padre autor do artigo: “Apesar de ter aprendido com a ciência algumas de suas [da

³³⁵ “Todo relacionamento humano é sexual”. In: *Rádice* – revista de psicologia. Ano 3, nº.12, 1980, p. 28.

homossexualidade] causas e motivações, o fenômeno homossexual é para mim ainda um certo mistério e questionamento.” [grifos meus].

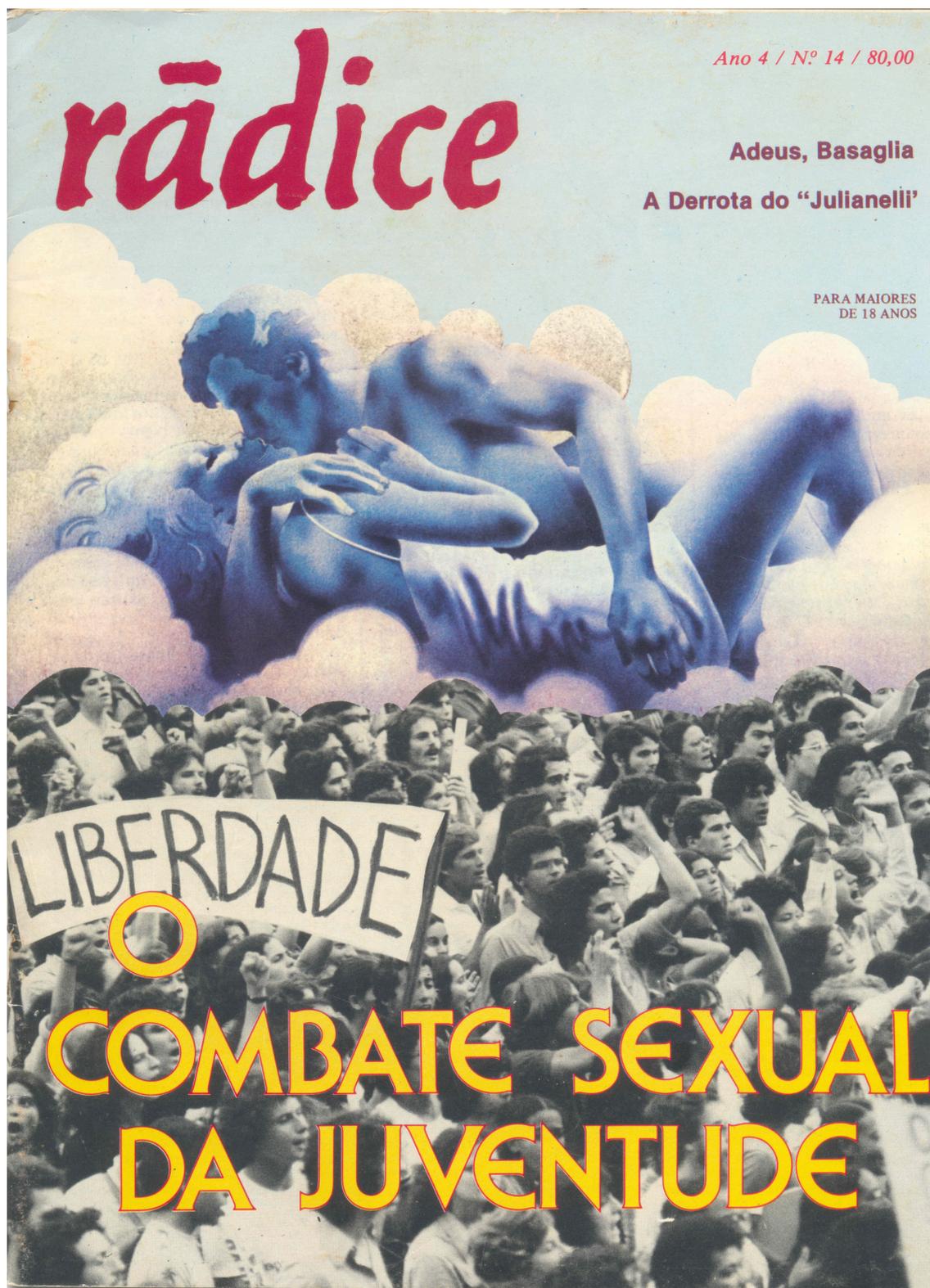


Figura 4
Capa da revista *Rádice*
Ano 4/n.º 14

Em 1980 a revista publica uma entrevista com o *Grupo Somos*, o primeiro grupo brasileiro de militância gay fundado em 1978, conforme já mencionado no capítulo 2 desta tese. Sua criação é considerada um marco para o surgimento do movimento homossexual no Brasil e para a politização da questão da homossexualidade, sendo o primeiro grupo a se instituir de modo independente e organizado, discutindo as questões da vida homossexual, divulgando suas atividades e seu ideário.³³⁶ No momento em que a entrevista foi concedida à *Rádice*, já existiam, conforme informação da reportagem, “21 grupos homossexuais em funcionamento nos diversos estados do país”³³⁷.

A sucinta história do grupo *Somos*, apresentada no capítulo 2 desta tese, corrobora a definição dos objetivos que o próprio grupo comenta na *Rádice*: “lutar contra a repressão, não só homossexual, mas à sexualidade, a todo preconceito que a sociedade tem em cima do sexo. A luta é pela liberação sexual”³³⁸. Contudo, apesar do lema do grupo ser a *liberação sexual* – uma das palavras de ordem do movimento da contracultura – o depoimento de um dos membros do *Somos* aponta para a existência de uma hostilidade contra eles por parte do movimento feminista:

“(...)está claro prá gente que temos que ocupar espaços e abrir alianças, e por isso estamos transando com o Movimento Negro e o Coletivo de Mulheres, que é uma parte do Movimento Feminista, que em sua maioria tem uma tremenda hostilidade contra a gente, o que pra mim Freud explica”³³⁹.

A postura de reafirmar uma luta não exclusiva da questão homossexual, portanto, vai de encontro às críticas e tensões internas que identificavam o Grupo como que reproduzindo a prerrogativa masculina, ao ser visto como excluindo mulheres homossexuais, travestis e bissexuais e privilegiando as reivindicações e experiências homossexuais masculinas em detrimento desses outros grupos, que se percebiam como secundários.

Obviamente, nessa matéria, a homossexualidade é entendida como uma forma de liberação da sexualidade, ou seja, uma forma “normal” de expressar a sexualidade. Mas, mesmo assim, percebe-se ao longo da entrevista, várias falas que reforçam a oposição entre homossexualidade e heterossexualidade:

³³⁶ Conforme Mac Rae, 1990; Green, 2000; Trevisan, 2004; Facchini, 2005 Brasil.

³³⁷ “Somos, e daí:?” In: *Rádice*. Ano 4, no. 14, 1980, pag. 27-30. p.27

³³⁸ *Op. cit.*, p.27.

³³⁹ *Op. cit.*, p.27. Para uma melhor compreensão das tensões, conflitos e rompimentos no interior e entre os grupos, sugiro Fachini, Regina. *Sopa de Letrinhas?* 2005, *Op. cit.*

“(...) o homossexual está muito mais liberado em termos de desejo”³⁴⁰.

“Uma das coisas mais trágicas e curiosas dentro do universo homossexual é a cama, o quanto o homossexual é bloqueado em termos de prática sexual”³⁴¹

“(...) sou mulher e homossexual, se eu me interessar por um homem ou vice-versa, pinta uma rejeição incrível dentro do movimento e também entre as pessoas que a gente conhece. Cobram fidelidade ao homossexualismo, também.”³⁴²

Esse reforço ao dualismo heterossexual e homossexual aparece tanto em termos de comparações desvantajosas quanto vantajosas para o sujeito homossexual. Apesar do discurso de liberação sexual à época, ou seja, a despeito do *Somos* compreender e defender que a homossexualidade deveria ser entendida como uma forma normal de se expressar a sexualidade, entre tantas outras, a própria entrevista apresenta a construção de uma homossexualidade que ainda deixa muito a desejar em termos de suas expressões plenas. Neste sentido, parece que a avaliação da homossexualidade se faz a partir de uma outra sexualidade – hetero – que se colocaria como o modelo primário, predominante, a partir do qual todas as demais formas de expressão da sexualidade se construiriam. Além disso, apesar do discurso pró-liberação sexual a tematização da fidelidade ao homossexualismo aponta para a existência de um contra-senso, que parece ir de encontro à bandeira de luta por uma liberdade sexual, tão defendida pelos movimentos, já que os próprios movimentos homossexuais negariam a seus membros outra experiência que não a homossexual.

Em vários trechos da entrevista fica claro que, no entendimento dos entrevistados, a homossexualidade seria uma questão de escolha:

“Houve um momento que foi necessário eu assumir minha opção.”³⁴³

“(...) assumirmos um relacionamento homossexual (...)”³⁴⁴

“(...) assumir o corpo, a ter livre uso dele(...)”³⁴⁵

Ter livre uso do próprio corpo, entretanto, como já dito no parágrafo acima, parece expressar para o grupo entrevistado, em realidade, o exercício apenas da experiência homossexual já

³⁴⁰ *Op. cit.*, p.30.

³⁴¹ *Op. cit.*, p.30

³⁴² *Op.cit.*, p.30.

³⁴³ *Op. cit.*, p.29.

³⁴⁴ *Op.cit.*

³⁴⁵ *Op.cit.*, p. 30.

que, o que estaria em jogo na opção homossexual, seria a exclusividade a práticas sexuais avessas à heterossexualidade.

Em outro artigo de 1980, intitulado ‘Os *gays* e a transa terapêutica’³⁴⁶ escrito também por um psicólogo, o mesmo coloca os homossexuais e os heterossexuais em termos de igualdade, tanto física quanto psicológica, afirmando que ser homo ou heterossexual é uma questão de escolha: “Ser bicha é tão antigo quanto a prostituição, só que a primeira é opção livre (apesar do perigo de se prostituírem) e a segunda tá mais pra profissão de país do desemprego”.³⁴⁷

Segundo o autor, muitos homossexuais que não conseguiram assumir sua *escolha*, procuraram consultórios, se submetendo “a terapia behaviorista, terapia de aversão³⁴⁸”. Tais terapias, conforme o artigo, levariam o sujeito a ir a busca de mulheres para relações sexuais, o que traria conseqüências funestas: “por fim, por ser compatível com a doença surgida depois da terapia de aversão, (depressão?) o carinha se suicida (...), mas aí o sistema gosta: - Morreu, mas morreu homem!...”³⁴⁹.

Conclui defendendo que as regras terapêuticas, sejam elas quais forem, devem ser iguais para homossexuais e heterossexuais, e ter por objetivo o ajuste do indivíduo com ele mesmo e com os outros.

À idéia da escolha pela homossexualidade – “a livre opção de transar com quem se quer e pronto!”[grifos meus] – somam-se outras possibilidades apresentadas pelo autor: a explicação psicanalítica para a diferença, não necessariamente patológica, que estaria na clássica problemática do complexo de Édipo; e ainda explicações sócio-políticas, econômicas, biológicas e de aprendizagem

O último artigo sobre homossexualidade, escrito igualmente por um psicólogo, também em 1980, no penúltimo número da *Rádice*³⁵⁰, discute a fragmentação no processo de percepção das pessoas, considerada por ele situada, comumente, apenas na polarização

³⁴⁶ In: *Rádice*. Ano 4, nº.15, 1980, p. 47.

³⁴⁷ *Op. cit.*

³⁴⁸ A terapia behaviorista ou comportamental se preocupa com o comportamento manifesto. Baseada no condicionamento e na sugestão se propõe a mudar os comportamentos considerados inadequados, inadaptados. O tratamento parte do pressuposto de que os problemas psíquicos resultam de uma aprendizagem errada e não são sintomas de uma doença subjacente. A terapia é dirigida para o problema ou comportamento-alvo e é concebida em função de cada doente em particular. A terapia de aversão pode ser considerada um dos métodos da terapia comportamental. Esta consiste em que o paciente seja exposto a estímulos enquanto simultaneamente é submetido a alguma forma de desconforto. Esse condicionamento é intencional, associando-se o sintoma ou comportamento a estímulos dolorosos ou desagradáveis, até que esse comportamento seja suprimido. O filme *Laranja Mecânica* de Stanley Kubrick (1971) retrata muito bem esse tipo de terapia.

³⁴⁹ *Op. cit.*

³⁵⁰ “Estereótipo sobre homossexualidade”. In: *Rádice*,. Ano 4, nº. 14, 1980, p. 48-49.

homem-mulher. O autor então, opta por trabalhar com os conceitos macho e fêmea, os quais entende serem mais objetivos e verdadeiros, já que vinculados à estruturas anatômicas e morfológicas evidentes, ainda que as categorias homem-mulher sejam mais complexas, segundo o autor, por envolverem uma gama de comportamentos socialmente aprendidos, estereotipados e aceitos pela maior parte da sociedade.

Utilizando o modelo freudiano de fases pelas quais passa o desenvolvimento psico-sexual,³⁵¹ o autor identifica nossa sociedade como uma sociedade anal no acúmulo de bens e riquezas, mas por outro lado, seria esse tipo de relação e prazer que essa mesma sociedade coibiria com maior restrição.

Assinala os preconceitos que essa sociedade teria tanto com homens com gestos mais delicados ou que dispensariam maiores cuidados ao seu corpo ou ainda, que, por qualquer motivo, não tenham se relacionado com mulheres; quanto com as mulheres mais viris, que são logo denominadas de *sapatão*. Também acredita que todos têm um lado homossexual e que a plasticidade seria própria da natureza humana, ou seja, poderíamos ter interesses por objetos variados ao longo da vida, ainda que esse tipo de plasticidade expresso na bissexualidade, no seu ponto de vista, seja algo ainda mais incompreensível para a sociedade à época.

Assim como os demais artigos escritos por psicólogos nessas revistas, observa-se a crítica aos preconceitos e a defesa à livre expressão da sexualidade. Com pequenas diferenças do que é enfatizado nestes textos, é recorrente a proposta de uma “libido livre para se ligar a qualquer objeto e sexualizá-lo”.

A partir de 1981, como já foi dito, a revista *Rádice* é substituída pela *rádice Luta&Prazer*, mantendo-se o mesmo editor, Cê Ralph, nos primeiros números. Seu primeiro número, de julho de 1981, traz uma matéria sobre homossexualidade envolvendo entrevistados diferentes, todos considerados de esquerda, relacionando política e sexualidade. A matéria é dividida em dois blocos, o primeiro, que é o tema de capa – “Como a esquerda vai

³⁵¹ O modelo freudiano define 5 fases de desenvolvimento psico-sexual: **fase oral**, do nascimento a 1 ano, na qual o principal ponto de tensão e gratificação é a boca, a língua e lábios; **a fase anal**, de 1 a 3 anos - o ânus e área vizinha são a maior fonte de interesse, devendo ocorrer a aquisição de controle voluntário de esfíncter -; **a fase fálico-edipiana**, dos 3 aos 5 anos, na qual o foco de interesse é o genital, sendo o pênis o órgão de interesse de ambos os sexos: para o menino o medo da castração e para a menina a inveja do pênis, período em que surge o Complexo de Édipo - desejo da criança pelo genitor do sexo oposto e conseqüente disputa com genitor do mesmo sexo -. A penúltima fase é a de **latência**, que vai dos 5-6 anos a 11 - 12 anos e significa um estado de relativa inatividade da pulsão sexual, com resolução do Complexo de Édipo. As pulsões sexuais são canalizadas para objetivos mais apropriados socialmente; momento de formação do superego, uma das três estruturas psíquicas da mente responsável pelo desenvolvimento moral e ético, incluindo a consciência. Finalmente, **a fase genital**, dos 11 -12 anos em diante: Estágio final do desenvolvimento sexual.

prá cama? Vai de frente, vai de lado...Nunca na sede do partido” e o segundo bloco, a matéria “Alternativas de Militância”.

A matéria de capa conta com uma apresentação do editor que introduz a discussão citando Reich:

*“Os vícios sexuais congênitos de que cada um de nós é vítima devido à repressão, e que estão ligados a atitudes inconscientes, fazem com que não estejamos bem senhores de nós mesmos da nossa vida sexual. E aqui estão as razões profundas (...) porque ninguém entre nós ousa pronunciar palavras de libertação sexual em nossa propaganda (do partido)”.*³⁵²

No primeiro bloco, os informantes foram: Heloneida Studart, na ocasião deputada do PMDB; Ademar Olimpio da Silva (Papa-Léguas), do Grupo Oficina de Teatro; Amir Haddad, diretor de teatro; Gorete, do movimento estudantil e filiada ao PMDB; Lysaneas Maciel, deputado federal e membro da direção nacional do PDT, à época e Roberto Goldcock, ex-guerrilheiro urbano, como se auto-definiu.

Nesses depoimentos encontramos um ponto em comum que seria o fato de todos concordarem com a pouca e até mesmo ausência de discussão, nos partidos, sobre a questão da sexualidade, principalmente no que se refere às minorias, sejam essas as mulheres ou os homossexuais. As razões para essa lacuna variavam entre achar que a esquerda em nosso país não discutia ou discutia pouco a questão da sexualidade devido a um sentimento de culpa pela situação em que viveria nosso povo e por isso, entenderia essa discussão como secundária; ou por acreditar que a sexualidade, assim como outros problemas semelhantes, como a luta feminista, poderiam vir a ser resolvidos a partir das soluções encontradas para os problemas mais graves, como, por exemplo, a fome.

Quanto à questão específica do homossexualismo, Papa-Léguas, homossexual assumido, apenas relatou algumas de suas experiências; Stuart afirmou entender o homossexual como um *desidentificado*, que teria perdido sua identidade por problemas afetivos e sexuais na infância, mas defendeu que o mesmo não devia ser compreendido como um depravado, nem discriminado. Fez uma comparação entre a visibilidade da homossexualidade entre países socialistas e capitalistas, sendo que nos últimos a frequência de homossexuais seria maior, ainda que este fato não a convencesse de que o homossexual fosse fruto do capitalismo. Comparou, ainda, o homossexualismo com o suicídio e a loucura,

³⁵² *Como a esquerda vai prá cama? Vai de frente, vai de lado...Nunca na sede do partido* (matéria da capa) In: *Luta&Prazer*, ano I, número 1, pag, 4-6, julho de 1981.

os três podendo ser frutos da tortura, já que conheceu quatro pessoas que teriam se tornado homossexuais depois de torturadas.

Maciel, por sua vez, relatou a existência de uma proposta, surgida em uma reunião do partido, de se incluir na plataforma a discussão do homossexualismo e das drogas, a qual teria sido questionada por membros residentes na periferia da cidade, que alegaram que essas questões eram preocupações típicas da zona sul, do pessoal do Baixo Leblon. Além disso, Maciel declarou que a direção do partido seria liberal, mas que haveria, inconscientemente, muitos preconceitos contra a mulher, o homossexual e o negro. Ancorado no entendimento de que questões ligadas à sexualidade seriam sinônimo de *perversões* e *desvios*, Maciel afirmou que, apesar de se apresentar como liberais, a maioria dos membros do PDT jamais aceitaria uma lésbica ou um homossexual em sua direção. Conclui, afirmando que “o homossexualismo é uma opção, não é um desvio. Deve ser respeitado, mas também tem de se ter dignidade, liberação não significa promiscuidade”.³⁵³

Neste primeiro bloco da entrevista, portanto, os depoimentos apresentam a homossexualidade ora como um sintoma, fruto de dificuldades psicológicas na infância que acarretariam problemas de identidade ou ainda, decorrente de traumas já na vida adulta; ora como uma opção, uma livre escolha. Neste último caso, entretanto, observa-se por vezes, a demarcação de um limite à própria expressão da homossexualidade, a qual deve ser distinta de comportamentos excessivos, próprios da promiscuidade. Além dessas explicações de ordem mais individual e psicológica, são citadas também razões de ordem sócio-cultural, seja em termo dos preconceitos encontrados em certos ambientes sociais – como o próprio partido político – seja em termos de estilos de vida específicos.

No que se refere à explicação de cunho sócio-cultural relativa aos estilos de vida, a entrevista de Maciel nos remete à argumentação de *Nobres & Anjos*³⁵⁴ sobre temas, situações, conflito de interesses e de identidades entre integrantes da zona sul da cidade do Rio de Janeiro e os da zona norte. A homossexualidade, nessa perspectiva, pode ser vista como mais um tema de conflito que se fez presente no interior dos partidos, por intermédio de seus integrantes, os moradores destas duas áreas distintas da cidade, considerados como marcados por estilos de vida e valores sócio-culturais diferenciados. Nesse contexto a homossexualidade, era compreendido como assunto dos “modernos” da zona sul.

³⁵³ *Op. cit.*, p.6.

³⁵⁴ Velho, Gilberto, 1975, *op. cit.*

O segundo bloco deste número, denominado “Alternativas de Militância”³⁵⁵ é uma matéria com militantes políticos da época. Comparam-se os militantes de dez anos anteriores a essa matéria, ou seja, do início da década de 1970 com os então contemporâneos, demonstrando que houve uma ampliação do escopo dessa militância, a qual anteriormente se referia exclusivamente à atuação política em prol da revolução. Os depoentes desse bloco são “um ex-guerrilheiro que organiza um novo partido político, outro ex-guerrilheiro que escreveu um dos best-sellers da militância, um ator negro, uma mulher negra, um rapaz que se preocupa com o lugar onde mora e um homossexual.”³⁵⁶

O tema da militância é abordado em suas diferentes facetas: o ator negro, também representante do movimento negro, descreve um pouco da história do movimento que começou a se formar no início dos anos 70, impulsionado pelos movimentos dos direitos civis dos EUA e pelos movimentos de libertação na África. Assim como ele, a atriz negra também não aborda a questão da homossexualidade, fixando-se no tema do preconceito da mulher negra, vítima de uma tríplice discriminação: social, racial e sexual.

Com relação especificamente ao tema da homossexualidade, um dos militantes apresenta a organização do Partido Comunista como uma organização “pesada e castradora” na década de 70, onde não havia espaço para o prazer, alegria e sensualidade. A esquerda, nessa ocasião, “não apresentava resposta para reivindicações das mulheres, negros, da ecologia e não admitia que os direitos dos homossexuais pudessem ter alguma importância na construção de uma nova sociedade”.³⁵⁷ No seu ponto de vista, havia um desprezo por parte das organizações de esquerda em relação aos que representavam o *desbundado*, uma categoria que, segundo o depoente, servia para denominar todos que apresentassem algum sinal de *vacilação*, em oposição ao mito do guerrilheiro forte e envaidecedor.

Conforme já apontado no segundo capítulo desta tese, o momento entre o final da década de 60, com a promulgação do AI-5 em 1968 e o início da década de 70, foi um período de intenso fechamento político, de repressão, de restrição de direitos políticos e civis, de intervenções em sindicatos e organizações estudantis, de realização de prisões ilegais e da prática da tortura. Nesse momento, alguns partidos foram para a clandestinidade e não compreenderam ou não aceitaram que a subversão de valores e comportamentos, ou seja, o *desbundar* também significasse uma forma de demonstrar a insatisfação com o que ocorria no momento, desqualificando, deste modo, pessoas que não seguiam as mesmas regras.

³⁵⁵ *Luta & Prazer*, ano I, número 1, pag. 9-11, julho de 1981.

³⁵⁶ *Op. cit.*, p. 9.

³⁵⁷ *Op. cit.*, p.9.

Um dos militantes entrevistados, jornalista e editor do jornal *O Lampião* alega em seu testemunho que “entre todos os movimentos sociais que surgiram nos últimos anos, nenhum desperta da mesma forma a repressão, tanto da direita quando da esquerda [como o movimento homossexual]”³⁵⁸. Para ele, a homossexualidade seria o maior tabu da sociedade brasileira. “O homossexual é mais amedrontador porque nem sempre é identificável, nem sempre é passivo, nem sempre obedece ao protótipo que os poderosos determinaram para ele”.³⁵⁹ Afirma ainda que os partidos políticos acreditam ter uma luta maior a ser travada e que por isso não haveria espaço para se preocuparem em apoiar o movimento *gay* ou qualquer outro. Além disso, avalia que os partidos teriam uma tradição de se aproveitar dos homossexuais como força de trabalho eleitoral e depois “acabar com eles”. Cita como exemplo o fato da fração *gay* da Convergência Socialista ter solicitado ao *Lampião* a publicação de uma matéria a favor da Convergência, embora esta nunca tenha emitido nenhum documento apoiando a sua fração *gay* ou a causa *gay*.

Declara, ainda, que a luta do *Lampião* seria para quebrar o tabu que impede as pessoas de ser o que elas querem ser, sem culpa, sem se sentir “maldito ou depravado”. Nesse depoimento, não há surpresas: na fala de um militante homossexual, editor do jornal que ajudou a consolidar o movimento, a homossexualidade é citada como uma opção: – “Ser o que se quer ser”.

O número 1 de *Rádice Luta&Prazer* também publica um artigo³⁶⁰ com Carlos Henrique Escobar, filósofo, psicólogo, poeta, teatrólogo, professor, preso político no período de 74-75. Neste artigo ele discorre sobre os diferentes tipos de intervenção onde pode se dar a luta política: não apenas nas organizações políticas, mas na defesa da vida, dos animais, e na marcação de posições morais e políticas em diferentes setores sociais, até mesmo na forma de atuação na própria casa.

Quanto à luta das minorias homossexuais, acredita que esta não seja contra a heterossexualidade, mas contra a exclusividade dessa prática. O entrevistado fala então, sobre *perversidade sexual*, considerando-a como expressão do fato de que todo corpo tem potencialidade erótica e que o orgasmo resultaria de uma musculatura inteligente e livre. Essa *perversidade*, portanto, seria a riqueza dos jogos sexuais, entendendo as formas *perversas* da sexualidade como fundamentais, e não recusando uma ou outra forma de expressão sexual. Alega que as sociedades fazem da sexualidade um dispositivo de identificação que se

³⁵⁸ *Op. cit.*, p.10.

³⁵⁹ *Op. cit.*, p 10.

³⁶⁰ Matéria: “Amar é fazer a revolução”. *Op.cit*, p.19

processaria na primeira infância, disciplinando o amor em torno das figuras parentais, com a menina identificando-se com a mãe e direcionando seu desejo ao pai e, ao contrário, com os meninos identificados com o pai, remetendo seu desejo à figura materna.

Sua argumentação traz, ao mesmo tempo, a idéia de que a homossexualidade pode ser compreendida como uma potencialidade sexual, passível de ser experimentada e exercida, mas também, como expressão de uma exceção que não seguiria os dois modelos de sexualidade tal qual identificados pela leitura psicanalítica.

A última matéria desse número de 1981 – “Só saio às ruas para sentir prazer” – aborda a questão homossexual por intermédio de um testemunho de um travesti de 24 anos. Ele nos fala de sua opção, seu estilo de vida, suas expectativas e compara as barreiras pelas quais passa o travesti. Do seu ponto de vista, estas seriam diferentes das do *gay*, pois para ele, o “*gay* normal, o *gay* homem, pode ser qualquer coisa, até presidente”³⁶¹. Para o depoente, portanto, parece haver uma gradação sexual na qual o “*gay* normal”, seria o “*gay* homem”, o qual estaria em uma posição superior ao “homem travesti”, pois este último estaria (ainda mais) fora do padrão de “normalidade” esperado socialmente.

Um novo artigo³⁶² do mesmo ano discorre sobre quais os locais privilegiados para se travar a briga pelo prazer: se o prazer passaria pelas reivindicações feministas, pela dos homossexuais, pela liberdade de expressão, pela distribuição de renda, etc. Levanta, mais uma vez, o questionamento sobre a posição dos partidos políticos em tratar dessas questões ou se as mesmas estariam restritas aos grupos denominados *minorias sexuais*.

Para aprofundar esse debate, o artigo apresenta depoimentos de dois militantes que abordam o moralismo dos partidos, considerando que este teria diminuído ao longo do tempo. Apesar desta avaliação, os depoentes parecem justificar a presença do moralismo partidário quando afirmam que, da mesma forma em que opções políticas interfeririam na vida pessoal e cotidiana dos sujeitos, as opções individuais também norteariam as opções políticas.

Na opinião individual dos dois entrevistados é justo questionar o machismo, assim como as reivindicações colocadas por movimentos autônomos como os integrados por feministas, por homossexuais, etc. Entretanto, em termos partidários, segundo os depoentes, a coisa “mudaria de figura”. Ilustram sua opinião com o caso do Partido dos Trabalhadores/ PT que, no seu entender teria nascido de três vertentes políticas diferenciadas – a sindical, a cristã e a da esquerda conhecida como tal – e, desse modo, seria difícil que o partido apresentasse

³⁶¹ *Op. cit.*, p. 21.

³⁶² “Comida, Liberdade, Socialismo... e TESÃO” In: *Luta & Prazer*, Ano I, nº. 3 novembro, 1981, p. 8-9.

coincidência de opiniões, principalmente sobre o tema da sexualidade. Assim, a questão dos movimentos autônomos (como o dos homossexuais) estaria por exigir uma reflexão maior por parte do PT. Segundo um depoente,

*“O PT ainda não amadureceu as questões de enfrentamento no âmbito da luta que a gente poderia chamar de cultural, ou da luta do corpo. Mas, curiosamente, mesmo sem um debate mais aprofundado, algumas questões estão sendo levantadas pelo partido com, por exemplo, a da discriminação do homossexual. Agora, se isso significa que o homossexual já pode olhar o PT como capaz de ser um espaço fundamental para suas lutas? Eu acho que não, ainda não.”*³⁶³

Vemos com essa colocação, uma dificuldade recorrente – a dos partidos políticos, em particular os de esquerda, aqui tematizados – em lidar com a “diferença” ou com grupos minoritários. Na década de 70, conforme os depoimentos demonstraram, os que não se encaixavam no perfil do guerrilheiro e não se mostravam disponíveis para a luta nos moldes dos partidos, eram menosprezados, vistos como inferiores – os *desbundados*. No início da década de 80, quando já havia um movimento, mesmo que tênue, de abertura democrática, ainda percebemos a dificuldade de intersecção entre a política partidária e os movimentos sociais organizados em defesa dos direitos das “minorias”.

Outro texto importante é a matéria de capa da *Luta&Prazer* de dezembro de 1981, que trazia como destaque o tema bissexualidade³⁶⁴. O editorial, escrito pelo próprio editor, que era psicólogo, inicia questionando que bissexualismo seria esse – se o homossexualismo liberal, algum novo modismo do verão carioca, uma técnica avançada de relacionamento íntimo... Ele próprio se propõe a responder, utilizando-se, para tanto, da teoria psicanalítica. Assim, defende que a “bissexualidade é um componente psicológico fundamental para a formação, desenvolvimento e estruturação da personalidade, e que qualquer teoria psicológica razoavelmente elaborada reconhece este fato, bem explicitado por Freud”.³⁶⁵

O autor identifica ainda, canais de repressão institucionais na sociedade de consumo. Para ele, apesar disso, nossa sociedade estaria mais permissiva às diferentes opções sexuais e lucrando com isso, como em relação à criação da moda unissex, impensável anos atrás. Reconhece que estaria havendo uma maior interpenetração entre os componentes masculinos e femininos e que mesmo nas relações heterossexuais se exerceria a bissexualidade. “A

³⁶³ *Op. cit.*, p.9.

³⁶⁴ “Somos todos bissexuais, é claro. E Freud já falava isso...” In: *Luta&Prazer*, ano I, nº.4, dezembro de 1981, p.7

³⁶⁵ *Op. cit.*, p.7

intimidade corporal com a quebra do padrão tradicional papai e mamãe, fruto de uma moral que retirava qualquer importância da atividade sexual, abriu horizonte de satisfação inesperado e expressivo. O tudo é possível”.³⁶⁶.

Nesse editorial parece que as idéias de bissexualidade e homossexualidade se confundem. O texto reedita assim uma antiga discussão, a qual tenta estabelecer limites e definições para o comportamento sexual: o “verdadeiro homossexual” podendo ser só passivo, só ativo, ou ambos; o homossexual como aquele que teria relações mais freqüentes com homens, mas poderia ocasionalmente se relacionar com mulheres; ou a importância do desejo ou do interesse por alguém do seu próprio gênero, mesmo sem que haja a consumação do ato sexual.

A edição seguinte de *Luta&Prazer*, de 1982, apresenta um fragmento então inédito³⁶⁷ de um capítulo do livro *Passagem para o próximo sonho* de Hebert Daniel, livro este que ainda seria lançado, naquele ano. Conforme informações por mim coletadas,³⁶⁸ trata-se de uma autobiografia romanceada e autocrítica sobre os exílios: o banimento na militância clandestina, a vida na Europa, a negação de sua sexualidade investida em grande parte na análise da interdição da própria homossexualidade, já que inconciliável com o cotidiano da luta armada e com o ideário conservador das esquerdas.

No texto publicado em *Luta&Prazer* o autor nos apresenta a “descoberta de ser bicha”. Alega que ser bom menino e ser *bicha* não era incompatível, pois não se *descobre ser bicha*, mas se *encobre* esta característica demonstrando ser um menino de um “bom comportamento”. O autor segue então contando não ter lembrança de quando e de como lhe veio a homossexualidade, mas que quando aconteceu ficou sem compreender, sem estabelecer rupturas ou marcas definidoras, embora tenha ficado seu primeiro passo na direção dessa opção sexual associado a um sentimento de tristeza. A partir daí lembra a necessidade de fingir quando do momento dos rituais de iniciação heterossexuais dos outros meninos de sua idade.

*“Você chamava sua opção de determinação primária. Você chamava o seu produto de fruto natural das raízes fora da sua vontade. Antes de admitir que seu labirinto era atividade voluntária, gritava que isto era sua herança, seu modo, sua utopia e seu porto”*³⁶⁹. [grifos meus]

³⁶⁶ *Op. cit.*

³⁶⁷ “Bom menino”. In: *Lut&Prazer*. Ano I, nº. 5 janeiro 1982, s/pag.

³⁶⁸ *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Ed.Codecri, 1982.

³⁶⁹ “Bom menino”, *op. cit.*

O texto é um relato íntimo sobre a experiência homossexual em que aparecem idéias contraditórias. De um lado a idéia e sentimento de que a homossexualidade poderia ser opção, atividade voluntária e, de outro lado a mesma identidade sexual sendo percebida como um legado natural, involuntário, herdado, do qual não se poderia fugir. Essas visões contraditórias se fazem presentes ao longo do texto, em momentos nos quais o autor identifica sua homossexualidade como *doença* da qual esperava curar-se e ainda, como uma *diferença*, que constituiria uma *outra raça*. Neste sentido o autor lembra a “humilhação de ter que pedir desculpas por um prazer que, por culpa, se tornava uma espécie de urgência terapêutica”. No seu relato, “fazer um sexo como alívio de um tormento, o orgasmo era uma momentânea liberação que abria as portas da vergonha.”³⁷⁰ Descreve a expectativa de que um dia aquela *doença* curasse, as tentativas de encontrar uma cura, talvez no corpo de uma mulher, as buscas por um orgasmo que não trouxesse remorsos, tentando ensinar a si próprio que o orgasmo heterossexual seria melhor que o outro. “Tentar ter o prazer com o prazer que tem que ter”.³⁷¹

O autor segue discorrendo sobre sua busca contínua de encontrar sentido na homossexualidade, de descobrir uma essência nessa *diferença*, relatando, contudo, que acabou optando por um novo caminho: a descoberta de que não haveria uma sexualidade diferente, já que ninguém é igual a ninguém e já que o próprio ato de comparar remete sempre à diferença entre diferentes.

Assim, no momento do exílio político percebe que o “exílio sexual”, o gueto homossexual, a diferença, terminava por obrigar o outro a se igualar na diferença que fazia a partir de si próprio. O que se chamava igualdade seria, na verdade, o privilégio da diferença, que um dia interpretou como racismo e o fez se sentir inferior. Em suas palavras:

“O racismo faz assim: a perseguição à sua sexualidade é o privilégio que faz de você critério do humano, mesmo que seja critério negativo. O reconhecimento de você enquanto expressão de uma sexualidade faz de você parte de um grupo, de uma raça, uma humanidade paralela. Você e seu grupo são parâmetros para a humanidade. Você não é você, mas a incorporação de uma raça. Você, homossexual no gueto, deixa de ser qualquer coisa para ser somente um sexo abstrato, que é sua alma e lhe dá realidade. Esta raça que um dia te ensinaram era um porão, um inferno, um gueto, uma perseguição”.³⁷²

³⁷⁰ *Op. cit.*

³⁷¹ *Op.cit.*

³⁷² *Op. cit.*

Na perspectiva do autor, portanto, essa argumentação ensejaria um artifício no reconhecimento de uma “raça” (os homossexuais) para igualá-los na falsa liberdade do gueto. A opressão ao homossexual não seria uma negação dessa escolha sexual *per si*, mas uma forma de aprendizado para fazê-lo crer que ele é membro de um grupo específico, dotado de uma humanidade paralela e predestinada.

No mesmo ano de 1982, *Luta&Prazer* publica um dos maiores textos dentre os selecionados³⁷³. Trata-se de uma entrevista com José Ângelo Gaiarsa³⁷⁴, psicanalista controvertido em seu meio por suas posições e comportamento e por sua contestação à validade da teoria freudiana, enunciando na imprensa frases contundentes como “Psicanálise quer dizer afrouxar laços familiares”, e ainda “Complexo de Édipo é o que tem nos Jardins [bairro nobre da cidade de São Paulo], na favela é encrenca de família, mas é a mesma coisa”³⁷⁵.

Questionado pelo entrevistador sobre sua opinião a respeito do depoimento dado por Eva Reich – que teria dito que o pai achava que se deveria esperar algumas gerações para que a homossexualidade fosse algo natural – Gaiarsa alega que essa não seria uma questão que o interessasse espontaneamente, parando para pensar nisso apenas quando questionado em entrevistas. O entrevistador insiste se a possibilidade de homens amarem homens não seria uma proposta interessante, ao que o entrevistado afirma, mais uma vez, que essa questão não o tem interessado mais. De qualquer modo comenta que já teria experimentado amar vários homens, com “abraços calorosíssimos, muitos sentimentos, bruta satisfação”. Afirma que o clima afetivo seria muito bom, mas que ao sexo propriamente dito ainda não teria chegado a experimentar.

Além disso, o entrevistado refere-se à bissexualidade, defendendo-a como uma possibilidade de ampliação da experiência sensorial, do contato com o outro, como uma vivência a ser experimentada, abordando também tópicos como relação mãe-filho, incesto, erotismo, amor, sexualidade, fidelidade, relação homem-mulher e mesmo outros assuntos fora da área da sexualidade em si.

Finalmente, também publicado no ano de 1982, o último artigo³⁷⁶ da revista *Luta&Prazer* nos apresenta, mais uma vez, uma discussão com partidos políticos, desta vez

³⁷³ “Coloridamente Gaiarsa”. In: *Luta&Prazer*. Ano I, nº. 6 fevereiro 1982.

³⁷⁴ Gaiarsa tem formação médica, é psicanalista e conhecido seguidor das idéias do médico austríaco Wilhelm Reich. Encontra-se atualmente com 85 anos.

³⁷⁵ Entrevista concedida em 07 de dezembro de 2004 e publicada em Fala, Brasil! <http://www.brazil-brasil.com> Tecnologia Joomla! Acessado em 20 de janeiro de 2009.

³⁷⁶ “Temas malditos – nos partidos eles dançam? In: *Luta&Prazer*, Ano I, nº.8, 1982.

sobre o que o texto enuncia como *temas malditos*, em relação aos quais todos os entrevistados emitiram opiniões: aborto, loucura, drogas, sexualidade. Os entrevistados são representantes dos seguintes partidos: PDT – Partido Democrático Trabalhista, PT – Partido dos Trabalhadores, PDS – Partido Democrático Social, e PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Os dois primeiros partidos eram reconhecidos, por críticos, militantes e mesmo pela sociedade em geral, como partidos de esquerda, enquanto que o PDS, com membros oriundos da antiga Arena, era visto com um partido de direita e o PMDB um partido de centro-esquerda.

O representante do PMDB focou seus comentários na relação desigual entre homens e mulheres presente em uma sociedade machista, na qual a mulher seria explorada; na prostituição e nos tabus existentes para a mulher conseguir sua libertação, sem, entretanto, mencionar a questão da homossexualidade em momento algum. Além disto, ao falar do tema da sexualidade, sequer discorre sobre a questão da homossexualidade.

No que se refere especificamente ao tema da homossexualidade, o representante do PDT alega que o termo *homossexualismo* envolveria uma relação complexa, que inclusive se manifestaria no campo político, e que abarcaria dois mundos simbólicos: o masculino e o feminino. Compreende que a nossa sociedade seria dominada pela ordem fálica, portanto, tendo como referência de poder o *falus*. Assim sendo, a mulher apareceria como o ser castrado, não sendo aceita como referência de valor, como o Outro. Neste sentido, o Outro seria sempre o homem, o qual teria dificuldade em assumir a feminilidade, do mesmo modo que a mulher não conseguiria lidar com a sua masculinidade sem reproduzir e fortalecer a ordem fálica. Acredita assim, que a discussão não deveria ser centrada no tema *homossexualismo*, mas sim em torno da questão do machismo. Ao que parece, do seu ponto de vista, o que estaria em jogo é a dificuldade social de superação da dicotomia masculino-feminino. Superada tal dicotomia, qualquer outro modelo – feminino ou homossexual – poderia ser socialmente aceito como referência, havendo liberdade para o exercício de papéis de gênero independente do sexo biológico, ou, melhor ainda, não havendo a necessidade de existirem papéis de gênero pré-determinados.

O entrevistado do PT, por sua vez, alega que foi no campo da sexualidade que a plataforma nacional do PT mais avançou em relação ao combate à discriminação sexual, em particular sobre a mulher. De qualquer modo, o depoente reconhece o direito dos homossexuais, à liberdade da vivência homossexual como uma *opção*, assim como a necessidade de organização específica desses grupos na sociedade. Citou ainda a questão da

violência contra a mulher e ao homossexual, que não seria problema apenas do período da ditadura e que também não seria resolvido abstratamente no socialismo. Propõe que esses grupos de minorias entendam o caráter de classe, de dominação que existe e que não separem a libertação no plano sexual, da libertação do conjunto de instrumentos de dominação e exploração da sociedade.

De modo oposto, o deputado depoente pelo PDS acredita não haver repressão sexual no Brasil, alegando que a permissividade seria quase ilimitada. Para ele, a sexualidade seria inerente ao reino animal e o homem não fugiria à regra. Nesta perspectiva, o entrevistado considera que o *homossexualismo* existiria desde tempos imemoriais e que sua repressão seria uma violência tão desnecessária quanto inútil. Não se propõe a rotular o *homossexualismo* como doença, anormalidade ou como deformação moral, considerando-o como um *problema social* que como tal, deveria ser encarado.

Como é possível verificar, os partidos de esquerda consideram a homossexualidade como uma “opção”, com um deles, mesmo que não focando na especificidade desta temática, inserido-a na discussão mais ampla da luta de classes. Já o partido de direita nega a existência de repressão sexual no sentido amplo, o que implica, em meu ponto de vista, em uma recusa ao reconhecimento das dificuldades das minorias sexuais – mulheres e homossexuais – e, conseqüentemente, dos próprios movimentos organizados.

Por fim, o único artigo do também único exemplar da revista *Orgón*, publicado em algum mês da estação de outono em 1985, apresenta um artigo sobre o tema em questão, intitulado “*Libertas quae sex tamem*”³⁷⁷. O texto foi escrito por Fernando Gabeira a partir de sua exposição nos “Encontros Irreverentes”, promovido pelo Raízes – Centro de Estudos do Homem³⁷⁸, e introduz o assunto questionando a importância de se perceber o sentido que tem o que se fala sobre sexo. Interroga se ao falar sobre este tema, se estaria avançando ou recuando nas “legítimas aspirações de maior liberdade sexual no país”³⁷⁹, tendo-se em vista que grande parte do extenso discurso que já se produziu sobre o tema, no seu ponto de vista, foi utilizado para fortalecer os mecanismos de repressão. Fazendo uma retrospectiva, Gabeira também assinala que após o ano de 1979 ocorreram mais debates sobre o tema, mas também houve uma ênfase maior na pornografia em revistas e em filmes. Mesmo assim, acredita que a pornografia teria ao menos como vantagem mostrar que o sexo não precisaria ser uma “coisa chata e mecânica”.

³⁷⁷ In: *Orgón – a cultura da vida*. Ano I, no. 1 Edição de Outono, Revista de Coleção. Pag. 38-39.

³⁷⁸ Informação contida no próprio artigo.

³⁷⁹ *Op. cit.*, p.38.

Entrando no debate “partidos políticos *versus* militantes das minorias”, tematizado por alguns dos artigos da *Luta&Prazer*, Gabeira analisa que, se por um lado, os militantes dos partidos “se fecharam à natureza em si mesmo”, o que pode ter acarretado uma concepção autoritária de mundo; por outro lado, os representantes das minorias, incluindo-se os que lutavam pela liberação sexual, também ignoraram a miséria material e moral da sociedade, preocupando-se apenas com suas demandas e, de certa forma, alienando-se de seu contexto social. Apesar disso, acredita que exista condição para uma política sexual no Brasil, que dentre outras coisas, aponte um caminho que termine com a discriminação dos homossexuais que ainda existe. Essa política deveria melhorar de forma objetiva a vida das pessoas, constituir grupos de pressão para influir pontualmente, promover uma análise do Código Penal e estabelecer um diálogo com os setores mais conservadores da Igreja e da área da educação.

Compreendo que com essa posição, o autor busque fazer um contraponto entre os partidos políticos e os grupos minoritários, no sentido de dividir a responsabilidade pelo pouco ou até mesmo pela total falta de diálogo entre os mesmos, até então. Nos artigos que envolveram discussão política e homossexualidade foi possível perceber a dificuldade de interlocução sobre tais assuntos, como se a política partidária, inclusive da esquerda e a luta dessa minoria específica não criassem nenhuma identificação entre si, mesmo na década de 1980, no “país da abertura”.



Figura 5
Foto ilustrativa de matéria interna
Revista *Luta&Prazer*
Ano I nº 3

De modo sintético podemos então observar que a produção científica analisada mantém especificidades no que se refere à distinção entre os campos da psiquiatria e da psicologia. Com relação à área da psiquiatria, todos os textos analisados consideram a homossexualidade como manifestação relativa à dimensão psicológica do sujeito, a qual, em última instância é sempre remetida ou apoiada em razões de ordem biológica. Ainda sob o ponto de vista destes trabalhos, trata-se de um fenômeno patológico ou de uma anormalidade que é observada e abordada do ponto de vista eminentemente clínico.

Com relação aos textos analisados relativos à área da psicologia, não há referências à dimensão biológica do fenômeno da homossexualidade, ao mesmo tempo em que não é possível verificar um consenso quanto à atribuição de sua origem: ora a homossexualidade é vista como originária de esfera psicológica do sujeito, ora é considerada como advinda de causa social, da “experiência” ou da “escolha” dos indivíduos, prevalecendo, de todo modo, uma ênfase em sua origem subjetiva e psicológica. Também não foi observável um consenso quanto ao fato da homossexualidade ser um desvio. A abordagem do tema, por sua vez, não está informada predominantemente pelo ponto de vista clínico, fazendo-se notar interpretações sobre o tema que também consideram o campo das artes, da assistência social e da linguagem.

Entretanto, se considerarmos a totalidade das fontes científicas consultadas em contraposição às fontes contra-científicas é possível observar características comuns na abordagem do tema da homossexualidade pelos campos científicos da psiquiatria e da psicologia, que lhes conferem ao mesmo tempo certa homogeneidade interna, enquanto representantes do mundo do conhecimento científico especializado, e uma distinção em relação à produção contra-científica, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro comparativo entre as fontes científicas e contra-científicas analisadas, no que se refere ao tema da homossexualidade (1970-2000)

Fontes Científicas	Fontes contra-científicas
Pouca produção na área “psi” sobre o tema	Produção relevante sobre o tema
Influência das opiniões especializadas	Influência do movimento da contracultura
Forte presença e influência da psicanálise	Presença e influência da psicanálise, em sua apropriação pelo senso comum
Apresenta posições ambíguas: <i>falta de opção; não patológico, mas não normal; não perversão, mas fenômeno patológico.</i>	Critica o fato da homossexualidade estar fora da discussão política mais ampla,
Categorias correntes: <i>cura, tratamento, sintoma, diagnóstico, prognóstico, pré-esquizofrenia, comportamento fora do normal, defeito limitado da personalidade</i>	Categorias correntes: <i>viver como escolhemos, construção de identidade, opção sexual, preferência sexual, escolha individual</i>
Maior vinculação da homossexualidade a causas orgânicas	Homossexualidade aparece vinculada a uma opção de vida
Quando aborda o campo social, considera a homossexualidade como <i>marginal, anti-social, ato desviante</i>	Difusão de novos valores, consolidação da homossexualidade como prática possível
Defende a necessidade de intervenção terapêutica	Não propõe intervenções clínicas ou terapêuticas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta tese foi compreender como, historicamente, representações em torno da homossexualidade foram produzidas por conhecimentos científicos – psiquiátricos e psicológicos – e contra-científicos, durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, no Rio de Janeiro. Neste sentido busquei apresentar tanto as teorias médicas e psicológicas referentes a fins de século XIX e ao século XX, quanto a produção do movimento da contracultura em nosso país sobre o assunto, pretendendo com isso observar se e como as diferentes visões aí contidas se fizeram presentes nas fontes primárias por mim analisadas.

Preocupe-me em investigar essas representações considerando dois níveis analíticos: em um primeiro plano considerei observar se a homossexualidade era compreendida como um fenômeno biológico, psicológico e/ou sócio-cultural. Em um segundo plano, procurei verificar se as considerações sobre o caráter da homossexualidade – biológico, psicológico ou sócio-cultural – estavam fundamentadas em uma representação da homossexualidade como patologia ou não-patologia.

Assim, no primeiro capítulo desta tese destaquei o mito de origem da homossexualidade que se encontrava na idéia de perversão, que foi apreendida como objeto da psiquiatria, auxiliando-a em sua consolidação como uma nova especialidade médica durante o século XIX. A medicina, em especial a psiquiatria, buscava se apropriar nessa época do estudo e tratamento de comportamentos considerados desviantes e estigmatizados e se esforçava em compreender a experiência desses desvios sob diversos pontos de vista.

Como demonstrado, foi nesse contexto que ocorreram as transformações pelas quais passou a idéia de sodomia até sua incorporação e mutação pela medicina no século XIX. A sodomia inserida e definida pelo campo da religião passou a ser debatida no início do século XIX pelo campo jurídico, o qual focou sua atenção no ato, se lícito ou ilícito – dependente do consentimento. Tais comportamentos considerados perversos, não eram imputáveis. A preocupação recaía nas conseqüências, nos danos que a vítima pudesse ter sofrido. Destarte, enquanto a tematização da homossexualidade esteve vinculada exclusivamente no campo jurídico, a lei só interferia se houvesse crime, o que significava ausência de consentimento, relação com menores ou uso de violência. Assim, antes de ser apropriada pela medicina, a

homossexualidade era considerada questão de fórum privado, relativa ao livre arbítrio do sujeito, não sendo vista como um fenômeno patológico.

Posteriormente, ao longo do século XIX a questão da perversão foi sendo apropriada pela medicina, via psiquiatria. Com a “entrada” da psiquiatria no campo jurídico, a mesma foi aumentando sua influência nas questões relativas aos comportamentos desviantes. Partindo da medicina legal e, com o predomínio das teorias de degeneração, esta especialidade médica foi divulgando conceitos psiquiátricos em diversos assuntos, entre eles, a homossexualidade. A medicina psiquiátrica deslocou seu olhar da concepção jurídica sobre a ação em si para observar o sujeito que a praticava, o qual passou a ser representado então na figura do perverso. A perversão foi então relacionada à alienação mental, com a medicina psiquiátrica transferindo os sentidos de ordem moral a respeito da sodomia para o de uma desordem mental e, portanto, da ordem da patologia. Neste contexto e a partir mais exatamente da segunda metade do século XIX a homossexualidade foi sendo dissecada pela psiquiatria com referência central e geral à dimensão orgânica, mantendo-se os argumentos e justificativas relacionados a fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, estes últimos subsumidos a uma visada organicista, reafirmando-se a homossexualidade enquanto patologia.

Teorias diferentes, contudo, conviviam juntas neste mesmo período, assim como terminologias diferentes foram usadas para designar a relação entre pessoas do mesmo sexo: *perverso, invertido, uranista, homossexual*. Muitas delas buscavam no corpo as marcas que explicassem a diferença. A criminologia, por exemplo, enfatizava determinações individuais, abrangendo fatores anatômicos e fisiológicos, sem, entretanto, desconsiderar fatores mentais. Nesse momento, embora já observada como uma doença pela psiquiatria, a homossexualidade não era considerada unanimemente uma patologia, nem crime e, muito menos, pecado.

Como vimos, tanto a antropologia criminal quanto a teoria do hermafroditismo, do jurista alemão e ativista homossexual Ulrich, acreditavam estar no corpo a explicação para a homossexualidade, sem, entretanto, compreenderem-na enquanto patologia. Apesar dessa conclusão, a primeira corrente defendia o isolamento, enquanto Ulrich desejava que a chamada inversão sexual ou *hermafroditismo psíquico* não fosse da alçada nem da medicina nem do campo jurídico, cabendo à sociedade o convívio tranquilo com pessoas que apresentassem essa característica.

Foi possível perceber que mesmo entre os médicos do século XIX, a opinião sobre a forma de lidar com a homossexualidade não era consensual. Do mesmo modo, a compreensão sobre a homossexualidade ser ou não ser uma patologia não era algo com que todos os

especialistas da época concordassem. Igualmente não era um consenso entre os pares as prováveis causas atribuídas à homossexualidade e as propostas de tratamento. Assim, apontou-se o caráter congênito dos invertidos – como o fez o médico psiquiatra Westphal e o já citado jurista Ulrich – sem, entretanto atrelar-se a isso a hereditariedade. Consideravam –se então que a inversão sexual era algo da própria natureza, não vinculada à patologia, ou seja, marcada por um determinismo biológico, que não a classificava como patologia. Como vimos, o médico-psiquiatra Moll, por sua vez, defendeu a possibilidade de uma homossexualidade congênita relacionada a traços degenerativos de antecedentes hereditários e ainda uma inversão sexual por aspectos físico-morais e relativa ao livre arbítrio. Chamo atenção que médicos como Moll, mesmo acreditando haver antecedentes hereditários conseqüentes de traços degenerativos, não defendiam a intervenção médica por esse motivo, mas apenas quando, em face de algum sofrimento, o sujeito solicitasse ajuda.

Com a divulgação das idéias de Morel sobre degenerescência e loucura, surgiu outra corrente com uma orientação orgânico-hereditária, unindo o conceito de degenerescência e causas morais, intelectuais e físicas que seriam transmitidas entre as consecutivas gerações. A essa teoria, acrescentou-se a da hereditariedade adquirida de Magnan e, nesse contexto de idéias, se difundiu a noção de comportamentos sexuais desviantes. Assim, a sexualidade ocupou um papel central, como o meio pelo qual seriam transmitidas as taras degenerativas. As perversões sexuais abrangeriam a dimensão física e a dimensão moral, sendo esta última englobada pelo fisicalismo. Nessa proposta encontrava-se a preponderância do aspecto biológico, mas mantinha-se a presença de fatores morais, sociais e relativos ao livre arbítrio individual, compreendendo este último como a vontade que poderia sobressair à hereditariedade e restaurar a responsabilidade, revertendo o desvio. Por ser observada a partir de possíveis causas congênitas ou adquiridas, a homossexualidade integraria o rol das anomalias que foram explicadas por abordagens neurofisiológicas centrada na teoria das localizações cerebrais. Segundo Magnan, as perversões sexuais seriam uma patologia, fruto de um distúrbio do funcionamento hierarquizado do sistema nervoso central.

Pude observar que o saber psiquiátrico do século XIX sobre as perversões sexuais oscilou entre explicações de ordem da anátomo-fisiologia, relativas aos caracteres hereditários, ou voltadas para a moral (vontade) e para o mental/psíquico. De qualquer modo, nesse momento, os desvios sexuais, incluindo-se a homossexualidade, eram compreendidos pela medicina e por sua especialidade psiquiátrica como uma patologia.

Demonstrei assim que, a despeito das diferenças entre as correntes médico-científicas variadas, ao final do século XIX e já na aurora do século XX, a medicina, juntamente com os próprios homossexuais, alguns deles ativistas, produziam uma nova identidade coletiva. A partir de uma variedade de denominações, emergiu a concepção da homossexualidade que extrapolava o sentido de um comportamento sexual em si, para ser traduzida mais como uma condição do que como um comportamento.

Foi neste contexto, como vimos, que novas teorias e ainda um novo campo de estudo, que abordavam o tema da homossexualidade, surgiram. A sexologia desse período, representada nas figuras dos médicos Ellis e Hirschfeld, defendia uma natureza congênita da homossexualidade, não a considerando como doença, não devendo ser tratada nem tampouco penalizada. A base teórica dessas representações estava na idéia de que haveria a presença de elementos masculinos e femininos em proporções variáveis nas pessoas e a sexualidade seria resultado da ação dos órgãos sexuais, de outras características sexuais do corpo, do desejo sexual e ainda, de características psicológicas. Assim, se a sexualidade era entendida como fruto da combinação, em diferentes graus, desses elementos, a homossexualidade aparecia relacionada a uma visão que imprimia ao corpo, à vontade e ao psiquismo individual um certo dinamismo. A idéia de corpo aqui presente parece se diferenciar da concepção de um corpo-matéria pré-determinado, cuja transformação era, inevitavelmente, em direção ao declínio, à degeneração, a qual revelava o caráter patológico do indivíduo. Ao contrário, para o olhar da sexologia tratava-se de um corpo específico – porque sexual – sujeito a expressões e mutações produzidas por suas próprias características – sexuais – que, entretanto, não eram traduzidas como patológicas.

Essas idéias tiveram influência nos estudos de Freud, que dariam origem a psicanálise. Pude neste sentido depreender que, nos primeiros anos do século XX, a teoria freudiana não considerava a homossexualidade uma degeneração embora a compreendesse como um desenvolvimento psicosexual anormal. A homossexualidade era vista mais como um estágio inferior, abaixo da heterossexualidade; visão esta que se afastava de uma concepção mais fisicalista e que construía uma avaliação mais psicológica da questão. Em seus escritos posteriores de 1915, Freud ampliou a idéia de sexualidade e as explicações para as neuroses, assim como as relativas às condutas perversas, foram vinculadas ao tema da sexualidade infantil. Contudo, em relação à homossexualidade, Freud destacou que o importante para a psicanálise seria a escolha de um objeto, independentemente de seu sexo. A presença ou a ausência dele, é que permitiria respectivamente, o desenvolvimento normal ou perverso.

Como vimos, mesmo com a difusão das idéias psicanalíticas, outras teorias que surgiram depois privilegiaram a dimensão orgânica individual – como a endocrinologia e a genética – para apresentar explicações sobre os fenômenos “perversos” no campo da medicina. Em meados do século XX, a teoria endocrinológica apresentou uma explicação que em muito se assemelhava àquela cunhada no século XIX pelo jurista Ulrich, já que defendia a configuração sexual como fruto de uma mistura de caracteres masculinos e femininos. A diferença é que a predominância se daria em relação a uma certa dosagem hormonal. Quando não houvesse um sexo predominante, ou quando o sexo com menor dosagem hormonal predominasse, ter-se-ia a figura do *intersexual*, mais uma denominação dentre tantas outras já apresentadas. Assim, a indefinição de um sexo em relação a outro, devido a um desequilíbrio endócrino ou hormonal, configuraria a homossexualidade enquanto patologia. Entretanto, a patologia não seria consequência exclusiva de questões orgânicas, já que também era apresentada a possibilidade do sexo caracterizado como de menor dosagem hormonal se sobrepôr ao sexo predominante. Assim, consideravam-se ao mesmo tempo, influências do comportamento e da hereditariedade, vinculando a teoria do determinismo biológico a influências do meio ambiente que poderiam inibir ou facilitar determinadas tendências. Ou seja, mais uma vez, de outra forma, mas não tão diferente assim, retomava-se a explicação da homossexualidade considerando-se diversos fatores – orgânicos, psicológicos e sociais – e ainda, compreendendo-a como uma patologia.

Em nosso país o percurso foi semelhante: da igreja para a medicina, a tarefa de regulação da sexualidade foi trocada de mãos e o que antes era visto como pecado foi mais enfaticamente transformado em doença. A medicina absolveu a homossexualidade de preconceitos religiosos e de sua possível criminalização.

Conforme apresentado, as teorias européias entraram no Brasil, no início do século XX, e influenciaram médicos que defenderam propostas da antropologia criminal e da medicina legal, as quais incluíam aspectos hereditários de degeneração, morais, culturais e psicológicos na explicação de condutas desviantes e estigmatizadas. Deste modo, a recepção nacional às teorias européias veio influenciar o debate sobre a patologização da homossexualidade. Assim, a identidade sexual não estaria apenas na estrutura anatômica, mas vinculada a comportamentos e aptidões, abrindo espaço para considerações sobre o psiquismo, mas ainda excluindo-se, nesse momento, justificativas ancoradas na tese do livre arbítrio individual para a compreensão do comportamento sexual desviante.

A partir da década de 1920 entrariam também no país tanto as teorias do campo da sexologia e da psicanálise, quanto às concernentes à endocrinologia, todas elas vinculadas e subordinadas em maior ou menor medida ao campo médico. A sexologia e a psicanálise permitiram um novo olhar e uma nova abordagem sobre a sexualidade. Entretanto, mesmo essas propostas se voltavam mais para um projeto pedagógico de cura do que para a produção de uma aceitação social, ainda que a homossexualidade do ponto de vista do conhecimento psicanalítico, fosse definida como uma variável normal das funções sexuais. A teoria endocrinológica, por sua vez, angariava boa parte do interesse de médicos legistas e psiquiatras mais afeitos ao conhecimento médico ortodoxo, porque ancorado em teorias biológicas, do que à psicanálise.

Este panorama, como procurei apresentar ao longo do segundo capítulo, tende a mudar no início da década de 70 no Rio de Janeiro. Combinada a um momento político de restrições radicais quanto à liberdade de expressão e às mudanças sociais, observa-se uma profícua experimentação cultural. Assim, grupos de teatro surgiram, novos estilos cinematográficos, novas formas de fazer arte, literatura e música foram apresentadas à sociedade. Como vimos, esse movimento fez parte do que se denominou contracultura e sofreu influência da contracultura norte-americana dos anos 60, na qual sobressaía-se o papel dos jovens, a crítica ao sistema cultural vigente, os protestos sem violência, as idéias de entrelaçamento do ser humano com a natureza, o misticismo e um estilo de vida hippie, entre outros elementos característicos do período. Entraram em cena os circuitos alternativos, as drogas ‘psicodélicas’, como o LSD, a psicanálise, a vida em comunidades, a apologia ao amor livre e à liberação da sexualidade. No bojo dessa era contracultural também se organizaram os movimentos de grupos identitários que se encontravam a margem da sociedade, ou seja, as chamadas minorias: negros, mulheres e homossexuais.

A música, as artes plásticas, a literatura, a imprensa alternativa, o cinema e o teatro foram expoentes dessa manifestação contracultural, em muitas delas a discussão em torno da homossexualidade também se fazendo presente. Contudo, mesmo neste período da contracultura, implicado por uma maior “abertura” e consciência intelectual, a figura do homossexual foi apresentada de forma dúbia: ora como um personagem caricato, no estilo de pornochanchada, ora destituído de características estereotipadas, mas em ambos os casos, com grande frequência, cabendo ao personagem homossexual um fim trágico. O cinema foi responsável por exportar a imagem do homossexual como um indivíduo amargurado, conflituoso, vinculado ao submundo. A música, por sua vez, na figura de Caetano e Ney

Matogrosso, imprimiu um novo olhar sobre a condição sexual. Letras e comportamentos ambíguos, postura andrógina construíram a idéia confusa sobre as identidades sexuais tradicionais, reforçando a possibilidade de visibilidade do homossexual.

Com raras exceções, portanto, a compreensão passada à sociedade era a de que o homossexual estava à margem do sistema, com dificuldade de ajustamento, traduzida muitas vezes numa imagem que o associava a patologias de caráter psicológico. No próprio meio artístico e também no meio político, mesmo nos partidos considerados de esquerda e nas companhias alternativas de teatro, o homossexual não era bem vindo, não podendo participar desses espaços, por sua condição sexual. A homossexualidade era retratada como patologia nos anos 70, ainda que uma patologia relativa apenas à dimensão psíquica, não biológica.

Esta predominância de uma visão mais psicológica sobre o sujeito e, portanto, de uma patologia expressa e reconhecida em torno do psiquismo, relacionava-se naquele período da década de 70 ao *boom* da psicanálise. Sociedades psicanalistas surgiam e se fortaleciam, despertando interesse, principalmente entre a classe média intelectualizada. Essa “novidade”, que colocava a sexualidade no centro das discussões, aproximava este grupo, que se apropriava de termos como *neurose*, *complexo de Édipo*, *medo da castração*, *superego* e *id*, dos conceitos da teoria freudiana.

Outro ator social importante deste período, apresentado nesta tese, foi a imprensa alternativa, a qual investiu contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o “moralismo” da classe média brasileira. Foi, além disso, forte divulgadora da temática da contracultura no país. Abrangendo questões como sexo, drogas, feminismo e divórcio, a imprensa alternativa ou ‘nanica’, como também era chamada, colocou esses temas em destaque na sociedade, abrindo espaço para o surgimento de uma publicação voltada para o público *gay* – o jornal *O Lamião*, em 1978. Neste momento inicial de redemocratização e do fim da censura prévia, militantes do movimento *gay* decidiram se juntar e lançar esse jornal para ajudar a dizer não à guetificação para esclarecer sobre o que se considerava ser a experiência homossexual. A própria visibilidade que passou a ser concedida à idéia de “experiência” retrata a ênfase dada aquela minoria como protagonista política, mas também parece expressar o caldo cultural no qual aquela atuação política se fazia, isto é, uma atuação embebida no valor da singularidade individual que se traduzia naquilo que foi vivido, sentido, experimentado pelos sujeitos: um valor e uma representação certamente marcados pela auto reflexão que a psicanálise ajuda os sujeitos a construir.

Como vimos, o jornal *O Lampião* promoveu o início do movimento homossexual brasileiro, quando, em 1979 se fundava em São Paulo o grupo *Somos*, o primeiro grupo de militância *gay* cujo ideário se aproximava ao da contracultura, ao propor a análise das relações de gênero, questionando a monogamia e a possessividade nos relacionamentos e ainda, defendendo a simetria entre homens e mulheres. Deste modo, a homossexualidade começava a ser discutida publicamente no final dos anos 70, apresentando um viés mais político no que tange à discussão sobre o direito à livre escolha no campo sexual. Nesse momento, claramente se estabeleceu uma diferenciação com todas as propostas anteriores, que ora identificavam no corpo ou no psiquismo, ou mesmo em ambos, razões para justificar a homossexualidade, independente de a compreenderem ou não como patologia. Assim, a decisão de ser ou não homossexual seria uma questão de fórum íntimo, de livre arbítrio do sujeito, de opção, de escolha, de “se assumir”.

O que se pode observar nesse momento em nosso contexto é um processo similar ao que Giddens chamou de destradicionalização. Pude verificar que as novas manifestações culturais dos anos 70 e os movimentos sociais dos anos 80 alteraram os padrões de intimidade, os modelos de exercício da sexualidade, de expressão do gênero e das relações familiares. Essa destradicionalização permitiu que se elaborasse uma nova forma de definir a própria opção sexual. Ainda que no campo das artes também permanecesse, em alguma medida, uma visão caricata do homossexual, foi em direção à transformação do olhar sobre a homossexualidade que parte das expressões contraculturais e os movimentos sociais em sua totalidade apostaram.

Também na década de 70, por pressão do movimento homossexual norte-americano, a Associação Psiquiátrica Americana excluiu a homossexualidade enquanto diagnóstico psiquiátrico, afirmando que era um comportamento normal e não mais uma doença mental. Essa atitude se refletiu mais adiante, quando da retirada da categoria homossexualidade da terceira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM III, 1980), que foi excluída do conjunto das parafilias. Ela foi então, transferida para o grupo das “outras desordens psicosexuais”, sendo expressa por intermédio da nova categoria diagnóstica *homossexualidade egodistônica*, até o desaparecimento por completo de qualquer referência ao assunto na revisão da terceira edição do referido manual (DSM III-R, 1987).

No bojo da experiência norte-americana, o I Encontro de Homossexuais Militantes, em 1979, destaca, entre suas resoluções, a reivindicação de que a homossexualidade fosse abolida da lista de doenças mentais. No mesmo caminho, em 1981, o Grupo Gay da Bahia

lidera uma campanha nacional para que o Ministério da Saúde abolisse o homossexualismo dos desvios sexuais, o que acaba acontecendo, quando em 1985 o Conselho Federal de Medicina acolhe a proposta e baixa uma resolução desconsiderando o homossexualismo como doença. Neste sentido pode-se considerar que os movimentos sociais de fins dos anos 70 e início da década de 80 estabeleceram uma relação de reflexividade com as teorias científicas até então elaboradas sobre a homossexualidade. Inspirada em Giddens, cabe destacar o processo de alta reflexividade, a partir dos anos 80 em nossa sociedade, que permitiu que os homossexuais se apropriassem das concepções científicas vigentes exatamente para contestar os estereótipos ali contidos, incluindo-se a associação entre homossexualidade e patologia.

O que se conclui é que os movimentos sociais teceram formas de organização da sociedade civil, colocando em pauta temas que focavam as minorias culturais, étnicas e sexuais, como os homossexuais. O movimento social pela causa homossexual, durante a década de 70, manteve um caráter unificador para suas reivindicações, favorecendo visibilidade, aceitação e integração social dos homossexuais; o que pode ser comprovado pela mudança na abordagem da figura do homossexual pela mídia e pelos meios de consumo, mesmo que essa aceitação tenha se dado de forma parcial. Não obstante, o surgimento da AIDS, no início dos anos 80 tornou a despertar o sentimento de homofobia, que na verdade, nunca esteve totalmente ausente. Lembro que essa síndrome esteve, em seu início, vinculada a uma “doença *gay*” e, portanto, apesar da homossexualidade já não mais afetar o *status quo* como antes do surgimento do movimento organizado, a AIDS retoma os preconceitos e estigmas sociais que já se imaginavam, senão desaparecidos, ao menos arrefecidos.

A partir deste panorama passei então a análise das representações sociais geradas no Rio de Janeiro pelo conhecimento científico e contra-científico, agora relativas ao período de 1970 a 2000, conforme demonstrado no terceiro capítulo desta tese. O que pude observar é que a maior parte dos trabalhos científicos foi produzida na década de 1980, ou seja, momento em que a psicanálise já se encontrava há muito consolidada no campo médico-psiquiátrico, difundindo-se amplamente para outras áreas de conhecimento, como a psicologia. O movimento da contracultura, por sua vez, já havia deixado seus frutos, assim como os movimentos sociais estavam se expandido, e o meio científico internacional e nacional já havia formalmente retirado a homossexualidade dos manuais diagnósticos, descaracterizando-a como uma psicopatologia sexual.

Assim, tendo como embasamento a idéia de reflexividade, em relação às revistas alternativas me preocupei mais em investigar se as representações sobre a homossexualidade

dialogavam com o imaginário produzido na contracultura e pelos movimentos sociais. Já em relação às representações científicas, busquei observá-las tendo-se em vista a possível influência das teorias médico-psiquiátricas divulgadas em nosso país desde o início do século XX, especificamente, a partir das mudanças ocorridas desde a década de 1970 no que concerne às modificações na forma de classificar e diagnosticar a homossexualidade. A compreensão sobre esses processos de reflexividade se dará por intermédio dos fios analíticos principais deste trabalho. Ao verificar se a homossexualidade era considerada um fenômeno do campo do biológico, do psicológico ou do social e se essa compreensão servia de base para uma justificativa sobre o caráter patológico, ou não, da homossexualidade, procurei destacar em que medida tais representações estiveram articuladas àquelas produzidas pelas teorias científicas de outrora ou pelo movimento contracultural e social dos anos 70 e 80.

A primeira observação geral em relação às fontes analisadas – científicas e contra-científicas – é a forte presença e influência da psicanálise, seja por intermédio do uso formal da teoria psicanalítica, seja por meio da apropriação, pelo senso comum, de sua terminologia.

Com relação particularmente aos trabalhos científicos, o primeiro fato a ser destacado, conforme já mencionado, diz respeito a pouca produção na área ‘psi’ sobre esse tema em um período em que a discussão sobre homossexualidade se fazia presente no campo científico mais amplo das ciências sociais e da educação, como na sociedade em geral. Muitas vezes o material científico ora apresentava afirmações claras, ora trazia, no mesmo texto, posições imprecisas, traduzíveis em expressões e categorias como “falta de opção”, “não-patológico, mas não-normal”, “não perversão, mas fenômeno patológico”.

De qualquer modo, nos trabalhos analisados foi obviamente possível perceber a influência das opiniões especializadas, presentes nas teorias divulgadas em nosso país desde o início do século XX, principalmente a influência da teoria psicanalítica. Aportes de outras teorias, como as relativas ao campo da endocrinologia foram bem raras, enquanto que abordagens concernentes à degeneração não foram evocadas, ainda que sejam verificáveis referências a temas como hereditariedade. Os temas da endocrinologia e da hereditariedade, contudo, aparecem apenas em trabalhos da área da psiquiatria. Esta, na verdade, foi a única diferença encontrada entre a produção científica psiquiátrica e psicológica, tendo em vista que ambas comungam da predominância do olhar psicanalítico.

Os trabalhos científicos, além de terem em comum o uso preponderante da psicanálise como embasamento teórico principal, apresentam uma posição dúbia entre considerar ou não a homossexualidade como uma patologia; mas em sendo vista como patologia, esta aparece

como de fundo predominantemente psicológico. Mesmo quando declaram não considerá-la doença, palavras como “cura”, “tratamento”, “sintoma”, “diagnóstico”, “prognóstico”, se fazem presentes. Explicações clássicas da teoria freudiana como agressão ao objeto primário, identificação com um pai castrador, a não superação do complexo de Édipo foram recorrentes nas fontes analisadas, o que vem fundamentar a determinação psicológica na patologização da homossexualidade pela forma do uso dessa teoria.

A homossexualidade também foi apresentada como parte de um todo doentio e não apenas como um *defeito limitado da personalidade*, sendo uma doença do indivíduo e da cultura. Grosso modo, pode-se dizer que os artigos científicos tentaram apresentar uma posição de “defesa” da manifestação da homossexualidade, ao mesmo tempo em que, utilizando-se da teoria psicanalítica, entendiam que a resposta para a homossexualidade se encontraria quase sempre em motivações psicológicas ou mesmo de influências do meio. Se, por vezes, não a compreendiam mais como uma patologia, em muitos casos a homossexualidade foi apresentada como um comportamento fora do normal e, portanto, que necessitava de algum tipo de intervenção.

Ressalto, entretanto, que apesar da época em que tal produção científica foi elaborada – em que a homossexualidade não aparece mais como categoria diagnóstica psiquiátrica – alguns poucos trabalhos científicos consultados mencionam a existência de uma associação entre homossexualidade e causas orgânicas. Formulações teóricas como as do início do século passado também são visíveis: ora buscando-se no organismo a resposta para as causas da homossexualidade, ora ampliando-se essa procura e explicação, incluindo ao mesmo tempo aspectos biológicos, culturais, psicológicos e sociais. A diferença, contudo, entre as fontes primárias analisadas relativas ao campo científico e as teorias do final do século XIX e início do século XX está no fato de que as primeiras não reservam nenhuma determinação central às explicações biológicas, como ocorrera com algumas das teorias de outrora.

No que diz respeito ao âmbito do campo social a homossexualidade apareceu representada ainda como algo marginal, anti-social ou como um ato desviante. As dissertações que traziam a questão da AIDS, por exemplo, todas da década de 90, apresentavam aspectos de fundo moral relacionados à homossexualidade – do maior grau de risco nas relações entre iguais, envolvendo ainda questões de gênero, identidade e papéis sociais.

Da produção científica analisada, três dissertações da área da psicologia, contudo, fugiram da homogeneidade apresentada pelos outros trabalhos no que tange à definição de

alguma “motivação” para o “fenômeno” homossexualidade, sendo duas do final da década de 80 e uma do final da década de 90. Esses trabalhos não falam em determinismo biológico, psicológico ou social, nem em patologia, nem em anormalidade.

Um dessas dissertações circunscreve a homossexualidade (feminina) ao campo da cultura e mesmo assim, esta só apareceria quando posta em linguagem, em uma interpretação culturalista da linguagem como um produto. Contudo, também está informada por uma visão psicanalítica, mas que decorre da visão lingüística, porque em primeiro lugar viria a linguagem e para a psicanálise, o “pôr em palavra”, “pôr em discurso” é o meio para se chegar ao ato psicanalisável. As outras duas propõem que a homossexualidade seja compreendida como uma expressão normal da sexualidade, uma das práticas sexuais possíveis relativas a uma sexualidade normal, uma possibilidade, entre tantas outras, para a manifestação da singularidade do sujeito, colocando-a assim, como expressão do livre arbítrio.

A produção contra-científica por sua vez, entre outros diferenciais, amplia a possibilidade de se conhecer variados pontos de vista: dos especialistas da área ‘psi’, dos próprios homossexuais, dos leitores, do corpo editorial da revista e da classe política, entre outros. Assim, entre o material analisado das revistas, o que se percebe é a influência que o movimento da contracultura teve sobre essas publicações. De imediato essa influência é explícita em relação ao formato, à forma de divulgação, aos temas apresentados nas revistas e ao próprio ideário, já que há claramente a adoção de uma posição favorável e propositiva de liberação da sexualidade. Neste contexto verifica-se postura praticamente unânime de entendimento da homossexualidade como uma escolha, uma opção do sujeito, colocando-a aqui também, como expressão do livre arbítrio. Nessa produção escrita as expressões que aparecem são: “viver como escolhemos”, “construção de identidade”, “opção sexual”, “preferência sexual” e “escolha individual”, entre outros.

Há, entretanto, um reflexo de apropriação de conceitos oriundos das teorias médicas e principalmente psicanalistas, que muitas vezes, permeiam os discursos leigos. Assim, há no depoimento de alguns entrevistados a tentativa de busca de tratamento para o que antes imaginavam ser uma doença – a homossexualidade – através de uso de hormônios masculinos ou através de tratamento psicanalítico. Essa influência aparece também nos depoimentos de membros do movimento organizado homossexual, quando insistem em reforçar o dualismo heterossexual e homossexual no qual o modelo homossexual seria observado a partir da referência ao modelo primário que seria a heterossexualidade. Em outros depoimentos, percebe-se desde a ausência de discussão sobre a questão da sexualidade em espaços como os

partidos políticos até posições, ainda que relativas a uma minoria, sobre a homossexualidade ser fruto de problemas na infância ou de traumas, articulando-a, por essa via, a questões do âmbito do psicológico e do social.

A análise das revistas demonstrou ainda a possibilidade de difundir novos valores em um processo cultural dinâmico. Os preceitos difundidos não serviam apenas para consolidar a homossexualidade como uma prática possível, mas também apresentar a sociedade um novo e possível ator na figura do homossexual, identidade que os próprios homossexuais desejavam publicamente assumir.

A partir dessa análise é possível então compreender tanto o conhecimento científico quanto o contra-científico como produtos de transformações sociais e culturais ocorridas nos anos 70 e 80 do século XX em nosso país: em alguns casos, pela maior influência do movimento contracultural, em outros, do *boom* psicanalítico e ainda, da forte presença dos movimentos sociais em prol da homossexualidade.

A idéia central é a de que a homossexualidade foi representada de modo dúbio tanto na produção científica quanto na produção contra-científica. Assim, observa-se no discurso científico das três últimas décadas do século XX um lugar reservado à homossexualidade como aquele que seria diferenciado da norma, ao mesmo tempo em que, inspirado na psicanálise, este mesmo discurso relativiza muitas das concepções presentes nas teorias psiquiátricas que a antecederam. Essa produção científica, portanto, oscila entre vincular ou não a homossexualidade a idéia de patologia. Mesmo quando há referências explícitas à psicanálise, a noção de uma anormalidade permanece.

É notável ainda, que no contexto da rebiologização dos fenômenos humanos, explicações eminentemente biológicas, mesmo que presentes na produção analisada da área psiquiátrica, apareçam como secundárias frente a predominância das explicações psicológicas sobre a homossexualidade.

Também foi possível verificar a forte presença de um discurso psicanalítico na produção contra-científica analisada. Esta retratou outra compreensão psicológica, associada ao livre arbítrio e não patológica da homossexualidade, ainda que em alguns dos textos uma associação entre homossexualidade e doença estivesse presente, demonstrando a dubiedade acima referida. É perceptível no discurso contra científico o retrato claro dos constrangimentos que o tema da homossexualidade causava à classe política restrito senso, a qual fornecera depoimento às revistas.

O predominante nas revistas contra-científicas analisadas é que elas funcionaram no período, como um chamamento a destradicionalização e incentivaram que temas, antes vistos como tabus, começassem a circular e serem debatidos por grupos intelectuais que certamente não comungavam com a maioria das análises contidas na produção científica do mesmo período.

É possível assim, retomarmos as considerações iniciais desta tese em sua proposta de se afastar dos dualismos interpretativos. O que se observou na análise da produção científica e contra-científica elaborada nas três últimas décadas do século XX no Rio de Janeiro foi um reordenamento das representações sobre a homossexualidade e de seu estatuto patológico.

Assim, as explicações científicas estavam apoiadas claramente numa visada psicológica que se articulava a uma caracterização de homossexualidade como patológica. Um certo determinismo psicológico, portanto, apoiado nas idéias de complexo de Édipo, traumas infantis etc, dava fundamentação à idéia da necessidade de uma intervenção clínica.

Já as explicações contra-científicas, ainda que predominantemente articuladas a um olhar psicológico destituíam a homossexualidade de qualquer conotação ou atributo patológico, inserindo-a apenas no registro das questões relativas à opção individual, ao livre arbítrio.

Referencias bibliográficas

- Aguiar, Leonel. Imprensa alternativa, contracultura e produção de subjetividade. In: www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/alternativa/l_aguiar.doc Acesso em 20 de março 2009.
- Albergaria, Jason. *Noções de Criminologia*. Mandamentos: Belo Horizonte, 1999
- Albuquerque, Leila Marrach Basto de. Revista Planeta: imagens do corpo, imagens da alma. *Paper* apresentado nas *VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.
- Almeida, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro) – Estudos sobre as perversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1906.
- Arrabal, José e Lima, Mariângela Alves. *O nacional e o popular na cultura brasileira – Teatro*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- Augusto, Sergio e Jaguar (org). *O melhor do Pasquim*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- Barros, Patrícia Marcondes de. Stultíferas Navis: A Imprensa Alternativa como antídoto ao Regime Militar. *Anais Eletrônicos da XXII Semana de História – O Golpe de 1964 e os dilemas do Brasil Contemporâneo*. UNESP/Assis, 19 a 22 de outubro de 2004.
- Bayer, Ronald. *Homosexuality and American Psychiatry, the Politics of Diagnosis*. Princeton: Princeton University Press, 1987
- Belmonte, Pilar. *As Representações sobre sexualidade e gênero entre trabalhadoras de nível médio em saúde mental*. Dissertação de Mestrado. IMS/UERJ, 1999.
- Béjin, André. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: Ariés, Ph. & Béjin, A. *Sexualidades Ocidentais*, São Paulo: Brasiliense, 1985a. (211-235)
- _____. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: Ariés, Ph.& Béjin, A. *Sexualidades Ocidentais*, São Paulo: Brasiliense, 1985b. (237-254)
- Bercherie, Paul. *Os Fundamentos da Clínica. História e e estrutura do saber psiquiátrico* Jorge Zahar Editores, RJ, 1989.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : Ciências Naturais* /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1997.

- Brito, Antonio Carlos. *Tropicalismo: sua estética, sua história*. São Paulo: Vozes, 1972.
- Buarque de Hollanda, H. *Impressões de Viagem. cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Cadernos do IPUB/Instituto de Psiquiatria da UFRJ. *Instituto de Psiquiatria – 60 anos – 1938-1998*. Número especial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- Campbell, Colin. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.5-22, 1997
- Cardoso, Ruth Correa Leite. “A trajetória dos movimentos sociais”, in E. Dagnino (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo:Brasiliense, 2004.
- Carrara, Sérgio; Russo, Jane. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*: Rio de Janeiro vol. 9 (2): 273-90, maio-ago 2002.
- Carrara, Sergio. Utopias Sexuais Modernas: Uma Experiência Religiosa Americana. In: *Revista Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 355-368:361
- _____. Sexualidade e Sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras. In: *Cadernos do Ipub*, no.8, 1997:118
- Castel, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de outro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- Cleminson, Richard M. The Significance of the ‘Fairy’ for the Cultural Archaeology of Same-Sex Male Desire in Spain, 1850-1930. In: *Sexualities*, Vol.7(4) 412-429, 2004
- A Concise Dictionary of Slang and Unconventional English*, redigido por Paul Beale a partir de *A Dictionary of Slang and Unconventional English*, de Eric Partridge, Londres: Routledge, 1989.
- Corrêa, Mariza. Antropologia e medicina legal: variações em torno de um mito. In: Eulálio, Alexandre, et alli. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Coutinho, Carlos Nelson. No caminho de uma dramaturgia nacional-popular. In: Neves, João das. *O Último Carro: anti-tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicação do Grupo Opinião, 1976, p. 2-3.
- Cunha, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- Dias, Lucy. Anos 70: *Enquanto corria a barca: anos de chumbo, piração e amor*. São Paulo: Senac, 2001.
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Instituto Antonio Houaiss, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- Dolabela, Marcelo. *ABZ do rock brasileiro*. São Paulo, Estrela do Sul, 1987.
- Duarte, Luis Fernando D. A “*psychopathia sexualis*” de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciência das perversões. In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 38(2):83-86 e (3):119-123, 1989.
- Elbert, Carlos Alberto. *Manual Básico de Criminologia*. Ricardo Lenz: Porto Alegre, 2003.
- Facchinetti, Cristiana e Ponte, Carlos. De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. In: *Psychê*, Ano VIII, n.11, São Paulo: 2003 (59-83)
- Facchini, Regine. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- Ferla, Luis. Gregório Maraón y la apropiación de la homosexualidad por la medicina legal brasileña. In: *Frenia – Revista de Historia de Psiquiatria*, vol. IV, n.1, 2004.
- Ferreira, Luiz Otávio: *Medicina Impopular*. In: Chalhoub, Sidney et all (org). *Artes e Ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- _____. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). In: *Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos* v.6 n.2 Rio de Janeiro jul./out. 1999 (331-51)
- Figueiredo, Ana Cristina. O movimento psicanalítico no Rio de Janeiro na década de 70. In Birman, Joel (coord.) *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988.
- Foucault, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. SP: Ed. Perspectiva, 1999.
- _____. *Historia da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- França, Andrea e Heynemann, Liliane. Cinema moderno no Brasil de 1960. In: *Revista do Arquivo Nacional*. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (87-100), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

- França, Isadora Lins. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. In: *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007:227-255. Documento em Formato eletrônico (ISO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-3332007000100011&script=sci_arttext&tlng=en#back9.
- Freire, Maria Marta de Luna. *Mulheres, mães e médicos. Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado. COC/Fiocruz, 2006.
- Freud, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III) In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. VII, Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- Fry, Peter e MacRae, Edward. *O que é homossexualidade?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Fry, Peter. Da hierarquia à igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para Inglês Ver – Identidade e Política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982a.
- _____. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: Eulalio, Alexandre et alli (org). *Caminhos Cruzados. Linguagem, antropologia e ciências naturais* São Paulo: Brasiliense, 1982b.
- _____. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: Eulalio, Alexandre et alli (org). *Caminhos cruzados. Linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982c.
- Garcia-Roza, Luis Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- Giami, Alain. A medicalização da Sexualidade, Foucault e Lantéri-Laura: História da Medicina ou História da Sexualidade? In: *PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(2):259-284, 2003.
- Green, James. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.
- Goffman, K. e Joy, D. *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997

Giddens. Anthony. *Para além da Esquerda e da Direita*, São Paulo: ed. UNESP, 1996.

_____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.

Hansen, Bert. American Physicians' Discovery of homosexuals 1890-1900: a new diagnoses in a changing society. In: Rosenberg, Janet & Rosenberg, Charles (eds.) *Framing Disease*. New York: Rutgers University Press, 1992 (104-131)

Hekma, Gert. Uma história da sexologia: aspectos sociais e históricos da sexualidade. In: Bremmer, Jan (org) *De Safo a Sade. Momentos na historia da sexualidade*. São Paulo: Papirus, 1995.(237-263).

Hochman, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

Heilborn, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: Parker, R.; Barbosa, R. M. (Org.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 136–145.

Hollanda, Heloísa Buarque, *Impressões de Viagem – CPC, vanguarda e desbunde*, Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1980.

Irajá, Hernani de. *Psicopatologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933.

Kaplan, Harold I.; Sadock, Benjamin J.; Grebb, Jack A. e Sadock, Virginia A. *Compêndio de Psiquiatria, Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. 9ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2007 [2003].

Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira*. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

Kübler-Ross, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Lanteri-Laura, Georges. *Leitura das Perversões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Laqueur, Thomas. *Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

- Leary, Timothy. Introdução. In: Goffman, K. e Joy, D. *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- Lima, Lana Lage D. Aprisionando o desejo – Confissão e Sexualidade. In: Vainfas, Ronaldo (org). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986. (67-123)
- Mac Rae, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- Maciel, Luis Carlos. S/ título. In: *Revista Careta*. Ano LIII, n. 2736, de 20/07/1981.
- _____. O fracasso da contracultura. In: *Nova Consciência – Jornalismo contracultural 70-72*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1973.
- Marañón, Gregório. Prefácio. In: Ribeiro, Leonídio. *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.
- Marcuse, Herbert. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. Eros e civilização. *Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *A ideologia da sociedade industrial* (No original: *One-Dimensional Man*, 1964). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- Mícolis, Leila e Daniel, Hebert. *Jacarés & Lobisomens. Dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achamé-Socii, 1983,
- Moreno, Antônio. *A personagem homossexual no cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/ EDUFF, 2001.
- Napolitano, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001
- Neves, João das. *O Último Carro: anti-tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicação do Grupo Opinião, 1976.
- Nogueira, Ma. Inês e Camargo Jr, Kenneth R.de. A orientalização do Ocidente como superfície de emergência de novos paradigmas em saúde. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.14, n.3, p.841-861, jul.-set. 2007

Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Oda, Ana Maria G. R. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. In: *Psychiatry Online Brazil* - part of *The International Journal of Psychiatry*. v.6, n.12, Dec. 2001. Disponível em <<http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm>>. Acesso em 25/03/2009.

O Globo. Novo estudo liga genes à homossexualidade. *Caderno economia*, seção Ciência e Vida, publicado em 13/10/2004.

Organização Mundial de Saúde. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. Vol.1, edição revisada, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

Parker, Richard. *Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

_____. (org). *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994

Paz, Octávio. *Os filhos do Barro*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.

Pedroso, Franklin Espath e Vasquez Pedro Karp. Questão de Ordem. Vanguarda e política na arte brasileira. In: *Revista do Arquivo Nacional*. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (73-86), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

Pereira, Carlos Alberto M. O impacto da Aids, a afirmação da 'cultura gay' e a emergência do debate em torno do 'masculino' – Fim da homossexualidade? In: Rios, L. F., Almeida, V., Parker, R., Pimenta, C. e Terto Jr., V. (orgs.), *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS; 2004: 52-62.

_____. O Direito de Curar: Homossexualidade e Medicina Legal no Brasil dos anos 30. In: Pereira, Carlos Alberto M. e Herschmann, Micael M. (org) *A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. *O que é contracultura*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. *Retrato de Época – a poesia marginal nos anos 70*. Rio de Janeiro: Ed. Funarte, 1981.

- Peixoto, Afrânio. *Novos rumos da medicina legal*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1932.
- Piovezan, Adriane. *Amor Romântico X Deleite dos sentidos. Cassandra Rios e a Identidade Homoerótica Feminina na literatura (1948-1972)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.
- Porto-Carrero, Julio. *Sexo e cultura (ensaios de psicanálise)*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933.
- Rago, Margareth. “Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira” In Loyola, Maria Andréa (org.). *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Ed.Uerj, 1998. (175-199).
- Ramos, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.
- Ribeiro, Leonídio. *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.
- Robinson, Paul. *A modernização do sexo. Estudos sobre Ellis, Kinsey, Masters e Johnson*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- Rosak, Theodore. *Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- Russo, Jane. Do Desvio ao Transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: Piscitelli, Adriana.; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sergio (org) *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- _____. *O mundo Psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. Raça, psiquiatria e medicina-legal: notas sobre a “pré-história” da psicanálise no Brasil. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 4, nº 9, p. 85-101, out, 1998.
- _____. Os três sujeitos da Psiquiatria. In: *Cadernos do Ipub*, nº. 8, 1997 (11-21)
- Russo, Jane & Venancio, Ana Teresa Acatauassú. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Vol. IX, n. 3, set. 2006 (460-483)
- Santos, Alessandra Dalfon dos. Rádice: muito prazer! Crônicas do passado e do futuro da Psicologia no Brasil. In: *Mnemosine*, Vol. 4, No 1 (2008). In:

<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/view/308/503>. Acesso em 22 de abril de 2009.

Santos, Alessandra Daflon & Jacó-Vilela, Ana Maria. Rádice: Passado e Futuro. In: *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-24, set-dez: 2005.

Schwarcz, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças. Cientista, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Silva, Francisco Carlos Teixeira da. 1968. Memórias, Esquinas e Canções. In: *Revista do Acervo Nacional*. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (7-24), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

Simões, Júlio A. e França, Isadora L. Do Gueto ao mercado. In: Green, James e Trindade, Ronaldo. (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005.

Simões, Inimá. Sessenta e Oito Começou Bem Antes. In: *Revista do Arquivo Nacional*. V.11, n.1-2 (jan/dez 1988) (39-56), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

Sousa, Vanderlei S. *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006.

Souza, Carlos Roberto. *A Fascinante Aventura do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 1981.

Spargo, Tamsin. *Foucault and Queer Theory*. Nova York: Totem Books, 1999.

Spitzer, Robert L., Williams, Janet, B.W. *Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-III-R*. E. Manole. São Paulo:1989. Introdução.

Stepan, Nancy. *A hora da Eugenia Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

Trevisan, João Silvério. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Vainfas, Ronaldo. A teia da Intriga. Delação e Moralidade na sociedade colonial. In: Vainfas, Ronaldo (org) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986 (41-66):43

Velho, Gilberto. *Nobres e Anjos – um estudo de tóxicos e hierarquia*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1975.

Venancio, A.T.A. & Belmonte, P. *A repatologização da homossexualidade no debate contemporâneo brasileiro* (Rio de Janeiro). Trabalho apresentado na Reunião de Antropologia del Mercosur . Montevideo, 2005.

Venancio. Ana Teresa A. Doença Mental, Raça e Sexualidade nas Teorias Psiquiátricas de Juliano Moreira. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(2):283-305, 2004

_____. “Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”. In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 10 (3):883-900, set-dez. 2003, p.883

_____. A Construção Social da Pessoa e a Psiquiatria: Do Alienismo à “Nova Psiquiatria” . In: *PHYSIS*, vol. 3, no.2, 1993 (117 – 135)

Wilson, M. DSM III and the transformation of American psychiatry: a history. *American Journal of Psychiatry*, v.150, n.3, p.339-410, 1993.

Sites consultados:

<http://www.brazil-brasil.com> Tecnologia Joomla. Consultado em 20 de janeiro de 2009.

<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/view/308/503>. Consultado em 22 de abril de 2009.

<http://gayssimo.blogs.sapo.pt/1563.html> Consultado em 20 de abril de 2008.

<http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos06.html>, Consultado em 20 de abril de 2008.

Humboldt.Universität zu Berlin. Magnus Hirschfeld Archive for Sexology. In: www2.hu-berlin.de/sexology/index.htm. consultado em 18 de março de 2009.

www.livingtheatre.org/history.html consultado em 02 de abril de 2009.

<http://www.oncoguia.com.br/site/interna.php?cat=39&id=319&menu=2> Consultado em 05/11/2008.

www.psicologia.ufrj.br consultado em 27/10/2004 e atualizado em 19/12/2006.

<http://www.psiquiatriageral.com.br/glossario/n.htm>, consultado em 11/0007.

Wikipédia - diversos

Fontes Científicas

- Barcelos, José Daniel Mendes. *(Con)sumindo a Diferença: A Homossexualidade entre a visibilidade e a massificação*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1998.
- Barreto, André Maurício Lima. *A Dimensão Imaginária do risco de morte em práticas sexuais desprotegidas entre homens homoeroticamente orientados*. Tese de Doutorado. PUC-RJ, 1998.
- Bastos, José Candido. Homossexualidade Masculina. *JBP*, 28 (1-4): 7-11, 1979.
- Cabral, Elizabeth Ernny. *Homossexualismo e delinqüência: um estudo sobre menores numa instituição correcional*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1986.
- Faerchtein, Lucila. Homossexualidade Masculina. *JBP* 31 (3):151-165, 1982.
- Faro, Samuel Menezes. *Apresentação de um Caso Clínico*. “Tese” apresentada para o Colégio Psicoanalítico do Instituto de Medicina Psicológica, 1971.
- Ferreira, Marcelo Santana. *Os Homossexuais e a AIDS: Imagens de uma Epidemia*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1996.
- Figueiroa, Lúcia. O Diagnóstico de Homossexualidade: Modificações Ocorridas no Novo Código. *JBP*, 31(1): 19-23, 1982.
- Mendonça, Robson Cabral. *Identidade: Identificação, Relação e Escolha Objetal*. Tese De doutorado. Ipub/UFRJ, 1984.
- Neto, Manoel Xavier de Oliveira. O paciente homossexual HIV positivo (AIDS) e a morte. *JBP*, 39 (5): 244-249, 1990.
- Portinari, Denise B. *O Discurso da Homossexualidade Feminina*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1988.
- Souza, Carlos Alberto Crespo. A homossexualidade ao longo dos tempos. *JBP*, 38 (6): 321-326, 1989.
- Terto Jr., Veriano de Souza. *No Escurinho do Cinema...: Socialidade orgiástica nas tardes cariocas*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 1989.

Fontes ‘Contra-científicas’³⁸⁰

³⁸⁰ No caso das fontes ‘contra-científicas’ alguns dos artigos não tem o nome completo do entrevistado ou do autor da matéria, ou por vezes, a entrevista é concedida por um grupo que responde a perguntas de forma aleatória, ou ainda, são utilizados nomes fictícios, além de também, muitos não terem páginas numeradas. Desse

Revista Rádice, no. 8, 1979

“Um caso muito antigo”

“Eu não sabia que era mulher”

Revista Rádice, no. 9, 1979

“Olívia e Luiza”

“O lugar do homossexual”

Revista Rádice, no. 12, 1980

“Todo relacionamento humano é sexual”

Revista Rádice, no. 14, 1980

“Somos, e daí?”

“Os gays e a transa terapêutica”

“Estereótipo sobre homossexualidade”

Luta&Prazer. Ano I, no. 1, julho de 1981 –

“Como a esquerda vai pra cama?” (matéria da capa)

“A esquerda é tão careta?”

“Só transo com quem me deixar molhadinho”

“Só com o pessoal do partido”

“Sexualidade, uma perversão?”

“Alternativas de Militância”

“Amar é fazer revolução”

“Só saio às ruas para sentir prazer”

Luta&Prazer. Ano I, no. 3, novembro de 1981

“Comida, Liberdade, Socialismo e Tesão”

“Somos todos bissexuais, é claro...e Freud já falava isso”

Luta&Prazer. Ano I, no. 5, janeiro de 1982

“Bom Menino”

Luta&Prazer. Ano I, no. 6, fevereiro de 1982

“Coloridamente GAIARSA”

Luta&Prazer. Ano I, no. 8, abril - maio 1982

“Temas malditos – nos partidos eles dançam?”

Revista Orgón. Ano I, no.1, Edição de Outono.

“*Libertas quae sex tamen*”